



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 13ª REUNIÃO - SEMIPRESENCIAL

(4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura)

**08/11/2022
TERÇA-FEIRA
às 10 horas**

**Presidente: VAGO
Vice-Presidente: VAGO**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA - SEMIPRESENCIAL, DA 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM**

13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA - SEMIPRESENCIAL

terça-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

1ª PARTE - ELEIÇÃO DO PRESIDENTE

FINALIDADE	PÁGINA
Eleição para o cargo de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nos termos do § 4º do art. 88 do Regimento Interno do Senado Federal.	11

2ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 65/2022 - Não Terminativo -	SENADORA MARA GABRILLI	12
2	MSF 69/2022 - Não Terminativo -	SENADOR ESPERIDIÃO AMIN	53
3	MSF 3/2022 - Não Terminativo -	SENADORA ELIANE NOGUEIRA	119
4	MSF 7/2022 - Não Terminativo -	SENADOR NELSON TRAD	163

5	MSF 8/2022 - Não Terminativo -	SENADORA NILDA GONDIM	227
6	MSF 67/2022 - Não Terminativo -	SENADOR ESPERIDIÃO AMIN	277

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES		SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil(MDB, PP)		
Renan Calheiros(MDB)(9)(50)(53)(77)(73)(85)	AL 3303-2261	1 Luiz Pastore(MDB)(9)(50)(53)(52)(86) ES 3303-1156 / 1129
Fernando Bezerra Coelho(MDB)(9)(50)(53)	PE 3303-2182 / 2184	2 Ogari Pacheco(UNIÃO)(9)(50)(53)(80)(66) TO 3303-6349 / 6352
Jarbas Vasconcelos(MDB)(9)(50)(53)	PE 3303-3522	3 Veneziano Vital do Rêgo(MDB)(8)(50)(53) PB 3303-2252 / 2481
Nilda Gondim(MDB)(11)(51)(50)(53)	PB 3303-6490 / 6485	4 Flávio Bolsonaro(PL)(4)(35)(21)(51)(50)(53)(34)(40) RJ 3303-1717 / 1718
Esperidião Amin(PP)(5)(17)(21)(42)	SC 3303-6446 / 6447 / 6454	5 VAGO(10)(42)
VAGO(88)(81)(79)		6 Eliane Nogueira(PP)(61)(60) PI 3303-6187 / 6188 / 7892
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil(PODEMOS, PSDB)		
Mara Gabrilli(PSDB)(7)(30)(31)(45)	SP 3303-2191	1 Plínio Valério(PSDB)(7)(28)(26)(33)(45) AM 3303-2833 / 2835 / 2837
Roberto Rocha(PTB)(7)(45)	MA 3303-1437 / 1506 / 1438	2 Tasso Jereissati(PSDB)(13)(67)(68)(62)(45) CE 3303-4502 / 4503 / 4517 / 4573
Flávio Arns(PODEMOS)(12)(39)(54)	PR 3303-6301	3 Soraya Thronicke(UNIÃO)(14)(39)(54) MS 3303-1775
Marcos do Val(PODEMOS)(25)(19)(64)(44)(63)	ES 3303-6747 / 6753	4 Giordano(MDB)(25)(19)(27)(36)(44)(56)(58) SP 3303-4177
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos(PSD, REPUBLICANOS)		
Mecias de Jesus(REPUBLICANOS)(2)(65)(69)(43)	RR 3303-5291 / 5292	1 Lucas Barreto(PSD)(2)(32)(43) AP 3303-4851
Nelsinho Trad(PSD)(2)(29)(43)	MS 3303-6767 / 6768	2 Maria das Vitórias(PSD)(2)(29)(43)(74)(76) AC 3303-4086 / 6708 / 6709
Daniella Ribeiro(PSD)(47)(72)	PB 3303-6788 / 6790	3 Carlos Portinho(PL)(70)(71) RJ 3303-6640 / 6613
Bloco Parlamentar Vanguarda(PL, PTB)		
Chico Rodrigues(UNIÃO)(3)(37)	RR 3303-2281	1 Marcos Rogério(PL)(3) RO 3303-6148
Zequinha Marinho(PL)(3)	PA 3303-6623	2 Maria do Carmo Alves(PP)(3) SE 3303-1306 / 4055 / 2878
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PT, PROS, PSB, REDE)		
Jaques Wagner(PT)(6)(16)(20)(46)	BA 3303-6390 / 6391	1 Fernando Collor(PTB)(6)(46) AL 3303-5783 / 5787
Humberto Costa(PT)(6)(46)	PE 3303-6285 / 6286	2 Telmário Mota(PROS)(15)(6)(46) RR 3303-6315
PDT(PDT)		
Julio Ventura(PDT)(49)(82)(83)	CE 3303-6460 / 6399	1 Fabiano Contarato(PT)(57)(49) ES 3303-9049
Randolfe Rodrigues(REDE)(24)(49)	AP 3303-6777 / 6568	2 Weverton(PDT)(49)(75) MA

- (1) Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).
- (2) Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).
- (3) Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- (4) Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (5) Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (6) Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).
- (7) Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).
- (8) Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).
- (9) Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).
- (10) Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (11) Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (12) Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- (13) Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
- (14) Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).
- (15) Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).
- (16) Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
- (17) Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).
- (18) Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019).
- (19) Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Orlivo Guimaraes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLI).
- (20) Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD).
- (21) Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP).
- (22) A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

- (23) Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.
- (24) Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI).
- (25) Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS (Of. nº 91/2019-GLPODE).
- (26) Em 22.11.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Roberto Rocha (Of. nº 123/2019-GLPSDB).
- (27) Em 28.11.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão, em substituição ao senador Romário (Of. nº 130/2019-GLPODE).
- (28) Em 05.02.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Izalci Lucas (Of. nº 1/2020-GLPSDB).
- (29) Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 23/2020-GLPSD).
- (30) Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
- (31) Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente (Of. nº 22/2020-GLPSDB).
- (32) Em 14.09.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD (Of. nº 62/2020-GLPSD).
- (33) Em 17.09.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPSDB).
- (34) Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
- (35) Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
- (36) Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
- (37) Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
- (38) Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
- (39) Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Major Olimpio, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
- (40) Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
- (41) Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
- (42) Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-GLDPP).
- (43) Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 23/2021-GLPSD).
- (44) Em 12.02.2021, os Senadores Marcos do Val e Romário foram indicados membros titulares e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 11/2021-GLPODEMOS).
- (45) Em 19.02.2021, os Senadores Mara Gabrilli e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Tasso Jereissati, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLPSDB).
- (46) Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Collor e Telmário Motta membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 16/2021-BLPRD).
- (47) Em 22.02.2021, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Ofício nº 33/2021-GLPSD).
- (48) Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu a Senadora Kátia Abreu a Presidente deste colegiado.
- (49) Em 23.02.2021, os Senadores Cid Gomes e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 13/2021-BLSENIND).
- (50) Em 23.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Nilda Gondim e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2021-GLMDB).
- (51) Em 23.02.2021, o MDB cede a vaga ao Republicanos.
- (52) Em 25.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLMDB).
- (53) Em 26.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Jarbas Vasconcelos e Nilda Gondim foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 45/2021-GLMDB).
- (54) Em 26.02.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que passa para a vaga de suplente, em substituição ao Senador Major Olimpio, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLPODEMOS).
- (55) Em 02.03.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 48/2021-GLMDB).
- (56) Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS).
- (57) Em 30.03.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, para compor a comissão (Memo 40/2021-BLSENIND).
- (58) Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).
- (59) Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
- (60) Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
- (61) Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP).
- (62) Em 08.11.2021, o Senador Chiquinho Feitosa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão em vaga cedida ao DEM pelo PSDB (Of. nº 73/2021-GLPSDB e Of. nº 31/2021-GLDEM).
- (63) Em 30.11.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 61/2021-GLPODEMOS).
- (64) Em 30.11.2021, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 62/2021-GLPODEMOS).
- (65) Vago, em virtude da renúncia do Senador Antonio Anastasia em 02.02.2022.
- (66) Em 10.02.2022, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Márcio Bittar para compor a comissão (Of. 8/2022-GLMDB).
- (67) Vago em 27.02.2022, em razão do retorno do titular (Of. nº 1/2022-GSTJER).
- (68) Em 03.03.2022, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2022-GLPSDB).
- (69) Em 29.03.2022, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a Comissão (Ofício nº 1/2022-BLPSDREP).
- (70) Em 25.04.2022, o Senador Nelsinho Trad, Líder do Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, cedeu 1 vaga de suplente ao Partido Liberal (Of. nº 9/2022-BLPSDREP).
- (71) Em 03.05.2022, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, em vaga cedida ao Partido Liberal, para compor a comissão (Of. 26/2022-GLPL).
- (72) Em 04.05.2022, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 16/2022-BLPSDREP).
- (73) Em 02.06.2022, o Senador Renan Calheiros licenciou-se até 1º.10.2022.
- (74) Em 06.07.2022, o Senador Sérgio Petecão licenciou-se até 03.11.2022.
- (75) Em 06.07.2022, o Senador Weverton licenciou-se até 03.11.2022.
- (76) Em 06.07.2022, a Senadora Maria das Vitórias foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 31/2022-BLPSDREP).
- (77) Em 13.07.2022, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, em substituição ao Senador Renan Calheiros, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 44/2022-GLMDB).

- (78) Em 02.08.2022, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se até 30.11.2022..
- (79) Em 02.08.2022, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se até 30.11.2022.
- (80) Em 26.08.2022, o Senador Ogari Pacheco foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Viana, em vaga cedida pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), para compor a comissão (Of. nº 45/2022-GLMDB).
- (81) Em 01.09.2022, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à Senadora Kátia Abreu, para compor a comissão (Of. nº 25/2022-GLDPP).
- (82) Em 08.09.2022, o Senador Cid Gomes licenciou-se até 03.01.2023.
- (83) Em 19.09.2022, o Senador Julio Ventura foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo PDT, para compor a comissão (Of. nº 05/2022-GLPDT).
- (84) Em 20.09.2022, a Comissão reunida elegeu a Senadora Margareth Buzetti Presidente deste colegiado (Of. nº 32/2022-CRE).
- (85) Em 03.10.2022, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, em substituição ao Senador Luiz Pastore, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2022-GLMDB).
- (86) Em 03.10.2022, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2022-GLMDB).
- (87) Vago em 06.10.2022, em razão do retorno do titular.
- (88) Vago em 06.10.2022, em razão do retorno do titular.

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00
SECRETÁRIO(A): MARCOS AURÉLIO PEREIRA
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-5919
FAX:

ALA ALEXANDRE COSTA, SALA 7
TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: 3303-5919
E-MAIL: cre@senado.leg.br
[HTTPS://LEGIS.SENADO.LEG.BR/COMISSOES/COMISSAO?CODC
OL=54](https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?CODC=OL=54)



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
56ª LEGISLATURA

Em 8 de novembro de 2022
(terça-feira)
às 10h

PAUTA

13ª Reunião, Extraordinária - Semipresencial

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE

1ª PARTE	Eleição do presidente
2ª PARTE	Indicação de autoridades
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

1ª PARTE**Eleição do presidente****Assunto / Finalidade:**

Eleição para o cargo de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nos termos do § 4º do art. 88 do Regimento Interno do Senado Federal.

2ª PARTE**PAUTA****ITEM 1****MENSAGEM (SF) Nº 65, DE 2022****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora PAULA ALVES DE SOUZA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 2**MENSAGEM (SF) Nº 69, DE 2022****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FERNANDO SIMAS MAGALHÃES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Italiana e, cumulativamente, na República de San Marino e na República de Malta.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 3**MENSAGEM (SF) Nº 3, DE 2022****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor EVALDO FREIRE, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica da Mauritânia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Eliane Nogueira

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria](#) (PLEN)
[Listagem ou relatório descritivo](#) (CRE)
[Listagem ou relatório descritivo](#) (CRE)
[Relatório Legislativo](#) (CRE)

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 7, DE 2022

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor LEONARDO CARVALHO MONTEIRO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné Equatorial.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria](#) (PLEN)
[Listagem ou relatório descritivo](#) (CRE)
[Listagem ou relatório descritivo](#) (CRE)
[Relatório Legislativo](#) (CRE)

ITEM 5

MENSAGEM (SF) Nº 8, DE 2022

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor RUBEM GUIMARÃES COAN FABRO AMARAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Sudão.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Nilda Gondim

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria](#) (PLEN)
[Listagem ou relatório descritivo](#) (CRE)
[Listagem ou relatório descritivo](#) (CRE)
[Relatório Legislativo](#) (CRE)

ITEM 6**MENSAGEM (SF) Nº 67, DE 2022****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor HÉLIO VITOR RAMOS FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria](#) (PLEN)
[Relatório Legislativo](#) (CRE)

2ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

1

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE PAULA ALVES DE SOUZA

CPF.: 762.499.217-53

ID.: 7775 MRE

1963 Filha de Carlos Eduardo de Affonseca Alves de Souza e de Beatriz do Amaral Alves de Souza, nasce em 22 de julho, em Buenos Aires, Argentina (brasileira, de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição de 1946)

Dados Acadêmicos:

1989 Ciência Política pelo Richmond College, Londres, Reino Unido
 1991 Mestrado em Relações Internacionais pela London School of Economics and Political Science, Londres, Reino Unido
 1993 CPCD - IRBr
 2002 CAD - IRBr
 2012 CAE - IRBr – Tese “A Internacionalização do Cinema Nacional: o Papel do Itamaraty”

Cargos:

1994 Terceira-Secretária
 1999 Segunda-Secretária
 2003 Primeira-Secretária
 2008 Conselheira, por merecimento
 2013 Ministra de Segunda Classe, por merecimento
 2021 Ministra de Primeira Classe

Funções:

1994-99 Divisão das Nações Unidas, assistente
 1998 Instituto Rio Branco, Professora Assistente de Relações Internacionais
 1999-2002 Embaixada em Washington, Terceira-Secretária e Segunda-Secretária
 2002-05 Embaixada em Buenos Aires, Segunda-Secretária e Primeira-Secretária
 2005-07 Embaixada em Pequim, Primeira-Secretária
 2007-08 Divisão de Promoção do Audiovisual, assistente
 2008-14 Divisão de Promoção do Audiovisual, Chefe
 2009 Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar proposta de fortalecimento e regulamentação das atividades das film commissions nacionais, Representante titular
 2014-2015 Divisão de Pagamentos, Chefe
 2015-2016 Departamento do Serviço Exterior, Diretora
 2016--2022 Departamento Cultural, Diretora
 2022- Instituto Guimarães Rosa, Diretora

Condecorações:

2000 Medalha Mérito Tamandaré, Brasil

FERNANDO PERDIGÃO
 Chefe da Divisão do Pessoal



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 65, DE 2022

(nº 337/2022, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora PAULA ALVES DE SOUZA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 337

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **PAULA ALVES DE SOUZA**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **PAULA ALVES DE SOUZA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 30 de junho de 2022.

EM nº 00111/2022 MRE

Brasília, 23 de Junho de 2022

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **PAULA ALVES DE SOUZA**, ministra de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de delegada permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **SANTIAGO IRAZABAL MOURÃO**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **PAULA ALVES DE SOUZA** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 354/2022/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome Senhora PAULA ALVES DE SOUZA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 01/07/2022, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado: 22791



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3471203** e o código CRC **EFEB93FA** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº
00001.005364/2022-90

SEI nº 3471203

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 -- Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

DELEGAÇÃO PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À UNESCO

PERFIL DA DIRETORA-GERAL DA UNESCO, AUDREY AZOULAY



Eleita pela 39ª Conferência Geral da UNESCO, a francesa Audrey Azoulay tomou posse como Diretora-Geral em 15 de novembro de 2017, para mandato de quatro anos. Foi reeleita a novo mandato para a direção da Organização na última plenária da Conferência Geral (41ªCG, novembro de 2021). Única candidata, Azoulay recebeu amplo apoio à candidatura de reeleição (Brasil incluído), o que demonstra reconhecimento dos Estados-membros quanto ao êxito do trabalho da DG, seja no que diz respeito ao equacionamento financeiro da UNESCO, seja no fortalecimento da Organização como espaço de reflexão e atuação com impacto fora da sede. O apoio do Brasil à candidatura da DG, já nos momentos iniciais, é visto como chave para o êxito de sua campanha.

Com o objetivo de recuperar o prestígio da UNESCO e reforçar o multilateralismo, Audrey Azoulay tem-se empenhado em promover a agenda de reforma administrativa da Organização, bem como em recompor sua base orçamentária, ao mesmo tempo fortalecendo agendas temáticas sob seu mandato específico.

Ex-Ministra da Cultura e Comunicação do governo de François Hollande (2016), de quem fora assessora cultural desde 2014, Audrey Azoulay fez sua carreira no setor audiovisual. Graduada pela École Nationale d'Administration da França (ENA) e pelo Institut d'Études Politiques de Paris (Sciences Po), tem também um diploma em administração de empresas pela Universidade de Lancaster do Reino Unido.

MISSÃO DA UNESCO

Criada em 16 de novembro de 1945 sobre os escombros da II Guerra Mundial, a UNESCO vem à luz com a missão de combater a intolerância, a discriminação e o preconceito, e de promover um novo humanismo para forjar uma cultura de paz lastreada na cooperação internacional nas áreas de educação, cultura e ciências. A essas áreas de seu mandato original, a UNESCO agregou posteriormente os temas relativos a comunicação e informação, de forma a adequar-se aos desafios do mundo contemporâneo.

A Organização tem hoje 193 estados membros e 10 membros associados. Seu Conselho Executivo é amplamente representativo ao congregar 58 países, e se reúne duas vezes ao ano para deliberar sobre ampla agenda. O Brasil, por sua atuação construtiva na UNESCO, tem logrado eleger-se continuamente para o Conselho Executivo. A Conferência-Geral é a instância máxima de governança da Organização e se reúne a cada dois anos. A 41ª Conferência Geral (novembro de 2021) é presidida pelo Delegado Permanente do Brasil junto à Organização, cuja candidatura foi apresentada pelo grupo de países latino-americanos e caribenhos.

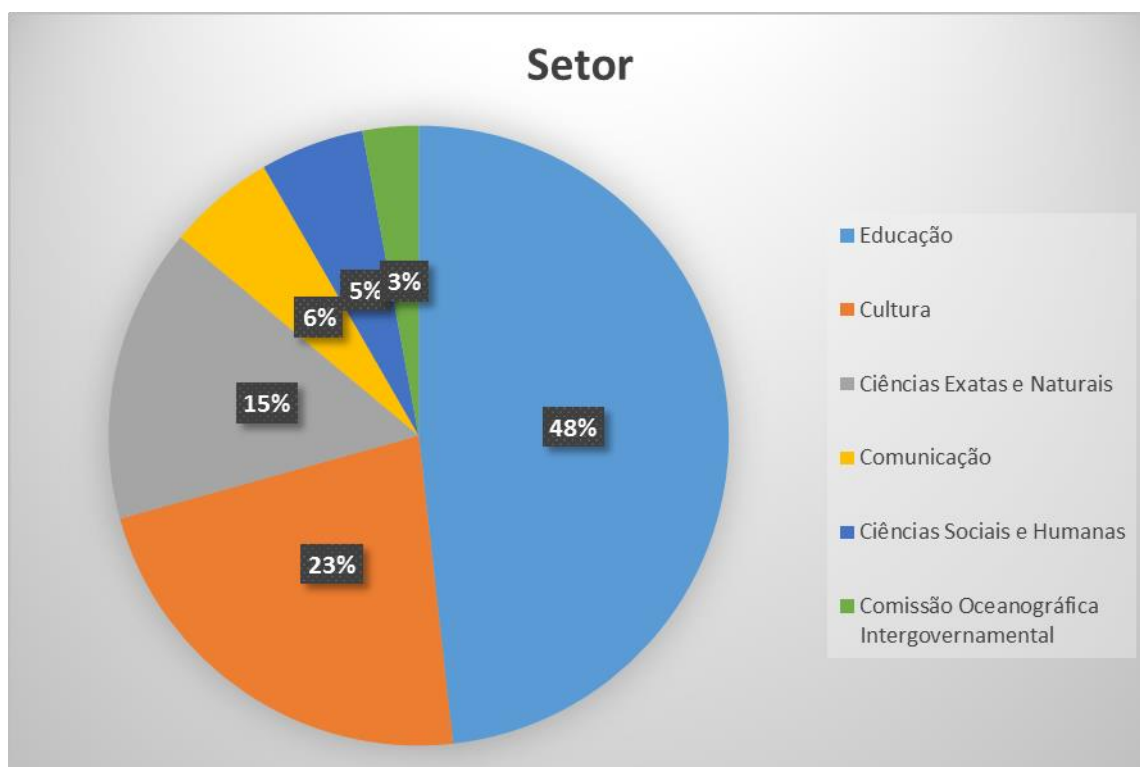
A UNESCO dispõe de expressiva capilaridade no terreno. Além da sede e do Centro do Patrimônio Mundial, localizados em Paris, existem 54 escritórios nacionais e regionais e 10 centros de categoria I, em dez diferentes países. De modo indireto, a UNESCO mobiliza, ainda, mais de 100 centros de categoria II; 199 comissões nacionais; e 773 cátedras coordenadas por instituições de ensino superior e de pesquisa em 116 países.

Desde a adoção da Agenda 2030 pelas Nações Unidas, em setembro de 2015, os estados membros da UNESCO têm-se esforçado para adaptar os programas da Organização para a consecução das metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que se encontram sob seu âmbito de atuação. Destaca-se em particular o ODS-4, relativo à promoção da educação inclusiva e de qualidade, de competência primordial da UNESCO e com transversalidade em todos os 17 ODS da Agenda 2030. Compete ainda à Organização parte substancial do acompanhamento dos seguintes Objetivos: ODS-6, sobre acesso à água e saneamento; ODS-9, sobre tecnologia e inovação; ODS-14, relativo à vida nos oceanos; e ODS-16, sobre cultura de paz e justiça, que abrange temas como liberdade de expressão e segurança de jornalistas, bem como o tema da cultura, indissociável dos demais objetivos da Agenda 2030.

INFORMAÇÕES GERAIS

Repartição do orçamento da UNESCO por setor

De acordo com o programa proposto e orçamento aprovado pela Conferência Geral, para o biênio financeiro de 2022-2023 (41/C5), a estrutura orçamentária será de **US\$ 1.447.757.820** (após ajustes de compensação e incluindo todas as fontes de financiamento).



- Setor de Educação: US\$ 694.923.753,6
- Setor de Cultura: US\$ 332.984.298,6
- Setor de Ciências Exatas e Naturais: US\$ 217.163.673
- Setores de Comunicação: US\$ 86.865.469,2
- Setor de Ciências Sociais e Humanas: US\$ 72.387.891
- Comissão Oceanográfica Intergovernamental: US\$ 43.432.734,6

As dotações autorizadas para o orçamento ordinário por programas serão financiadas por contribuições feitas aos Estados-membros no montante de US\$ 534.647.000. O restante do montante (US\$ 913.110.820) será constituído de fundos de geração de renda e contribuições voluntárias.

Número de escritórios fora da sede e centros de categoria 1 e 2

A UNESCO possui uma rede de 53 escritórios fora da sede, incluindo escritórios regionais, temáticos e nacionais e também os 4 escritórios de ligação. Além disso, a estrutura contém 9 centros de categoria 1 e 124 Centros de Categoria 2.

Projetos financiados pelo Brasil na UNESCO

Para o período 2018-2019, o valor total dos acordos assinados relacionados a atividades financiadas pelo Governo do Brasil, por meio de contribuições voluntárias, totalizou US\$ 45 milhões, a maior parte dos quais alocada para atividades de fundo fiduciário em benefício próprio. Em 2020, a cooperação totalizou US\$ 10,7 milhões, a maior parte relacionada a projetos de autofinanciamento.

Há 46 projetos em andamento no Brasil no corrente ano, com total estimado de R\$245,4 milhões.

	Execução em BRL	Recursos disponíveis em fase de implementação	Número de projetos
Educação	18.521.005	132.232.384	19
Ciências S.	1.336.008	25.470.298	7
Ciências H.	527.808	18.458.937	5
Cultura	2.530.065	56.925.184	11
Com. Info.	1.451.274	12.312.318	4
TOTAL	24.366.162	245.399.123	46

O BRASIL NA UNESCO

O Brasil é membro fundador da UNESCO, foi um dos 37 signatários de sua carta constitutiva em 16 de novembro de 1945, e um dos 20 primeiros países a ratificar sua Constituição em novembro de 1946.

A 41ª Conferência Geral é presidida pelo Brasil – candidatura proposta pelo GRULAC – o que confere grande visibilidade positiva ao País e à região. O Delegado Permanente do Brasil junto à UNESCO exerce a Presidência. Para além da sessão plenária (9 a 24 de novembro de 2021), a CG tem vigência no biênio 2022-2023, momento em que se implementará a Estratégia de Médio Prazo (2022-2029), reestruturação financeira da Organização, assim como avanços nas agendas de mandato da UNESCO, com destaque para as agendas de Inteligência Artificial, Ciência Aberta, Educação de Qualidade, Meio Ambiente, Liberdade de Expressão, Cultura e Inovação – todos temas alinhados à Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A construtiva presença do Brasil na UNESCO ao longo dos 76 anos de sua existência traduz a vocação pacífica e conciliadora da política externa brasileira. Projetamos na UNESCO a solidez de nossas instituições, a riqueza de nossa cultura e o pluralismo de nossa sociedade. Defendemos na UNESCO os interesses da sociedade brasileira nos setores da educação, com destaque à erradicação do analfabetismo, a promoção do ensino técnico profissionalizante, a maior inclusão e melhoria da qualidade do ensino, o treinamento de professores e o aprendizado ao longo da vida. Promovemos, da mesma forma, os interesses do Brasil nos setores das ciências naturais (em estreita parceria com a Comissão Oceanográfica Intergovernamental e o Programa Hidrológico Intergovernamental), das ciências sociais (promoção da eliminação de todas as formas de discriminação e elaboração de princípios éticos em diferentes áreas do conhecimento) e a preservação de nosso patrimônio cultural e natural, inclusive em suas vertentes de estímulo às indústrias criativas e ao desenvolvimento sustentável.

O forte envolvimento do Brasil na agenda da Organização se reflete, entre outros aspectos, nas visitas de alto nível à UNESCO. Nos últimos anos, foram realizados encontros entre a Diretora-Geral Assistente para Educação e o Ministro da Educação (2021), entre o Diretor-Geral Assistente para Cultura e o Secretário Especial de Cultura (2019), e entre a Diretora-Geral, em Paris, e os Ministros do Esporte (2017); do Meio Ambiente (dezembro de 2017); da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (2018 e 2019); da Cultura (2018) e da Educação (2018), além da visita ao Brasil da Diretora-Geral, seu primeiro compromisso internacional após assumir suas funções. Durante essas visitas, foram tratados temas de grande relevância, como a preservação do legado olímpico brasileiro e o combate à dopagem nos esportes; a organização no Brasil, em março de 2018, do VIII Fórum Mundial da Água; a participação

do Brasil na Década Internacional dos Oceanos, no âmbito da Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI); a realização do Fórum Regional sobre Inteligência Artificial da América Latina e Caribe (dezembro de 2019); a atuação do Centro Lúcio Costa como Centro de Categoria II da UNESCO na promoção de capacitação para a preservação do patrimônio mundial; e o apoio da UNESCO nos trabalhos de resgate e recuperação do Museu Nacional no Rio de Janeiro; mais recentemente, destaca-se a constituição do CETIC.br como Centro de Categoria II na área de tecnologia, comunicação e informação.

Como reflexo do dinamismo e consistência da atuação do Brasil na UNESCO, contamos com 23 sítios inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, sendo 15 sítios culturais, 7 sítios naturais e um sítio misto; 9 elementos inscritos nas três listas do patrimônio cultural imaterial; 7 reservas da biosfera; um geoparque; 2 centros de categoria II; 23 cátedras UNESCO em instituições de ensino superior; 12 Cidades Criativas, 5 Cidades da Aprendizagem, além de 10 acervos documentais inscritos no Programa Memória do Mundo. A organização representa, assim, plataforma privilegiada para projeção de *soft power* pelo Brasil, bem como um instrumento valioso de estímulo à economia criativa.

Além de ser o sétimo maior contribuinte para o orçamento regular da UNESCO, o Brasil tem sido, nos últimos anos, um dos principais parceiros da organização na execução de projetos com recursos nacionais próprios ("*self benefit*"). Desse modo, o Escritório da UNESCO em Brasília tem atuado, em conjunto com órgãos do Governo brasileiro e com parceiros privados, em numerosos projetos, que o transformam no maior escritório fora da sede em matéria de execução de recursos extraorçamentários. Ademais, o Escritório em Brasília é dos poucos capazes de se autossustentar financeiramente.

O total devido pelo Brasil é atualmente de US\$ 13,3 milhões, referentes às contribuições dos anos de 2021 e 2022. A atualização do pagamento das obrigações é de extrema importância para a recomposição do orçamento e para melhor posicionar o País em seu pleito por maior representatividade nos quadros de funcionários da Organização e para sua candidatura à reeleição ao Conselho Executivo. O Brasil continua sub-representado nos quadros de mais alto nível da Organização, onde poderia ter até 17 brasileiros e tem apenas 8.

Tendo em vista emendas aos estatutos da UNESCO, aprovadas na 40ª sessão da Conferência Geral (novembro de 2019), Estados devedores (com dívidas superiores a dois anos) perdem direito a voto na Conferência, a candidatar-se ao Conselho Executivo e direito de voto no Conselho. A quitação da dívida brasileira é, portanto, motivo de preocupação.

PERFIL DA DIRETORA-GERAL ASSISTENTE PARA CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNESCO, GABRIELA RAMOS



Gabriela Ramos é a Diretora-Geral Assistente para Ciências Sociais e Humanas da UNESCO. Entre as atribuições de sua pasta estão temas como inclusão social e igualdade de gênero, juventude, promoção dos valores do esporte, luta contra o racismo e a discriminação e ética da inteligência artificial.

Antes de assumir seu atual cargo na UNESCO, a mexicana Gabriela Ramos foi chefe de gabinete do Secretário-Geral da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e sherpa G20/G7/APEC, contribuindo para a agenda da OCDE em matéria de desafios econômicos, em particular para iniciativas voltadas ao crescimento inclusivo, bem-estar das crianças e igualdade entre os sexos.

Graças ao trabalho desenvolvido nessa última área, recebeu o prêmio de excelência “Forbes” 2017 e 2018, e foi incluída na lista das 100 pessoas mais influentes em matéria de políticas para a igualdade entre os sexos da “Apolitical”.

O SETOR DE EDUCAÇÃO DA UNESCO

A UNESCO é a organização responsável por liderar os esforços internacionais para a implementação da agenda internacional de educação. Entre os temas prioritários defendidos pela Delegação do Brasil no âmbito da organização, merecem destaque formação e requalificação docente; ensino técnico e profissionalizante; alfabetização e aprendizado ao longo da vida; reforma curricular; educação para o desenvolvimento sustentável; educação para direitos humanos; e educação na era digital.

Novo Comitê Diretivo de Alto Nível da Agenda 2030 de Educação

A Declaração de Incheon e seu Marco de Ação (2015) estabeleceram o Comitê Diretivo da Agenda 2030 de Educação como principal plataforma da UNESCO para coordenação global de iniciativas em prol do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS-4): assegurar a educação de qualidade, inclusiva e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Durante a 41ª Conferência Geral (novembro de 2021), foi aprovada a reforma do Comitê e inaugurado seu novo mandato. O mecanismo, agora chamado de “alto nível” (“High Level Steering Committee”), passou a ser integrado por ministros da Educação de todos os grupos eleitorais da UNESCO. Argentina e Colômbia representam a América Latina e o Caribe. Ele é copresidido pela Diretora-Geral da UNESCO, Audrey Azoulay, e pelo Presidente de Serra Leoa, Julius Maada Bio. Também o integram representantes de organizações intergovernamentais regionais e parceiros de outros setores.

Reunião Global de Educação (GEM)

A Reunião Global de Educação (GEM) reúne os ministros de Educação dos Estados-membros e altas autoridades do setor e estabelece as diretrizes que deverão nortear o trabalho do novo Comitê Diretivo. A última sessão do GEM ocorreu em novembro de 2021, à margem da 41ª Conferência Geral, e contou com a participação do então ministro da Educação brasileiro, Milton Ribeiro.

Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS 2030)

O tema da Educação para o Desenvolvimento Sustentável tornou-se central na agenda da UNESCO e tem sido incorporado transversalmente nos programas e projetos da organização. Após a adoção de marco EDS 2030 (2019), a UNESCO lançou um “Mapa do Caminho” (*Roadmap* EDS 2030) para

guiar os países na incorporação, em seus sistemas de ensino, da cultura da sustentabilidade.

O grande marco de lançamento da nova estratégia foi a Conferência Mundial sobre Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) da UNESCO (“Conferência de Berlim”), realizada virtualmente em maio 2021, na qual o Brasil foi representado pelo então SE/MEC, e hoje Ministro da Educação, Victor Veiga Godoy. Os resultados do encontro, sintetizados na “Declaração de Berlim”, foram referendados pela 41ª Conferência Geral e levados à COP 26ª, em Glasgow.

Estratégia da UNESCO sobre Inovação Tecnológica na Educação

A necessidade de acelerar o desenvolvimento de soluções digitais em matéria de educação para fazer face às consequências da pandemia do COVID-19 fez com que o tema da inovação tecnológica em educação ganhasse prioridade dentro da Organização.

De modo a apoiar os Estados-membros e contribuir para a redução do chamado “hiato digital”, a nova estratégia 2022-2025 da UNESCO tem entre seus objetivos para os próximos anos o desenvolvimento de plataformas virtuais, a redução dos custos do acesso a essas ferramentas e a capacitação técnica de professores e alunos.

O setor de Inovação Tecnológica em Educação da UNESCO foi responsável por facilitar o acesso a plataformas digitais de ensino durante pandemia, por meio dos parceiros do “Global Education Coalition”, principalmente em prol de países africanos mais pobres.

Ensino profissionalizante – UNEVOC

A 214ª sessão do Conselho Executivo aprovou a nova estratégia da UNESCO sobre Educação e Treinamento Técnico e Vocacional 2022-2029 (TVET). A Estratégia foi concebida para contemplar em especial as metas 3 e 4 do ODS 4 (acesso igualitário à educação técnica e vocacional e desenvolvimento de habilidades para o trabalho decente).

Alinhada com o relatório da Comissão para os Futuros da Educação, ela tem, entre seus temas-chave, a recuperação econômica pós-pandemia; as transformações tecnológicas, a informalidade, e seus impactos no mercado de trabalho; o aprendizado ao longo da vida; e a promoção do emprego entre os jovens.

No último lustro, a UNESCO investiu cerca de US\$ 72 milhões em TVET e apoiou mais de 50 países em todo mundo, oferecendo treinamento para alunos, professores e oficiais de governo. Cerca de 224 instituições técnicas e profissionalizantes foram beneficiadas pelo trabalho desenvolvido pelo Centro Internacional para Educação e Treinamento Técnico e Profissional da UNESCO

(UNEVOC), centro de categoria 1 com sede em Bonn. No Brasil, três instituições estão ligadas à rede de TVET da UNESCO (UNEVOC-Network), coordenada pelo instituto em Bonn: o SENAI, o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação

A Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação foi grupo de especialistas reunidos pela UNESCO para iniciar processo de reflexão sobre o futuro da educação. O estabelecimento da Comissão decorreu da percepção comum entre os Estados-membros de que o setor deverá passar por amplas transformações, tendo em conta a introdução de novas tecnologias de aprendizagem e as mudanças curriculares e das práticas de ensino necessárias à promoção de uma cultura de sustentabilidade.

Nesse contexto, durante a 41ª Conferência Geral, foi lançado o relatório “Reimagining our Futures Together: A New Social Contract for Education”, que servirá de base conceitual para a realização da “Cúpula para Transformação da Educação”, iniciativa do Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, que terá lugar em setembro de 2022, antecedida, entre 28 e 30 de junho, da chamada “Pré-cúpula de Paris”, a realizar-se na sede da UNESCO.

Convenção Global sobre Reconhecimento de Títulos de Educação Superior

Durante a 40ª Conferência-Geral da UNESCO, em 2019, foi adotada Convenção Global sobre Reconhecimento de Títulos de Educação Superior, instrumento regulatório internacional de referência para os procedimentos de reconhecimento de qualificações de ensino superior, que tem por intuito facilitar a mobilidade acadêmica no âmbito internacional, bem como a cooperação entre instituições de ensino superior.

A Convenção está aberta à ratificação pelos Estados-membros da organização, bem como à adesão de todos os demais Estados-membros da ONU, e entrará em vigor, para os Estados que a ratificarem, três meses após o depósito do vigésimo instrumento de ratificação junto à UNESCO, número ainda não alcançado. O Brasil, até o momento, não manifestou intenção de aderir ao acordo.

Rede de Cidades da Aprendizagem

A Rede de Cidades de Aprendizagem da UNESCO integra cidades que têm como prioridade proporcionar oportunidades de aprendizagem aos seus cidadãos, orientando suas políticas públicas para promover a educação ao longo da vida, dentro e fora da escola. A iniciativa, conduzida pelo Instituto de

Aprendizagem ao longo da Vida (UIL), volta-se ao compartilhamento de boas práticas em política de educação entre municípios de todo o mundo.

Mais de mil cidades no planeta estão em processo de adesão ou já fazem parte da Rede Global. No Brasil, fazem parte da rede as cidades de Contagem (MG) e São Paulo (SP). A última reunião da Rede ocorreu em outubro de 2021, em Yeonsu, República da Coreia.

Escolas Associadas da UNESCO no Brasil

Fundado em 1953, o Projeto da Rede de Escolas Associadas da UNESCO (PEA) promove o intercâmbio entre cerca de 11 mil instituições educacionais em 180 países. As instituições associadas – que incluem creches, pré-escolas, escolas primárias, secundárias, técnicas, além de instituições de formação de professores – desenvolvem métodos e materiais educacionais inovadores, e trabalham para fomentar a cultura da paz, o diálogo intercultural, o desenvolvimento sustentável e a educação de qualidade.

O Brasil possui a segunda maior Rede PEA UNESCO em todo o mundo, com 569 escolas associadas, que reúnem cerca de 550 mil alunos e 42 mil professores.

Cátedras UNESCO

O Programa de Cátedras e Redes UNITWIN, iniciativa lançada em 1992, tem como principal objetivo a capacitação por meio da troca de conhecimentos, treinamento e pesquisa conjunta. Participam do programa universidades e organizações governamentais e não governamentais ligadas à educação superior. Em sua maioria, os projetos apresentados são interdisciplinares e estabelecem redes de conhecimento entre universidades de distintos países.

O Programa Cátedras UNESCO/UNITWIN conta hoje com cerca de 877 cátedras e 46 redes UNITWIN em 116 países. O Brasil é um dos grandes beneficiários, contando com 27.

Atualmente, o programa está em fase de reestruturação, de modo a modernizá-lo e dotá-lo de maior eficácia. Novas diretrizes para candidaturas foram divulgadas em março último. Em novembro, na sede da UNESCO, ocorrerá evento de celebração dos 30 anos do programa.

Fóruns que contam com acompanhamento direto de pontos focais brasileiros

- **Grupo de Cooperação Técnica do Instituto de Estatísticas da Unesco (TCG/UIS)**

O Ministério da Educação, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), integra o Grupo de Cooperação Técnica do Instituto de Estatísticas da Unesco (UIS), instância responsável pelo acompanhamento de indicadores educacionais e pela elaboração de instrumentos de monitoramento, para melhor aferir a evolução das metas de educação do ODS-4. Como parte do processo de reforma do mecanismo global de educação, o UIS tem conduzido esforços para tentar traduzir as metas do ODS-4 em indicadores concretos, a partir do qual os progressos na implementação dos objetivos possam ser mensurados.

- **Teachers Task Force (TTF)**

A Força-Tarefa Internacional sobre Professores para Educação 2030 (*Teachers Task Force* - TTF), é a principal iniciativa da UNESCO voltada ao cumprimento da meta 4.c do ODS-4 sobre qualificação de professores. Trata-se de rede composta por 155 representantes de governos, organizações internacionais, sociedade civil, agências de desenvolvimento e setor privado, que trabalham para promover a capacitação de educadores e o desenvolvimento da carreira docente.

O Ministério da Educação ocupa uma das duas vagas destinadas à América Latina e Caribe no Comitê Diretivo da TTF (mandato 2021-2022, renovável por mais 2 anos), responsável pelo planejamento e direcionamento das atividades da Organização. A outra vaga é destinada a país caribenho de idioma inglês ou francês, e é atualmente ocupada por São Cristóvão e Nevis. A TTF lançou, em abril último, novo Plano Estratégico 2022-2025.

- **Aliança Global para Alfabetização (GAL)**

O programa Aliança Global para a Alfabetização (GAL), coordenado pelo Instituto da UNESCO de Aprendizagem ao Longo da Vida (UIL), foi lançado em 2016, e tem por objetivo promover a alfabetização ao redor do mundo, por meio de apoio financeiro e projetos de capacitação. O programa é voltado aos 20 países com as maiores taxas de analfabetismo no mundo e ao grupo E-9, que reúne os nove países em desenvolvimento mais populosos do planeta e que concentram cerca de 70% da população adulta não alfabetizada (Bangladesh, Brasil, China, Egito, Índia, Indonésia, Nigéria, México e Paquistão). O MEC participa dos esforços da GAL por meio de representante de sua Secretaria de Alfabetização.

SETOR DE CIÊNCIAS NATURAIS

A atuação do setor de Ciências Naturais orienta-se por dois objetivos estratégicos: o fortalecimento dos sistemas e políticas de ciência, tecnologia e inovação nos planos nacional, regional e global, inclusive mediante a promoção da ciência aberta; e a promoção da cooperação científica internacional em torno dos desafios relacionados ao desenvolvimento sustentável. Desde a adoção da Agenda 2030, em 2015, os programas do setor orientam-se para a implementação dos ODS relacionados ao mandato da UNESCO, em particular os objetivos 6 (água doce) e 14 (oceanos). A Organização tem buscado contribuir, através de sua Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI) e de programas como o Programa Hidrológico Internacional (PHI), o Programa “O Homem e a Biosfera” (MAB) e o Programa de Geoparques e Geociências (PIGG) para ações de adaptação, mitigação e resiliência à mudança do clima.

Recomendação da UNESCO sobre Ciência Aberta

No contexto dos esforços para fortalecer os sistemas de ciência e tecnologia, a UNESCO apoia a adoção de políticas de ciência aberta, com o objetivo de assegurar não apenas maior circulação e acessibilidade ao conhecimento e aos dados científicos, como também ampliação do diálogo da ciência com a sociedade. Nesse sentido, a atual DG Audrey Azoulay propôs, em 2019, a elaboração de uma Recomendação da UNESCO sobre Ciência Aberta, aprovada pelos Estados-membros por ocasião da 41ª Conferência Geral.

O Brasil, que tem importante tradição na promoção da ciência aberta, contribuiu ativamente para a elaboração da Recomendação. Representante da Secretaria-Executiva do MCTI integrou o Comitê Consultivo sobre Ciência Aberta, responsável pela redação da primeira versão do documento, e representantes do MCTI e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) participaram das negociações intergovernamentais sobre a versão final do texto.

No contexto da pandemia de COVID-19, o Brasil também colaborou com a UNESCO em outras iniciativas relacionadas à ciência aberta. O Ministro Marcos Pontes participou, em março de 2020, do “Diálogo Ministerial Virtual sobre Covid-19 e Ciência Aberta”, organizado pela UNESCO, e, em maio seguinte, o IBICT/ MCTI lançou o “Diretório de Fontes Abertas de Informações sobre o Covid” e o repositório de preprints “*Emerging Research Information*”, com apoio da UNESCO/Brasília.

Oceanos – Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI)

Criada em 1960, a COI promove a cooperação internacional na área da oceanografia e coordena programas de pesquisa, serviços, sistemas de observação, mitigação de riscos e capacitação, visando aumentar o conhecimento e apoiar os Estados-membros na gestão dos recursos dos oceanos e zonas costeiras.

A COI tem também prestado apoio técnico a importantes processos internacionais, como as negociações de um futuro instrumento juridicamente vinculante sobre a conservação e uso sustentável da biodiversidade marinha de áreas além das jurisdições nacionais (BBNJ), em curso no âmbito das Nações Unidas, e da Convenção–Quadro sobre Mudança do Clima (UNFCCC), por meio da plataforma de Diálogo sobre Oceano e Clima, estabelecida em 2020. A Comissão é igualmente responsável pelo monitoramento da implementação dos ODS 14.3.1 (acidez nos oceanos) e 14.a (capacidade científica sobre oceanos) da Agenda 2030 e coordena a Década das Nações Unidas da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável (2021-2030).

O Brasil participa ativamente dos trabalhos da COI. Ocupa, atualmente, uma das Vice-Presidências do Conselho Executivo da Comissão (mandato 2021-2023), representando a América Latina e Caribe, assim como uma das Vice-Presidências da COI-Caribe (mandato 2021-2023), por meio, respectivamente, do CMG Frederico Nogueira (Marinha) e da Dra. Cláudia Magalhães (MCTI). Tem desempenhado papel de destaque na implementação da Década das Ciências Oceânicas: sediou a Oficina Regional do Atlântico Sul preparatória à Década, no Rio de Janeiro, em 2019 e foi o primeiro país a estabelecer Comitê Gestor da Década, coordenado pelo MCTI, no início de 2021. Em dezembro último, o professor Alexander Turra, do Instituto de Oceanografia da USP (IO-USP), foi um dos três latino-americanos selecionados para integrar o Conselho Assessor da Década, cujo processo seletivo encontra-se em andamento. O Prof.

Biodiversidade – Programa “O Homem e a Biosfera” (MAB)

O Programa "O Homem e a Biosfera" abriga a Rede Mundial de Reservas da Biosfera, conjunto de sítios naturais em que se combinam preocupações de conservação da biodiversidade e promoção do uso sustentável dos recursos naturais. Como país que abriga as maiores Reservas da Biosfera (RBs) da Rede Mundial da UNESCO, o Brasil tradicionalmente tem participação de destaque no programa MAB. As seguintes reservas brasileiras integram atualmente a Rede: 1) Mata Atlântica, 2) Cerrado, 3) Caatinga, 4) Amazônia Central, 5) Pantanal, 6) Serra do Espinhaço e 7) Cinturão Verde da Cidade de São Paulo.

Foram incorporadas recentemente ao MAB redes temáticas das quais o Brasil participa: Rede de RBs em Áreas de Cavernas (CaveMAB) e Rede Lusófona de RBs, além da Plataforma sobre Clima, Risco e Resiliência para a América Latina e o Caribe, estabelecida com o objetivo de realizar análises de riscos e vulnerabilidades a desastres naturais em RBs e atividades de capacitação correlatas.

Geologia

Criado em 2015, o Programa Internacional de Geociências e Geoparques (IGGP) tem como objetivo promover a cooperação internacional e o desenvolvimento das Ciências da Terra e a proteger sítios de especial relevância geológica – os Geoparques Mundiais da UNESCO. O Brasil foi o primeiro país da América Latina a contar com geoparque na rede, ao estabelecer, em 2006, o Geoparque Araripe, administrado pela Universidade Regional do Cariri, no Ceará.

O Programa tem despertado crescente interesse de atores brasileiros. Em 2019, o Brasil apresentou duas novas candidaturas à Rede Global de Geoparques: “Caminhos Cânions do Sul”, nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e o “Seridó”, no Rio Grande do Norte. Ambas as postulações aguardam a realização de missões de avaliação, inicialmente previstas para 2020, mas atrasadas em decorrência da pandemia. Em 2020, o Brasil apresentou mais duas cartas de intenção relativas às candidaturas do “Geoparque Caçapava” e do “Geoparque Quarta Colônia” (ambos no Rio Grande do Sul), que deverão ser formalizadas apenas em 2022, tendo em vista os ajustes no calendário do programa ocasionados pela pandemia.

Hidrografia - Programa Hidrológico Internacional (PHI)

País que conta com o maior volume de água doce do mundo, o Brasil tradicionalmente tem participação destacada no Programa Hidrológico Internacional (PHI), único programa intergovernamental do sistema das Nações Unidas dedicado à pesquisa sobre águas fluviais, à gestão dos recursos hídricos e à educação e capacitação na área. O PHI desenvolve abordagem interdisciplinar e integrada da gestão de aquíferos e de bacias hidrográficas, que incorpora a dimensão social do uso dos recursos hídricos e promove a pesquisa internacional em ciências hidrológicas. Implementado em fases programáticas de seis anos, o PHI iniciará, em 2022, sua nona fase, cujo Plano Estratégico foi aprovado durante a 24ª sessão do Conselho do PHI, em junho de 2021.

O PHI também monitora a implementação do ODS 6 da Agenda 2030, relativo a água e saneamento, sendo co-responsável pelo indicador 6.5.2 (sobre cooperação hídrica transfronteiriça) e co-coordenador da área de capacitação do Marco de Aceleração Global do ODS 6, lançado em 2020 com o objetivo de avançar na implementação das metas relacionadas à água. Participa também ativamente da ONU-Água, mecanismo interagências do sistema ONU para o tema, em cujo contexto publica, anualmente, o Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos (WWDR). O Programa também tem lançado importantes projetos, como a Iniciativa sobre Grandes Rios do Mundo (WLRI) e a Aliança de Megacidades para Água e Clima (MAWAC), que conta com a ativa participação das prefeituras de Rio de Janeiro e São Paulo e que deverá em breve oficializar o lançamento de sua plataforma regional para a América Latina e o Caribe (MAWAC-LAC).

Segue pendente proposta de qualificação do Centro Internacional de Hidroinformática para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos (CIH), de Itaipu Binacional, como Centro de Categoria II sob os auspícios da UNESCO. Embora a criação do centro tenha sido aprovada pela 34^a sessão da Conferência Geral, em 2007, o acordo entre o Brasil, o Paraguai e a UNESCO não chegou a ser assinado, por conta de pendências jurídicas levantadas pelo lado brasileiro.

SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

O setor de Ciências Humanas e Sociais tem como objetivo estratégico incentivar a reflexão em Humanidades, com especial ênfase em questões como a promoção do desenvolvimento social inclusivo, o diálogo intercultural e desafios éticos relacionados, sobretudo, às tecnologias emergentes. Estrutura-se sobre programas dedicados à juventude e ao esporte; bioética e ética da ciência e tecnologia; inclusão e direitos humanos; memória e História; e pesquisa e elaboração de políticas públicas.

Bioética e ética da ciência / Recomendação da UNESCO sobre Ética na Inteligência Artificial

O programa de bioética e ética na ciência da UNESCO organiza-se em torno de três órgãos: a Comissão Mundial de Ética do Conhecimento Científico e da Tecnologia (COMEST), o Comitê Internacional de Bioética (CIB) e o Comitê Intergovernamental de Bioética (CIGB), dos quais apenas o último tem natureza intergovernamental, enquanto os dois primeiros são compostos por especialistas nomeados a título pessoal pela Diretora-Geral. Os comitês reúnem-se periodicamente para realizar estudos sobre questões éticas relacionadas a tecnologias emergentes, inclusive no campo das ciências da vida. Importantes documentos normativos/deontológicos aprovados pelos órgãos deliberativos intergovernamentais da UNESCO surgiram de relatórios elaborados pelos comitês de ética, como a Declaração Universal sobre o Genoma Humano e Direitos Humanos (1997) e a Declaração sobre Princípios Éticos relacionados à Mudança do Clima (2017).

Representantes do MCTI e do Ministério da Saúde têm acompanhado o trabalho da UNESCO em temas relacionados à ética, especialmente por meio das sessões do CIGB. Em vista do interesse de atores brasileiros pelo tema, o Brasil apresentou candidatura para o mandato 2021-2025 do CIGB.

Recomendação sobre Ética na Inteligência Artificial

A Diretora-Geral da UNESCO considera a agenda de inteligência artificial uma das prioridades de sua gestão à frente da Organização. Nesse contexto, a UNESCO organizou série de eventos e iniciativas sobre o tema, como o Fórum Regional sobre Inteligência Artificial na América Latina e no Caribe, realizado em 2019 em colaboração com o governo brasileiro (MRE, MCTI e CETIC.br) e, propôs, com base em estudo preliminar realizado pela COMEST, que se iniciasse a elaboração da uma Recomendação sobre Ética na IA, iniciativa aprovada pelos Estados-membros por ocasião da 40ª Conferência Geral da Organização. Em linha com a prioridade conferida pelo governo brasileiro ao tema, participamos ativamente das reuniões intergovernamentais

que negociaram o texto final do documento, adotado pela 41ª sessão da Conferência Geral.

A Recomendação sobre Ética na IA oferece quadro abrangente de medidas para orientar políticas de IA, a fim de promover o desenvolvimento e uso ético da tecnologia. Apesar de tratar-se de documento não-vinculante, a Recomendação será o principal marco de referência internacional na matéria, e suas recomendações tenderão a constituir padrão internacional aplicável na área. Cabe ressaltar que a Recomendação se alinha ao marco normativo de IA em vigor no Brasil.

Dentre as principais medidas recomendadas no documento aprovado pela Conferência Geral, encontra-se a adoção de sistema de Avaliação de Impacto Ético (AIE) para monitorar os benefícios e riscos de IA, para o qual a UNESCO elaborará metodologia.

Esporte

A UNESCO é a principal agência das Nações Unidas para a temática da educação física e do esporte. Por meio do Comitê Intergovernamental para Educação Física e Esportes (CIGEPS), são formuladas diretrizes para orientar os governos sobre temas como educação física de qualidade, promoção de valores através do esporte e integridade esportiva, a qual busca estimular ambiente justo e equitativo para as práticas esportivas, especialmente por meio da Convenção Internacional contra a Dopagem no Esporte.

A Secretaria de Esporte do Ministério da Cidadania e a Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD) participam ativamente das atividades da UNESCO em esporte, especialmente em relação ao combate da dopagem. A cada dois anos, a ABCD envia relatório de implementação da Convenção contra a Dopagem no Esporte e participa da sua Conferência das Partes (COP). A Secretária-Executiva da ABCD integrou a força-tarefa criada em 2020 para revisar as Diretrizes Operacionais e o Marco de Consequências para Casos de Não-Conformidade em relação à Convenção Internacional contra a Dopagem no Esporte, levada à consideração da COP-8, recém-reunida em outubro de 2021. Representantes da ABCD e do Ministério da Cidadania integraram a delegação brasileira à COP-8.

Transformações Sociais / História da África / Rota do Escravo

O Programa de Gestão das Transformações Sociais (MOST) promove a interação entre a pesquisa acadêmica e a formulação de políticas públicas sob a ótica das humanidades, da filosofia e das transformações sociais. São discutidos nesse âmbito temas como a construção de uma cultura de paz, o diálogo intercultural e o combate ao racismo e às discriminações. Por meio das cátedras

UNESCO, diferentes universidades e instituições de pesquisa brasileiras participam do programa, como a UNB e a UFMG, entre outros.

O setor de Ciências Humanas e Sociais se ocupa igualmente da coordenação da coleção "História Geral da África", cujos últimos três volumes, em fase de publicação, receberam importante contribuição brasileira. A seleção dos manuscritos que integrarão os próximos três volumes, centrados nas transformações ocorridas no continente desde o fim do *apartheid* na África do Sul e na contribuição das diásporas africanas na contemporaneidade, foi realizada pelo Comitê Científico Internacional da coleção em reunião sediada pela Escola de Direito Dom Helder, em Belo Horizonte, em 2019.

Outra iniciativa do setor é o projeto “A Rota do Escravo”, que tem como objetivo preservar a história e promover a pesquisa científica relacionada à escravidão, assim como ampliar a conscientização sobre o assunto, inclusive mediante o desenvolvimento do “turismo ético” em sítios de memória ligados ao tema. No Brasil, estão formalmente associados ao projeto os seguintes lugares e roteiros de memória: Cais do Valongo (Rio de Janeiro), Terreiro Zogbodo Mâle Bogun Seja htundê - Roça do Ventura (Bahia) e Rota da Liberdade (São Paulo). Além disso, os seguintes sítios brasileiros constam da publicação "*Legacies of Slavery*", produzida no âmbito do projeto, como exemplos de boas práticas de gestão de lugares de memória relacionados à história da escravidão: Centro Histórico de Salvador (Bahia), Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana (Rio de Janeiro), Fazenda Machadinha (Rio de Janeiro), Roteiro Afro (São Paulo), Circuito Quilombola do Vale do Ribeira (São Paulo), Parque Memorial Quilombo dos Palmares (Alagoas).

Desde 2020, diante das manifestações mundiais contra o racismo, a pedido dos Estados-membros, a UNESCO tem fortalecido suas ações de combate ao racismo e à discriminação.

SETOR DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

O setor de comunicação e informação da UNESCO responde a um dos pilares fundamentais da Organização, relativo à promoção e à defesa da liberdade de expressão e do acesso à informação. O Brasil tem tido papel proeminente em ambos os campos.

Estabelecido em seu formato atual em 1990, o setor de Comunicação e Informação (CI) é composto por duas unidades: a) Divisão de Liberdade de Expressão e Desenvolvimento de Mídia; e b) Divisão da Sociedade do Conhecimento. O setor também fornece o apoio de secretariado para dois programas intergovernamentais: o Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação (PIDC) e o Programa Informação para Todos (PIPT).

Liberdade de expressão e desenvolvimento de mídia

A Divisão de Liberdade de Expressão e Desenvolvimento de Mídia implementa atividades que visam à promoção do livre fluxo de informação. Suas principais tarefas contemplam ações junto a governos, instituições públicas e sociedade civil, no intuito de sensibilizá-las para questões relativas à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa, inclusive no que tange à celebração do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa. A Divisão, ademais, assiste os Estados-membros da UNESCO no desenvolvimento de padrões e instrumentos legais para a liberdade de imprensa e a liberdade de informação, em conformidade com padrões reconhecidos internacionalmente, bem como monitora a situação da segurança dos jornalistas, inclusive quanto à impunidade dos crimes cometidos contra jornalistas. É igualmente responsável pelo estabelecimento de padrões para a educação de jornalistas e pelo apoio ao papel da mídia como promotora de diálogo inclusivo, especialmente em situações de conflito. A Divisão, ademais, trabalha pela promoção da pluralidade de mídia, particularmente no que diz respeito à agenda de mídia comunitária.

O Brasil foi membro fundador, em 2016, do Grupo de Amigos na UNESCO para a Liberdade de Imprensa e o Combate à Impunidade dos Crimes contra Jornalistas (há grupos sobre o mesmo tema na ONU em Nova Iorque e Genebra, dos quais o Brasil também faz parte). Nessa área, foi estabelecida cooperação entre a UNESCO e autoridades brasileiras, inclusive com a participação da Corte Iberoamericana de Justiça, no intuito de promover a capacitação de pessoal do poder judiciário na identificação de tais crimes e no combate à impunidade.

A Diretora-Geral da UNESCO emite, para cada caso de assassinato de jornalista no mundo, um comunicado público. Anualmente é publicado relatório

sobre a segurança dos jornalistas e a questão da impunidade, com ampla repercussão internacional, elaborado em grande medida com base nas informações fornecidas pelos Estados-membros. É, ademais, utilizado como referência global por ONGs e formadores de opinião.

O Brasil tem mantido o Secretariado da Organização informado sobre os casos de jornalistas assassinados. O envio de esclarecimentos corrobora percepção positiva quanto ao engajamento do Governo brasileiro no combate à impunidade de tais crimes, bem como na proteção da liberdade de expressão.

Sociedade do Conhecimento e Inteligência Artificial

Desde 2009, a UNESCO tem lançado uma série de publicações sobre liberdade na Internet com vistas a apoiar os Estados-membros e outros interlocutores a elaborar suas políticas e atividades na área. A série apresenta resultados dos principais estudos sobre diversos temas relacionados ao desenvolvimento da sociedade da informação, entre eles, princípios de governança da internet, privacidade, segurança, criptografia, proteção de jornalistas na era digital e mitigação do discurso de ódio na *web*.

Dentre os mais recentes aportes da Organização, a UNESCO lançou em novembro de 2018 o Manual "*Journalism, 'Fakenews' and Disinformation*" com recomendações para centros de formação e treinamento de jornalistas sobre o atual fenômeno das *fake news*. O documento foi elaborado no âmbito do Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação (PIDC) da UNESCO.

A UNESCO participa e apoia, ainda, as atividades de fóruns internacionais de governança da internet, notadamente, da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (WSIS – sigla em inglês) e do Fórum de Governança da Internet (IGF - sigla em inglês). Note-se que a UNESCO lançou versões em português e espanhol da publicação "*Internet Study*", a qual apresenta estudo sobre acesso a informação, liberdade de expressão, privacidade e ética no meio digital.

Resultado do trabalho do Centro de Categoria II da UNESCO, o CETIC.br (Centro Regional de Estudos da Sociedade da Informação), com sede em São Paulo, a Organização lançou em 2020 os "Indicadores sobre Universalidade da Internet" (aprovados em novembro pelo Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação - PIDC/UNESCO). Os indicadores seguem os princípios de Universalidade de Internet adotados pela 38ª Conferência Geral da UNESCO (2015), que constituem o acrônimo "ROAM", sigla em inglês para: "Rights" – que a Internet esteja baseada nos direitos humanos; "Open" – que a rede seja aberta; "Accessible" – que seja acessível a todos; e "Multistakeholder" – que conte com participação

multissetorial. Os princípios têm os marcos jurídicos internacionais e regionais dos direitos humanos como eixos centrais, em matéria de direitos civis e políticos, direitos econômicos, sociais e culturais, direitos da mulher, da criança, e de combate a toda e qualquer discriminação. No mesmo sentido, tem prevalecido nos debates da UNESCO a visão de que os princípios “ROAM” devem ser norteadores igualmente no que se refere à agenda de Inteligência Artificial.

Sob o setor de Comunicação e Informação, em 2018, por iniciativa do Brasil, foram lançados debates sobre a agenda estratégica da Inteligência Artificial (IA), temática que tem recebido desde então especial atenção por parte da UNESCO. No âmbito da Organização, há particular interesse em aprofundar o debate sobre o impacto da IA no ODS 4, sobre educação de qualidade; ODS 5, sobre a promoção da igualdade de gênero; ODS 6 sobre acesso à água e saneamento; ODS 14, relacionados à vida nos oceanos; ODS 9, sobre tecnologia e inovação; e o SDG 16, sobre uma cultura de paz e justiça, com ênfase nas questões de acesso à informação e liberdade de expressão. O tema foi inicialmente introduzido na UNESCO por iniciativa da Delegação brasileira, com a realização, em junho de 2018, do seminário "Uma Reflexão sobre Inteligência Artificial".

Fórum Regional sobre Inteligência Artificial na América Latina e no Caribe

Foi realizado em São Paulo, em dezembro de 2019, o "Fórum Regional sobre Inteligência Artificial na América Latina e no Caribe", em parceria entre o MRE, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), UNESCO e NIC.br/CETIC.br (Núcleo de Coordenação e Informação do Ponto Br e seu Centro Regional de Estudos para a Sociedade da Informação). O evento teve papel chave com aporte regional para as negociações sobre IA na UNESCO, garantindo a visibilidade positiva do Brasil e da região nas seguintes áreas: acesso à informação, ao conhecimento, à ciência e à pesquisa; suas implicações éticas, no direito à privacidade e à liberdade de expressão; a coleta, a gestão e o uso de dados para o desenvolvimento da IA; temas associados a governança da IA, políticas públicas, e a adoção de sistemas de IA; assim como o estabelecimento de marco legal adequado que possa subsidiar o desenvolvimento de aplicações éticas, transparentes e confiáveis baseadas em IA.

Renovação do CETIC.br

Na 212ª sessão do Conselho Executivo da UNESCO, (outubro de 2021), foi possível aprovar decisão para renovação do acordo constitutivo do CETIC.br. Assinatura dos acordos UNESCO-NIC.br (entidade brasileira financiadora) e UNESCO-Governo brasileiro ocorreu durante a 41ª CG (novembro de 2021).

Programa Memória do Mundo

O Programa Memória do Mundo da UNESCO seleciona conjuntos documentais e arquivos de reconhecida significância histórica e universal. O Registro Internacional, em que figuram as listas dos documentos selecionados, conta com dez coleções do Brasil, apresentadas individualmente ou em conjunto com outros países. Documentação relativa à produção musical do Imperador Dom Pedro I deverá ser apresentada neste ano para inclusão no Programa, como parte das celebrações do Bicentenário da Independência do Brasil.

Elementos brasileiros no Programa Memória do Mundo

1. Arquivo arquitetônico de Oscar Niemeyer
2. Documentos relativos às viagens do Imperador D. Pedro II no Brasil e no exterior
3. Arquivo da Companhia das Índias Ocidentais
4. Coleção do Imperador: fotografia brasileira e estrangeira do século XIX
5. Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul
6. Rede de informação e contrainformação do regime militar no Brasil (1964-1985)
7. Guerra da Tríplice Aliança: representações iconográficas e cartográficas
8. Antonio Carlos Gomes: compositor de dois mundos
9. Arquivo Pessoal de Nise da Silveira
10. Coleção Educador Paulo Freire

SETOR DE CULTURA DA UNESCO

O setor de cultura da UNESCO goza da mais ampla visibilidade, em especial por meio das listas do Patrimônio Mundial e Imaterial. Trata-se de área que desenvolve intensa atividade normativa - com destaque para as seis Convenções e as dezesseis Recomendações - e cujos programas e especialistas são reconhecidos no mundo todo. O Brasil integra, atualmente, dois dos principais órgãos executivos das Convenções de cultura da UNESCO – os Comitês do Patrimônio Imaterial (Convenção de 2003) e da Diversidade Cultural (Convenção de 2005) – tendo encerrado, no ano passado, seu mandato no Comitê do Patrimônio Mundial (Convenção de 1972).

A Lista do Patrimônio Mundial reúne mais de mil sítios de valor excepcional para a humanidade, inscritos em virtude de seus atributos culturais ou naturais únicos e autênticos. No âmbito da Convenção de 1972, que instituiu a referida lista, a Delegação Permanente do Brasil junto à UNESCO dedica-se a promover o patrimônio brasileiro e os interesses do país nas negociações. Nesse contexto, cabe ressaltar a inscrição, por ocasião da última sessão do Comitê do Patrimônio Mundial (44ª sessão, que se realizou virtualmente, em julho de 2021), do “Sítio Roberto Burle Marx”, na cidade do Rio de Janeiro, na Lista do Patrimônio Mundial, por seu excepcional valor cultural.

Encontra-se, atualmente, em fase de preparação a candidatura do sítio seriado “Conjunto de Fortificações Brasileiras”, que congrega dezenove fortes e fortalezas espalhados por diferentes pontos do território nacional. A futura inscrição do sítio na Lista do Patrimônio Mundial muito contribuiria para a divulgação da cultura e da história brasileira e a promoção do turismo em diferentes regiões do Brasil.

Com relação ao patrimônio cultural imaterial, registra-se a inscrição do “Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão” na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial, durante a 14ª sessão do Comitê Intergovernamental do Patrimônio Cultural Imaterial, em Bogotá, em dezembro de 2019.

Outra vertente de destaque no setor de Cultura é a “Rede de Cidades Criativas da UNESCO”, voltada a promover a cooperação entre cidades que identificaram setores criativos como fatores estratégicos para seu desenvolvimento urbano. A Rede engloba, atualmente, 295 cidades de 90 países, sendo 12 brasileiras: Belém (gastronomia), Brasília (design), Campina Grande (artes midiáticas), Curitiba (design), Florianópolis (gastronomia), João Pessoa (artesanato e artes populares), Paraty (gastronomia), Recife (música), Salvador (música), Santos (cinema), Belo Horizonte (gastronomia) e Fortaleza (design).

Em 2022, Santos sediará a Conferência Anual da Rede de Cidades Criativas da UNESCO, pela primeira vez a ocorrer na América Latina.

A Delegação brasileira também teve atuação determinante para a escolha da cidade do Rio de Janeiro como primeira Capital Mundial da Arquitetura da UNESCO em 2020, por acordo que envolveu a Prefeitura do Rio de Janeiro, o setor de Cultura da UNESCO, a União Internacional dos Arquitetos e o Instituto dos Arquitetos do Brasil. Em razão da pandemia do COVID-19, o evento foi realizado em formato virtual, em julho de 2021, contando com mais de 50 painéis sobre diversos temas, tais como infraestrutura, construção, habitação, mobilidade, cultura e planejamento urbano.

Em relação aos projetos de cooperação internacional na área de cultura, cabe ressaltar a renovação, em 2018, do acordo entre o Brasil e a UNESCO sobre o Centro Lucio Costa (na modalidade centro de categoria 2). Sob a direção do IPHAN, o Centro, sediado no Rio de Janeiro, tem por principal objetivo coordenar iniciativas de capacitação na área de gestão do patrimônio cultural voltada a países da América do Sul e da CPLP.

A UNESCO teve importante atuação em amparo à tragédia que vitimou o Museu Nacional do Rio de Janeiro, em setembro de 2018, com o envio de missão técnica ao Brasil para colaborar com o trabalho de avaliação de perdas e resgate de peças atingidas pelo incêndio. Está em curso, atualmente, parceria da UNESCO com o Ministério da Educação, para reconstrução do Museu Nacional. Paralelamente, a UNESCO ofereceu doações dos 140 geoparques de sua rede para reconstituição do acervo do museu. Merece destaque, ainda nesse contexto, a aprovação, em outubro de 2018, de projeto de decisão do Conselho Executivo da UNESCO, apresentado pela delegação brasileira, acerca da preservação de museus e da prevenção de riscos ao patrimônio cultural.

Registra-se, por fim, a importante aprovação pelo Conselho Executivo da UNESCO do dia 5 de maio como Dia Mundial da Língua Portuguesa. A decisão resultou de proposta conjunta de todos os países-membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), com amplo apoio das outras delegações estrangeiras. A decisão do Conselho Executivo representou momento histórico para os 265 milhões de pessoas, em nove países, unidos pela língua portuguesa, e foi chancelada pela 40ª Conferência-Geral da UNESCO, em novembro de 2019.

Sítios brasileiros na Lista do Patrimônio Mundial

Sítios culturais

1. Brasília
2. Centro histórico de Salvador

3. Centro histórico de São Luiz
4. Centro histórico de Diamantina
5. Centro histórico de Goiás Velho
6. Centro histórico de Olinda
7. Centro histórico de Ouro Preto
8. Missões Jesuíticas dos Guaranis
9. Conjunto Moderno da Pampulha
10. Rio de Janeiro: Paisagens cariocas entre a montanha e o mar
11. Santuário de Bom Jesus de Congonhas
12. Praça de São Francisco na cidade de São Cristóvão
13. Parque Nacional da Serra da Capivara
14. Sítio arqueológico do Cais do Valongo
15. Sítio Roberto Burle Marx

Sítios naturais

1. Reserva da Mata Atlântica
2. Ilhas atlânticas de Fernando de Noronha e Atol das Rocas
3. Complexo de Conservação da Amazônia Central
4. Parque Nacional do Iguaçu
5. Áreas Protegidas do Cerrado: Chapada dos Veadeiros e Parque Nacional das Emas
6. Área de conservação do Pantanal
7. Reservas florestais da Costa do Descobrimento

Sítio misto

1. Paraty e Ilha Grande: Cultura e Biodiversidade

Elementos brasileiros nas listas do Patrimônio Cultural Imaterial

1. Roda de capoeira
2. Círio de Nazaré
3. Frevo do carnaval do Recife
4. Samba de roda do Recôncavo baiano
5. Expressões orais e gráficas dos povos Wajãpi
6. Yaõkwa, ritual do povo Enawane Nawe para manutenção da ordem cósmica
7. Museu vivo do fandango
8. Chamada de projetos do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial
9. Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão

Participantes brasileiras da Rede de Cidades Criativas da UNESCO

1. Belém (gastronomia)
2. Belo Horizonte (gastronomia)
3. Brasília (design)
4. Campina Grande (artes midiáticas)
5. Curitiba (design)
6. Florianópolis (gastronomia)
7. Fortaleza (design)
8. João Pessoa (artesanato e artes populares)
9. Paraty (gastronomia)
10. Recife (música)
11. Salvador (música)
12. Santos (cinema)

Jardins de Burle Marx

A UNESCO abriga o único exemplo conhecido existente das obras de paisagismo de Burle Marx na Europa - um conjunto de seis jardins de aproximadamente 375 m², integrando áreas subterrâneas do edifício em sua entrada principal, originalmente concebida pelo próprio Burle Marx. Um projeto de restauração está sendo elaborado pelo Secretariado, com particular interesse da Diretora Geral.

São previstas duas fases: (i) reabilitação estrutural, que exigirá a remoção parcial da paisagem para reparação de infiltrações e impermeabilização dos terrenos; e (ii) restauração da paisagem, com substituição de materiais existentes e reconstituição das coleções botânicas. A delegação brasileira está envolvida no projeto e deverá participar de sua segunda fase, em coordenação com o Instituto Burle Marx, no Rio de Janeiro.

O projeto de restauração foi aprovado na reunião do Comitê de Sede da UNESCO e espera-se protagonismo do Brasil para dar seguimento ao tema no âmbito Conselho Executivo e na Conferência Geral. O maior desafio, no momento, é o financiamento da obra, que, para sua segunda etapa, poderá contar com aporte de instituições públicas e privadas brasileiras.

Dívida do Brasil junto ao Fundo do Patrimônio Imaterial

O Fundo para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO (FPI) foi criado no âmbito da Convenção de 2003 para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, como o principal mecanismo para o financiamento de atividades relacionadas à proteção do patrimônio cultural imaterial. De acordo com as Diretrizes Operacionais da Convenção, os recursos do FPI são destinados ao financiamento de projetos de assistência internacional e capacitação realizados em países em desenvolvimento, sobretudo para a proteção de elementos inscritos na Lista de Salvaguarda Urgente.

O Brasil conta, atualmente, com nove elementos inscritos nas três Listas do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade:

a) Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade:

- Círio de Nazaré;
- Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão;
- Expressões orais e gráficas dos povos Wajãpi;
- Frevo do carnaval do Recife;
- Roda de capoeira;
- Samba de roda do Recôncavo Baiano;

b) Lista do Patrimônio Cultural Imaterial em Necessidade de Salvaguarda Urgente:

- Yaokwa, ritual do povo Enawane Nawe para manutenção da ordem cósmica;

c) Lista de Boas Práticas de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial:

- Museu vivo do Fandango; e
- Chamada de projetos do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial.

Atualmente, o Brasil cumpre mandato no Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (CPI), para o qual foi eleito em 2020, com mandato até 2024. Durante seu primeiro de mandato, o Brasil ocupou a Vice-Presidência do Comitê como representante do GRULAC. Após o Comitê do Patrimônio Mundial, que deixamos de integrar em novembro de 2021, ao término de nosso mandato, o CPI é o órgão mais relevante e de maior visibilidade do setor de Cultura da UNESCO.

O pagamento pontual das contribuições ao FPI constitui obrigação estatutária dos Estados-partes da Convenção de 2003 e representa um dos pressupostos para a participação do Brasil na agenda da Convenção do Patrimônio Imaterial. No caso de membros do Comitê do Patrimônio Imaterial (como o Brasil), O artigo 26, parágrafo 5, da Convenção de 2003 prevê que a inadimplência em relação às contribuições relativas a exercícios anteriores pode ensejar perda de mandato, com a consequente exclusão de um dos principais órgãos executivos do Setor de Cultura da UNESCO, além de considerável constrangimento para o país.

O Brasil deve, no momento, 55% da contribuição obrigatória referente ao exercício de 2021 (USD 55mil) e 100% do exercício 2022 (USD 69mil). De acordo com comunicação encaminhada pelo Secretariado da Convenção, o prazo final para o pagamento da dívida de 2021 é 27 de junho de 2022, após o qual o Brasil seria excluído do Comitê e seu assento incluído na lista de vagas abertas para preenchimento pela Assembleia Geral. Tal medida não apenas alijaria o país de um dos principais órgãos de governança multilateral do patrimônio cultural como também lhe impingiria consideráveis constrangimentos nos planos nacional, regional e internacional.



SENADO FEDERAL
Senadora Mara Gabrilli

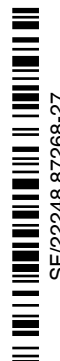
RELATÓRIO Nº , DE 2022

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 65, de 2022, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora PAULA ALVES DE SOUZA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.*

Relatora: Senadora MARA GABRILLI

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz da Senhora PAULA ALVES DE SOUZA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).



SF/22248.87268-27

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo da diplomata.

A senhora PAULA ALVES DE SOUZA é filha de Carlos Eduardo de Affonseca Alves de Souza e de Beatriz do Amaral Alves de Souza. Nasceu em 22 de julho de 1963, em Buenos Aires, Argentina (brasileira, de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição de 1946).

No ano de 1989, concluiu o curso de Ciência Política pelo *Richmond College*, em Londres, Reino Unido. E, em 1991, o Mestrado em Relações Internacionais pela *London School of Economics and Political Science*, também em Londres.

Em 1993, frequentou o Curso de Preparação à Carreira Diplomática. Em 2002, concluiu Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e, em 2012, o Curso de Altos Estudos, no qual defendeu a tese “A Internacionalização do Cinema Nacional: o Papel do Itamaraty”.

Iniciou sua carreira, no ano de 1994, como Terceira-Secretária, tornando-se, em 1999, Segunda-Secretária; e em 2003, Primeira-Secretária. Por merecimento, em 2008, chegou a Conselheira; e, em 2013, a Ministra de Segunda Classe. Passou a Ministra de Primeira Classe em 2021.

Entre as funções desempenhadas pela diplomata indicada, no Brasil e no exterior, podemos mencionar: Segunda-Secretária e Primeira-Secretária na Embaixada em Buenos Aires (2002-05); Primeira-Secretária na Embaixada em Pequim (2005-07); Chefe da Divisão de Promoção do Audiovisual (2008-14); Chefe da Divisão de Pagamentos (2014-15); Diretora do Departamento do Serviço Exterior (2015-16); Diretora do Departamento Cultural (2016-22); e, desde este ano, Diretora do Instituto Guimarães Rosa. Em 2000, foi condecorada com a Medalha Mérito Tamandaré, Brasil.

Em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio, ainda, acompanhada de documento informativo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a Unesco, organização que hoje conta com 193 estados membros e 10 membros associados.

Com a missão de combater a intolerância, a discriminação e o preconceito, e de promover um novo humanismo para forjar uma cultura de



paz lastreada na cooperação internacional nas áreas de educação, cultura e ciências, a Unesco surgiu em 1945 no pós-Segunda Guerra Mundial. A esse mandato original e com o fim de se adequar aos desafios contemporâneos, foram agregados temas relativos à comunicação e informação.

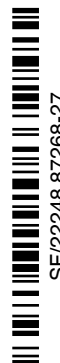
O Brasil é membro fundador da Unesco. Sua participação ativa tem garantido eleições contínuas de brasileiros para o Conselho Executivo da Organização e se reflete em visitas de alto nível à Unesco. Cumpre, ainda, ressaltar que a 41ª Conferência Geral é presidida pelo Brasil.

Junto à Organização, o Brasil busca defender os interesses da sociedade brasileira nos setores da educação, como a erradicação do analfabetismo, a promoção do ensino técnico profissionalizante, a maior inclusão e melhoria da qualidade do ensino, o treinamento de professores e o aprendizado ao longo da vida. Também interesses nos setores das ciências naturais, das ciências sociais e a preservação de nosso patrimônio cultural e natural são objeto da atuação brasileira.

O trabalho do Patrimônio Mundial no Brasil tem ensejado contribuições com os governos das esferas federal, estaduais e municipais, assim como da sociedade civil. Hoje, o Brasil possui 22 bens inscritos na lista do Patrimônio Mundial, pelo seu valor excepcional e universal para a cultura da humanidade. Desses 22 sítios, 14 são culturais, um é misto (Paraty) e sete são naturais. O primeiro a ser declarado foi a Cidade Histórica de Ouro Preto, em Minas Gerais, em 1980. Há, porém, outros marcos, como o Plano Piloto de Brasília (1987), o Parque Nacional Serra da Capivara, no Piauí (1991) e, mais recentemente, locais como o Sítio Arqueológico Cais do Valongo (2017) e o Sítio Roberto Burle Marx (2019), ambos no Rio de Janeiro.

Entre os elementos do Brasil inscritos nas Listas do Patrimônio Cultural Imaterial da Unesco, o primeiro a ser declarado foi o referente às expressões orais e gráficas dos Wajapis, população indígena do norte da Amazônia (2008). Ressalto, também, o Frevo do carnaval de Recife (2012) e o Círio de Nazaré em Belém do Pará (2013). O mais recente patrimônio cultural imaterial da organização é o Complexo Cultural do Bumba Meu Boi do Maranhão, declarado em 2019.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.



Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



2ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

2

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *FERNANDO SIMAS MAGALHÃES*

CPF.: 221.169.311-34

ID.: 5114 MRE

1957 Filho de Fernando Paulo Simas Magalhães e Tercília Fava Simas Magalhães, nasce em 16 de outubro, na cidade do México/DF, México (brasileiro nato, de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição de 1946)

Dados Acadêmicos:

1979 CPCD - IRBr
 1984 CAD - IRBr
 1998 CAE - IRBr, Cúpula das Américas de 1994: papel negociador do Brasil, em busca de uma agenda hemisférica
 1998 Curso de Teoria das Relações Internacionais, pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Equador

Cargos:

1980 Terceiro-Secretário
 1982 Segundo-Secretário
 1987 Primeiro-Secretário, por merecimento
 1994 Conselheiro, por merecimento
 1999 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
 2008 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1980-84 Divisão das Nações Unidas, assistente
 1984-87 Missão junto à ONU, Nova York, Segundo-Secretário
 1987-90 Embaixada em Moscou, Segundo-Secretário, Primeiro-Secretário e Encarregado de Negócios
 1990-92 Secretaria-Geral de Política Exterior, assessor
 1992-93 Departamento das Américas, Coordenador Executivo
 1992 Instituto Rio Branco, Professor-assistente de Temas de Política Internacional
 1993-96 Embaixada em Washington, Primeiro-Secretário e Conselheiro
 1996-99 Embaixada em Quito, Conselheiro
 1999-2001 Divisão da América Meridional-II, Chefe
 2001-03 Secretaria-Geral, assessor
 2003-05 Embaixada em Madri, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios
 2005-07 Missão junto à OEA, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios
 2007-10 Departamento da África, Diretor
 2010-15 Embaixada em Quito, Embaixador
 2013 LVIII Curso de Altos Estudos (CAE), Vice-Presidente da Banca Examinadora
 2015-16 Subsecretaria-Geral Política I, Subsecretário-Geral
 2016-18 Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais, Europa e América do Norte, Subsecretário-Geral
 2018-21 Missão Permanente junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), Representante Permanente
 2021- Secretário-Geral das Relações Exteriores, Secretário-Geral

Condecorações:

1996 Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
 1996 Medalha do Pacificador, Brasil
 2002 Ordem Nacional ao Mérito, Equador, Comendador
 2002 Ordem ao Mérito Naval, Brasil, Comendador

2002	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
2003	Ordem do Mérito Civil, Espanha, Comendador
2009	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2011	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande Oficial
2014	Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
2018	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grande Oficial
2019	Medalha Exército Brasileiro, Brasil
2021	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Grande Oficial

Publicações:

1990	"The Impact of East-West Confidence-building Measures on Global Security: A view from the South" in "DISARMAMENT - United Nations", Volume XIII, Number 1
2017	"O Brasil e a Proteção Internacional de Refugiados", Revista Interesse Nacional, ano 10, número 39

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**

Secretaria de Oriente Médio, Europa e África

Departamento de Europa

Divisão de Europa Meridional e União Europeia

ITÁLIA

**INFORMAÇÃO OSTENSIVA**

Julho de 2022

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República Italiana
CAPITAL	Roma
ÁREA	301.333 km ²
POPULAÇÃO (2022)	59,19 milhões de habitantes
IDIOMA OFICIAL	Italiano
PRINCIPAIS RELIGIÕES (2019)	Católicos, 78,9%; cristãos ortodoxos, 4,6%; muçulmanos, 1,9%; outros cristãos, 1,5%; protestantes, 0,6%; outras, 2,6%; sem religião, 11,7%
FORMA DE ESTADO	Unitário
FORMA DE GOVERNO	República
SISTEMA DE GOVERNO	Parlamentarismo
PODER LEGISLATIVO	Bicameral / Câmara dos Deputados e Senado
CHEFE DE ESTADO	Sergio Mattarella (desde fev/2015)
CHEFE DE GOVERNO	Mario Draghi (desde fev/2021. Apresentou pedido de renúncia em 21/7/2022)
CHANCELER	Luigi Di Maio (desde set/2019)
PIB (2021)	US\$ 2,1 trilhões
PIB PPC (2021)	US\$ 2,7 trilhões
PIB PER CAPITA (2021)	US\$ 35,4 mil
PIB PPC PER CAPITA (2021)	US\$ 46,1 mil
VARIAÇÃO DO PIB	2,3% (2022E), 6,6% (2021), -9,0% (2020), 0,5% (2019)
EFETIVOS MILITARES (2019)	342.000
ORÇAMENTO – DEFESA (2020)	US\$ 28,9 bilhões (1,6% do PIB)
IDH (2019)	0,892
EXPECTATIVA DE VIDA (2020)	82
ALFABETIZAÇÃO	99%
DESEMPREGO (5/2022)	8,1%
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Francesco Azzarello (desde jan/2020)
EMBAIXADOR EM ROMA	Hélio Vitor Ramos Filhos (desde set/ 2019)
UNIDADE MONETÁRIA	Euro (€)
COMUNIDADE BRASILEIRA (2020)	161 mil

CORRENTE COMERCIAL – US\$ bilhões						
Brasil → Itália	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Intercâmbio	7,0	7,7	8,5	7,8	7,1	9,3
Exportações	3,3	3,6	3,6	3,1	3,1	3,9
Importações	3,7	4,2	4,9	4,7	4,1	5,5
Saldo	-0,3	-0,6	-1,3	-1,5	-1,0	-1,6

APRESENTAÇÃO

A Itália é uma república parlamentar unitária, localizada no centro-sul da Europa. Os Estados independentes de San Marino e do Vaticano são enclaves no interior do território italiano, enquanto Campione d'Italia é um exclave italiano na Suíça. A Itália é membro fundador da União Europeia e parte da zona do euro, além de ser membro do G8, G20, OTAN, OCDE, Organização Mundial do Comércio (OMC), Conselho da Europa, União da Europa Ocidental e da Organização das Nações Unidas. A República Italiana tem papel proeminente nos assuntos políticos, econômicos, militares, culturais e diplomáticos europeus e mundiais.

PERFIS BIOGRÁFICOS

PRESIDENTE DA ITÁLIA – SERGIO MATTARELLA



Antes de assumir o mais alto cargo do país, em fevereiro de 2015, Sergio Mattarella teve longa e bem-sucedida vida pública. Goza do respeito da classe política e de elevada popularidade entre os cidadãos italianos. Entusiasta da diplomacia e do diálogo multilateral, tem convicções europeístas.

Nascido na capital siciliana de Palermo, em 1941, entrou na política em 1983, conquistando um assento na Câmara dos Deputados. Reeleito por seis vezes, integrou

sete legislaturas, até 2008, primeiramente pela Democracia Cristã, mais tarde por agremiações de centro-esquerda e finalmente pelo Partido Democrático (PD), que integrou até 2009.

Foi Ministro das Relações com o Parlamento de 1987 a 1989, Ministro da Educação de 1989 a 1990, Vice-Primeiro-Ministro de 1998 a 1999 e Ministro da Defesa de 1999 a 2001. Em outubro de 2011, integrou a Corte Constitucional, como juiz, cargo que ocupou até 2015. Foi eleito, em janeiro de 2015, nos termos da Constituição, Presidente da República, com mandato até fevereiro de 2022, pela maioria absoluta dos parlamentares e de 58 delegados regionais.

Em 29 de janeiro de 2022, foi reeleito pelo Parlamento italiano, para mais de sete anos de mandato. Trata-se da segunda vez em que um presidente é reeleito na história do país.

PRIMEIRO-MINISTRO DA ITÁLIA – MARIO DRAGHI



Nascido em Roma, em 1943. Iniciou sua carreira como economista. Na década de 1980, trabalhou para o Banco Mundial, em Washington D.C. Em 1991, retornou a Roma, para tornar-se Diretor Geral do Tesouro Italiano. Deixou essa função após uma década, para integrar-se aos quadros do banco de investimentos Goldman Sachs, onde permaneceu até 2006, quando foi indicado ao cargo de Governador do Banco da Itália. Seu mandato como Governador coincidiu com a crise financeira de 2008, em cujo contexto Draghi foi selecionado como o primeiro “Chair” do Conselho de Estabilidade

Financeira (FSB). Já em 2011, foi indicado pelo Conselho Europeu para servir como Presidente do Banco Central Europeu. Em 3 de fevereiro de 2021, foi convidado pelo Presidente Mattarella para formar governo de união nacional, após negociações exitosas com os partidos Liga, Movimento Cinco Estrelas, Partido Democrático e Forza Itália. Após crise na coalização, apresentou pedido de renúncia em 21/7/2022, que foi aceito pelo Presidente Mattarella. Permanecerá encarregado dos assuntos administrativos correntes até a realização de eleições antecipadas, previstas para 25/9/2022.

**MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL –
LUIGI DI MAIO**



Nasceu em Avellino, em 06 de julho de 1986. Nas eleições de 2013, foi eleito para a Câmara dos Deputados. Em 21 de março de 2013, tornou-se o Vice-Presidente mais jovem da Câmara dos Deputados. Em setembro de 2017, Di Maio foi eleito primeiro nome da lista e chefe político de seu partido, Movimento 5 Estrelas (M5S), com mais de 82% dos votos. De 2018 a 2019, foi Vice-Primeiro-Ministro e Ministro do Desenvolvimento Econômico, do Trabalho e das Políticas Sociais.

Em 2019 foi indicado Chanceler no governo Conte, tendo sido reconduzido ao cargo por Mario Draghi em fevereiro de 2021. Sua gestão à frente da chancelaria pode ser considerada como de continuidade das linhas tradicionais da política externa italiana, notadamente o pertencimento à Aliança Atlântica e a prioridade ao aprofundamento e fortalecimento da União Europeia.

RELAÇÕES BILATERAIS

O relacionamento entre Brasil e Itália possui lastro em amplo espectro de afinidades, favorecido pela presença, no Brasil, de mais de 30 milhões de descendentes de italianos - a maior das numerosas diásporas italianas no mundo - e de mais de 100 mil brasileiros residentes na Itália - inclusive aqueles com dupla nacionalidade.

Em 2007, as relações bilaterais foram alçadas à categoria de Parceria Estratégica, que prevê cooperação em matéria de comércio, finanças, defesa, ciência e tecnologia, cultura, turismo e esporte e confere especial ênfase ao diálogo político. Os dois países possuem três instrumentos centrais de cooperação que preveem reuniões periódicas: o Conselho de Cooperação Econômica, Industrial, Financeira e para o Desenvolvimento (de 1997); o Mecanismo de Consultas Políticas (de 2010); e a Comissão Mista de Ciência e Tecnologia. Em 11 de junho de 2018, realizou-se, em Roma, a IV Reunião de Consultas Políticas. Os outros dois mecanismos reuniram-se pela última vez em Brasília em 2015.

O dinamismo do relacionamento bilateral faz-se notar no intenso ritmo de visitas de autoridades de alto nível. Em janeiro de 2019, o presidente Bolsonaro manteve reunião com o Primeiro-Ministro italiano, Giuseppe Conte, à margem do Fórum Econômico Mundial de Davos, ocasião em que ambos registraram o interesse mútuo em fortalecer a cooperação bilateral.

Em janeiro de 2019, a ministra da Defesa italiana, Elisabetta Trenta, visitou o Brasil. No mês de fevereiro, o Secretário de Estado de Assuntos Políticos da Farnesina, Guglielmo Picchi, esteve no Brasil. Também em fevereiro, o então Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, recebeu o deputado Luís Roberto Lorenzato, de nacionalidade ítalo-brasileira e um dos representantes no parlamento da Itália da comunidade italiana residente na América do Sul. O ex-Chanceler manteve, em visita a Roma, de 6 a 8 de maio de 2019, reuniões com autoridades e empresários. O senhor Vice-Presidente da República, General Hamilton Mourão, visitou o Monumento Votivo de Pistoia em maio de 2019, no contexto das celebrações dos 75 anos dos combates na região por soldados brasileiros. Além disso, em 2019, houve visitas, ao Brasil, do Ministro de Políticas Agrícolas, Alimentares, Florestais e do Turismo, Gian Marco Centinaio, e do Subsecretário Picchi (13/02).

Em 2020, estava prevista viagem presidencial, no contexto das celebrações

dos 75 anos da participação brasileira na Campanha da Itália. A viagem, no entanto, teve de ser adiada, em razão da pandemia de COVID-19. Apesar da crise sanitária, mantiveram-se frequentes contatos telefônicos entre o então Chanceler Ernesto Araújo e o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália, Luigi di Maio.

Em 2021, observou-se retomada de contatos de alto nível, com a presidência italiana à frente do G-20 e a co-presidência na COP-26, em Glasgow. Em maio, o Chanceler Carlos França conversou por telefone com Luigi Di Maio, quando discutiram, entre outros temas, meio ambiente e mudança do clima; comércio e investimentos bilaterais; e a ampliação da agenda bilateral positiva, inclusive no escopo da presidência italiana à frente do G-20. Em julho, o então Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, participou de reunião ministerial conjunta do G-20, em Nápoles. Em agosto, à margem das reuniões do G20 sobre economia digital e pesquisa, ocorreu, em Trieste, encontro bilateral do então Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marcos Pontes, com o Ministro de Desenvolvimento Econômico da Itália, Giancarlo Giorgetti. Em setembro, o Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, manteve reunião bilateral com sua contraparte italiana, o Ministro da Saúde Roberto Speranza, à margem da Reunião dos Ministros da Saúde do G-20, em Roma.

Ainda em 2021, no mês de outubro, o Presidente Jair Bolsonaro foi recebido por seu homólogo, Sergio Mattarella, à margem da cúpula do G-20, em Roma. Na mesma ocasião, o Ministro das Relações Exteriores Carlos França reuniu-se com o Chanceler Luigi di Maio.

Em 2022, o subsecretário do Ministério dos Negócios Estrangeiros e de Cooperação Internacional, Manlio Di Stefano, realizou visita ao Brasil, tendo sido recebido pelo Chanceler Carlos França, entre outras autoridades.

Na esfera legislativa, o relacionamento bilateral tem sido impulsionado pelo Grupo Parlamentar Brasil-Itália. Criado em 2003, o grupo é composto por deputados de ambos os países e tem trabalhado para o fortalecimento dos laços econômicos, políticos e culturais.

POLÍTICA INTERNA

A Itália é uma república parlamentarista. O Presidente da República é o cargo máximo do Estado. Além de possuir funções de representação da unidade nacional e de garantidor do respeito à carta constitucional, tem também um certo número de funções

dentro dos campos executivo, legislativo e judiciário. Eleito pelo Parlamento para mandatos de sete anos, o Chefe de Estado italiano promulga leis, nomeia alguns membros de importantes organismos institucionais, é presidente do Conselho Superior da Magistratura, controla recursos extraordinários da administração pública, pode reenviar às casas parlamentares um ato legislativo, pode conceder anistia e é o comandante supremo das forças armadas.

O Presidente do Conselho de Ministros (Primeiro-Ministro) é nomeado pelo Presidente da República, que é livre na sua escolha, embora deva considerar a formação política do parlamento, já que o novo Chefe de Governo precisa receber o “voto de confiança” dos parlamentares para que possa iniciar suas atividades. Disso resulta que, de maneira geral, se escolhe um nome que represente a maioria dos partidos no Parlamento. O Presidente do Conselho é o quarto cargo no sistema político italiano, depois dos presidentes da República, do Senado e da Câmara dos Deputados. É, no entanto, o principal administrador do Estado, desempenhando papel central como articulador político.

As últimas eleições italianas ocorreram em 04/03/2018. A coalizão de centro-direita, liderada por Força Itália (FI) e Liga, obteve o maior número de votos totais (37%), mas o "antissistema" Movimento Cinco Estrelas (M5S) foi o mais votado individualmente (32,2%). Em 31/5/2018, o M5S e a Liga ganharam o aval do presidente Sergio Mattarella para iniciar governo conjunto, que tomou posse em 01/06/2018, liderado por Giuseppe Conte. Matteo Salvini e Luigi Di Maio tornaram-se vice-premiê. Salvini (Liga) passou a ocupar o Ministério do Interior, enquanto Di Maio assumiu o Ministério do Desenvolvimento Econômico, do Trabalho e das Políticas Sociais.

Em agosto de 2019, a Liga pediu voto de desconfiança do Primeiro-Ministro Conte, que, apesar de não ser filiado a nenhum partido, foi indicado pelo M5S. Em uma sequência de ações do Parlamento, aprovou-se coalização entre o M5S e o Partido Democrático, com a manutenção de Conte no cargo de Primeiro-Ministro.

Luigi di Maio foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros, tendo reforçado sua pasta com temas econômicos, anteriormente atribuídos à sua posição como Vice-Primeiro Ministro. O Governo Conte-II tomou posse em 5 de setembro daquele ano. Além de M5S e PD, sua base de apoio incluiu o pequeno partido de esquerda Livres e Iguais (LeU), além do Itália Viva (IV), agremiação criada no mesmo mês de setembro pelo ex-Premiê (2014-2016) democrata e, hoje, Senador Matteo Renzi.

Em janeiro de 2021, o Primeiro-Ministro Conte submeteu-se a voto de moção de confiança no Senado. A moção foi aprovada por 156 votos, ante 140 contrários e 16 abstenções, resultado que configura maioria simples, suficiente para a vitória, mas que gerou abalo na continuidade do governo. Dias depois, Conte apresentou sua renúncia ao Presidente Sergio Mattarella. Em pronunciamento à nação, Mattarella surpreendeu ao propor um governo de iniciativa presidencial, indicando Mario Draghi como Primeiro-Ministro. O Presidente justificou a decisão afirmando dispor de "dois caminhos excludentes entre si": a nomeação de um novo governo, capaz de enfrentar "as graves emergências sanitária, social, econômica e financeira", ou convocar eleições antecipadas.

A administração Draghi caracterizou-se pelo apoio dos principais partidos políticos nacionais, o que lhe conferiu característica de governo de consenso, com orientação europeísta e atlanticista. O chanceler Luigi Di Maio foi reconduzido ao cargo.

O Primeiro-Ministro Mario Draghi apresentou renúncia em 14/7/2022, após a retirada do apoio do Movimento 5 Estrelas (M5S), segundo maior parceiro da coalizão de governo. A crise que levou à retirada do voto de confiança atingiu o ápice com a decisão do M5S de abster-se de votar, no Senado, decreto-lei de medidas econômicas emergenciais e ajuda social no valor de 26 bilhões de euros.

O Presidente Sergio Mattarella – responsável pela nomeação de Draghi para liderar a recuperação econômica após a pandemia – recusou-se a aceitar a demissão e instou o Premiê buscar preservar o governo de unidade nacional. Os principais aliados na coalizão – Lega, Forza Italia e M5S - abstiveram de apoiar a resolução pertinente, e Draghi não logrou obter o voto de confiança necessário para se manter no cargo.

Em 21 de julho, o Primeiro-Ministro apresentou novo pedido de renúncia, acolhido pelo Presidente Mattarella, que dissolveu o parlamento e convocou eleições antecipadas para o dia 25 de setembro de 2022.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa italiana tem como principais eixos norteadores o pertencimento à OTAN, à União Europeia e a aliança com os Estados Unidos. Autoridades italianas costumam mencionar que sua diplomacia é fundamentada na posição "ocidental, transatlântica e europeísta". Para a Itália, a Europa é parte

indispensável de sua identidade nacional e ponto de partida para enfrentar os desafios globais. Com a saída do Reino Unido do bloco europeu, a Itália tem-se posicionado mais claramente no centro decisório comunitário, como uma das três principais economias da UE.

No entanto, é no Mediterrâneo que a Itália acredita poder desempenhar papel particularmente importante, atuando como defensor da paz, das oportunidades de cooperação e do diálogo com o Norte da África. Merece particular atenção do governo italiano a situação no norte da África e os fenômenos da radicalização religiosa e da migração em grande escala no Mediterrâneo. A questão migratória ganhou importância estratégica para a Itália, a ponto de se tornar um dos principais assuntos no debate político interno. Mais recentemente, com a eclosão da guerra na Ucrânia, a Itália demonstrou muita agilidade no reforço da parceria com a Argélia, seu principal fornecedor de gás após a Rússia.

No "Mediterrâneo ampliado", que abarca o norte da África e o Oriente Médio, a Itália tem como prioridade máxima a estabilização da Líbia, onde tem interesses de segurança (controle migratório e combate ao terrorismo) e econômicos (petróleo e gás). A Itália apoia solução política para o conflito, sob a liderança da ONU, e mantém cerca de 450 militares desdobrados no país africano.

Com a América Latina, a Itália mantém vínculos históricos, políticos, socioeconômicos e linguísticos. O Instituto Ítalo-Latino-Americano (IILA) é expressão do interesse italiano pela região.

Percebe-se, na política externa da Itália, valorização renovada do multilateralismo, com destaque para a presidência italiana do G20 (dez 2020 a nov 2021) e a copresidência, junto com o Reino Unido, da COP-26, realizada em Glasgow, de 1 a 12 de novembro de 2021. Antes disso, o país integrou o Conselho de Segurança das Nações Unidas da ONU, em 2017, além de sediar, no mesmo ano, a cúpula do G7. Em 2018, o país ocupou a presidência de turno da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE).

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

COMÉRCIO BILATERAL

Em 2021, a corrente comercial entre Brasil e Itália voltou a crescer, após queda em 2020. Segundo dados divulgados pelo Ministério da Economia, a corrente de comércio bilateral, em 2021, alcançou US\$ 9,3 bilhões, um aumento de 31% em relação ao ano anterior. A Itália ocupou o 15º lugar na classificação dos destinos das exportações brasileiras e o 7º como fonte de importações. A balança comercial com a Itália é historicamente deficitária.

Em 2021, os principais produtos exportados foram: celulose (16%), café não torrado (12%), minério de ferro e seus concentrados (11%) e soja (9,9%). Nas importações, predomina a diversidade de produtos manufaturados, com destaque para medicamentos e produtos farmacêuticos, excluindo veterinários (8,6%); partes e acessórios de veículos (7,8%); e outros medicamentos, incluindo veterinários (5,1%).

Entre janeiro e junho de 2022, a corrente de comércio foi de US\$ 5,2 bilhões (expansão de 11% em relação ao mesmo período de 2021), entre exportações (+23%) e importações (+2,2%). Os itens mais vendidos foram celulose (16%), café não torrado (16%) e soja (11%).

O relacionamento econômico-comercial entre Brasil e Itália pode ganhar novo fôlego à luz da conclusão do acordo de cooperação birregional Mercosul-UE. A Itália deverá ser um dos principais beneficiários do acordo, tendo em conta a proximidade cultural com os países da região, o histórico de investimentos italianos na economia do Mercosul e a tradição exportadora de sua indústria.

Os investimentos diretos italianos no Brasil representam ponto central da pauta econômica bilateral. Em 2015, foi assinado Memorando de Entendimento sobre troca de informações quanto a processos de concessões públicas. A importância do investimento italiano é indicada também pela presença de importantes grupos empresariais, tais como FIAT, Pirelli, Tim e ENEL. As mais de 1.000 companhias italianas instaladas no Brasil geram em torno de 150 mil empregos diretos no país. Os investimentos com maiores aportes de recursos são os de empreendimentos imobiliários, telefonia, comércio atacadista de alimentos, fabricação de máquinas e equipamentos, peças e acessórios para veículos.

O tecido produtivo italiano comporta grande rede de pequenas e médias empresas com alta capacidade de competição em mercados externos. Não obstante, nos últimos anos, assistiu-se a processo de falência e realocação de muitas empresas, sobretudo no setor têxtil. Ademais, o país conta com grandes grupos como ENEL, ENI, Fiat, Pirelli, Leonardo Finmeccanica e Telecom Itália, que estão concentrados, sobretudo, no norte e

centro do país. Originalmente, muitos desses grandes grupos eram empresas estatais. A produção industrial italiana é a segunda maior da Europa, com importantes nichos de alta tecnologia.

Os dados disponíveis indicam estoques de investimentos italianos da ordem de US\$ 7,7 bilhões, segundo o critério de participação no capital (BACEN, 2021). Vale recordar que, em 2018, a ENEL adquiriu a Eletropaulo pelo valor de US\$ 1,48 bilhão. Do lado brasileiro, os investimentos são bastante mais modestos, com estoques da ordem de US\$ 593 milhões, conforme o critério de posição em participação no capital (BACEN, 2021). Existem aproximadamente 20 empresas brasileiras de grande porte operando em território italiano, entre as quais o Banco do Brasil, a Rigamonti (alimentício), a Rádio Antena 1 (comunicação), a Embraco (compressores para refrigeração) e a Alpargatas (calçados).

ECONOMIA

A Itália ocupa a nona posição entre as maiores economias do mundo, com PIB de US\$ 2,09 trilhões (BM, 2021).

Após queda de 9% do PIB em 2020, a Itália cresceu, em 2021, 6,6%, melhor resultado desde 2017.

Para fazer frente à crise econômica advinda da pandemia de COVID-19, o Parlamento italiano aprovou, em 27/4/2021, o "Plano Nacional de Recuperação e Resiliência" (PNRR), no âmbito do "Next Generation EU" (plano de recuperação econômica de longo prazo da UE), que prevê a injeção de recursos da ordem de EUR 1,8 trilhão nos países comunitários durante o período 2021-2026. À Itália, concedeu-se a maior porção do orçamento do pacote (EUR 221 bilhões). O plano pretende tornar o país mais sustentável, resiliente e preparado para os desafios e oportunidades das transições verde e digital. Uma das principais expectativas sobre o governo Draghi dizia respeito a sua capacidade de atender aos requisitos da Comissão Europeia para a implementação do plano "Next Generation EU".

Apesar da recuperação pós-pandemia, a economia italiana apresentava trajetória de crescimento modesto em anos recentes, devido tanto a desafios externos – como o Brexit, a guerra comercial entre Estados Unidos e China e a desaceleração europeia (especialmente da indústria automotiva alemã) – quanto internos. Entre os últimos,

merecem destaque aspectos ligados ao setor bancário; à produtividade; à dinâmica demográfica; e ao endividamento do setor público – cerca de 156% do PIB (FMI, 2022).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

878	Os árabes dominam a região da Sicília
1061	Ocupação dos povos normandos na região da Sicília
Séc. XIII	Domínio político das grandes cidades-estado: Veneza, Gênova, Milão e Florença
Séc. XVI	A Península Itálica torna-se o berço do Renascimento
1713	Grande parte do território do norte da Península Itálica passa para o domínio austríaco
1796	Tropas francesas de Napoleão Bonaparte invadem a Itália
1848/49	Primeira Guerra de Independência
1859	Segunda Guerra de Independência
1861	Proclamação do reino da Itália com Vitor Emanuel como soberano
1870	Roma torna-se a capital da Itália moderna
1922	Implantação do regime totalitário
1929	Tratado de Latrão, assinado entre o Vaticano e o governo italiano
1939	Segunda Guerra Mundial
1943	A Itália rende-se aos aliados na II Guerra Mundial
1945	A Itália sai derrotada da II Guerra, e Mussolini é assassinado pelos antifascistas
1946	Proclamação da moderna República Italiana
1949	A Itália adere à OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte)
1955	A Itália passa a fazer parte da ONU (Organização das Nações Unidas)
1958	A Itália entra na União Europeia
2010	A Itália enfrenta grave crise econômica, com alto desemprego, fraco crescimento econômico e aumento da dívida pública.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1861	Reconhecimento do Reino da Itália pelo Império brasileiro
1870	Início da imigração italiana para o Brasil
1891	Reconhecimento da República brasileira pela Itália
1942	Brasil decreta guerra a Alemanha e Itália
1944	Restabelecimento pleno das relações diplomáticas Brasil-Itália e embarque do primeiro contingente de tropas da FEB para a Itália

1965	Primeira visita ao Brasil de um Presidente italiano, Giuseppe Saragat
1975	Visita à Itália do Chanceler Azeredo da Silveira
1997	Visita de Estado à Itália do Presidente Fernando Henrique Cardoso
2000	Visita de Estado ao Brasil do Presidente Carlo Azeglio Ciampi
2005	Visita à Itália do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva
2007	Visita ao Brasil do Presidente do Conselho de Ministros Romano Prodi e assinatura de parceria estratégica Brasil-Itália
2009	Visitas à Itália do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para o G-8 e para a Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar da FAO, e encontros com o Primeiro-Ministro Silvio Berlusconi
2010	Encontro do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o Primeiro-Ministro Silvio Berlusconi em Washington, à margem da Cúpula sobre Segurança Nuclear; assinatura do Plano de Ação da Parceria Estratégica; visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Silvio Berlusconi
2011	Visita a Roma do Ministro Antonio de Aguiar Patriota, para as celebrações dos 150 anos da Unificação Italiana
2012	Visita a Roma do Vice-Presidente da República, Michel Temer
2013	Encontro, na Itália, entre a Presidenta Dilma Rousseff e o Presidente Giorgio Napolitano
2013	Reunião, em Nova York, entre os Chanceleres Luiz Alberto Figueiredo Machado e Emma Bonino
2015	Visita à Itália da Presidente Dilma Rousseff (11 de julho)
2015	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional da Itália - São Paulo e Brasília (3 a 6 de novembro)
2017	Visita do Ministro Aloysio Nunes à Itália (Roma, 13 de novembro)
2018	Visita do Ministro das Relações Exteriores e Cooperação Internacional da Itália, Angelino Alfano (Brasília, 22 de fevereiro)
2019	Visita do senhor Vice-Presidente da República, General Hamilton Mourão, às cidades de Pistoia e de Gaggio Montano (maio); e visita do Chanceler Ernesto Araújo a Roma (maio)
2021	Reuniões do Presidente Jair Bolsonaro com o Presidente Sergio Mattarella e do Ministro Carlos França com o Ministro Luigi di Maio à margem da cúpula do G-20, em Roma (outubro)

ACORDOS BILATERAIS

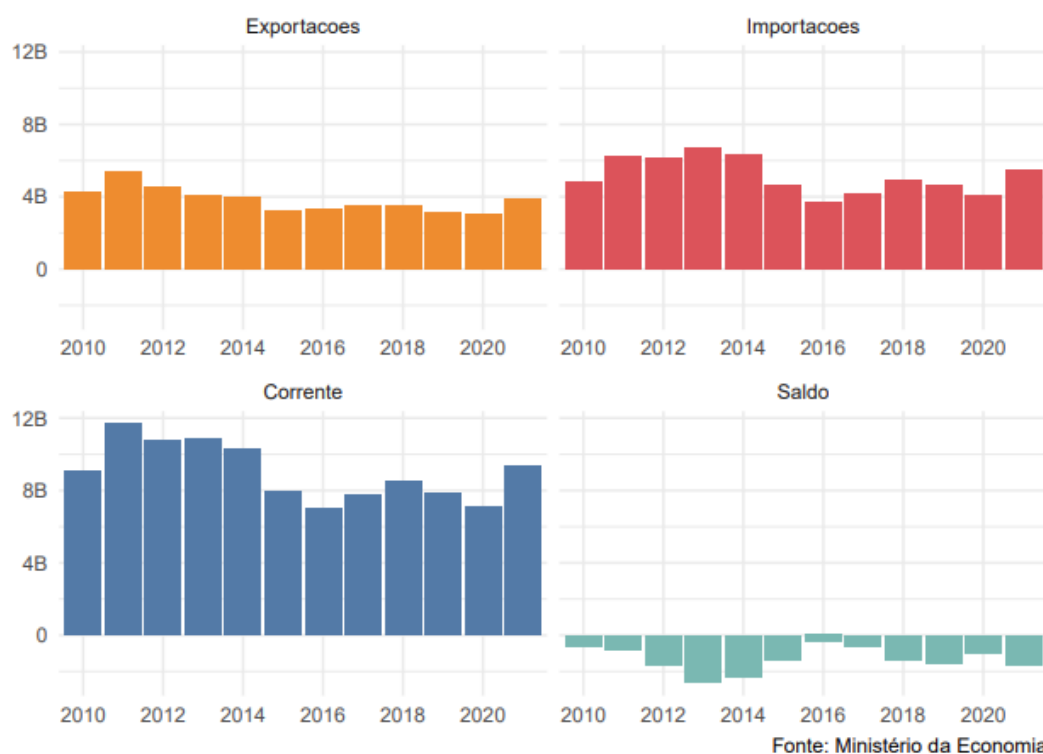
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana sobre Reconhecimento Recíproco em Matéria de Conversão de Carteiras de Habilitação	02/11/2016	Em Vigor
Acordo entre o Brasil e a Itália sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes Residentes do Pessoal Diplomático, Consular e Técnico-Administrativo	11/11/2008	Em Vigor
Acordo de Co-Produção Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana	23/10/2008	Em Vigor
Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana	27/03/2008	Tramitação Ministérios/Casa Civil
Acordo-Quadro de Cooperação Econômica, Industrial e para o Desenvolvimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana	12/02/1997	Em Vigor
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana	12/02/1997	Em Vigor
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana na Luta Contra o Crime Organizado e o Tráfico de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas.	12/02/1997	Em Vigor
Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana	12/02/1997	Em Vigor
Acordo de Seguridade Social entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana	26/06/1995	Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s)
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana sobre Cooperação no Domínio do Turismo	11/12/1991	Em Vigor
Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana	17/10/1989	Em Vigor

Tratado Relativo à Cooperação Judiciária e ao Reconhecimento e Execução de Sentenças em Matéria Civil entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana	17/10/1989	Em Vigor
Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana sobre Cooperação Judiciária em Matéria Penal	17/10/1989	Em Vigor
Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana.	18/10/1982	Em Vigor
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e Protocolo Adicional entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana.	03/10/1978	Em Vigor
Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana.	30/10/1972	Em Vigor
Acordo Sanitário para a Importação de Carnes pela Itália entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana.	30/10/1972	Em Vigor
Acordo de Co-Produção Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana.	09/11/1970	Em Vigor
Acordo para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consulta sobre Transporte Marítimo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana.	06/10/1970	Em Vigor
Acordo para a Formação de uma Comissão Mista para a Promoção da Colaboração Econômica Prevista no Artigo 6º do Acordo de 1956 entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Italiana.	09/12/1968	Em Vigor
Acordo sobre Direitos Autorais entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Italiana.	06/09/1963	Em Vigor
Acordo para a Consolidação de Compromissos Comerciais Brasileiros entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Italiana.	03/08/1962	Em Vigor

Acordo de Migração entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Italiana.	09/12/1960	Em Vigor
Acordo Relativo à Aquisição do ``Palazzo Doria Pamphili`` destinado a sediar a Embaixada do Brasil em Roma entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Italiana.	28/11/1960	Em Vigor
Acordo de Cooperação entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Italiana para o Uso Pacífico da Energia Nuclear.	06/12/1958	Em Vigor
Acordo sobre Serviço Militar entre República dos Estados Unidos do Brasil e República Italiana.	06/09/1958	Em Vigor
Convenção sobre Conciliação e Solução Judiciária entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Italiana.	24/11/1954	Em promulgação/MRE
Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares entre os Estados Unidos do Brasil e a República Italiana	25/01/1951	Em Vigor
Acordo Comercial de Compensação e Anexos entre os Estados Unidos do Brasil e a República Italiana	05/07/1950	Em Vigor
Acordo de Investimentos e Coparticipação de Cidadãos e Capitais Italianos em Empresas Brasileiras entre os Estados Unidos do Brasil e a República Italiana	05/07/1950	Em Vigor
Convenção de Imigração e Trabalho entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo do Reino da Itália.	08/10/1921	Em Vigor

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

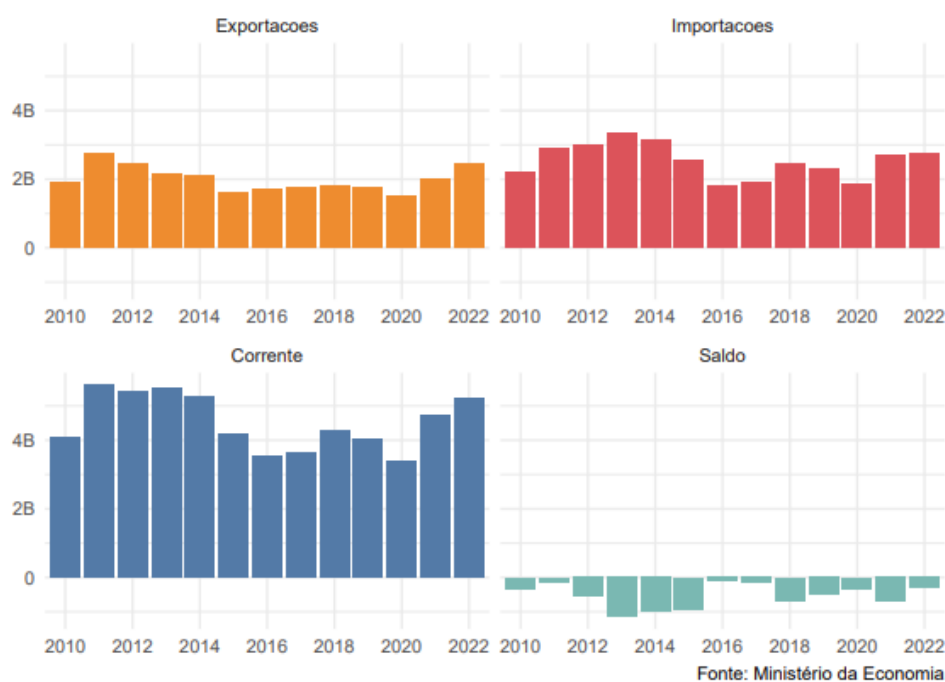
Brasil-Itália, Fluxo de Comércio até 2021



	2021	2020	2019	2018	2017
Exportacoes	4B (26.40%)	3B (-3.00%)	3B (-11.40%)	4B (-0.18%)	4B (7.21%)
Importacoes	5B (34.4%)	4B (-13.0%)	5B (-4.7%)	5B (18.1%)	4B (12.4%)
Saldo	-2B (-258.32%)	-1B (-166.49%)	-2B (-212.58%)	-1B (-326.43%)	-603M (-258.13%)
Corrente	9B (30.975%)	7B (-8.980%)	8B (-7.538%)	8B (9.696%)	8B (9.970%)

	2016	2015	2014	2013	2012
Exportacoes	3B (1.58%)	3B (-18.67%)	4B (-1.89%)	4B (-10.52%)	5B (-15.78%)
Importacoes	4B (-20.8%)	5B (-25.9%)	6B (-6.1%)	7B (8.3%)	6B (-0.4%)
Saldo	-381M (-127.11%)	-1B (-161.40%)	-2B (-187.39%)	-3B (-261.65%)	-2B (-306.27%)
Corrente	7B (-11.593%)	8B (-23.085%)	10B (-4.491%)	11B (0.329%)	11B (-7.555%)

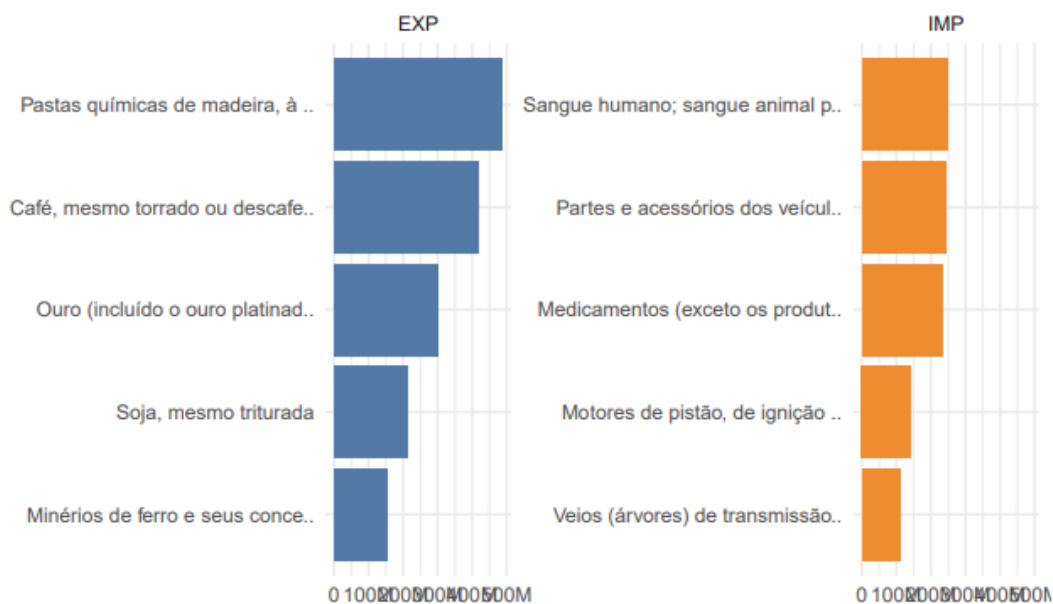
Brasil-Itália, Fluxo de Comércio agregado até Junho



	2022	2021	2020	2019	2018
Exportacoes	2B (22.95%)	2B (32.03%)	2B (-14.72%)	2B (-1.09%)	2B (3.22%)
Importacoes	3B (2.218%)	3B (45.605%)	2B (-18.420%)	2B (-7.701%)	2B (29.505%)
Saldo	-304M (-143.2%)	-704M (-305.9%)	-342M (-168.4%)	-500M (-174.6%)	-670M (-509.5%)
Corrente	5B (11.04%)	5B (39.50%)	3B (-16.80%)	4B (-4.92%)	4B (16.95%)

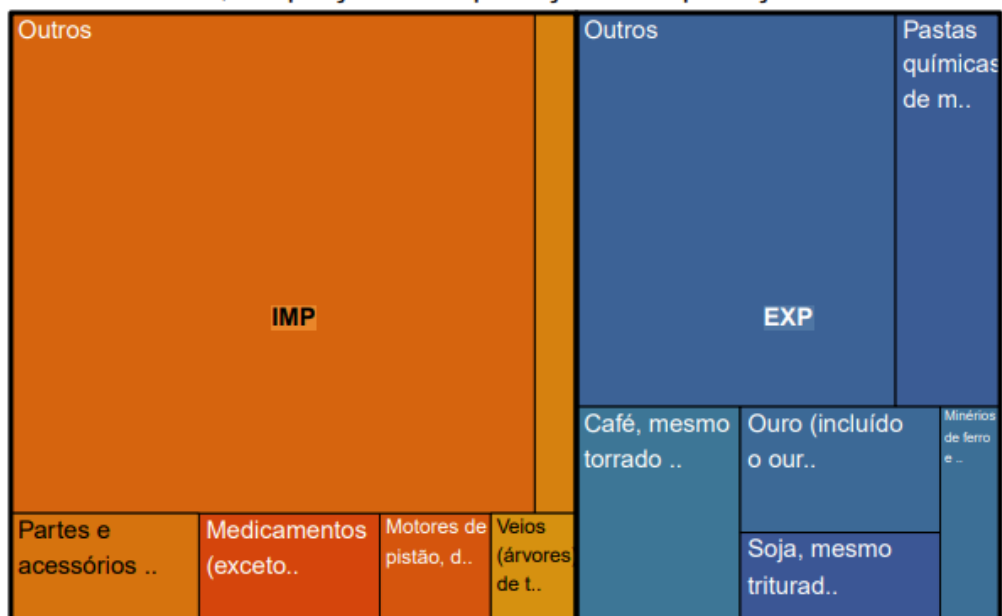
	2017	2016	2015	2014	2013
Exportacoes	2B (2.21%)	2B (5.49%)	2B (-24.06%)	2B (-1.89%)	2B (-10.95%)
Importacoes	2B (4.852%)	2B (-28.658%)	3B (-18.478%)	3B (-6.108%)	3B (11.130%)
Saldo	-164M (-244.6%)	-113M (-112.1%)	-933M (-193.4%)	-998M (-186.0%)	-1B (-307.2%)
Corrente	4B (3.58%)	4B (-15.40%)	4B (-20.74%)	5B (-4.44%)	6B (1.23%)

Brasil-Itália, pauta comercial, 2021



Fonte: Ministério da Economia

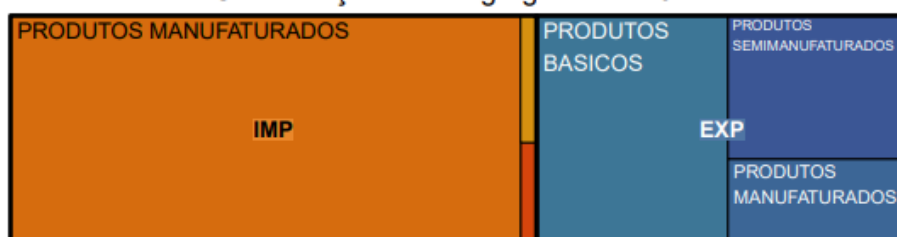
Brasil-Itália, Proporção de Exportações e Importações em 2021



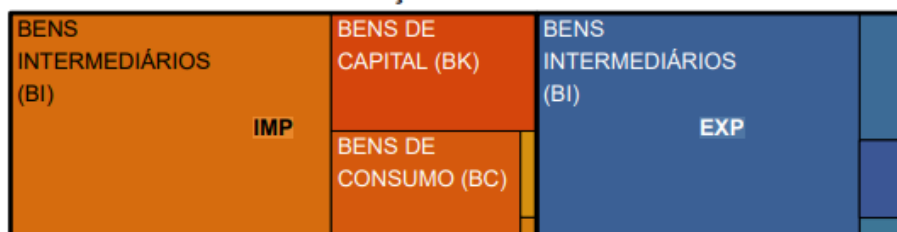
Classificação ISIC em 2021



Classificação Fator Agregado em 2021



Classificação CGCE em 2021



Classificação CUCI em 2021



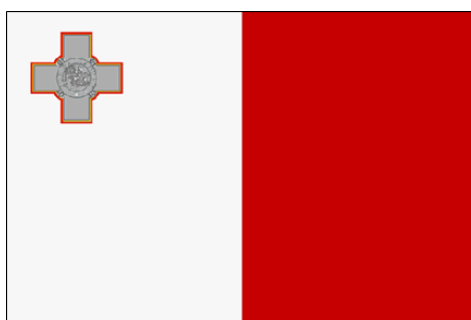
**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**

Secretaria de Oriente Médio, Europa e África

Departamento de Europa

Divisão de Europa Meridional e União Europeia

MALTA

**OSTENSIVO**
Julho de 2022

DADOS BÁSICOS SOBRE MALTA	
NOME OFICIAL:	República de Malta
CAPITAL:	Valetta
ÁREA:	320 km ²
POPULAÇÃO (2021):	517 mil habitantes (BM)
LÍNGUAS OFICIAIS:	Maltês e inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católica (98%)
SISTEMA DE GOVERNO	República Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral, Parlamento de Malta (Il-Kamra Tad-Deputati)
CHEFE DE ESTADO:	Presidente George Vella (desde 04/04/2019)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Robert Abela (desde 13/01/2020)
CHANCELER:	Ian Borg
PIB NOMINAL (2021):	US\$ 17,25 bilhões (FMI)
PIB PPP (2021):	US\$ 25,58 bilhões (FMI)
PIB PER CAPITA (2021):	US\$ 33.330 (FMI)
PIB PPP PER CAPITA (2021):	US\$ 49.560 (FMI)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	4,8% (2022E); 9,4% (2021); -8,3% (2020); 5,9% (2019)
IDH (2019):	0,895 (28º no ranking) (PNUD)
EXPECTATIVA DE VIDA (2020):	83 (BM)
ALFABETIZAÇÃO: (2018)	94,5% (BM)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2021)	3,5% (BM)
UNIDADE MONETÁRIA:	euro (€)
EMBAIXADOR MALTÊS:	John Aquilina (desde 11/05/2022)
EMBAIXADOR BRASILEIRO (residente em Roma):	Hélio Vitor Ramos Filho (cumulatividade com Itália)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões)					
Brasil → Malta	2017	2018	2019	2020	2021
Intercâmbio	31	83	153	121	149
Exportações	14	69	139	109	136
Importações	17	14	14	13	13
Saldo	-4	55	125	96	123

APRESENTAÇÃO

A República de Malta localiza-se a 93 km ao sul da ilha da Sicília (Itália) e é composta por três ilhas habitadas – Malta, Gozo e Comino. Com cerca de 517 mil habitantes concentrados em uma área de pouco mais de 300km², é um dos países mais densamente povoados do mundo.

Ao longo da história, a localização de Malta, na região central do mar Mediterrâneo, conferiu-lhe grande importância estratégica. Por volta do ano 1000 a.C., as ilhas converteram-se em posto fenício. Em 736 a.C., foram ocupadas pelos gregos e, em 400 a.C., pelos cartagineses. Em 218 a.C., passaram a pertencer ao Império Romano.

Com a divisão do Império Romano em 395 d.C., Malta passou ao domínio de Constantinopla (Império Romano do Oriente). O Império Bizantino controlou-a até 870, quando foi conquistada pelos árabes muçulmanos, que influenciaram seu idioma e cultura.

Em 1090, o conde Rogério I da Sicília conquistou Malta e submeteu-a ao domínio do Reino da Sicília. Em 1266 as ilhas, juntamente com a Sicília, passaram ao domínio de Carlos I de Anjou, que as cedeu em 1283 a Pedro III de Aragão.

Em 1530, as ilhas foram cedidas pela Espanha à Ordem Hospitalar de São João de Jerusalém. A ordem monástica, hoje conhecida como "Ordem de Malta", governou as ilhas até 1798.

Em 1798, forças napoleônicas ocuparam Malta. Em 1800, foram expulsas pela Grã-Bretanha. Em 1814, Malta tornou-se formalmente um protetorado britânico. Obteve independência em 1964 e tornou-se república em 1974.

Em 1979, os britânicos retiraram-se da base militar de Pembroke, pondo fim a mais de 150 anos de presença na ilha. A influência inglesa faz-se presente em diversas áreas como organização pública, tráfego ("mão inglesa"), arquitetura e outras. Em relação à religião, a população é predominantemente católica romana (98%). O inglês é utilizado como língua oficial do país, porém a população comunica-se cotidianamente em maltês, idioma de origem árabe, com influência italiana.

Malta tornou-se membro da União Europeia em 2004, do Espaço Schengen em 2007 e da Zona do Euro em 2008.

Malta integra a "Commonwealth" britânica.

PERFIS BIOGRÁFICOS**George Vella**
Presidente da República

Nasceu em 24/04/42 em Żejtun. Formou-se em Medicina pela Universidade de Malta. A partir de 1978, foi eleito deputado 8 vezes pelo Partido Trabalhista. Foi Ministro das Relações Exteriores e Vice-Primeiro-Ministro. Foi eleito por unanimidade pelo parlamento e assumiu a presidência da República em 4 de abril de 2019.

Robert Abela
Primeiro-Ministro

Nasceu em 07/12/1977, em Silema. Formou-se em Direito pela Universidade de Malta. Em 2017, foi eleito deputado pela primeira vez como membro do Partido Trabalhista (Partit Laburista, PL). Em 13 de janeiro de 2020, tornou-se Primeiro-

Ministro aos 42 anos.

Ian Borg
Ministro dos Negócios Estrangeiros e Europeus e Comércio



Nasceu em 28/02/1986, em Dingli. Doutorou-se em Direito pela Universidade de Malta. Sua carreira política iniciou-se em 2005, como prefeito de sua cidade natal, tendo sido reeleito duas vezes. Foi Ministro dos Transportes e Infraestrutura de 2017 a março de 2022, quando foi designado chanceler. O Chanceler Borg visitou o Brasil em junho de 2022, quando inaugurou a Embaixada do país em Brasília.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Malta estabeleceram relações diplomáticas em 1975. Desde junho de 2010, a Embaixada do Brasil junto à República de Malta é cumulativa com a Embaixada em Roma (anteriormente era cumulativa com a embaixada em Trípoli, Líbia). O tratamento dos assuntos malteses no Brasil estava inicialmente a cargo da Embaixada de Malta em Washington, passando posteriormente a embaixador residente em Valeta. Em junho do corrente ano, o país abriu embaixada residente em Brasília. Trata-se da primeira embaixada maltesa na América Latina.

No início do conflito de 2011 na Líbia, a colaboração do governo maltês foi fundamental para a retirada de mais de 3.200 funcionários de empresas brasileiras instaladas naquele país. O governo maltês acolheu todos os cidadãos brasileiros em seu território e permitiu o trânsito dos demais funcionários da empresa, de outras nacionalidades. Foi muito apreciada no Brasil a cooperação estendida pelas autoridades migratórias de Malta, acionadas em caráter de emergência, dada a natureza humanitária da operação.

Além da Embaixada, Malta tem Consulado-Geral em São Paulo e Consulado Honorário em Recife, seus únicos na América Latina. O Brasil possui Consulado Honorário em Valeta.

Há interesse recíproco em aumentar a fluidez do diálogo político entre os dois países. Nesse sentido, foi assinado, em 2016, Memorando de Entendimento sobre a Condução de Relações Bilaterais.

Em 2009, os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e de Malta mantiveram reunião em Istambul, por ocasião do II Fórum da Aliança de Civilizações. Em 2012, o então Ministro da Defesa, Celso Amorim, manteve reunião, em Malta, com o então chanceler Tonio Borg. Em 2017, o Ministro da Saúde de Malta, Christopher Fearne, participou, em São Paulo, do “World Hepatitis Summit” (1-3/11/17).

Em março de 2018, o Ministro maltês da Energia e Gestão Hídrica, Joe Mizzi, esteve em Brasília para participar do 8º Fórum Mundial da Água (18-23/03/2018). Em 12/06/2018, realizou-se, em Valeta, reunião de Consultas Políticas entre Brasil e Malta.

Em sua visita ao Brasil em junho de 2022 para a abertura da embaixada residente em Brasília, o chanceler Ian Borg foi recebido pelo Ministro das

Relações Exteriores, interino, e pelo senhor Presidente da República, em visita de cortesia.

POLÍTICA INTERNA

Malta é uma república parlamentarista. O presidente é eleito pelo Parlamento por um período de 5 anos. O Parlamento é unicameral e tem 65 membros eleitos diretamente pelo sistema de representação proporcional, para mandatos de 5 anos. O atual presidente da Câmara é o deputado Angelu Farrugia.

A década de 1980 foi marcada, em Malta, por pequenos episódios de violência política, mas a situação normalizou-se no começo dos anos 1990. A ascensão do Partido Nacionalista (que se manteve no poder de 1987 a 2012, à exceção de período de 22 meses entre 1996 e 1998) levou à gradual diminuição do papel do estado na economia.

A discussão sobre a adesão ou não à União Europeia dominou a política do país por mais de uma década. Em 2003, Malta decidiu, em referendo, a favor da adesão (com 53%). A decisão foi confirmada pouco depois, quando o Partido Nacionalista, pró-Europa, conseguiu a reeleição contra o Partido Trabalhista, então contrário à adesão. Malta tornou-se membro da UE em maio de 2004. Em 2005, estabeleceu-se a paridade da lira maltesa em relação ao euro, que foi adotado como moeda local em janeiro de 2008.

A política maltesa é tradicionalmente polarizada entre dois partidos, o Partido Nacionalista e o Partido Trabalhista, com níveis de apoio equivalentes na sociedade. Após 15 anos na oposição, em março de 2013, o Partido Trabalhista voltou ao poder sob a liderança de Joseph Muscat. A vitória dos trabalhistas sobre o Partido Nacionalista deu-se pela maior margem de votos já registrada em Malta (12 pontos percentuais). Durante a campanha, Muscat moveu o partido em direção ao centro, obtendo os votos de eleitores descontentes com o Partido Nacionalista. Entre suas principais promessas, estavam o combate à corrupção e a redução do preço da energia em Malta em 25%.

No passado, o Partido Trabalhista era contrário à adesão à UE, mas a atual visão do Governo é de que o país se beneficiou e ganhou peso político com a acessão. A adesão ao Espaço Schengen acirrou, porém, problemas de imigração, cujos debates passaram a ser tema central da política interna maltesa.

O governo trabalhista do Primeiro-Ministro Joseph Muscat (2013-2017; 2017-2020) valorizou a Agenda 2030 e priorizou ações de erradicação da pobreza,

promoção dos direitos humanos e empoderamento dos cidadãos, com ênfase em grupos vulneráveis, com vistas à inclusão, à mobilidade e à justiça sociais.

Após pressão popular e da União Europeia decorrente da investigação sobre assassinato de jornalista em 2017, o Primeiro-Ministro Muscat renunciou. Em 13 de janeiro de 2020, Robert Abela, também membro do Partido Trabalhista, assumiu a chefia do governo.

POLÍTICA EXTERNA

O foco da ação externa de Malta é o fortalecimento do papel do país na União Europeia e, em particular, na área do Mediterrâneo. A presidência de turno maltesa da UE, no primeiro semestre de 2017, permitiu ao país aumentar sua visibilidade e projeção regional, em especial após a Cúpula de Valeta sobre migrações (03/02/2017) e a Cúpula de Roma (25/03/2017).

Por integrar a zona Schengen, Malta se encontra exposta a pressões associadas ao tráfego de migrantes pela rota do Mediterrâneo Central.

Em 2017, em visita a Malta (13-14/09), o Presidente da Itália, Sergio Mattarella, afirmou haver sintonia entre os dois países “em todas as questões europeias e internacionais” e agradeceu ao governo maltês por acolher a cota de migrantes acordada no âmbito da União Europeia.

Devido à proximidade geográfica com a Líbia (a cerca de 340km de Trípoli), Malta acompanha com interesse a situação política e securitária no país. Após o recrudescimento do conflito civil líbio em 2014, as atenções do governo maltês voltaram-se para o combate ao terrorismo e para a superação da crise migratória.

O país chegou a declarar apoio à coalizão internacional contra o autoproclamado "Estado Islâmico" e sediou, em nov/2015, reunião de cúpula sobre migrações. Na ocasião, líderes africanos e europeus concordaram quanto à responsabilidade compartilhada pelo fenômeno migratório. Também foi anunciada a criação de um Fundo Fiduciário da UE de Emergência para a estabilidade e o tratamento das causas da migração irregular e de deslocados internos na África, dotado, inicialmente, de EUR 1,8 bilhões. Em abr/2017, os países da UE, reunidos novamente em Malta, aprovaram plano de EUR 200 milhões com vistas a eliminar as migrações irregulares a partir do território líbio, por meio da intensificação do

controle no Mediterrâneo e nas fronteiras líbias.

A gestão de recursos hídricos e a preservação dos oceanos são temas caros a Malta. Em outubro de 2017, Malta sediou a Conferência “Nosso Oceano”, organizada pela UE, ocasião em que o governo trabalhista anunciou compromissos voluntários com vistas a proteger 30% do total do território maltês, ao transformá-lo em Área de Proteção Marinha. O Ministro de Energia e Gerenciamento Hídrico Joe Mizzi participou, em Brasília, do 8º Fórum Mundial da Água (18-23 de março de 2018). O discurso proferido pelo primeiro RP de Malta junto às Nações Unidas, há 52 anos, instando os países membros a considerar os recursos marítimos em águas internacionais como patrimônio comum da humanidade é considerado um marco na área. Nos anos seguintes, Malta impulsionou as negociações que culminariam na assinatura da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM/UNCLOS, 1982).

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia de Malta é condicionada, em grande medida, pelas características geográficas do país. No passado, as principais atividades econômicas estavam voltadas à navegação (construção, manutenção e abastecimento de navios). Após a independência, em 1964, Malta passou a desenvolver os setores de serviços financeiros, telecomunicações e turismo.

A crise econômica internacional de 2008 teve efeitos relativamente limitados na economia maltesa. Após recessão no ano de 2009 (com contração do PIB de -1,1%), o país conseguiu manter média de crescimento do PIB de 3,5% no período de 2010 a 2015. Em 2017, o crescimento atingiu a marca expressiva de 11,1%. Os impactos da pandemia de COVID-19 geraram queda de -8,3% no PIB do país em 2020. Houve, no entanto, importante recuperação no ano de 2021, com crescimento de 9,4%.

O setor de serviços é o principal motor do crescimento econômico e responsável por mais de 80% do PIB. A indústria do turismo é a atividade mais importante em termos de emprego e ganhos em moeda estrangeira, porém outros setores, como os serviços financeiros e as telecomunicações, assumiram relevância crescente nos últimos anos. Assim como em outras economias desenvolvidas, a produção de manufaturados está diminuindo em importância e responde por menos de 15% do PIB. Indústrias intensivas em mão-de-obra, como alimentos e o setor

moveleiro, foram expostas à competição estrangeira, em decorrência da adesão à UE. A agricultura e a pesca (com a exceção da criação de atum) perderam importância. A contribuição desses setores para o PIB é inferior a 2%.

Malta tem grande dependência externa no setor energético: apesar de o país contar com potencial eólico e solar, sua matriz se apoia na importação de hidrocarbonetos. O petróleo corresponde a mais de 30% da pauta de importação.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

870	As ilhas foram conquistadas pelos árabes muçulmanos
1090	O conde Rogério I da Sicília conquistou Malta e submeteu-a ao domínio do Reino da Sicília
1283	Carlos I de Anjou cedeu Malta a Pedro III de Aragão
1518	O imperador Charles V consolida a unificação das coroas ibéricas e incorpora a ilha de Malta à Espanha
1530	As ilhas foram cedidas pela Espanha à Ordem Hospitalar de São João de Jerusalém
1798	Napoleão Bonaparte invadiu e tomou Malta
1814	Como parte do Tratado de Paris, Malta tornou-se oficialmente parte do Império Britânico
1964	Malta tornou-se independente e se converteu em membro das Nações Unidas
1974	Malta tornou-se República
1979	Malta rompeu a aliança com o Reino Unido e pôs fim a 179 anos de presença britânica na ilha
1987	O Partido Nacionalista venceu as eleições
1990	O país solicitou formalmente adesão à União Europeia
2004	Passou a integrar formalmente a União Europeia
2008	Passou a adotar o Euro

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1975	Brasil e Malta estabelecem relações diplomáticas
2009	Os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e de Malta mantêm reunião em abril, por ocasião do II Fórum da Aliança de Civilizações (Istambul, Turquia).

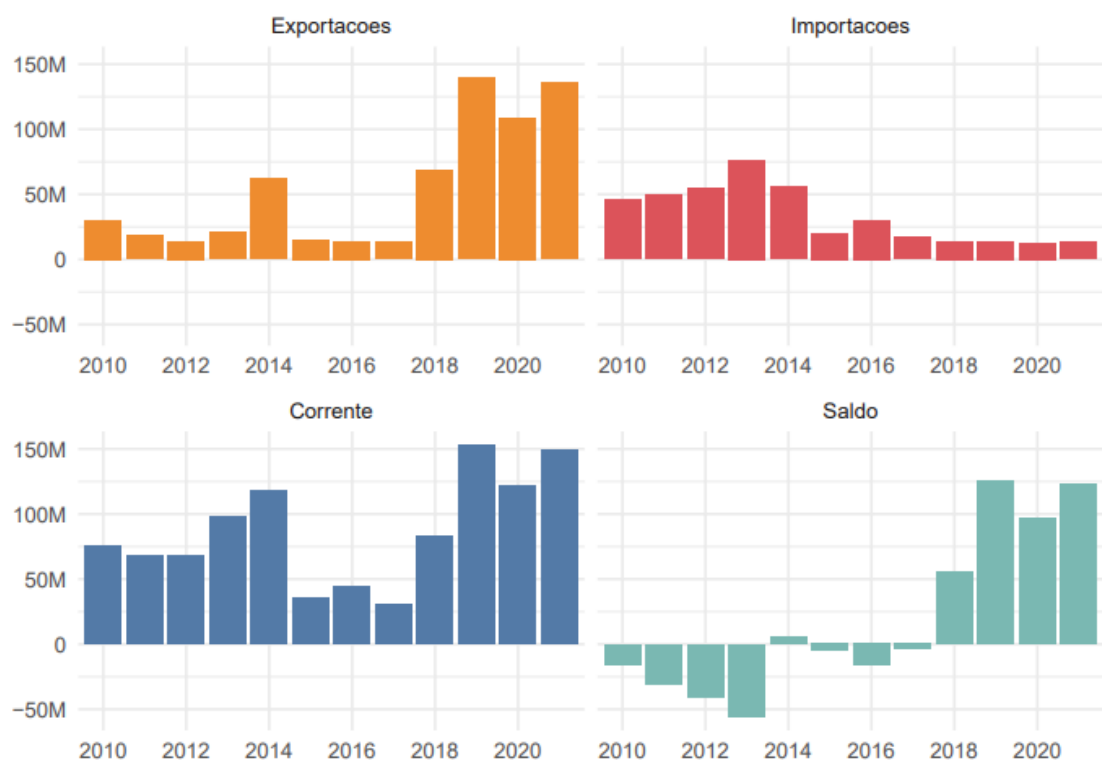
2011	Malta auxilia na retirada de nacionais brasileiros na Líbia.
2012	Os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e de Malta reúnem-se em setembro, em Nova York, à margem da abertura da 67ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.
2016	Assinatura de Memorando de Entendimento sobre a Condução de Relações Bilaterais
2018	Realização da primeira reunião de Consultas Políticas (La Valeta, 12/06/2018)
2022	Visita ao Brasil do chanceler Ian Borg, para a abertura da Embaixada residente de Malta em Brasília (junho).

ACORDOS BILATERAIS

Memorando de Entendimento sobre a Condução de Relações Bilaterais entre a República Federativa do Brasil e a República de Malta	20/05/2016	Em Vigor
---	------------	----------

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

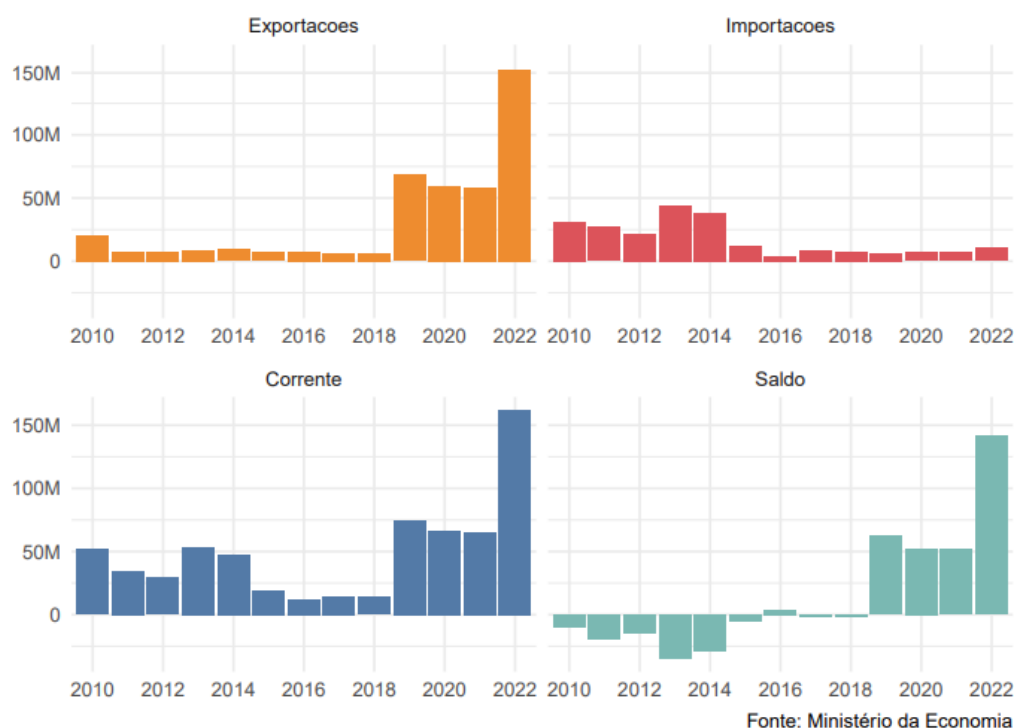
Brasil-Malta, Fluxo de Comércio até 2021



Fonte: Ministério da Economia

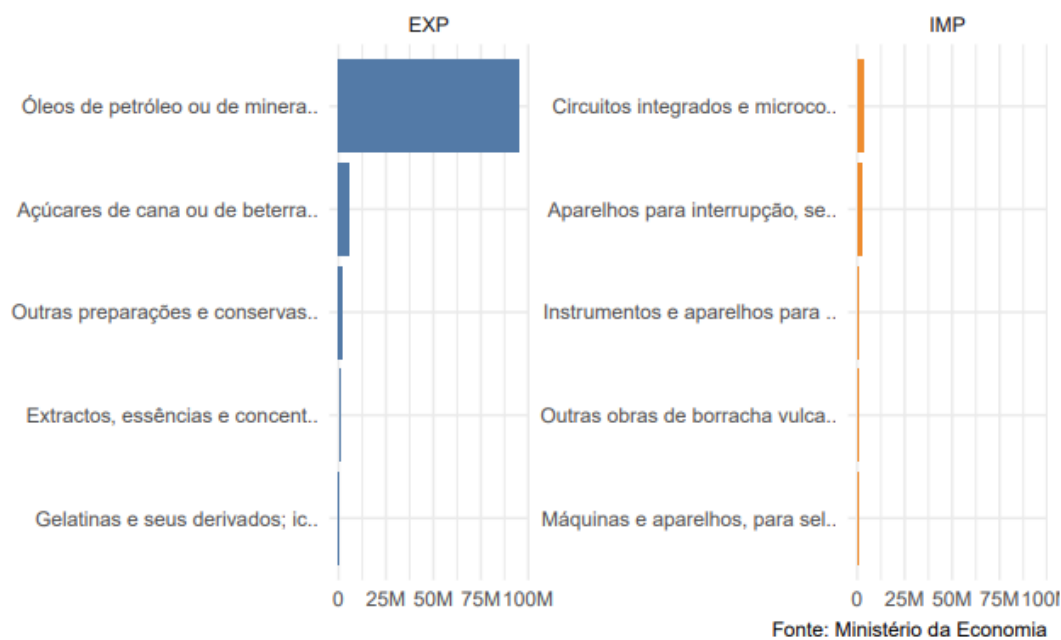
	2021	2020	2019	2018	2017
Exportações	136M (24.8%)	109M (-21.9%)	139M (102.1%)	69M (403.3%)	14M (-2.4%)
Importações	13M (5.2%)	13M (-8.4%)	14M (-1.0%)	14M (-20.2%)	17M (-42.5%)
Saldo	123M (27.4%)	96M (-23.3%)	125M (128.3%)	55M (1 367.0%)	-4M (-123.0%)
Corrente	149M (22.79%)	121M (-20.65%)	153M (84.80%)	83M (166.06%)	31M (-29.85%)

	2016	2015	2014	2013	2012
Exportações	14M (-9.1%)	15M (-75.1%)	62M (197.5%)	21M (51.7%)	14M (-26.1%)
Importações	30M (48.5%)	20M (-63.5%)	56M (-26.8%)	77M (39.8%)	55M (10.8%)
Saldo	-16M (-426.3%)	-5M (-182.8%)	6M (-89.2%)	-56M (-235.9%)	-41M (-233.0%)
Corrente	44M (23.73%)	36M (-69.64%)	118M (21.25%)	97M (42.22%)	68M (0.68%)



	2022	2021	2020	2019	2018
Exportacoes	152M (159.4678%)	59M (-1.1896%)	59M (-13.3750%)	68M (1 046.0839%)	6M (-4.4344%)
Importacoes	10M (53.51%)	7M (-2.29%)	7M (9.28%)	6M (-18.03%)	8M (-9.01%)
Saldo	142M (173.4%)	52M (-1.0%)	52M (-15.7%)	62M (3 371.5%)	-2M (-178.5%)
Corrente	162M (148.46%)	65M (-1.31%)	66M (-11.45%)	75M (444.74%)	14M (-7.07%)

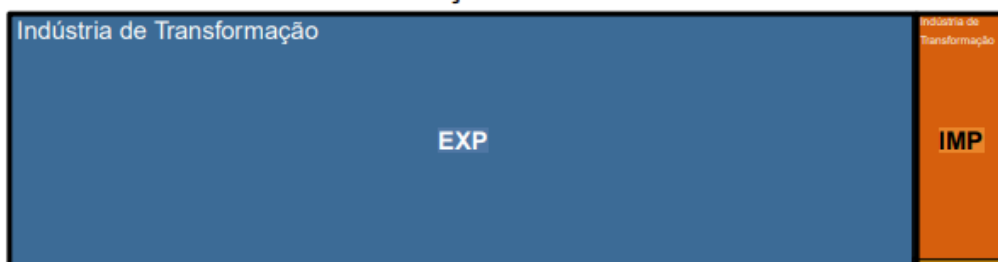
	2017	2016	2015	2014	2013
Exportacoes	6M (-19.9677%)	8M (13.1224%)	7M (-25.9547%)	9M (3.3368%)	9M (21.7037%)
Importacoes	9M (109.45%)	4M (-66.39%)	12M (-68.15%)	38M (-14.02%)	44M (101.46%)
Saldo	-2M (-161.0%)	4M (-28.3%)	-5M (-118.2%)	-29M (-181.5%)	-35M (-342.1%)
Corrente	15M (24.39%)	12M (-37.53%)	19M (-59.84%)	47M (-11.08%)	53M (81.33%)



Brasil-Malta, Proporção de Exportações e Importações em 2021



Classificação ISIC em 2021



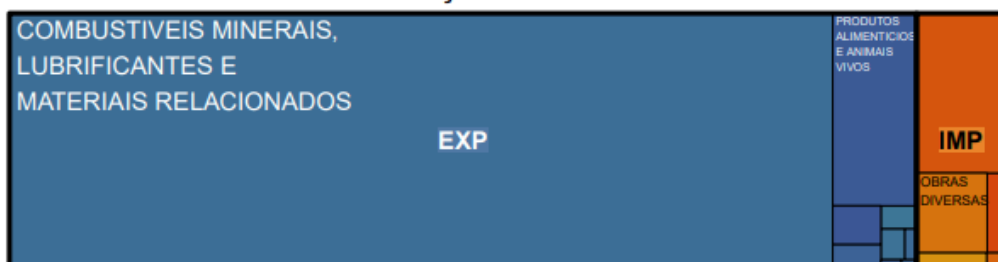
Classificação Fator Agregado em 2021



Classificação CGCE em 2021



Classificação CUCI em 2021





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 69, DE 2022

(n° 452/2022, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei n° 11.440, de 2006, o nome do Senhor FERNANDO SIMAS MAGALHÃES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Italiana e, cumulativamente, na República de San Marino e na República de Malta.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 452

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **FERNANDO SIMAS MAGALHÃES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Italiana e, cumulativamente, na República de San Marino e na República de Malta.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **FERNANDO SIMAS MAGALHÃES** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 10 de agosto de 2022.

EM nº 00130/2022 MRE

Brasília, 29 de Julho de 2022

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **FERNANDO SIMAS MAGALHÃES**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Italiana e, cumulativamente, junto à República de San Marino e junto à República de Malta, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **HÉLIO VITOR RAMOS FILHO**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **FERNANDO SIMAS MAGALHÃES** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 479/2022/SG/PR/SG/PR

Brasília, 11 de agosto de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor **FERNANDO SIMAS MAGALHÃES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Italiana e, cumulativamente, na República de San Marino e na República de Malta.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 11/08/2022, às 11:48, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado: 22791



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3557384** e o código CRC **2A0AFBE0** no site: https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 -- Telefone: (61)3411-1447
CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Secretaria de Oriente Médio, Europa e África

Departamento de Europa

Divisão de Europa Meridional e União Europeia

SAN MARINO



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Julho de 2022

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República de San Marino
GENTÍLICO	Samarinês
CAPITAL	Cidade de San Marino
ÁREA	61 km ²
POPULAÇÃO (2021) ¹	34 mil habitantes
IDIOMA OFICIAL	Italiano
PRINCIPAIS RELIGIÕES ²	Católica (97%)
SISTEMA DE GOVERNO	República diárquica diretorial parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral, formado pelo <i>Consiglio Grande e Generale</i> (60 membros)
CHEFE DE ESTADO	Capitães-Regentes Oscar Mina e Paolo Rondelli
CHEFE DE GOVERNO	Capitães-Regentes Oscar Mina e Paolo Rondelli
CHANCELER	Luca Becarri (desde janeiro de 2020, Partido Democrata Cristão)
PIB (2021) ¹	US\$ 1,71 bilhão
PIB PPC (2021) ¹	US\$ 2,22 bilhões
PIB PER CAPITA (2021) ¹	US\$ 50.460
PIB PPC PER CAPITA (2021) ¹	US\$ 65.320
VARIAÇÃO DO PIB ¹	1,3% (2022E), 5,2% (2021), -6,6% (2020)
EXPECTATIVA DE VIDA (2020) ⁴	83,68
DESEMPREGO (12/2021) ⁵	8,6%
UNIDADE MONETÁRIA	Euro (€)
COMUNIDADE BRASILEIRA	Não há registro

Fontes: (1) FMI; (2) Governo de San Marino; (3) PNUD; (4) Banco Mundial; (5) Nasdaq Data Link.

CORRENTE COMERCIAL – US\$ milhões						
Brasil → San Marino	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Intercâmbio	9,3	10	9,6	8,6	6,8	11,3
Exportações	0,06	0,04	0,01	0,07	0,07	0,09
Importações	92,6	96,5	95	84,8	67,2	11,2
Saldo	-9,2	-9,3	-9,4	-8,4	-6,7	-11

Fonte: ComexVis – Ministério da Economia

PERFIS BIOGRÁFICOS

Oscar Mina
Capitão-Regente



Oscar Mina, 63 anos, nasceu em Serravalle, em San Marino. Estudou Engenharia Elétrica e Ciência Política na Università degli Studi di Urbino "Carlo Bo".

Filiou-se ao Partito Democratico Cristiano Sammarinese (PDCS) em 1998. Foi eleito para o Conselho Grande e Geral, o parlamento de San Marino em 2006. Desde 2007, faz parte do Comitê Judiciário. É membro da Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE).

Exerce desde 1º de abril de 2022 o cargo de Capitão-Regente, que também exerceu em 2009.

Paolo Rondelli
Capitão-Regente



Paolo Rondelli, 59 anos, nasceu na Cidade de San Marino. Estudou Engenharia Química na Università di Bologna. Tem Mestrado em Jornalismo pela Tor Vergata Università degli Studi di Roma.

É filiado ao Movimento Cívico RETE. Entre os cargos que já exerceu estão os de Chefe do Departamento de Planejamento, Meio Ambiente e Agricultura; Chefe do Gabinete do Ministro do Trabalho e Chefe do Departamento de Negócios Estrangeiros e Políticos. Também já foi o representante de San Marino na Assembleia Geral da ONU; participou de missões de observação eleitoral e foi o Embaixador de seu país nos EUA.

Foi eleito para o Conselho Grande e Geral, o parlamento de San Marino, em 2019 e, desde 1º de abril de 2022, é Capitão-Regente.

Luca Beccari

Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Políticos



Luca Beccari, 47 anos, nasceu na Cidade de San Marino. Estudou Contabilidade e Economia Università degli Studi di Urbino "Carlo Bo". Obteve Mestrado em Jornalismo pela Tor Vergata Università degli Studi di Roma.

Filiou-se ao Partito Democratico Cristiano Sammarinese (PDCS) em 1993. Entre 2008 e 2012, foi coordenador do Departamento de Finanças do Ministério das Finanças.

Foi eleito para o Conselho Grande e Geral, o parlamento de San Marino, em 2012 e, em 2014, exerceu o cargo de Capitão-Regente. É Chanceler desde 7 de janeiro de 2020.

APRESENTAÇÃO

Fundada no ano de 301, a República de San Marino, uma das mais antigas do mundo, é um enclave localizado na península italiana. Possui 61 km² e população de cerca de 34 mil habitantes. É governada simultaneamente por dois capitães-regentes, eleitos para mandatos de seis meses.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações bilaterais foram estabelecidas pelo Acordo sobre Relações Consulares celebrado em 14 de dezembro de 1984. Em 2002, os dois governos estabeleceram relações diplomáticas e decidiram criar Embaixadas não residentes. San Marino mantém um Consulado-Geral em São Paulo.

Segundo documentos do Arquivo Público da República de San Marino, o Imperador Dom Pedro I manifestou interesse, por meio do então representante brasileiro à Corte da França, Domingos Borges de Barros, Visconde de Pedra Branca, de estreitar laços com aquela República, o que deu início a processo de concessão da cidadania samarinesa ao monarca. Como resultado, o Conselho Geral daquele país, em sessão de maio de 1830, determinou “que os nomes de Dom Pedro I, Imperador Constitucional do Brasil, de sua Augusta Esposa, a Imperatriz Dona Amélia, e da futura Imperial Dinastia, fossem perpetuamente anotados à frente do Registro dos Patrícios Samarineses”.

Em 2016, por ocasião da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos, os então capitães-regentes, Gian Nicola Berti e Massimo Andrea Ugolini visitaram o Brasil, acompanhados do Secretário de Estado de Turismo, Políticas Juvenis e Esporte, Teodoro Lonfernini; do Embaixador não residente, Filippo Francini; e da responsável pelo Cerimonial Diplomático, Silvia Berti.

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

A cooperação educacional entre o Brasil e San Marino é tema da pauta bilateral. O Secretário de Estado para Educação, Cultura,

Universidades, Pesquisa Científica, Temas Sociais e Igualdade de Oportunidades de San Marino, Giuseppe Maria Morganti, realizou, em agosto de 2015, a primeira viagem oficial de uma autoridade samarinesa ao Brasil desde o estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, em 2002.

Naquela viagem, Morganti – que esteve em Brasília e São Luís – manteve encontro com o então Ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro. No contexto, foram assinados acordos de cooperação da Universidade de San Marino com a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Há interesse, por parte do governo de San Marino, em receber estudantes brasileiros.

POLÍTICA INTERNA

O Poder Legislativo de San Marino é formado por um único órgão, o Conselho Grande e Geral, composto por 60 parlamentares eleitos diretamente pelo voto popular a cada cinco anos.

As funções de Chefe de Estado e de Governo são exercidas pelos dois Capitães-Regentes, eleitos a cada seis meses pelo Conselho Grande e Geral. Ambos estão à frente do Congresso de Estado, que reúne dez Secretários de Estado.

O Conselho dos Doze tem seus membros nomeados pelo Conselho Grande e Geral a cada nova legislatura. Até 2002, funcionava como corte constitucional e detinha poderes administrativos; atualmente, porém, resta-lhe apenas sua função administrativa.

O papel de corte constitucional é exercido, desde 2002, pelo Conselho dos Garantidores da Constitucionalidade e de Normas Gerais, composto por seis juízes que, nomeados pelo Conselho Grande e Geral, exercem mandato de quatro anos.

A independência de San Marino esteve ameaçada em três diferentes ocasiões, quando o país foi submetido a ocupações estrangeiras. À época da unificação italiana, o apoio prestado a Garibaldi permitiu a negociação e obtenção de garantias quanto à manutenção do status independente de San Marino face à Itália unificada.

De 1926 a 1943, San Marino teve um regime de inspiração fascista. Manteve-se, contudo, neutro durante a Segunda Guerra Mundial e acolheu mais de cem mil refugiados.

Desde o Pós-Guerra, é usual a alternância de governos de direita e de esquerda, orientações políticas refletidas nos dois maiores partidos atuais de San Marino: o Partido Democrata Cristão de São Marino e o Partido dos Socialistas e Democratas.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa reveste-se de importância fundamental para San Marino. As prioridades da chancelaria samarinesa concentram-se nas relações com a Itália, reguladas por acordo de amizade e boa vizinhança celebrado em 1939.

As relações de San Marino com a União Europeia são disciplinadas por acordo firmado em 1991 e vigente a partir de 2002. Vigora também acordo monetário pelo qual San Marino adotou o euro como moeda oficial e obteve autorização para sua cunhagem.

Em 1988, San Marino ingressou no Conselho da Europa, cuja presidência exerceu de novembro de 2006 a maio de 2007. Em 1992, o país foi admitido na ONU e, desde 2006, faz parte da OIPC (Interpol).

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A maior parte do PIB concentra-se em seis setores da economia: industrial, bancário, público, de seguros, de comércio e de serviços. Entre as atividades econômicas mais relevantes, destacam-se o turismo, a intermediação financeira, os setores de eletrônica, indústria leve, cerâmica, além da filatelia e numismática.

A Itália é destino de cerca de 80% das exportações do país.

SISTEMA BANCÁRIO

O sistema bancário de San Marino recebe quantidade relevante de capitais italianos, embora em quantidades decrescentes.

O país reforçou a normativa do setor financeiro, incrementou os mecanismos de combate à lavagem de dinheiro e buscou adequar sua legislação tributária. O país foi retirado da lista de paraísos fiscais da OCDE em 2009.

Em 2010, assinou acordos de troca de informações com várias grandes economias. Com o Brasil, assinou Acordo para Troca de Informações Tributárias, atualmente em tramitação no Congresso Nacional. Em 2019, a Receita Federal do Brasil excluiu San Marino da lista de países com regime de “tributação favorecida”.

COMÉRCIO

Em 2021, a corrente de comércio bilateral entre Brasil e San Marino foi de US\$ 11,3 milhões, o que representou aumento de 66,6% em relação a 2020. As exportações brasileiras somaram US\$ 87,6 mil (+24%), enquanto as importações somaram US\$ 11,2 milhões (+67%).

Os principais produtos exportados pelo Brasil em 2020 foram: carnes de aves e suas miudezas comestíveis (52%), calçados (30%) e vestuário (17%). Os principais itens importados pelo Brasil, por sua vez, foram: outros medicamentos, incluindo veterinários (90%), máquinas não elétricas (5%) e demais produtos da indústria de transformação (4%).

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
Ano	Evento
1815	Movimento de independência de San Marino incorpora a Terceira Guerra da Independência Italiana (<i>Risorgimento</i> Italiano).
1815-1825	Capitão-Regente Antonio Onofri encabeça o movimento de liberdade, reconhecido após o seu falecimento, em fevereiro de 1825, como o “Pai da Pátria” de San Marino.
1849	San Marino desempenha funções de porto e abrigo para refugiados e futuros combatentes da Guerra de Independência, como Giuseppe Garibaldi, em 1849.
1849	Áustria invade territórios de San Marino em agosto de 1849, para revistar casas e à procura de insurgentes da independência.
1854	Proclamação do Reino da Itália. A região de San Marino e seus esforços são lembrados por Garibaldi ao Rei.
1862	San Marino firma um acordo com o Reino da Itália, estabelecendo relações mútuas de estima, respeito e boa vizinhança. O Acordo também promulga a soberania e independência do Estado de San Marino.
1906	“Arengo”, a assembleia dos chefes de família, iniciou o processo de modernização democrática do país.

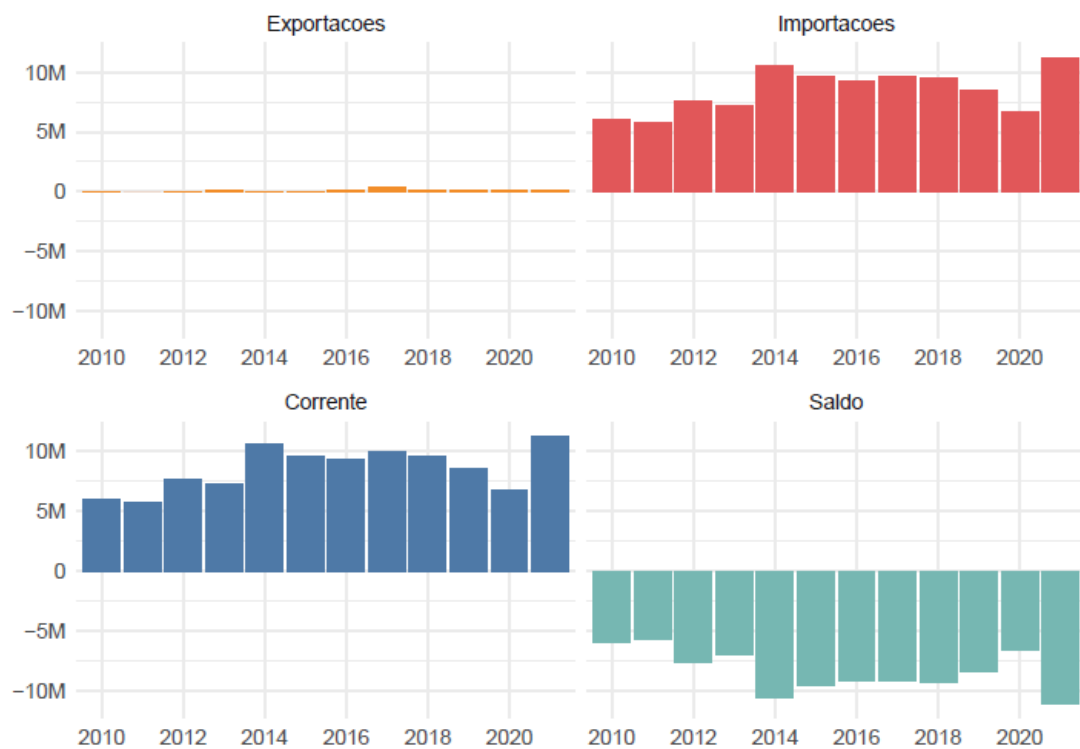
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
Ano	Evento
1984	Estabelecimento formal de relações bilaterais.
2002	Embaixada do Brasil em Roma (Itália) passa a ser cumulativamente responsável pela representação do país junto a San Marino.
2002	Elevação do Consulado-Honorário de San Marino em São Paulo a Consulado-Geral de San Marino em São Paulo.
2015	Visita do secretário de Estado da Educação e da Cultura de San Marino, Giuseppe Maria Morganti ao Brasil. Foi a primeira viagem oficial de uma autoridade samarinesa ao Brasil.
2016	Por ocasião da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos, os então capitães-regentes, Gian Nicola Berti e Massimo Andrea Ugolini visitaram o Brasil, acompanhados do secretário de estado de Turismo, Políticas Juvenis e Esporte, Teodoro Lonfernini; do Embaixador não residente, Filippo Francini; e da responsável do Cerimonial Diplomático, Silvia Berti.

ATOS BILATERAIS		
Título	Data de celebração	Status
Acordo sobre Relações Consulares entre a República Federativa do Brasil e a República de San Marino	14/12/1984	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de San Marino para o Intercâmbio de Informações sobre Matéria Tributária	31/03/2016	Tramitação Congresso Nacional

DADOS DO COMÉRCIO BILATERAL

Material preparado pela Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos (SCAEC) do Ministério das Relações Exteriores. Dados do Ministério da Economia.

Fluxo de comércio anual

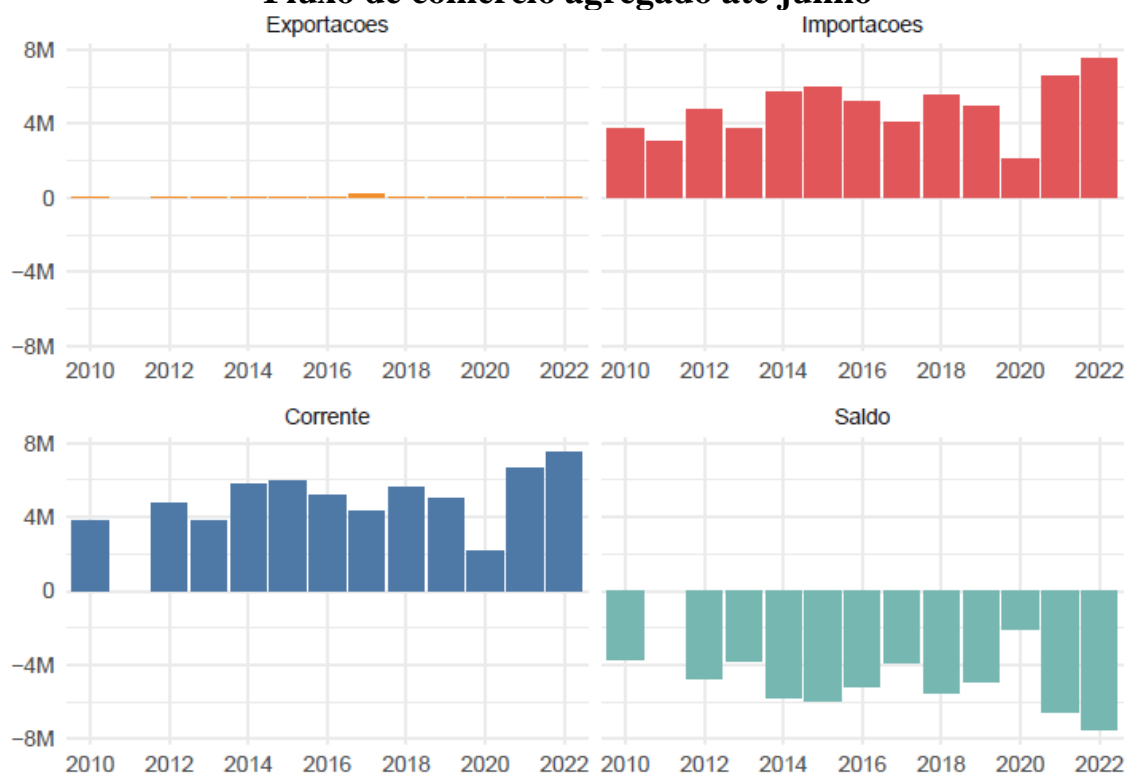


Fonte: Ministério da Economia

	2021	2020	2019	2018	2017
Exportações	88K (24.3%)	71K (6.5%)	66K (-48.6%)	129K (-67.1%)	391K (596.2%)
Importações	11M (67.009%)	7M (-20.803%)	8M (-10.678%)	9M (-1.580%)	10M (4.192%)
Saldo	-11M (-267.46%)	-7M (-178.98%)	-8M (-189.84%)	-9M (-201.18%)	-9M (-200.58%)
Corrente	11M (66.57%)	7M (-20.59%)	9M (-11.18%)	10M (-4.13%)	10M (7.76%)

	2016	2015	2014	2013	2012
Exportações	56K (573.3%)	8K (21.8%)	7K (-94.3%)	120K (341.7%)	27K (5 638.8%)
Importações	9M (-3.516%)	10M (-9.196%)	11M (46.883%)	7M (-5.814%)	8M (31.863%)
Saldo	-9M (-195.98%)	-10M (-190.78%)	-11M (-249.27%)	-7M (-192.95%)	-8M (-231.41%)
Corrente	9M (-3.02%)	10M (-9.18%)	11M (44.57%)	7M (-4.59%)	8M (32.32%)

Fluxo de comércio agregado até junho

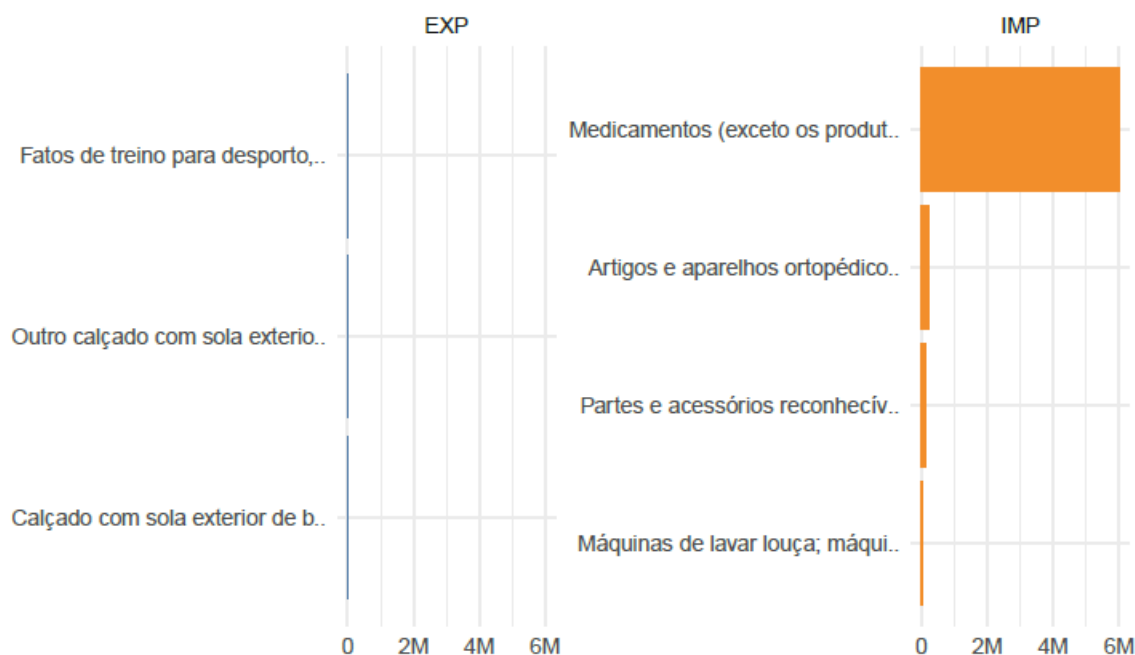


Fonte: Ministério da Economia

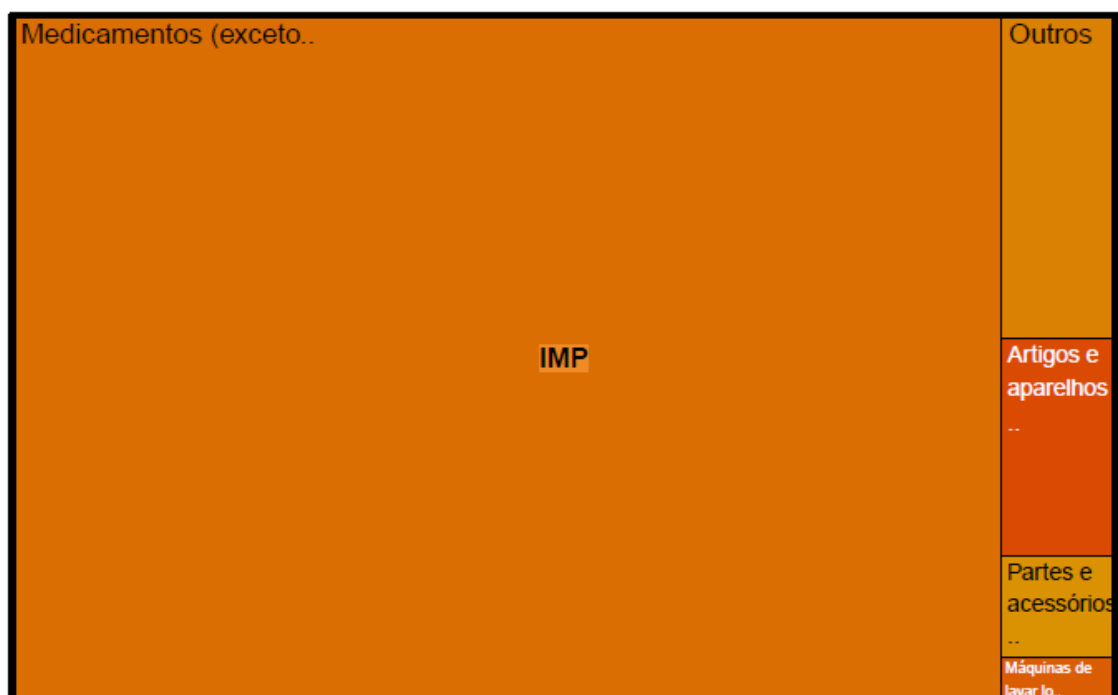
	2022	2021	2020	2019	2018
Exportacoes	19K (-64.9%)	54K (349.9%)	12K (-70.1%)	40K (-35.9%)	62K (-73.9%)
Importacoes	8M (13.60%)	7M (213.18%)	2M (-57.42%)	5M (-11.21%)	6M (36.96%)
Saldo	-7M (-214.2%)	-7M (-412.4%)	-2M (-142.7%)	-5M (-189.1%)	-6M (-243.8%)
Corrente	8M (13.0%)	7M (214.0%)	2M (-57.5%)	5M (-11.5%)	6M (30.9%)

	2017	2016	2015	2014	2013
Exportacoes	237K (22 178.8%)	1K (-87.2%)	8K (21.8%)	7K (-25.4%)	9K (-23.5%)
Importacoes	4M (-21.18%)	5M (-13.43%)	6M (3.88%)	6M (52.04%)	4M (-20.58%)
Saldo	-4M (-174.2%)	-5M (-186.7%)	-6M (-203.9%)	-6M (-252.2%)	-4M (-179.4%)
Corrente	4M (-16.6%)	5M (-13.5%)	6M (3.9%)	6M (51.9%)	4M (-20.6%)

Principais produtos da pauta comercial em 2021



Fonte: Ministério da Economia



Classificações do comércio

Classificação ISIC em 2021

Indústria de Transformação
IMP

Classificação Fator Agregado em 2021

PRODUTOS MANUFATURADOS
IMP

Classificação CGCE em 2021

BENS DE CONSUMO (BC)	BENS DE CAPITAL (BK)
IMP	

Classificação CUCI em 2021

PRODUTOS QUIMICOS E RELACIONADOS, N.E.P.	
IMP	
	OBRAS DIVERSAS



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

RELATÓRIO Nº , DE 2022

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 69, de 2022, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FERNANDO SIMAS MAGALHÃES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Italiana e, cumulativamente, na República de San Marino e na República de Malta.*

Relator: Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Nesse sentido, esta Casa legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor FERNANDO SIMAS MAGALHÃES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Italiana e, cumulativamente, na República de San Marino e na República de Malta.

Brasília:

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centro
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidioamin@senado.leg.br



SF/22346.27139-15



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

De acordo com o currículo elaborado pelo MRE em razão de preceito regimental, o indicado é filho de Fernando Paulo Simas Magalhães e Tercilia Fava Simas Magalhães, tendo nascido em 16 de outubro de 1957, na cidade do México, sendo brasileiro nato, de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição de 1946. Graduiu-se no Curso de Preparação à Carreira Diplomática em 1979 e foi aprovado no Curso de Aperfeiçoamento Diplomático (CAD) em 1984. Em 1998, foi aprovado no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco (CAE), com a tese “Cúpula das Américas de 1994 – papel negociador do Brasil, em busca de uma agenda hemisférica”.

Tornou-se Terceiro-Secretário em 1980, Segundo-Secretário em 1982 e Primeiro-Secretário, por merecimento, em 1987. Foi promovido a Conselheiro, em 1994; a Ministro de Segunda Classe, em 1999; e a Ministro de Primeira Classe, em 2008, todos por merecimento.

Entre as funções desempenhadas no Ministério das Relações Exteriores destacam-se as de Coordenador Executivo do Departamento das Américas (1992-1993); Chefe da Divisão da América Meridional-II (1999-2001); Diretor do Departamento da África (2007-2010); Subsecretário-Geral de Política I (2015-2016); Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais, Europa e América do Norte (2016-18); Secretário-Geral das Relações Exteriores (2021). No campo acadêmico, foi Professor-assistente de Temas de Política Internacional do Instituto Rio Branco (1992) e Vice-Presidente da Banca Examinadora do LVIII Curso de Altos Estudos do mesmo Instituto (2013).

Em missões no Exterior, serviu, entre outras, na Embaixada do Brasil em Madri como Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios (2003-2005); na Missão junto à Organização dos Estados Americanos (OEA) como Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios (2005-2007) e Representante Permanente (2018-21); e na Embaixada em Quito, como Embaixador (2010-2015).

Foi agraciado com diversas condecorações como a Medalha Mérito Santos Dumont (Brasil, 1996); Medalha do Pacificador (Brasil, 1996); Ordem Nacional ao Mérito (Equador, Comendador, 2002); Ordem ao

Brasília:

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centro
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidioamin@senado.leg.br



SF/22346.27139-15



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Mérito Naval (Brasil, Comendador, 2002); Ordem de Rio Branco (Brasil, Grande Oficial, 2002); Ordem do Mérito Civil (Espanha, Comendador, 2003); Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz (2009); Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande Oficial (2011); Medalha Mérito Tamandaré, Brasil (2014); Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grande Oficial (2018); Medalha Exército Brasileiro, Brasil (2019); e Ordem do Mérito Militar, Brasil, Grande Oficial (2021).

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a Itália, San Marino e Malta.

Segundo o documento, o Chefe de Estado é o experiente e respeitado político siciliano Sergio Mattarella, mas o Chefe de Governo é o demissionário Mario Draghi, que apresentou seu pedido de renúncia em 21 de julho de 2022.

Nesse ponto, temos que atualizar o informe do Itamaraty para lembrar que o grande vencedor das eleições de 25 de setembro foi o partido Fratelli d'Italia, considerado de extrema direita, cuja líder, Giorgia Meloni, será a nova Chefe de Governo. Com o lema “Deus, pátria e família” e com alianças com políticos tradicionais como Matteo Salvini e Silvio Berlusconi, já declinou simpatia a Mussolini e defendeu lutar contra “lobbies LGBT”, a “islamização” da Itália e o aborto, ao passo que pretende incentivar a natalidade, contra o “inverno democrático”. Igualmente, demonstrou posicionamento anti-Europa, embora tenha moderado esse discurso, pois os italianos são grandes apoiadores do euro e do bloco europeu, e já se posicionou favoravelmente à Ucrânia contra a agressão russa e, nesse sentido, não se distancia dos demais países da União Europeia e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Quanto às pautas mais controversas da Fratelli d'Italia terão seu contrapeso no centrista Presidente Sergio Mattarella, bem como na ponderada presidente do Tribunal Constitucional italiano, Silvana Sciarra.

Sobre o relacionamento bilateral, ele, em princípio, é facilitado pelos laços entre os dois Países. Segundo dados das últimas eleições, há

Brasília:

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centro
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidioamin@senado.leg.br



SF/22346.27139-15



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

481.782 italianos votantes que residem no País, e estima-se que mais de 100 mil brasileiros residem na Itália.

No campo do comércio bilateral, no primeiro semestre a corrente atingiu US\$ 5,2 bilhões entre exportações e importações. O Brasil vende sobretudo celulose, café não torrado e soja; e importa sangue humano e animal; partes e acessórios de veículos e medicamentos.

Sobre a República de San Marino, importa apontar que se trata de um enclave localizado na península italiana, com uma área de 61,16 km² e uma população de 33 mil habitantes, fundada em 301 d.C.

A base da economia de San Marino é o turismo, que responde por mais de 50% do PIB local. Além disso, também se dedica à intermediação financeira e setores de eletrônica e indústria leve. Nossas relações bilaterais foram estabelecidas pelo Acordo sobre Relações Consulares celebrado em 14 de dezembro de 1984. Mais recentemente, em 2002, os dois Governos estabeleceram relações diplomáticas, por troca de Notas entre as respectivas Missões junto às Nações Unidas, e decidiram criar Embaixadas não residentes. Igualmente, San Marino mantém um Consulado-Geral em São Paulo. Para lá, o Brasil exporta carnes, calçados e vestuário. Em contrapartida, compra medicamentos e máquinas não elétricas.

Quanto à República de Malta, trata-se de arquipélago mediterrâneo localizado ao sul da Europa, com área de 316 km² e população de 517 mil habitantes. Sua posição geográfica fez de Malta, ao longo da história, um importante entreposto estratégico e comercial. Por essa razão, sua soberania esteve, até a independência do Reino Unido em 1964, confiada a potências estrangeiras. Malta é hoje uma das principais atrações turísticas do sul da Europa. Em função de sua localização, tem sido também importante rota de imigrantes oriundos da África.

Brasil e Malta estabeleceram relações diplomáticas em 1975. Desde junho de 2010, a Embaixada do Brasil junto ao Governo de Malta é cumulativa com a Embaixada em Roma. A Embaixada de Malta em

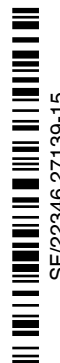
Brasília:

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centro
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidioamin@senado.leg.br



SF/22346.27139-15



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Washington responde pelos assuntos malteses junto ao Governo brasileiro. Malta mantém Consulados Honorários no Rio de Janeiro e em São Paulo, e o Brasil, Consulado Honorário em Valeta.

Malta se dedica aos setores de serviços financeiros, telecomunicações e turismo e vende ao Brasil sobretudo circuitos integrados e importa óleos de petróleo ou de mineração, já que tem grande dependência externa no setor energético, apesar de contar com grande potencial eólico e solar.

Diante a natureza desse relatório, essas são as considerações que julgamos pertinentes.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/22346.27139-15

Brasília:

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centro
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidioamin@senado.leg.br

2ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

3

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL EVALDO FREIRE**

CPF: 362.977.987-53

ID.: 9062 MRE

1954 Filho de Francisco Antônio Freire e Teresinha de Jesus Matta Freire, nasce em 19 de agosto, em Teresina/PI

Dados Acadêmicos:

1976 Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
 1978 Especialização em Direito Marítimo, Fundação de Estudos do Mar, Rio de Janeiro, RJ
 1979 Especialização em Transporte Marítimo, Fundação de Estudos do Mar, Rio de Janeiro, RJ
 1980 Pós-Graduação em Matemática Financeira Aplicada, Fundação Getúlio Vargas, RJ
 1981 Pós-Graduação em Economia Brasileira Contemporânea, Associação Brasileira de Imprensa, RJ
 1985 CPCD – IRBr
 1994 CAD – IRBr
 1995 Mestrado em Política Internacional, Universidade Livre de Bruxelas, Bélgica
 2011 CAE: O Secom de São Francisco e a Economia Verde do Vale do Silício: Perspectivas de uma Nova Promoção Comercial do Brasil

Cargos:

1986 Terceiro-secretário
 1992 Segundo-secretário
 2002 Primeiro-secretário
 2007 Conselheiro
 2011 Ministro de segunda classe
 2014 Ministro de segunda classe do Quadro Especial

Funções:

1986-89 Divisão de Informação Comercial, assessor
 1989-90 Secretaria Especial de Imprensa, assessor
 1990-91 Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, assessor do Secretário Nacional de Economia
 1991-92 Divisão de Política Financeira, assessor
 1992-95 Missão junto à CEE, Bruxelas, terceiro-secretário e segundo-secretário
 1995-99 Embaixada em Tóquio, segundo-secretário
 1999-2001 Divisão de Informação Comercial, assessor
 2001-04 Divisão de Operações de Promoção Comercial, assessor
 2002-03 Embaixada em Abu Dhabi em missão transitória
 2004-07 Consulado-Geral em Nova York, cônsul-adjunto
 2007-11 Consulado-Geral em São Francisco, cônsul-adjunto
 2011-13 Comitê Nacional da Rio+20, diretor
 2013-14 Embaixada em Bissau em missão transitória
 2014 Departamento do Serviço Exterior
 2014-15 Subsecretaria-Geral Política III
 2015- Embaixador do Brasil em Malabo, Guiné Equatorial

Publicações:

"Ciência, Tecnologia e Inovação na Região da Baía de São Francisco", Coleção de Artigos de Chefes dos Setores de Ciência e Tecnologia do Itamaraty, editada pela Fundação Alexandre de Gusmão

Condecorações:

2018 Ordem de Rio Branco, Grau de Grã-Cruz

FERNANDO PERDIGÃO*Chefe de Divisão de Pessoal*



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 3, DE 2022

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor EVALDO FREIRE, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica da Mauritânia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 699

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **EVALDO FREIRE**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica da Mauritânia.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **EVALDO FREIRE** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

EM nº 00282/2021 MRE

Brasília, 7 de Dezembro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **EVALDO FREIRE**, ministro de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República Islâmica da Mauritânia, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **LEONARDO CARVALHO MONTEIRO**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **EVALDO FREIRE** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 1041/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor **EVALDO FREIRE**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica da Mauritânia.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 17/12/2021, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado: 22791

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3078810** e o código CRC **CCC1B7C5** no site:



https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

123

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.009715/2021-51

SEI nº 3078810

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África (SOMEA)
Departamento de África (DEAF)
Divisão de África I (DAF I)

MAURITÂNIA



OSTENSIVO
Dezembro de 2021

SUMÁRIO

SUMÁRIO	3
PERFIS BIOGRÁFICOS	4
RELAÇÕES BILATERAIS	5
Reunião de consultas políticas	5
Cooperação técnica	5
Cooperação em Defesa	6
Comércio Bilateral	6
Investimentos	7
Promoção Comercial	7
Assuntos consulares	8
POLÍTICA INTERNA	9
Instituições políticas	10
Indicadores demográficos e sociais	10
POLÍTICA EXTERNA	12
Sahel e terrorismo	12
África Ocidental	13
Mundo árabe	13
Parceiros extracontinentais	13
ECONOMIA	15
Petróleo e gás natural	15
MAPA	17
DADOS BÁSICOS E COMÉRCIO BILATERAL	18

PERFIS BIOGRÁFICOS

Presidente Mohamed Ould Ghazouani



Nasceu em 31 de dezembro de 1956, na cidade de Boumdeid, Mauritânia. Coursou a *Academie Royale Militaire de Meknès*, no Marrocos, e obteve um mestrado em administração e ciências militares. Seguiu carreira militar na Mauritânia e foi ajudante de ordens do presidente Ould Taya, de 1987 a 1991. Foi nomeado ministro da Defesa em 2018, pelo presidente Mohamed Ould Abdel Aziz. Elegeu-se presidente em junho de 2019.

Primeiro-ministro Mohamed Ould Bilal



Nasceu em 10 de dezembro de 1963, em Rosso, Mauritânia. Formou-se em engenharia hidráulica e tem mestrado em ciência da administração. Foi assessor especial do primeiro-ministro de 2019 a 2020. Foi nomeado primeiro-ministro em 2020.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil reconheceu a independência da Mauritânia em 28 de novembro de 1960, e as relações diplomáticas foram estabelecidas em 1961. Até a década de 1990, o relacionamento bilateral apresentou baixa densidade, mas, a partir do início da década de 2000, verificou-se incremento das iniciativas bilaterais, a exemplo de autoridades de alto nível, da abertura recíproca de embaixadas residentes em 2007, da assinatura de acordos e do aumento das trocas comerciais. Em 2008, o governo mauritano inaugurou sua representação permanente em Brasília, e, em 2010, foi aberta a embaixada do Brasil em Nouakchott.

A abertura de embaixadas e a troca de visitas de alto nível contribuíram para o adensamento das relações bilaterais e, em especial, para a assinatura de importantes acordos bilaterais. Em fevereiro de 2012, foi assinado Acordo de Cooperação Técnica. Em abril do mesmo ano, durante visita do então ministro das Relações Exteriores a Nouakchott, foi firmado Memorando de Entendimento para a Criação de Comissão Mista. E em dezembro, por ocasião de visita do então chanceler mauritano ao Brasil, assinou-se Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas.

Reunião de consultas políticas

Foi realizada, em abril de 2018, a I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mauritânia, em Nouakchott, com a participação de delegação chefiada pelo Subsecretário para África e Oriente Médio à época. Na pauta do encontro, abordaram-se a cooperação técnica e a cooperação em defesa, especialmente no que diz respeito ao uso pelas forças armadas mauritanas de aeronaves da Embraer e de sistemas de vigilância brasileiros.

Cooperação técnica

O Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Mauritânia foi celebrado em Brasília em 17 de fevereiro de 2012 e promulgado em 6 de junho de 2017. Mesmo antes

de sua entrada em vigor, projetos de cooperação técnica haviam sido negociados, embora não se tenha podido executá-los. Também se realizaram atividades isoladas, como cursos e treinamentos específicos.

Em outubro de 2011, enviou-se à Mauritânia missão de prospecção de projetos nas áreas de educação rural e de pesca e aquicultura, da qual participaram técnicos do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), e do então Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Na sequência da missão, foram elaborados dois projetos de cooperação técnica. Contudo, em razão de restrições orçamentárias posteriores, os projetos não chegaram a ser implementados.

Cooperação em Defesa

A cooperação em matéria de defesa é, atualmente, o campo mais dinâmico das relações bilaterais. O governo da Mauritânia negociou e assinou contratos de compra e manutenção de aeronaves Super Tucano A-29 (Embraer, 2012 e 2015), de compra de Sistema de Vigilância de Fronteiras, Equipamento de Tráfego Aéreo e Sistema de Controle Aéreo - C3I (Atech, 2015), de uso de Sistema de Aquisição e Manutenção de Radares fixos e móveis (empresa Badar), de Programa de Sensoriamento Remoto por Satélite (empresa Vision). Ademais, a empresa Avibrás vinha suprindo o país com mísseis para utilização pelos aviões SuperTucano. Foram iniciadas negociações para a assinatura do Acordo-Quadro sobre Cooperação em matéria de Defesa.

Comércio Bilateral

O comércio bilateral conheceu trajetória ascendente entre 2001 e 2012, quando a corrente de comércio atingiu seu recorde histórico, US\$ 198 milhões. O superávit comercial brasileiro está baseado, tradicionalmente, nas exportações de açúcar refinado, trigo, aparelhos elétricos e carne de frango, ao passo que as importações brasileiras são pouco significativas. Desde 2014, a média anual do volume das exportações brasileiras tem sido de pouco mais de US\$ 100 milhões. Em 2019, a Embraer realizou venda de duas aeronaves modelo E-175 para uso da Mauritania Airlines, em contrato de valor aproximado de US\$ 93,8 milhões. Em 2020, a corrente de comércio manteve-se estável,

com destaque para produtos do agronegócio (açúcar refinado e carne de frango congelada).

Investimentos

A Mauritânia tem potencial para atrair investimentos brasileiros nos setores de bioenergia, pesca e logística portuária. Em visita ao Brasil, em 2012, o chanceler da Mauritânia apresentou ao setor privado brasileiro oportunidades de investimento nas áreas de agricultura e energia, em especial em projeto de desenvolvimento no setor de açúcar e biocombustíveis, bem como oportunidades no setor de pesca e aquicultura.

Em 2017, houve tratativas para a implementação de usina de processamento de açúcar acoplada a projeto de cultivo de cana-de-açúcar. Nesse sentido, o governo da Mauritânia busca tornar-se autossuficiente na produção de açúcar.

O diretor-geral do Porto de Nouakchott, em dezembro de 2017, manifestou interesse em estabelecer contato com autoridades portuárias brasileiras e com empresas especializadas na venda de equipamentos e de serviços de dragagem marítima, para modernizar e ampliar a capacidade dos portos de Nouakchott e de Nouadhibou, bem como receber navios de maior calado.

A Embraer regularmente tem designado técnicos para auxílio na manutenção de aviões vendidos para a Mauritania Airlines, além de treinamento de pessoal local. A Atech Negócios em Tecnologias, do grupo Embraer, possui contrato com o Estado mauritano para desenvolvimento e implantação de sistemas de radares e controle do espaço aéreo, além de fornecer treinamento para pessoal local.

Promoção Comercial

A Embaixada tem mantido diálogo frequente com a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB) e a Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Mauritânia, com vistas à identificação de oportunidades de negócios e à facilitação do contato entre empresários dos dois países. Em duas ocasiões, a Embaixada organizou visita de trabalho de representantes da CCAB a esta capital.

Em abril de 2018, delegação da CCAB composta de representantes comerciais dos setores de carne, café e cosméticos reuniu-se na “Chambre de Commerce, d’Industrie et d’Agriculture de Mauritanie” (CCIAM) com empresários locais de diversos setores. Na

ocasião, a Embaixada facilitou também encontros individuais entre os referidos representantes brasileiros e importadores mauritanos, além de organizar visitas às áreas comerciais da cidade. Em janeiro de 2020, missão da CCAB teve por objetivo principal divulgar o 4º Fórum Econômico Brasil-Países Árabes, que ocorreria em São Paulo naquele ano. Durante a visita, representantes da CCAB se reuniram com o presidente da CCIAM e com o diretor da “Agence Mauritanienne d'Information” (AMI).

As dificuldades na ampliação do comércio residem na falta de ligação marítima e aérea diretas entre os dois países. A embaixada deu apoio a projeto de investidores particulares no Brasil que ambicionavam implantar ligação aérea direta de cargas entre os dois países, o que, no entanto, não foi possível concretizar até o momento.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira na jurisdição da embaixada não ultrapassa dez pessoas. O posto concede regularmente vistos a empresários mauritanos de pequeno porte.

POLÍTICA INTERNA

A Mauritânia tornou-se independente em 1960, depois de seis décadas de domínio colonial francês. Desde então, sua política interna tem sido marcada por instabilidade e, mais recentemente, por processo de democratização.

À frente do movimento de independência, Mokhtar Ould Daddah instalou um regime de partido único, o Partido do Povo Mauritano (PPM). Certa abertura política foi observada a partir de meados da década de 1980, quando eleições municipais passaram a ser realizadas. No início da década seguinte, o processo de abertura foi intensificado com a aprovação de nova Constituição e a legalização dos partidos políticos. Em 2005, o coronel Ely Ould Mohamed Vall assumiu o governo e passou a presidir o Conselho Militar, responsável pela transição política que resultou na organização, em março de 2007, das primeiras eleições presidenciais consideradas livres e justas pela comunidade internacional. No entanto, essa transição não impediu o retorno de mais uma crise política, que culminou com a derrubada do governo em 2008. Em resposta a essa ruptura, a União Africana (UA) suspendeu a Mauritânia da organização, e a União Europeia (UE) interrompeu todos os projetos de cooperação com o país. Eleições realizadas em 2009 – vencidas por Mohamed Ould Abdel Aziz – permitiram que o país retornasse à normalidade institucional.

O governo Abdel Aziz destacou-se no campo da segurança e da luta contra o terrorismo. O mandatário, tendo como braço direito o atual presidente, soube levar a bom termo reforma das Forças Armadas e de Segurança, criando tropas de elite e dotando a Mauritânia de estrutura bélica para reprimir os grupos terroristas islâmicos que atuavam no país. Ademais, seu legado ademais consistiu em importantes obras de infraestrutura, como o aeroporto internacional de Nouakchott, o centro de convenções, a ampliação expressiva da rede viária do país e a implantação do registro civil biométrico.

Mohamed Ghazouani foi eleito sucessor de Abdel Aziz em junho de 2019. Desde sua investidura, o chefe de Estado mauritano anunciou ambicioso programa de governo e procurou dialogar com a oposição. Há avanços no que tange à governança, notadamente na área econômica, mas a retomada do crescimento econômico acabou prejudicada pela crise sanitária causada pela COVID-19. O sistema de saúde pública teve dificuldades para absorver o impacto da pandemia, especialmente na terceira onda.

Entre os muitos desafios que permanecem, cabe destacar a vulnerabilidade social dos haratines (classe social descendente de escravos) e dos negros-africanos. O governo vem buscando enfrentar os problemas sociais, mas o combate ao terrorismo tem exigido grandes investimentos.

Instituições políticas

A Mauritânia é uma república semipresidencialista. À semelhança do que ocorre em outros países africanos de colonização francesa, a presidência tem papel proeminente, embora o primeiro ministro (indicado pelo presidente) também tenha destaque. O país é um Estado unitário, dividido em 13 regiões, 56 departamentos e 208 comunas.

O parlamento é unicameral. A Assembleia Nacional (*Assemblée Nationale*) é formada por 147 deputados, eleitos para mandatos de cinco anos, por meio do voto direto. O partido União para a República (UPR) é a principal agremiação da maioria presidencial. O Tawassoul, oposicionista, é partido de ideologia islâmica. O principal agrupamento de partidos de oposição é o Fórum Nacional pela Democracia e Unidade (FNDU). A Constituição em vigor data de 1991 e é influenciada pela xaria (lei islâmica).

Indicadores demográficos e sociais

Segundo o relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, o IDH do país é de 0,546, o que o coloca na 157^a posição dentre 188 países avaliados. A expectativa de vida é de 64,9 anos, e o índice de alfabetização, de 53,5%. Apenas 40% da população tem acesso a saneamento básico, sendo que na região rural a cifra cai para 13%. Cerca de 28% da população tem acesso a energia elétrica, mas nas regiões rurais essa cifra é de apenas 2%. Aproximadamente 18% dos mauritanos têm acesso à internet.

A população mauritana, estimada em 4,2 milhões de habitantes, concentra-se principalmente no sudoeste do país, em torno da capital, Nuakchott (onde vive metade da população), e em alguns aglomerados populacionais médios ao Sul (fronteira com o Mali e o Senegal). É um país marcadamente jovem, com idade média de 20,5 anos e pouco mais de 8% da população acima dos 55 anos.

Há uma histórica rivalidade entre os mauritanos de origem árabe e os de origem negra. Conflitos étnicos em 1989 resultaram na expulsão ou fuga de milhares de cidadãos negros do país, que buscaram refúgio no Senegal. O governo tenta superar o passivo humanitário que remonta àquela época e, nos últimos anos, deu início, entre outras medidas, ao processo de pagamento de indenizações aos parentes das vítimas do conflito. Quase a totalidade dos mauritanos professa a fé islâmica.

POLÍTICA EXTERNA

Em razão da heterogeneidade étnica de sua população – dividida entre os descendentes de povos nômades e seminômades árabes e berberes e os de pastores do sul – a Mauritânia conduz, desde os anos 1970, sua política externa regional buscando equilibrar-se entre suas origens árabes e africanas. O combate ao terrorismo é eixo central da inserção internacional do país.

No plano regional, a atual gestão realizou esforço de concertação com países vizinhos, como o Senegal e o Reino do Marrocos. Desde a retirada da Mauritânia do território do Saara Ocidental, o país reivindica política de neutralidade positiva. Oficialmente, reconhece a “República Árabe Saaraui Democrática” desde 1984. No âmbito multilateral, a Mauritânia tem buscado maior protagonismo com o lançamento de algumas candidaturas em organismos internacionais.

Sahel e terrorismo

A Mauritânia tem sido negativamente afetada pela crescente insegurança no Sahel, em especial pelos reflexos da ação de grupos terroristas no Mali e em outros países. A fim de enfrentar esses desafios de segurança, a Mauritânia patrocinou a criação, em fevereiro de 2014, do G5-Sahel, grupo de coordenação que inclui também Mali, Burkina Faso, Níger e Chade. O país abriga também a sede da Força Conjunta G5-Sahel, em Nouakchott. O G5-Sahel tem como objetivo reforçar a cooperação na luta contra o terrorismo, o crime organizado transfronteiriço e a imigração ilegal. Recentemente, a organização ampliou o escopo de sua atuação, abarcando metas nas áreas de desenvolvimento e infraestrutura.

Além disso, o país, apoiado por EUA e França, já fez incursões antiterroristas no território do Mali, com a autorização maliana. A luta contra o terrorismo tem sido também um fator de aproximação com a Argélia. A Mauritânia tem desempenhado papel importante no que diz respeito aos refugiados do conflito no Mali, pois adotou política de "portas abertas", a qual já permitiu que milhares de malianos entrassem em seu território.

África Ocidental

Com o restante da África Ocidental, a Mauritânia também tem buscado fortalecer suas relações. Tendo sido um dos fundadores da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), o país decidiu deixar a organização em 2002. À época, o governo mauritano justificou essa decisão por sua incapacidade de aderir a uma moeda única (até hoje não implementada) e de extinguir as barreiras alfandegárias entre os membros da CEDEAO. Houve, em agosto de 2017, a assinatura de um acordo de associação entre a Mauritânia e a CEDEAO, com ênfase no livre comércio e em esforço de aproximação.

Mundo árabe

Desde 1973, o país é membro da Liga Árabe. Contudo, nem sempre partilha das posições comuns dos demais membros da organização. Em 1999, por exemplo, o país sofreu pressões da Liga por ter decidido estabelecer relações diplomáticas com Israel. Dez anos depois, em janeiro de 2009, o então presidente determinou o rompimento unilateral das relações diplomáticas, por ocasião da operação militar israelense então em curso em Gaza. A Mauritânia presidiu a Liga dos Estados Árabes após ter sediado, pela primeira vez, uma cúpula da organização, em julho de 2016.

Parceiros extracontinentais

França

Mauritânia e França mantêm estreitos laços econômicos e de cooperação. Paris tem apoiado continuamente os esforços de Nouakchott para resguardar as fronteiras mauritanas, além de cooperar também com a Força Conjunta G5-Sahel. O governo mauritano, por sua vez, apoiou a intervenção militar francesa no Sahel (operações Serval e Barhane). A cooperação bilateral envolve, igualmente, transferência de tecnologia de vigilância fronteiriça e equipamentos de escuta, ademais de assistência em matéria de formação técnica. O presidente Emmanuel Macron fez duas visitas oficiais a Nouakchott (2018 e 2020) e foi o primeiro chefe de estado francês a visitar o país desde 1997.

Estados Unidos

Os Estados Unidos foram o primeiro país a reconhecer a independência mauritana, em 1960, quando se estabeleceram relações diplomáticas. Nos anos 1990, as relações sofreram abalo por conta da Guerra do Iraque e das recorrentes acusações relacionadas às violações de direitos humanos contra a Mauritânia. Atualmente, a questão do combate ao terrorismo na Mauritânia e no Sahel domina a agenda bilateral, tendo os Estados Unidos investido no treinamento militar mauritano e apoiado financeira e logisticamente as tropas da Força Conjunta G5-Sahel.

Espanha

Com a Espanha, a Mauritânia mantém diversos programas de cooperação bilateral, bem como diálogo profícuo na área da imigração. Ações conjuntas praticamente eliminaram o desembarque de africanos nas ilhas Canárias.

Rússia

O relacionamento mauritano com a Rússia concentra-se, tradicionalmente, na cooperação nas áreas de pesca e educacional. A antiga União Soviética desempenhou papel importante como centro de formação universitária para jovens mauritanos.

China

A presença da China no país é crescente. Ao longo dos últimos 40 anos, empresas chinesas têm participado ativamente da construção da infraestrutura mauritana. Ao amparo de créditos subsidiados ou de generosas doações, empresas chinesas construíram, recentemente, obras de grande visibilidade em Nouakchott, como a sede do Governo, o porto e o novo prédio do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação. Há também grande presença de capital chinês no setor da pesca. Pequim tem oferecido bolsas de estudos para estudantes mauritanos na China e patrocinado o envio de professores de chinês e equipes médicas chinesas para a Mauritânia.

ECONOMIA

País pobre, mesmo para o contexto africano, a Mauritânia tem como principal atividade econômica a mineração, responsável por boa parte das receitas governamentais e por quase 60% das exportações. O principal desafio do país é o de diversificar sua estrutura produtiva, o que lhe permitirá ser menos dependente dos ciclos de preços das *commodities* no cenário global. O PIB da Mauritânia, que vinha de um crescimento de 5,8% em 2019, contraiu-se 1,8% em 2020, resultado um pouco melhor do que o dos países vizinhos, em razão do bom desempenho da indústria extrativa (ferro, ouro e pesca).

Os empréstimos do FMI mais a ajuda internacional de diversas origens limitaram os efeitos danosos da pandemia sobre a economia, mantendo o déficit de conta corrente em 11% do PIB em 2020. As perspectivas econômicas para os próximos anos permanecem incertas e, em grande medida, dependentes da volatilidade dos mercados globais de *commodities*, com riscos consideráveis de baixa em caso de novas ondas de contaminação por COVID-19.

Petróleo e gás natural

A descoberta de petróleo em 2001 trouxe a expectativa de que o país pudesse acelerar seu crescimento econômico. De fato, em 2006, quando a produção foi iniciada, o PIB mauritano cresceu quase 12%. Problemas técnicos para extração do óleo, no entanto, resultaram em uma produção decrescente.

Mais recentemente, foram descobertas imensas jazidas de gás nas águas territoriais da Mauritânia. O adiamento do início da produção de gás e petróleo na bacia da fronteira marítima Tortue Ahmeyin, de gestão binacional, para 2023 também contribuiu para baixar as expectativas do ingresso próximo de recursos externos significativos que turbinem o crescimento econômico a médio prazo. A recuperação da economia, segundo estudos do Banco Mundial e do FMI, deve começar a ocorrer apenas em 2022, desde que a pandemia seja razoavelmente contida em 2021. Nesse cenário, os setores não diretamente ligados à indústria extrativa poderiam crescer em torno de 4% a partir de 2023 devido principalmente ao setor de serviços e ao investimento público. Segundo estimativas do FMI, a situação das finanças públicas

poderá equilibrar-se gradualmente, a partir de 2022, após a retomada das atividades econômicas e da eventual redução das medidas de emergência.

A recente criação de fundo estatal contra a pobreza (TAAZOUR) demonstra que a preocupação social do governo tem se traduzido em ações concretas. O governo comprometeu-se com a ambiciosa meta de tornar o país autossuficiente no plano alimentar até 2024. Para atingir esse objetivo, a pasta do Agricultura foi separada da Pecuária e pôs-se em execução amplo projeto que visa estimular investimentos nacionais e estrangeiros para o cultivo intensivo das terras aráveis ao longo do rio Senegal, no sul do país.

MAPA

DADOS BÁSICOS E COMÉRCIO BILATERAL

NOME OFICIAL:	República Islâmica da Mauritânia
GENTÍLICO:	Mauritana (o)
CAPITAL:	Nouakchott
ÁREA:	1.030.700 km ²
POPULAÇÃO (BM, 2019):	4,15 milhões
IDIOMA OFICIAL:	Árabe
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo (99,1%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Unicameral: Assembleia Nacional com 147 membros (Senado foi abolido em agosto de 2017)
CHEFE DE ESTADO:	Mohamed Ould Ghazouani (desde 2019)
CHEFE DE GOVERNO:	Mohamed Ould Bilal Messoud
CHANCELER:	Ismail Ould Cheikh Ahmed
PIB NOMINAL (FMI, 2020):	US\$ 8,11 bilhões
PIB PPP (FMI, 2020):	US\$ 25,07 bilhões
PIB <i>PER CAPITA</i> (FMI, 2020):	US\$ 1,96 mil
PIB PPP <i>PER CAPITA</i> (BM, 2019):	US\$ 6,04 mil
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	-1,8% (2020), 5,8% (2019), 4,5% (2018), 6,3% (2017); 1,3% (2016); 5,4% (2015)
IDH (ONU, 2021)	0,556 (157 ^a posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (ONU, 2020):	64,9 anos
ALFABETIZAÇÃO (UNESCO, 2020)	53,5%

DESEMPREGO (ONU, 2020):	9.5%
UNIDADE MONETÁRIA:	Ouguiya
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Abdoulaye Idrissa Wagne (2016)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	9

**INTERCÂMBIO COMERCIAL (US\$ mil, FOB) – Fonte:
MINISTÉRIO DA ECONOMIA**

Brasil – Mauritânia	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021 (janeiro- outubro)
Intercâmbio	106.232	141.767	120.354	102.339	44.213	112.551	98.154	46.678
Exportações	106.095	141.696	119.897	101.987	44.212	112.549	98.154	46.678
Importações	138	71	457	352	1	2	0	0
Saldo	105.957	141.625	119.440	101.635	44.211	112.547	98.154	46.678

EMBAIXADA DO BRASIL EM NOUAKCHOTT
RELATÓRIO DE GESTÃO (2016 - 2021)
EMBAIXADOR LEONARDO CARVALHO MONTEIRO

Cumpro instruções. Transmito abaixo relatório de gestão do meu período à frente da embaixada em Nouakchott.

2. O relacionamento entre Brasil e Mauritânia, que era incipiente até o início da década de 2000, registrou, na última década, notável fortalecimento: houve visitas de autoridades de alto nível, abertura recíproca de embaixadas residentes, assinatura de acordos e incremento das relações comerciais. A decisão de abrir embaixadas residentes foi anunciada em 2007. No início do ano seguinte, o governo mauritano inaugurou sua representação permanente em Brasília. A abertura da embaixada do Brasil em Nouakchott concretizou-se em 2010 e assumi o posto em julho de 2016.

a) Avaliação da evolução do quadro interno e externo da Mauritânia

3. A conjuntura interna do país atravessou dois períodos distintos. O primeiro, relativo ao final do segundo mandato do ex-presidente Mohamed Abdel Aziz (2016 a 2018), e o segundo, sob o presente comando do presidente Mohamed El Ghazouani (2019 a 2021).

4. O melhor resultado do governo de Abdel Aziz foi no campo da segurança e da luta contra o terrorismo. O mandatário, tendo como braço direito o atual presidente, soube levar a bom termo profunda reforma das Forças Armadas e de Segurança, criando tropas de elite e dotando a Mauritânia de material bélico estratégico para subjugar o movimento terrorista interno. O sucesso na luta contra o terrorismo ensejou a renovação do interesse dos parceiros comerciais pela Mauritânia. O seu legado consistiu, ademais, em importantes obras de infraestrutura - aeroporto internacional de Nouakchott, centro de convenções, ampliação expressiva da rede viária do país e implantação do registro civil biométrico.

5. Em razão da homogeneidade étnica de sua população - dividida entre os descendentes de povos nômades e seminômades árabes e berberes e os de pastores africanos - a Mauritânia vem conduzindo, desde os anos 1970, sua política externa regional, buscando equilibrar-se entre as Áfricas árabe e negra. A iniciativa mais importante no campo da política externa do ex-presidente Abdel Aziz foi a criação, em fevereiro de 2014, do agrupamento G5 Sahel (Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Níger e Chade), com sede em Nouakchott. O G5 Sahel tem como objetivo reforçar a cooperação em matéria de luta contra o terrorismo, o crime organizado transfronteiriço e a imigração ilegal. Recentemente, a organização ampliou o escopo de sua atuação, abarcando metas nas áreas de desenvolvimento e infraestrutura. O ex-mandatário reforçou a inserção do país no cenário internacional, tendo Nouakchott sediado tanto a reunião da 27ª Reunião de Cúpula da Liga dos Países Árabes em 2016 quanto a reunião da 31ª Cúpula da União Africana em 2018.

6. A eleição de Mohamed Ghazouani, em junho de 2019, resultante da pequena diferença entre os votos do vencedor e os somados da oposição, evidenciou o forte desejo por mudanças de parte expressiva da população. O chefe de estado mauritano, de perfil discreto e pouco conhecido pelo

público, anunciou ambicioso programa de governo e pacificou tensões com a oposição, conversando com todos os seus líderes.

7. Decorridos mais de dois anos de sua eleição, o cenário político modificou-se sensivelmente. Manifestações de classes profissionais, como a dos professores, dos médicos e de profissionais de saúde têm-se tornado mais frequentes, o que demonstra a existência de desafios de governabilidade ao PR Mohamed Ghazouani.

8. Constata-se evolução favorável nesta administração no que tange à governança, notadamente na área econômica. O presidente da república tem cobrado publicamente seus ministros sobre avanços em relação às ações do governo, procurando imprimir dinamismo à sua gestão. Na área da educação, é perceptível a prioridade que vem sendo concedida à construção de escolas, recrutamento e aperfeiçoamento dos professores. Porém, a retomada do crescimento econômico foi sustada pela exacerbação da crise sanitária, que sobrecarregou o sistema de saúde pública, em grande medida dependente da ajuda da China no que diz respeito a material hospitalar e vacinas. O país foi castigado pela terceira onda da pandemia que somente há pouco vem sendo superada.

9. O PIB da Mauritânia, que vinha de um crescimento de 5,9% em 2019, contraiu-se 3,6% em 2020, resultado um pouco melhor do que o dos países vizinhos, em razão do bom desempenho da indústria extrativa (ferro, ouro e pesca). Os empréstimos do FMI mais a ajuda internacional de diversas origens limitaram os efeitos danosos da pandemia sobre a economia, mantendo o déficit de conta corrente em 11% do PIB em 2020. As perspectivas econômicas para os próximos anos permanecem incertas e, em grande medida, dependentes da volatilidade dos mercados globais de commodities, com riscos consideráveis de baixa em caso de novas ondas de contaminação por covid-19. Eventual menor demanda global reduziria as exportações de commodities mauritanas, com impacto negativo na atividade econômica e aumento da pobreza. O preço da maioria dos itens da cesta básica permanece ascendente, e a taxa de desemprego, elevada.

10. A Mauritânia, à semelhança dos países do Magreb, mantém reduzido volume de trocas comerciais inter-regionais, priorizando países europeus, asiáticos e do Oriente Médio. A China destaca-se como o maior parceiro comercial do país, destino de mais de 1/3 das vendas externas mauritanas, concentradas em minério de ferro, ouro, cobre e produtos derivados da pesca. Ademais, as importações provenientes da China, em torno de 1/4 de todas as compras externas mauritanas, variam de produtos têxteis a bens manufaturados. Outros parceiros comerciais de relevo são Suíça, Espanha e França.

11. O adiamento para 2023 do início da produção de gás e petróleo na bacia da fronteira marítima Tortue Ahmeyin, de gestão binacional, também contribuiu para baixar as expectativas do ingresso próximo de recursos externos significativos que turbinem o crescimento econômico a médio prazo. A recuperação da economia, segundo estudos do Banco Mundial e do FMI, deve começar a ocorrer em 2022. Nesse cenário, os setores não diretamente ligados à indústria extrativa poderiam crescer em torno de 4% a partir de 2023 devido principalmente ao setor de serviços e ao investimento público. Segundo estimativas do FMI, a situação das finanças públicas poderá equilibrar-se gradualmente a partir de 2022, após a retomada das atividades econômicas e da eventual redução das medidas de emergência.

12. A recente criação de fundo estatal contra a pobreza (TAAZOUR), em um país cuja parcela significativa da população sobrevive com menos de US\$ 5 diários, demonstra que a preocupação social do governo se tem traduzido em ações concretas. O governo comprometeu-se com a ambiciosa meta de tornar o país autossuficiente na produção de alimentos até 2024. Para atingir tal objetivo, a pasta da Agricultura foi separada da Pecuária, e pôs-se em execução amplo projeto que visa a estimular investimentos nacionais e estrangeiros para o cultivo intensivo das terras aráveis ao longo do rio Senegal, no sul do país.

13. No plano externo, a atual gestão dissolveu diferendos com países vizinhos, como o Senegal e o Marrocos. A questão do Saara Ocidental tem desempenhado papel importante na política externa da Mauritânia. Desde a sua retirada do território do Saara Ocidental, a Mauritânia reivindica política de neutralidade positiva. Apesar de o país reconhecer a " República Árabe Saaraui Democrática" desde 1984, o Chanceler mauritano classificou de inaceitável o conflito armado ocorrido recentemente entre o Marrocos e a Frente Polisário na região transfronteiriça. Na área multilateral, a Mauritânia tem buscado maior protagonismo com o lançamento de algumas candidaturas em organismos internacionais.

14. Na área de direitos humanos, o país, nos últimos anos, ratificou os principais tratados internacionais sobre a matéria. Permanece controversa a questão da escravidão. A grosso modo, um terço da população mauritana, de quatro milhões, é descendente de escravos negros - denominados haratines - que ocupam majoritariamente posições subalternas na sociedade local. A escravidão foi somente abolida oficialmente em 1981, e a tese do governo é a de que a escravidão desapareceu, existindo somente sequelas, em razão da exclusão e da pobreza extrema. Ainda assim, anualmente são denunciados vários casos de práticas escravagistas. Em 2015 foi promulgada lei contra tais práticas, com penas de até 20 anos, além da criação de tribunais especializados na matéria.

b) Relacionamento Bilateral

15. A cooperação em matéria de defesa vem sendo o campo mais frutífero das relações bilaterais. A abertura de missões diplomáticas em Nouakchott e Brasília coincidiu com a iniciativa da Mauritânia de aproximar-se do Brasil na área de defesa. Tal aproximação visava a dotar o país dos meios técnicos necessários para fazer face à crise maliana iniciada em 2012, bem como diminuir a dependência no campo securitário com relação à França e aos EUA. Como resultado, o governo mauritano negociou e assinou diversos contratos com a Embraer. Dentre eles, destacam-se os de compra e manutenção de quatro aeronaves SuperTucano a-20 (2012 e 2015), de Sistema de Vigilância de Fronteiras, Equipamento de Tráfego Aéreo e Sistema de Controle Aéreo - C31, de Sistema de Aquisição e Manutenção de Radares fixos e moveis, empresa Badar e Programa de Sensoriamento Remoto por Satélite, empresa Vision. Ademais, a empresa Avibrás vinha suprindo o país com mísseis para utilização pelos aviões SuperTucano.

16. Foram iniciadas negociações para a assinatura do Acordo-Quadro sobre Cooperação em matéria de Defesa, porém a parte mauritana ainda não respondeu à proposta de texto apresentado pela parte brasileira.

17. Foi realizada, em abril de 2018, a I Reunião de Consultas Políticas Brasil Mauritânia em Nouakchott, com a vinda de delegação chefiada pelo, à época, Subsecretário para África e Oriente Médio. Foi ressaltado o potencial a ser explorado nas relações bilaterais e a positividade do formato

flexível do encontro que propiciou enfoque concentrado nas áreas e temas mais promissores das relações bilaterais.

18. Não houve, durante minha gestão, a vinda de altas autoridades brasileiras ao país. Estiveram no Brasil, por ocasião das duas últimas edições da Feira de Material de Defesa - LAAD, o Ministro da Defesa à época e o Chefe do Estado Maior da Aeronáutica, General de Brigada Mohamed Leireitani.

19. A área de cooperação técnica é reconhecidamente poderoso instrumento da política externa do Brasil, sendo valorizada pelos países africanos pela disposição brasileira em transferir tecnologia. Em junho de 2017, foi promulgado o Acordo bilateral de Cooperação Técnica entre os dois países. No futuro, o Brasil poderia estabelecer cooperação em setores da área médica, como o combate a males ligados à desnutrição infantil, o treinamento de profissionais nas áreas de oncologia e cardiologia e a prevenção e o tratamento de doenças quase epidêmicas neste país, como hepatite e diabetes.

c) Assistência Consular

20. O posto forneceu, ao longo de cinco anos, orientação e assistência regular a inúmeras equipes e funcionários em missão da Embraer e de suas subsidiárias de passagem pelo país. Recebi na residência, em diversas ocasiões, os funcionários daquela empresa. A assistência mais complexa nesse período foi a evacuação sanitária de seis funcionários da empresa em missão no interior do país, que haviam contraído a Covid-19. A evacuação envolveu negociações com a ANAC local, a Chancelaria, o Ministério da Saúde, a direção do aeroporto de Noaukhott e o Comando do Estado-Maior da Aeronáutica. A operação foi executada com a presteza requerida pela empresa.

21. A comunidade brasileira na jurisdição é mínima, nunca ultrapassando dez pessoas. Nesse período, o posto prestou assistência a cidadão brasileiro que foi achacado na fronteira Senegal-Mauritânia e auxiliou no repatriamento de dois brasileiros por ocasião da eclosão da pandemia. O posto concede regularmente vistos a empresários mauritanos de pequeno porte.

d) Protocolo e Cerimonial

22. O posto realizou duas comemorações da data nacional, nos anos de 2017 e 2019, com base em cronograma criterioso de desembolso de dotações de custeio. A primeira se deu nas dependências da residência para 100 convidados, e a segunda, com a presença de 150 convidados, no hotel Tfeila, sendo prestigiado pela cúpula da Chancelaria local. Ao longo de cinco anos, foram efetuadas dezenas de visitas a membros do governo e do poder legislativo, com vistas a estreitar os laços entre os dois países.

e) Comércio Bilateral

23. O comércio bilateral caracteriza-se como amplamente superavitário em favor do Brasil, composto principalmente de produtos do agronegócio (açúcar refinado e aves congeladas), com exceção da pauta de exportação de 2019 (ver parágrafo 24 abaixo). Nesse sentido, o País tem exportado, desde 2016, média anual de US\$ 95 milhões para Mauritânia. Já as importações, nos últimos anos, não ultrapassaram US\$ 3 mil anualmente, constituídas basicamente de peças para veículos (91%) e óleos essenciais e seus subprodutos (8,6%).

24. De acordo com dados do Ministério da Economia, o resultado da balança comercial bilateral desde 2016, contabilizado em sua quase a totalidade como superávit é o seguinte:

- 2016: US\$ 119.896,798;
- 2017: US\$ 101.987,075;
- 2018: US\$ 44.212,899;
- 2019: US\$ 112.549,950;
- 2020: US\$ 98.154,407; e
- 2021 (acumulado até agosto): US\$ 42.933,519.

25. Com exceção à predominância dos produtos do agronegócio, as exportações brasileiras em 2019 foram compostas principalmente por produtos intensivos em alta tecnologia: a Embraer realizou naquele ano a venda de duas aeronaves modelo E-175 para uso da Mauritania Airlines, em contrato de valor aproximado de US\$ 93,8 milhões. A título de comparação, em 2018, o Brasil havia exportado cerca de US\$ 45 milhões para este país, em pauta constituída principalmente por açúcar refinado (69%), carne de frango congelada (16%) e pneumáticos (2,5%).

26. Em comparação com 2019, o valor total das exportações brasileiras em 2020 manteve-se razoavelmente estável. A participação de produtos agropecuários na pauta de exportação, no entanto, aumentou consideravelmente, saltando de 12% para 90% do total. Os principais produtos exportados pelo País em 2020 foram novamente açúcar refinado (79%) e carne de frango congelada (7%).

27. Nesse particular, os dois principais produtos da pauta de exportação (açúcar e aves congeladas) apresentam boas perspectivas de aumento na participação do mercado mauritano. Segundo dados do governo local, em 2019 este país importou o equivalente a US\$ 59 milhões em açúcar, dos quais 13,44% (US\$ 7,93 milhões) originaram-se do Brasil. Em 2020, a Mauritânia importou o equivalente a US\$ 175 milhões em açúcar, dos quais 45% (US\$ 79 milhões) vieram do País. As exportações brasileiras em valores totais aumentaram 10 vezes, havendo ainda espaço para crescimento.

28. Note-se, entretanto, que a participação do frango congelado brasileiro sofreu redução na comparação do mesmo período. Não há disponíveis dados precisos sobre a importação de carne branca neste país, porém a Mauritânia comprou, segundo estimativas do Ministério da Economia, o equivalente a US\$ 8,17 milhões do Brasil em 2019. Em 2020, o montante foi reduzido para US\$ 6,85 milhões. Nesse sentido, a expertise da indústria nacional na produção de carne branca com certificação 'halal' é importante recurso para reversão da tendência de baixa.

f) Presença de empresas brasileiras

29. A Embraer regularmente tem designado técnicos para auxílio na manutenção dos referidos aviões vendidos para a Mauritania Airlines, além de treinamento de pessoal local. A Atech Negócios em Tecnologias, do grupo Embraer, possui contrato com o Estado mauritano para desenvolvimento e implantação de sistemas de radares e controle do espaço aéreo, além de fornecer treinamento para pessoal local. O contrato prevê a estruturação de centro de controle para substituição das funções hoje desempenhadas pela Agência de Controle Aéreo Africana no que diz respeito ao tráfego aéreo.

30. A empresa atua ainda na instalação de radares fixos nas cidades de Nouadhibou, Zouerate e F'derik, próximo da fronteira com o Mali, e radares móveis transportados por caminhões para cobrir áreas remotas do país. Quando plenamente operacional, as autoridades militares disporão de sistema

de vigilância aérea que cobrirá a quase totalidade do território mauritano. A Atech ambiciona vender o sistema de vigilância de fronteiras e de controle aéreo aos demais países do G5 Sahel, aproveitando a penetração e experiência adquirida neste país. Até aqui, os governos do Mali e de Burkina Faso manifestaram interesse em adquirir o sistema da ATech.

31. Há entendimentos em curso entre investidores brasileiros e a estatal mauritana COMASUD, com vistas ao cultivo de cana-de-açúcar nas terras férteis do sul deste país e ao eventual estabelecimento de usina de processamento. Caso concretizado, o projeto prevê o cultivo em 8 000 hectares de terras próximos à fronteira com o Senegal, visando a produção de 120 mil toneladas de açúcar anuais e 20 milhões de litros de etanol. Acoplado a esse projeto, que envolveria recursos na ordem de US\$ 300 milhões, está prevista a construção de usina de tratamento de açúcar com tecnologia e expertise brasileiras, tendo sido acordado com o governo mauritano que os investidores brasileiros teriam o monopólio da produção de açúcar na Mauritânia. Em audiência com o PR Mohamed Ghazouni em 2019, o mandatário mauritano sinalizou estar a par do dossiê e apontou que o projeto deverá alavancar o desenvolvimento da região onde será implantado.

g) Promoção Comercial

32. A Embaixada tem mantido diálogo frequente com a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB) e a Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Mauritânia, com vistas a identificação de oportunidades de negócios e facilitação do contato entre empresários dos dois países. Em duas ocasiões, a Embaixada organizou visita de trabalho de representantes da CCAB a esta capital.

33. Em abril de 2018, delegação da CCAB composta de representantes comerciais dos setores de carne, café e cosméticos reuniu-se na Chambre de Commerce, d'Industrie et d'Agriculture de Mauritanie (CCIAM) com empresários locais de diversos setores. Na ocasião, a Embaixada facilitou também encontros individuais entre os referidos representantes brasileiros e importadores mauritanos, além de organizar visitas às áreas comerciais da cidade.

34. Em janeiro de 2020, missão da CCAB liderada pelo Embaixador (aposentado) Osmar Vladimir Chohfi (Vice-Presidente de Relações Internacionais) teve por objetivo principal divulgar o 4º Fórum Econômico Brasil-Países Árabes, que ocorreu em São Paulo naquele ano. Durante a visita, acompanhei os representantes da CCAB em sua agenda de trabalho, que incluiu reunião com o presidente da CCIAM e com o diretor da Agence Mauritanienne d'Information (AMI).

35. A principal dificuldade para diversificação e incremento do comércio bilateral é a pequena dimensão do mercado consumidor mauritano (cerca de 3,9 milhões), o que dificulta a atração do interesse de empresários brasileiros, salvo as exportações de açúcar e aves congeladas, já solidamente estabelecidas. É desfavorável também a falta de ligação marítima e aérea diretas entre os dois países. A embaixada deu apoio a projeto de investidores particulares no Brasil que ambicionavam implantar ligação aérea direta de cargas entre os dois países, mas que foi abandonado.

36. De toda forma, em que pese as dificuldades apresentadas pelo quadro de combate à pandemia de Covid-19, a partir de março de 2020, a Embaixada tem atendido crescente número de pedidos de informação que lhe são dirigidos por empresas exportadoras brasileiras e importadores mauritanos em busca de oportunidades de negócio, especialmente nas áreas de cosméticos, proteína animal e açúcar.

h) Indústria Pesqueira

37. Desde 2012, Brasil e Mauritânia têm mantido diálogo sobre aspectos técnicos do setor pesqueiro com vistas à emissão do certificado nacional de equivalência sanitária do MAPA e consecutiva liberação da importação de pescados deste país. O andamento das conversações, no entanto, sofreu atraso nos últimos anos em razão sobretudo da morosidade de reação da parte mauritana. Sob a administração do PR Mohamed Cheikh El Ghazouni, iniciada em agosto de 2019, o tema ganhou relevância novamente, o que tem beneficiado seu encaminhamento. Há a expectativa de que o referido documento seja autorizado a partir do primeiro semestre de 2022.

38. A esse respeito, têm sido constantes as consultas de importadores brasileiros e exportadores mauritanos sobre a referida emissão do certificado de equivalência sanitária, indícios concretos das oportunidades de negócios no ramo da indústria pesqueira.

i) Intercâmbio Cultural

39. A falta de infraestrutura no país - não há teatros, cinemas ou salas de espetáculo - dificulta a identificação e parceiros para a montagem de projetos culturais. Houve a tentativa de se realizar uma noite cultural brasileira no Centro Cultural da embaixada da França, porém sem sucesso. A embaixada presta apoio regular a uma academia infantil de futebol nesta capital dirigida por técnico brasileiro formado pela CBF.

j) Administração

40. De 2016 até o presente, foram realizadas diversas melhorias na infraestrutura do Posto, com destaque para a renovação do parque tecnológico, das instalações do Setor Consular e da frota de veículos oficiais.

41. O Posto procedeu em 2019 à reforma física do Setor Consular, com vistas a conferir maior segurança aos agentes de atendimento. Nesse sentido, foram confeccionados vidros e divisórias reforçados nos balcões de atendimento ao público.

42. Em 2020, a rede interna de internet e de telefones da chancelaria foi modernizada, por meio da troca do cabeamento que conecta as estações de trabalho, da aquisição de novo aparelho "switch" para distribuição de dados e de painéis de conexão mais velozes. Essa reforma aperfeiçoou consideravelmente o acesso do Posto aos sistemas informáticos da SERE. As estações de trabalho e impressoras foram igualmente renovadas no período, à exceção do computador que serve às comunicações. A sala e o arquivo da chancelaria também foram reorganizados. As dotações de custeio, no patamar onde se encontram, cobrem, quase sem folga, as necessidades do posto.

43. O Posto possui frota de dois veículos. O veículo de serviço foi substituído em 2018 e o de representação está sendo trocado. O proprietário da residência providenciou a construção de dependência, até então inexistente, para os motoristas, em razão dos horários de trabalho praticados.

44. No que se refere ao pessoal local, contratei, em 2016, três auxiliares de apoio, dois para a Residência e uma para a chancelaria. O setor de contabilidade do Posto foi reestruturado após minha

assunção, com a contratação de auxiliares administrativos locais, dispensando a vinda de sucessiva de servidores da SERE em missão transitória. Durante um ano pude contar com uma recepcionista na chancelaria que possibilitou aos funcionários disporem de mais tempo para suas funções precípuas.

45. Com base na avaliação pessoal de que os imóveis selecionados pelo meu predecessor atendem aos requisitos básicos para o funcionamento desta missão diplomática, renovei em 2019 - por cinco anos adicionais-, o contrato de locação da Chancelaria e o da Residência oficial, em 2018, por período de quatro anos. Providenciei a elaboração do Plano de Contingência do posto que estabelece procedimentos para a evacuação de pessoal lotado no posto, bem como da comunidade brasileira.

46. Desde a abertura da embaixada, o número de vagas dos funcionários do quadro foi diminuindo paulatinamente e hoje estão somente disponibilizadas, além do chefe do posto, uma vaga para diplomata e duas para oficial de chancelaria e/ou assistente de chancelaria. Avalio que se houver mais cortes, a gestão do posto se verá seriamente comprometida por déficit de pessoal.

h) Perspectivas

47. As diferenças socioculturais entre o Brasil e a Mauritânia são grandes, porém há o substrato comum da condição de países não colonizadores e da presença importante não só da comunidade árabe no Brasil, como da herança cultural comum africana. Em meus contatos, vários mauritanos da minha faixa etária se recordam da construção pioneira, na década de 70, da estrada que liga a capital à cidade de Nema, fronteira com o Mali, pela construtora Mendes Junior. O Brasil é visto com simpatia pela população local e considerado parceiro importante e de peso na comunidade internacional pelas autoridades do país.

48. O relacionamento bilateral, à semelhança da relação do Brasil com demais países, viu-se muito prejudicado nos últimos dois anos em razão da crise econômica e da ocorrência da pandemia. No entanto, pela importância geográfica da Mauritânia no continente africano e na subregião do Sahel, gozando de estabilidade securitária, ambicionada por países vizinhos, e se constituindo em uma espécie de ponta de lança na região para os produtos de alto valor tecnológico agregado da Embraer e subsidiárias, a relação entre os dois países merece ser dinamizada. Existem três linhas de ação com vistas a tal objetivo: a identificação e consecução de programa de cooperação técnica da ABC; a vinda de missão militar de alto nível, com vistas a retribuir as visitas de autoridades mauritanas de alta patente ao Brasil e incrementar a cooperação nesta área; e, finalmente, a implantação de uma linha de cabotagem direta entre o Brasil e o porto de Nouakchott ou de linha aérea direta de carga, com vistas a estimular o comércio marítimo e/ou aéreo que apresenta potencial para se estender aos países vizinhos, como Mali, Níger, Burkina Faso e Senegal.

49. Ao finalizar meu Relatório de Gestão, gostaria de registrar meu reconhecimento pelo trabalho e elevado espírito público tanto do Ministro-Conselheiro Humberto Marcelo de Almeida Costa quanto da Vice-Cônsul Ana Carmen Leal Barbosa Caldas.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM
NOUAKCHOTT**

Candidato EMBAIXADOR EVALDO FREIRE

PERFIL DO CANDIDATO

Formado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 1976, concluiu curso de Formação Profissional em Técnico de Transporte Marítimo na Petrobras, Rio de Janeiro, em 1977, especialização em Direito Marítimo na Fundação de Estudos do Mar, Rio de Janeiro, em 1978, e especialização em Transporte Marítimo também Fundação de Estudos do Mar, Rio de Janeiro, em 1979. Em 1980, concluiu Pós-Graduação em Matemática Financeira Aplicada na Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. Em 1981, concluiu Pós-Graduação em Economia Brasileira Contemporânea na Associação Brasileira de Imprensa, Rio de Janeiro. De 1994 a 1995, cursou Mestrado em Política Internacional na Universidade Livre de Bruxelas, Bélgica.

Ingressou no Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores, em 1985. Como diplomata, desempenhou suas funções na Divisão de Informação Comercial, na Secretaria Especial de Imprensa, na Divisão de Política Financeira e na Divisão de Operações de Promoção Comercial e na Subsecretaria de Política III. Serviu na Missão junto às Comunidades Europeias (Bruxelas), na Embaixada em Tóquio, na Embaixada em Abu Dhabi, no Consulado-Geral em Nova York e no Consulado-Geral em São Francisco. Também trabalhou como assessor do Secretário Nacional de Economia, no Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento (MEFP); como representante da Secretaria Nacional de Economia na Comissão Preparatória da Conferência Internacional das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CIMA); como coordenador do Grupo Executivo Interministerial da Secretaria Nacional de Economia do MEFP para Adequação Brasileira ao Protocolo de Montreal sobre a Camada de Ozônio; como secretário-adjunto do Comitê Nacional de Organização da Rio+20; e como coordenador-geral adjunto do GT de Organização da Reunião de Cúpula de Presidentes dos Estados Partes e Estados Associados do Mercosul. Concluiu o Curso de Altos Estudos (CAE), no Ministério das Relações Exteriores, em 2011. Foi encarregado de negócios da Embaixada do Brasil em Bissau e embaixador do Brasil em Malabo.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) ¹

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Ser reconhecido pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MISSÃO DO POSTO

Contribuir com informações e análises sobre a situação política, social e econômica na República Islâmica da Mauritânia para o planejamento e a execução com excelência da Política Externa definida pelo Presidente da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão brasileiro no exterior e dialogar, em seus vários níveis, com as autoridades mauritanas.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

- 1) Aprofundar o diálogo político com a Mauritânia.
- 2) Buscar ampliar, na medida do possível e em consonância com os interesses dos setores envolvidos no Brasil, a participação de produtos e empresas brasileiras no mercado local, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
- 3) Promover a imagem e a cultura do Brasil na Mauritânia.
- 4) Prover serviços consulares de qualidade, aperfeiçoando a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
- 5) Por meio do diálogo político e da cooperação bilateral, angariar apoio da Mauritânia ao fortalecimento e à reforma gradual das instituições multilaterais, de modo a refletir as realidades do mundo contemporâneo e, desse modo, ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
- 6) Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
- 7) Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.
- 8) Intercambiar ações que facilitem o desempenho profissional de diplomatas de ambos os países.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - Promoção de comércio e investimentos;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Incrementar e diversificar o comércio bilateral, com ênfase em produtos de maior valor agregado

- *Desenvolver atividades de inteligência comercial para identificação de novos nichos de mercado tanto para produtos do agronegócio como para bens industriais e produtos da indústria de defesa.*
- *Apoiar a realização, sempre que houver interesse, de missões empresariais de lado a lado, de modo a fomentar o fluxo de comércio direto entre o Brasil e a Mauritânia.*

- *Manter interlocução constante com atores locais relevantes para o comércio e a economia da Mauritânia, bem como com a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB).*
- *Apoiar, inclusive por meio da participação brasileira em eventos, quando houver, a promoção de produtos da indústria nacional, como aeronaves, máquinas e equipamentos do setor agrícola, produtos farmacêuticos, entre outros, em consulta com associações setoriais e a Apex Brasil.*
- *Promover os produtos da Base Industrial de Defesa, em especial a Embraer e suas subsidiárias.*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- 1) **Número de serviços de inteligência comercial e de investimento prestados pela Embaixada**
- 2) **Número de encontros e reuniões com empresas brasileiras e mauritanas, investidores e câmaras e associações de comércio**
- 3) **Números de eventos (seminários, “webinários”, palestras, feiras, exposições, rodadas de negócios, entre outros) organizados pela ou com a participação da Embaixadas**
- 4) **Número de expedientes telegráficos do Posto, por ano, sobre temas de promoção de comércio e investimentos**

II - Relações políticas bilaterais;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- 1) **Acompanhar e relatar, do ponto de vista dos interesses do Brasil, a situação política, social e de segurança na Mauritânia, com vistas a prover os formuladores de política externa com subsídios para tomada de decisões**
 - *Produzir informações e análises sobre os principais temas de política interna e externa da Mauritânia e suas possíveis implicações para a atuação internacional do Brasil.*
 - *Elaborar materiais informativos que correspondam a demandas oriundas do MRE ou de outros órgãos públicos.*
- 2) **Manter os mecanismos diplomáticos de alto nível, como as Consultas Políticas**
 - *Apoiar a realização do mecanismo de Consultas Políticas, com o objetivo de fortalecer as relações bilaterais e a cooperação entre os dois países, bem como a coordenação sobre temas multilaterais.*
 - *Apoiar a eventual realização de visitas oficiais de autoridades brasileiras à Mauritânia e, quando requerido, apoiar eventual realização de visitas de autoridades mauritanas ao Brasil.*
 - *Fomentar a coordenação, o intercâmbio e a cooperação em áreas de interesse comum, como agricultura, saúde e promoção do desenvolvimento.*
- 3) **Ampliar a base jurídica do relacionamento bilateral**
 - *Realizar gestões junto ao governo mauritano, para negociação de acordos de interesse brasileiro.*
 - *Informar e analisar eventuais propostas do governo mauritano para a abertura de negociação de acordos bilaterais.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de telegramas produzidos pela Embaixada sobre política interna e política externa da Mauritânia
- 2) Número de reuniões com representantes do governo, do parlamento, do setor privado, da academia e da sociedade civil, com vistas a colher ou compartilhar informações sobre o desenvolvimento de temas de política interna e externa da Mauritânia
- 3) Número de reuniões de mecanismos diplomáticos, em formato presencial ou virtual
- 4) Número de reuniões com representantes do governo da Mauritânia, para tratar da realização, dos preparativos e da agenda de reuniões e de negociação de acordos

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, incluindo gestões de candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação;**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- 1) Contribuir para a atuação do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas, em especial durante o mandato a ser exercido no biênio 2022-2023
 - *Manter diálogo com interlocutores relevantes, em especial representantes de alto nível do governo da Mauritânia.*
- 2) Ampliar o apoio a candidaturas brasileiras
 - *Fazer gestões, no mais alto nível possível, com vistas a obter apoio da Mauritânia a candidaturas brasileiras para cargos em organismos internacionais, para realização de eventos internacionais no Brasil e outras, conforme instrução da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de expedientes do Posto sobre assuntos relativos à Mauritânia que sejam considerados do interesse do CSNU
- 2) Número de notas verbais e reuniões com representantes do governo da Mauritânia para realizar gestões em favor de candidaturas do Brasil em organismos multilaterais e para realização de eventos internacionais no Brasil

IV - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil;**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- 1) Divulgar a diversidade das expressões culturais brasileiras
 - *Apoiar projetos e eventos de promoção da diversidade das expressões culturais brasileiras, na medida dos recursos de que a Embaixada dispuser.*
 - *Atualizar regularmente as plataformas digitais da Embaixada, com informações de utilidade para a ampliação do conhecimento sobre o Brasil na Mauritânia.*
- 2) Intensificar a promoção da imagem do país e da marca Brasil junto ao público mauritano
 - *Na medida dos recursos à disposição da Embaixada, realizar eventos de promoção da imagem do Brasil, inclusive conjugados com atividades de*

promoção comercial, em coordenação com a Apex Brasil e a área comercial do MRE, para a divulgação de produtos brasileiros.

- ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**
 - 1) Número de participações em reuniões, eventos, palestras e entrevistas para a difusão da diversidade das expressões culturais brasileiras na Mauritânia
 - 2) Número de eventos realizados para promover a marca Brasil

V - Cooperação em educação, cultura, saúde e defesa;

- i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**
 - 1) Estimular o contato e a interlocução entre autoridades de defesa dos dois países, com vistas a identificar oportunidades de cooperação na área de defesa
 - *Realizar reuniões para tratar de cooperação em defesa.*
- ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**
 - 1) Número de contatos com autoridades de defesa da Mauritânia e de reuniões bilaterais em matéria de defesa durante a gestão
 - 2) Número de expedientes relacionados à área de defesa enviados pelo posto

VII - Cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades;

- i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**
 - 1) Fortalecer a cooperação técnica entre os países em projetos que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico da Mauritânia
 - *Prospectar oportunidades para o estabelecimento de projetos de cooperação técnica com a Mauritânia.*
- ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**
 - 1) Número de reuniões relativas a projetos de cooperação técnica com autoridades da Mauritânia.
 - 2) Número de expedientes telegráficos relativos a à cooperação técnica entre Brasil e Mauritânia.
 - 3) Número de Notas Verbais relativas à cooperação técnica enviadas às autoridades mauritanas.

VIII - Apoio às comunidades brasileiras no exterior e atendimento consular regular.

- i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**
 - 1) Garantir a prestação eficiente do serviço consular à comunidade brasileira na Mauritânia, buscando facilitar o acesso a tais serviços.
 - 2) Realizar visitas a nacionais presos na Mauritânia, se os houver.
 - 3) Incrementar o uso das redes sociais do posto para fins de comunicação e informação da comunidade brasileira.

- 4) Prestar atendimento correto a nacionais mauritanos e/ou estrangeiros que busquem o setor consular da Embaixada.

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- 1) Número de documentos consulares produzidos, conforme a demanda
- 2) Número de atendimentos consulares realizados, conforme a demanda
- 3) Tempo de espera para a prestação dos serviços consulares
- 4) Número de comunicações de esclarecimento preparadas para a comunidade brasileira em situações de crise ou catástrofes naturais, caso necessário
- 5) Número de visitas a nacionais presos, quando for o caso

RELATÓRIO Nº , DE 2022

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 3, de 2022 (MSG nº 699/2021), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor EVALDO FREIRE, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica da Mauritânia.*

Relatora: Senadora **ELIANE NOGUEIRA**

Vem ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do *Senhor EVALDO FREIRE, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica da Mauritânia.*

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Dessa forma e em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou currículo do diplomata.

O Senhor Evaldo Freire, filho de Francisco Antônio Freire e Teresinha de Jesus Matta Freire, nasceu em 19 de agosto de 1954, na cidade de Teresina, Piauí.

Em 1976, concluiu o curso de Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/RJ. É mestre em Política



Internacional pela Universidade Livre de Bruxelas, Bélgica (1995). No Instituto Rio Branco, o indicado frequentou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática (1985), o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1994) e o Curso de Altos Estudos (2011), tendo defendido a tese com o seguinte título: “O Secom de São Francisco e a Economia Verde do Vale do Silício: Perspectivas de uma Nova Promoção Comercial do Brasil”.

O indicado foi nomeado Terceiro-Secretário em 1986 e Segundo-Secretário em 1992. Chegou a Primeiro-Secretário em 2002; a Conselheiro em 2007; a Ministro de Segunda Classe em 2011; e a Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial em 2014.

Ao longo de sua carreira, desempenhou diversas funções, entre as quais destacamos: Cônsul-Adjunto nos Consulados-Gerais em Nova York (2004-07) e São Francisco (2007-11); Diretor do Comitê Nacional da Rio+20 (2011/13); missão transitória na Embaixada em Bissau (2013/14); e, desde 2015, Embaixador do Brasil em Malabo, Guiné Equatorial.

Em atendimento às normas do RISF, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República Islâmica da Mauritânia. Constan informações acerca das relações bilaterais com o Brasil, dados básicos desse país, e de suas políticas interna e externa, bem como de sua situação econômica.

Segundo documento informativo anexado pelo Itamaraty, a Mauritânia conta com população de 4,15 milhões de habitantes (dados de 2019) e Produto Interno Bruto (PIB) nominal da ordem de US\$ 8.11 bilhões (dados de 2020), sendo uma República semipresidencialista. Praticamente 100% de sua população pratica a religião muçulmana.

O Brasil reconheceu sua independência em 1960 e estabeleceu relações diplomáticas com o país em 1961. Em 2008, o governo mauritano inaugurou representação diplomática permanente em Brasília. Em 2010, foi aberta a embaixada do Brasil em Nouakchott. A abertura das respectivas missões contribuiu para maior aproximação bilateral.

Em 2012, foi assinado Acordo de Cooperação Técnica, que restou promulgado em 2017. No momento presente, a cooperação em matéria de defesa é a área mais dinâmica do relacionamento entre os dois países. Nesse sentido, o governo mauritano celebrou contratos de compra e manutenção de aeronaves Super Tucanos A-29 (Embraer, 2012 e 2015); de



compra de sistema de vigilância de fronteiras, equipamento de tráfego e sistema de controle aéreo (2015); e de uso de sistemas de aquisição e manutenção de radares fixos e móveis. Some-se a esse quadro, a venda pela empresa Avibrás de mísseis para utilização pelas aeronaves referidas.

No tocante às relações econômicas, o fluxo de comércio bilateral experimentou trajetória ascendente entre 2001 e 2012. O superávit comercial brasileiro está lastreado sobretudo em produtos do agronegócio (açúcar refinado e carne de frango congelada). Desde 2014, a média anual do volume das exportações brasileiras é de pouco mais de US\$ 100 milhões. Registre-se, ainda, a venda pela Embraer, em 2019, de duas aeronaves modelo E-175 para uso da *Mauritania Airlines*. Já nossas importações são inexpressivas.

Por fim, observo que a comunidade brasileira residente na Maurîtânia é estimada em 10 pessoas.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



2ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

4

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL LEONARDO CARVALHO MONTEIRO**

CPF.: 011.082.588-83

ID.: 4415150 SSP-SP

1958 Filho de Ivan Carvalho Monteiro e Zenaide Carvalho Monteiro, nasce em 22 de junho, em São Paulo/SP

Dados Acadêmicos:

1979 Letras pela Universidade Mackenzie/SP

1982 CPCD - IRBr

1991 CAD - IRBr

2013 CAE - IRBr

Cargos:

1983 Terceiro-secretário

1987 Segundo-secretário

1997 Primeiro-secretário

2006 Conselheiro, por merecimento

2015 Ministro de segunda classe

2018 Ministro de segunda classe do Quadro Especial

Funções:

1983-86 Inspeção-Geral de Finanças, assistente

1986-88 Embaixada em Copenhague, terceiro-secretário e segundo-secretário

1988-91 Consulado-Geral em Ciudad del Este, cônsul-adjunto

1991-94 Consulado-Geral em Genebra, cônsul-adjunto

1994-97 Direção-Geral de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a Brasileiros, assessor e subchefe

1997-2000 Consulado-Geral em Barcelona, cônsul-adjunto

2000-03 Embaixada em Wellington, primeiro-secretário

2003-05 Embaixada em Varsóvia, primeiro-secretário

2005-06 Divisão do Pessoal, subchefe

2006-07 Departamento do Serviço Exterior, assessor

2006-07 Embaixada em Islamabad, encarregado de negócios em missão transitória

2007-10 Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, assessor

2010-14 Consulado-Geral em Paris, cônsul-geral adjunto

2014- Embaixada em Jacarta, conselheiro, ministro-conselheiro e encarregado de negócios a.i.

2016- Embaixada em Nouakchott, ministro de segunda classe, embaixador comissionado

Condecorações:

2015 Ordem de Rio Branco no grau de Comendador

2015 Medalha Mérito Santos Dumont

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 7, DE 2022

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor LEONARDO CARVALHO MONTEIRO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné Equatorial.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 44

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **LEONARDO CARVALHO MONTEIRO**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné Equatorial.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **LEONARDO CARVALHO MONTEIRO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 10 de fevereiro de 2022.

EM nº 00016/2022 MRE

Brasília, 28 de Janeiro de 2022

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **LEONARDO CARVALHO MONTEIRO**, ministro de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República da Guiné Equatorial, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **EVALDO FREIRE**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **LEONARDO CARVALHO MONTEIRO** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 49/2022/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LEONARDO CARVALHO MONTEIRO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné Equatorial.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



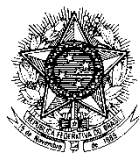
Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 11/02/2022, às 17:54, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado: 22791



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3181685** e o código CRC **26EA5C41** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 -- Telefone: (61)3411-1447
CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África (SOMEA)
Departamento de África (DEAF)
Divisão de África I (DAF I)

GUINÉ EQUATORIAL



OSTENSIVO
Jan 2022

SUMÁRIO

PERFIS BIOGRÁFICOS	3
RELAÇÕES BILATERAIS	4
POLÍTICA INTERNA	6
POLÍTICA EXTERNA	8
ECONOMIA	11
MAPA	12
DADOS BÁSICOS.....	13
DADOS COMERCIAIS E ECONÔMICOS.....	14

PERFIS BIOGRÁFICOS



Presidente Teodoro Obiang Nguema Mbasogo. Nasceu em 5 de junho de 1942, na cidade de Acocán, na porção continental da Guiné Equatorial. Ingressou na Guarda Territorial ainda no período colonial, tornando-se tenente da Guarda Nacional em 1969, após a independência. Foi Diretor-Geral de Planejamento do Ministério da Defesa, Secretário-Geral do Ministério das Forças Armadas Populares, Vice-Ministro das Forças Armadas, Governador da Ilha de Bioko e Chefe da Guarda Nacional. Formou-se em direito na Universidade Nacional de Educação à Distância da Espanha. Chegou ao poder em 1979.



Simeón Oyono Esono Angue, Ministro de Assuntos Exteriores e Cooperação Internacional. Nasceu em 18 de fevereiro de 1967, em Mibang, na porção continental da Guiné Equatorial. Kursou contabilidade e finanças na Universidade de Pinar del Río e economia na Universidade de Batalla, em Cuba. Foi professor da Faculdade de Economia da Universidade Nacional da Guiné Equatorial. Como diplomata, foi Secretário-Geral do Ministério de Assuntos Exteriores e Cooperação, Embaixador na Etiópia e junto à União Africana (UA) e ocupou os postos de Presidente do Conselho de Paz e Segurança da UA e

do Comitê de Representantes Permanentes da UA sobre Refugiados, Retornados e Deslocados Internos na África. É Ministro de Assuntos Exteriores desde fevereiro de 2018.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Guiné Equatorial estabeleceram relações diplomáticas em 26 de maio de 1974. A Embaixada da Guiné Equatorial em Brasília foi aberta em 2005, e a Embaixada do Brasil em Malabo, em 2006.

Nos últimos anos, a realização de visitas de autoridades de alto nível e o ingresso da Guiné Equatorial na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (2014) contribuíram para impulsionar as relações bilaterais. Em fevereiro de 2013, realizou-se visita presidencial brasileira à Guiné Equatorial, por ocasião da III Cúpula América do Sul-África. Em junho de 2018, o chanceler Simeón Oyono Esono Angue visitou o Brasil. Em janeiro de 2019, o segundo vice-primeiro-ministro Angel Masie Mebuy representou o governo equato-guineense na posse do Senhor Presidente da República.

Desde 2005, foram assinados acordos nas áreas de Cooperação Técnica (2005), Cooperação Educacional (2009), Criação da Comissão Mista de Cooperação (2010), Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático (2010), Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço (2010), Formação e Intercâmbio de Experiências no Âmbito Diplomático e Consular (2010) e Cooperação em Matéria de Defesa (2010).

Língua Portuguesa. A Embaixada do Brasil em Malabo conta com Núcleo de Estudos Brasileiros, que oferece curso de português a cerca de 140 alunos matriculados. A iniciativa é considerada uma das maiores contribuições para a difusão da língua portuguesa na Guiné Equatorial. O chanceler da Guiné-Equatorial, Simeón Oyono Esono Angue, discutiu medidas de apoio à promoção do português no país. Manifestou interesse na capacitação de formadores do idioma, de modo a ensinar, de maneira sustentada, a desejada presença efetiva do português na Guiné Equatorial, tendo em conta a entrada do país na CPLP. Apenas uma escola oficial, voltada a crianças socialmente desfavorecidas, ofereceria curso de português no sistema educacional equato-guineense.

Cooperação cultural e educacional. Brasil e Guiné Equatorial celebraram Acordo para Cooperação Educacional em outubro de 2009. O documento entrou em vigor em junho de 2017, o que permitiu a inclusão do país no Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) a partir de 2018, visando à seleção de estudantes que iniciariam seus estudos em 2019. Atualmente, 132 estudantes equato-guineenses participam do Programa.

Cooperação técnica. O Acordo Básico de Cooperação Técnica, assinado em 2005, foi ratificado pelas partes em 2009. Foram elaboradas propostas de projetos nas áreas de agricultura familiar, futebol e defesa civil. De todos estes, o projeto de cooperação em matéria de defesa civil, preparado pelo Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, com a assistência da ABC, com vistas ao fortalecimento institucional e operacional do sistema nacional de proteção civil da Guiné Equatorial, é o único em fase final de negociação. O projeto “Fortalecimento institucional e operacional do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil da Guiné Equatorial” tem como objetivo dotar o Corpo Nacional de Proteção Civil da Guiné Equatorial de capacidade para o gerenciamento e atendimento de emergências de pequeno, médio e grandes portes.

Candidaturas. A Guiné Equatorial apoiou a candidatura do Brasil a assento não permanente no CSNU (biênio 2022-2024).

Comércio. O comércio entre o Brasil e a Guiné Equatorial cresceu substancialmente entre 2004 e 2014, passando de USD 17 milhões, em volume total, para USD 1,1 bilhão, recorde histórico. Nos anos seguintes, decresceu fortemente, caindo para USD 43,5 milhões em 2019. Em 2020, a despeito dos impactos da pandemia no comércio internacional, houve aumento nas exportações brasileiras para a Guiné Equatorial, que somaram USD 44,8 milhões (em comparação com USD 9,5 milhões em 2019). Já importações oriundas da Guiné Equatorial caíram para USD 4 milhões (em comparação com os USD 34 milhões registrados em 2019). A corrente de comércio somou USD 48,8 milhões. Em 2021, as exportações reduziram-se novamente, para USD 15,4 milhões, que, sem registro de importações, corresponderam ao total da corrente de comércio.

Até 2017, a pauta de importações brasileiras oriundas da Guiné Equatorial era dominada por produtos da indústria petrolífera (óleos brutos de petróleo e gás de petróleo, em geral) – situação que se repetiu em 2019. Em 2018 e 2020, contudo, as importações foram, em sua totalidade, de metanol. Os principais produtos exportados pelo Brasil para o mercado equato-guineense em 2020 foram tubos de ferro e aço.

Apoio consular. Um bispo e um pastor brasileiros da Igreja Universal do Reino de Deus foram detidos na Guiné Equatorial em abril de 2020, com risco de expulsão, acusados de não observar proibição de celebração de cultos religiosos no país durante quarentena motivada pela COVID-19 – acusação negada por ambos. No âmbito dessas detenções, decreto presidencial determinou o encerramento das atividades da IURD no país. A referida Igreja solicitou nova autorização de funcionamento. Em atenção a gestões da Embaixada em Malabo, os religiosos passaram à prisão domiciliar e, posteriormente, foram libertados.

POLÍTICA INTERNA

Navegantes portugueses foram os primeiros europeus a explorar o golfo de Guiné em 1471. Em 1493, D. João II de Portugal proclamou-se Senhor de Guiné. As ilhas de Bioko (batizada pelos portugueses de Fernando Pó), Ano Bom e Corisco foram ocupadas por portugueses em 1494. Em 1778, o Tratado de El Pardo formalizou a transferência das colônias portuguesas na Guiné Equatorial à Espanha (em troca de concessões espanholas na América do Sul). No século XIX, a “Sociedad Geográfica de Madrid” lançou diversas expedições exploratórias ao continente africano tendo o rio Muni como referência. Após perder o controle de Cuba e Filipinas, na virada para o século XX, a Espanha intensificou esforços de ocupação da Guiné Equatorial. Na primeira metade do século XX, consolidou-se a presença do estado espanhol e a exploração de cacau.

Desde os anos 1950, o movimento nacionalista de Guiné Equatorial atuou sob influência do pan-africanismo, da luta anticolonial e da Guerra Fria. Em 1968, após pressões da Assembleia Geral da ONU e da Organização da Unidade Africana, a Espanha concordou com eleições que culminaram na proclamação de independência. O primeiro presidente equato-guineense, Francisco Macías Nguema, aproximou-se do bloco comunista. Seu governo caracterizou-se por intensa repressão política. Em 1979, Teodoro Obiang Nguema Mbasogo, sobrinho de Francisco Macías, liderou movimento de contestação do governo e se tornou o presidente do país. Em 1987, Obiang fundou o Partido Democrático da Guiné Equatorial (PDGE). Em 1992, foi instituído o multipartidarismo.

Em 2011, uma reforma constitucional aprovada por referendo recriou o cargo de vice-presidente e limitou o mandato presidencial a dois períodos de sete anos e criou o Senado (com 70 integrantes, dos quais 55 são eleitos e 15 são designados pelo presidente). Nas eleições presidenciais de 2016, o presidente Obiang foi reeleito com 93,5% dos votos. Na disputa legislativa de 2017, o Partido Democrático da Guiné Equatorial (PDGE), governista, obteve a totalidade dos assentos do Senado e 99 das 100 cadeiras da Câmara dos Deputados.

A pandemia da Covid-19 chegou à Guiné Equatorial em março de 2020. Em janeiro de 2022, o país apresenta um total acumulado de 13.710 pessoas infectadas pela Covid-19, com total de 175 mortes causadas pela doença. Foram aplicadas 425.666 doses de vacina, a maioria das quais doadas pela China (vacina do laboratório Sinopharm). Os 203.390 imunizados com as duas doses são aproximadamente 15% da população.

Indicadores sociais e demográficos. Embora tenha a 70ª maior renda *per capita* no mundo e a terceira maior entre os países africanos (ficando atrás somente de Ilhas Maurício e Seychelles), a Guiné Equatorial ocupa a 145ª posição no índice de desenvolvimento humano. O baixo crescimento econômico dos últimos anos vem prejudicando a melhora nos índices sociais. A expectativa de vida é de 58,7 anos, devido, entre outros fatores, à elevada taxa de mortalidade infantil (62,6 por 1000 nascimentos). A educação é obrigatória e gratuita para as crianças de 6 a 11 anos. Apesar da alta evasão escolar, 94,4% da população adulta seria alfabetizada.

Do ponto de vista demográfico, predomina a etnia Fang, que reúne 85% dos equato-guineenses, enquanto 6,5% são da etnia Bubi e 3,6%, da etnia Mdowne. A Guiné Equatorial tem atraído considerável contingente de imigrantes oriundos, sobretudo, de

Cameroun, Gabão e Nigéria para trabalhar em projetos de infraestrutura. O país é o único da África independente onde o espanhol é língua oficial. Aproximadamente 70% da população vive em áreas urbanas; 60% dos habitantes têm menos de 25 anos.

Nova capital. Em 2011, o presidente Obiang anunciou a construção de uma nova capital, com a futura transferência da sede do governo de Malabo (localizada na Ilha de Bioko) para a província de Wele-Nzas, no leste da parte continental do país. A nova capital, “Ciudad de la Paz” (também conhecida como Djibloho), tinha inauguração prevista para 2020. Muitas das obras encontram-se em estágio avançado, mas a crise econômica e fiscal dos últimos anos atrasou a inauguração.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa da Guiné Equatorial é movida por esforço permanente de evitar o isolamento internacional do país. Com os festejos do Cinquentenário da Independência, em 12 de outubro de 2018, do qual participaram vários chefes de Estado e governo africanos, o presidente Teodoro Obiang buscou reafirmar sua influência regional.

Conselho de Segurança. A Guiné Equatorial exerceu mandato como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) entre janeiro de 2018 e dezembro de 2019. Na presidência rotativa, organizou um debate aberto sobre a agenda “Silenciando as armas na África”, da União Africana, e dois debates fechados: um sobre “Atividades mercenárias como fonte de insegurança e desestabilização na África” (com pronunciamento do presidente Obiang) e outro sobre “Crime Organizado Transnacional no mar” (com intervenção do chanceler Simeón Oyono Esono Angue, centrada nos desafios para o Golfo da Guiné). Ainda no âmbito do CSNU, a Guiné Equatorial atuou como presidente dos Comitês de Sanções relativos ao Líbano e à Guiné-Bissau e como vice-presidente dos Comitês de Sanções relativos à República Popular Democrática da Coreia e à Somália. Não há atualmente pessoal uniformizado equato-guineense desdobrado em operações de manutenção da paz e missões políticas especiais da ONU.

Relações com EUA e Europa. Grande exportadora de petróleo, a Guiné Equatorial busca manter relações cordiais com os maiores importadores do produto. O relacionamento com os Estados Unidos, por exemplo, tem sido fluido, e diversas empresas norte-americanas atuam no território equato-guineense, embora a Exxon Mobil e a Hess tenham vendido ativos em volume significativo no país desde 2017. Os EUA são, ainda, parceiros no patrulhamento das águas do Golfo da Guiné. A Guiné Equatorial participa anualmente do “Obangame Express”, exercício de forças navais dos Estados Unidos com os 20 países signatários do Código de Conduta de Iaundê (Angola, Benin, Camarões, Côte d'Ivoire, República Democrática do Congo, Congo, Cabo Verde, Gabão, Gana, Guiné Conacri, Guiné-Bissau, Libéria, Marrocos, Nigéria, Senegal, Serra Leoa, São Tomé e Príncipe e Togo, além da própria Guiné Equatorial) e do qual o Brasil também tem tomado parte.

Na Europa, o principal parceiro da Guiné Equatorial é a Espanha. As relações entre os dois países são marcadas pela cooperação técnica bilateral e pelo sólido fluxo comercial (a Espanha foi o principal destino das exportações equato-guineenses na Europa em 2019 e o terceiro principal destino em todo o mundo, além de ter sido a principal origem das importações da Guiné Equatorial provenientes do continente europeu no mesmo ano e a segunda principal origem na escala global).

Relações com a África. No continente africano, a Guiné Equatorial integra a União Africana (UA); a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC); a Comunidade Econômica e Monetária dos Estados da África Central (CEMAC); a Comissão do Golfo da Guiné; o Banco Africano de Desenvolvimento; a Organização Internacional da Francofonia (OIF) e outros organismos internacionais.

Em 2010 um equato-guineense foi nomeado presidente do Banco dos Estados da África Central (BEAC); em 2011, Obiang foi presidente de turno da UA e da Cúpula da

Assembleia de Chefes de Estado e Governo da organização; em 2017 a Guiné Equatorial exerceu a presidência da CEMAC; em janeiro de 2018, recebeu também um assento, por dois anos, no Conselho de Segurança e Paz da UA. Além disso, tem se destacado por sediar diversas cúpulas, como em dezembro de 2012, quando sediou a VII Cúpula de Chefes de Estado do Grupo de Estados da África, do Caribe e do Pacífico (ACP); em fevereiro de 2013, quando sediou a III Cúpula ASA; em junho de 2014, quando sediou a XXIII Assembleia Ordinária da União Africana; e em novembro de 2016, quando foi sede da Cúpula do Mundo Árabe-África.

Na última década, a Guiné Equatorial intensificou seu envolvimento nos assuntos internacionais, com foco nas relações multilaterais do continente africano e em cooperação regional. O Fundo de Solidariedade Africana, estabelecido por Guiné Equatorial e Angola junto à FAO em 2013, dedicou mais de USD 40 milhões a projetos nacionais e regionais de segurança alimentar. Foram realizados 18 projetos em 41 países africanos com o apoio técnico da FAO, que administra o fundo. No auge das receitas petrolíferas, a Guiné Equatorial tornou-se doadora importante, o que a faz alvo de demandas por cooperação e a levou a ocupar lugar de prestígio entre os países africanos.

Relações com os vizinhos. Com o Cameroun, o relacionamento é marcado por periódica expulsão de imigrantes camerouneses da Guiné Equatorial. Já em relação ao Gabão, a disputa territorial com Libreville pelas ilhas Mbanié, Cocotiers e Eloby, supostamente ricas em petróleo, estende-se por 46 anos. A disputa territorial vem sendo arbitrada pela Corte Internacional de Justiça desde 2017.

Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). A Guiné Equatorial incorporou-se à CPLP como membro pleno após a X Cúpula da Comunidade, realizada em Díli, em julho de 2014. O governo equato-guineense adotara o português como língua oficial em 2011, a fim de integrar-se à Comunidade. O processo de adesão foi acompanhado por plano de trabalho que formalizou o compromisso do país de promover o português em seu território, bem como de aproximar as estruturas institucionais equato-guineenses dos valores e princípios da CPLP. Entre as medidas adotadas, incluem-se a criação de novas instituições, como o Senado, o Tribunal de Contas e o Provedor de Justiça, e a moratória da aplicação da pena de morte, acompanhada de projeto de sua extinção total, que ainda não ocorreu.

A Guiné Equatorial tem procurado sediar reuniões oficiais da CPLP, como a de Chefes de Polícia e de Migrações, a de ministros da Defesa, a IV Reunião de Governança Eletrônica e a X Reunião dos Ministros das Comunicações da CPLP, realizadas nos últimos anos.

China. A cooperação chinesa com a Guiné Equatorial deita raízes em 1970, ano em que os dois países estabeleceram relações diplomáticas. Desde 1971, têm-se multiplicado iniciativas nos campos de infraestrutura, energia, telecomunicações, educação, cultura e saúde, em consonância com o estreitamento da parceria chinesa com a África. A China é, atualmente, o maior parceiro comercial da Guiné Equatorial, absorvendo boa parte das exportações de hidrocarbonetos do país.

A China financiou diversas obras de infraestrutura na Guiné Equatorial, incluindo a ampliação da rede elétrica de Malabo e de Bata; a construção da hidrelétrica de Djibloho e de Bikomo; a construção de estrada de 88,6 km unindo os povoados de Micomiseng e Bonkoro (na fronteira norte com o Cameroun); a edificação do Centro de Conferências Internacionais de Sipopo, nas cercanias do centro da capital; a construção do novo terminal do aeroporto internacional de Malabo; e a ampliação e modernização

do porto de Bata, entre outras. A Guiné Equatorial chegou a abrigar mais de 10 mil trabalhadores chineses, no auge dos investimentos em infraestrutura. Empresas chinesas estão presentes, também, nos setores de pesca e exploração de madeira. Há, ainda, projetos importantes na área social, como a construção de casas populares em Malabo e a doação de Centro de Formação Profissional e Ocupacional de Oyala. O Instituto Confúcio, fundado em 2016 na Universidade Nacional da Guiné Equatorial, conta presentemente com mais de 1.300 alunos equato-guineenses. A cada ano, a China oferece cerca de 200 bolsas a estudantes da Guiné Equatorial interessados em cursos de formação nas universidades chinesas. Especula-se que a dívida total de Guiné Equatorial com a China exceda UDS 1 bilhão.

Durante a pandemia de Covid-19, a China doou material médico-hospitalar e equipamentos de proteção individual, entre outros, além de enviar missão de especialistas à Guiné Equatorial. Foi doado centro hospitalar com 100 leitos, integralmente financiado por recursos chineses e instalado na região de Niefang, na parte continental do país. A vacinação na Guiné Equatorial só foi possível por meio de doações de vacinas chinesas da empresa Sinopharm. Ressalte-se que, no começo de 2020, o presidente Obiang doou à China USD 2 milhões para o combate à pandemia no país asiático.

As visitas de alto nível entre a China e a Guiné Equatorial são frequentes. O presidente Teodoro Obiang já realizou dez visitas oficiais à China.

ECONOMIA

Até os anos 1990, a extração de madeira, a produção de cacau e a pesca dominavam a economia equato-guineense. A descoberta de petróleo, em meados daquela década, levou a uma drástica mudança nesse quadro. Hoje, aproximadamente 95% das exportações da Guiné Equatorial são constituídas de petróleo cru e gás liquefeito. Os restantes 5% correspondem a produtos como madeiras tropicais. Estima-se também que o país tenha grandes reservas de diversos minérios.

Desde a descoberta das reservas petrolíferas, a economia equato-guineense foi uma das que mais cresceram no continente africano. O país chegou a ser o terceiro maior produtor de petróleo na região, depois da Nigéria e de Angola. Entre 1995 e 2005, a média de crescimento do PIB foi de mais de 40% ao ano (em 1997, o crescimento foi de 150%). Houve aumento considerável na renda per capita – que atualmente é das mais altas do continente. Em maio de 2010, a Guiné Equatorial anunciou que suas reservas de gás natural tinham aumentado para 4,5 trilhões de pés cúbicos. Contudo, após a queda do preço do petróleo, a economia equato-guineense entrou em recessão.

A política fiscal da Guiné Equatorial apresenta a peculiaridade de não depender das receitas tributárias (estimadas em 1,5% do PIB em 2012), devido às receitas petrolíferas. Em decorrência dos compromissos assumidos no âmbito da CEMAC, a política monetária da Guiné Equatorial segue as diretrizes definidas e aplicadas pelo Banco dos Estados da África Central (BEAC). Os principais critérios de convergência monetária estabelecidos pelo BEAC são: taxa de inflação abaixo de 3%, superávit ou equilíbrio nominal no orçamento e dívida interna e externa abaixo de 70% do PIB.

O mercado equato-guineense é muito dependente de importações, cuja pauta cobre quase tudo, desde sofisticados equipamentos da indústria petrolífera até os mais básicos bens de consumo, provenientes de países vizinhos, ou enlatados e bebidas de origem europeia. Em 2019, as principais origens das importações equato-guineenses foram Estados Unidos, Espanha e China, e os principais destinos das exportações foram China, Índia, Espanha e Estados Unidos.

A deficiente distribuição de renda representa grande desafio para a Guiné Equatorial. Embora o país apresente indicadores socioeconômicos globais favoráveis, como um alto PIB per capita para os padrões africanos, a maioria dos cidadãos vive na pobreza, com precário acesso a serviços de saúde. A carência de mão de obra qualificada tende a impactar o desenvolvimento equato-guineense. Mesmo profissões menos especializadas são ocupadas, em grande medida, por estrangeiros, a maior parte dos quais em situação irregular.

A economia equato-guineense vem experimentando grave crise nos últimos anos. De 2015 a 2020, o PIB equato-guineense sofreu retração contínua (de 9,1% em 2015; 8,8% em 2016; 5,7% em 2017; 6,2% em 2018; 6% em 2019; e 4,9% em 2020). Em 2021, o FMI estima ter havido crescimento de 4,1%, mas projeta-se nova recessão para 2022. O mau desempenho é relacionado com as oscilações do preço do petróleo e com a queda da produtividade na exploração das jazidas equato-guineenses.

MAPA



DADOS BÁSICOS

	Guiné Equatorial	Brasil
Nome oficial	República da Guiné Equatorial	República Federativa do Brasil
Idioma oficial	Espanhol, francês e português	Português
População	1,41 milhão (FMI)	211,7 milhões (IBGE)
Área	28.051 km ²	8,516 milhões km ²
PIB nominal (FMI, 2020)	US\$ 10,04 bilhões	US\$ 1,36 trilhão
PIB <i>per capita</i> (FMI)	US\$ 7,1 mil	US\$ 6,4 mil
Crescimento do PIB (FMI; BACEN)	-4,9% (2020) 4,1% (2021)	-4,5% (2020) 3,2% (2021)
IDH (PNUD, 2019)	0,592 (145 ^a posição)	0,765 (84 ^a posição)
Índice de alfabetização (PNUD, 2019)	94,4%	93,2%
Expectativa de vida (PNUD, 2019)	58,7 anos	74,7 anos

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões)

BRASIL-GUINÉ EQUATORIAL	2019	2020	2021
Intercâmbio total	43,511	48,890	15,382
Exportações	9,496	44,844	15,382
Importações	34,015	4,046	-
Saldo	-24,519	40,798	15,382

* Principais produtos da pauta comercial (2020)

- **Exportações:** tubos de ferro e aço.
- **Importações:** metanol.

Encarregado de negócios: Bienvenido Ebang Otogo Obono

Embaixador do Brasil na Guiné Equatorial: Evaldo Freire.

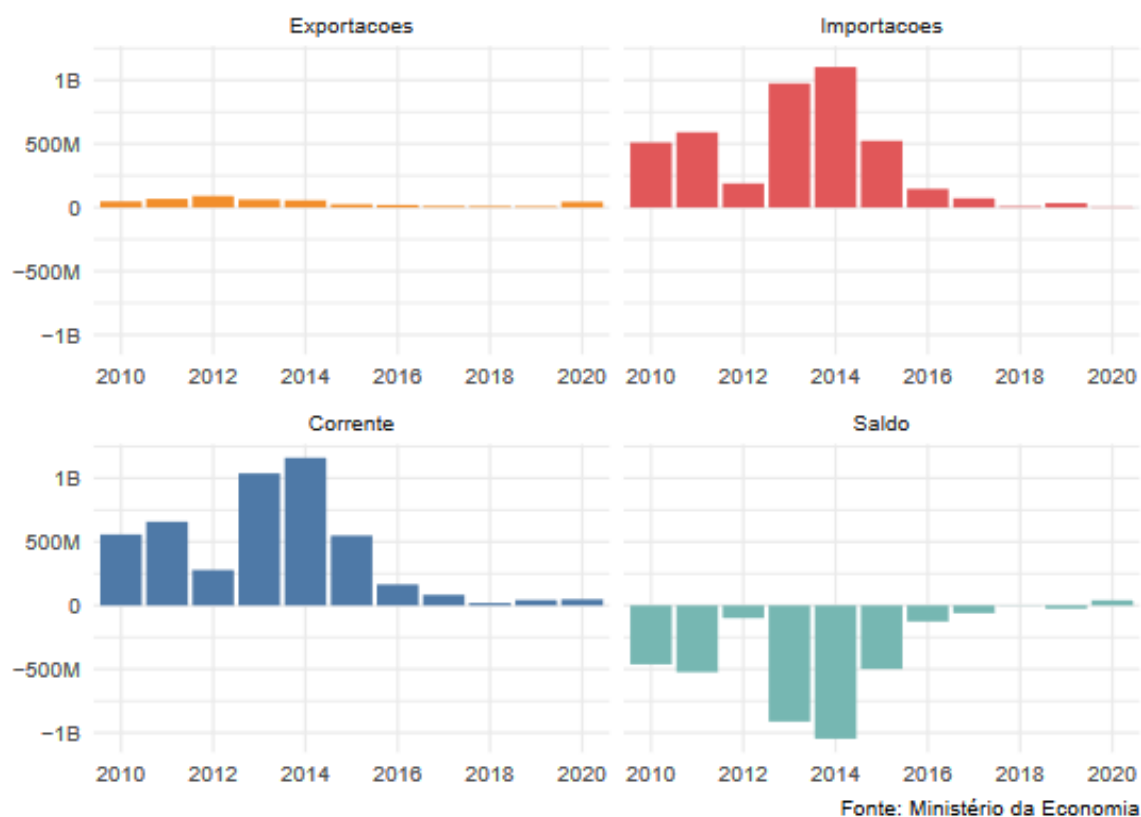
DADOS COMERCIAIS E ECONÔMICOS

Brasil-Guiné Equatorial, Dados Comerciais

1 Dados anuais

1.1 Fluxo de Comércio

Brasil-Guiné Equatorial, Fluxo de Comércio até 2020

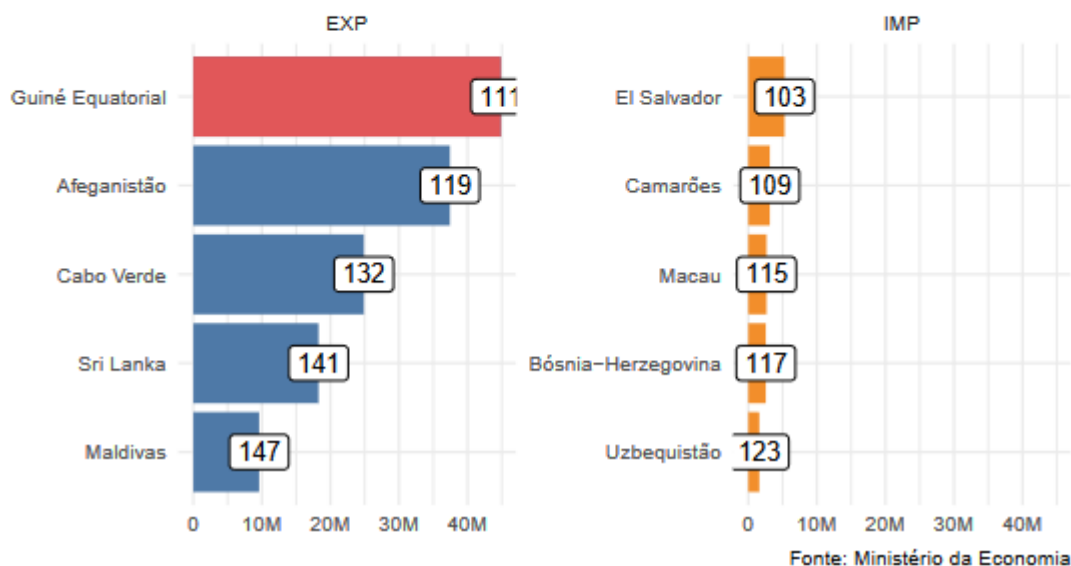


	2020	2019	2018	2017	2016
Exportações	45M (372.20%)	9M (-11.01%)	11M (-8.86%)	12M (-40.41%)	20M (-22.00%)
Importações	4M (-88.104%)	34M (299.261%)	9M (-88.191%)	72M (-50.585%)	146M (-72.161%)
Saldo	41M (66.40%)	-25M (-1 238.99%)	2M (-96.44%)	-60M (-147.83%)	-126M (-125.31%)
Corrente	49M (12.36%)	44M (126.72%)	19M (-77.11%)	84M (-49.38%)	166M (-69.86%)

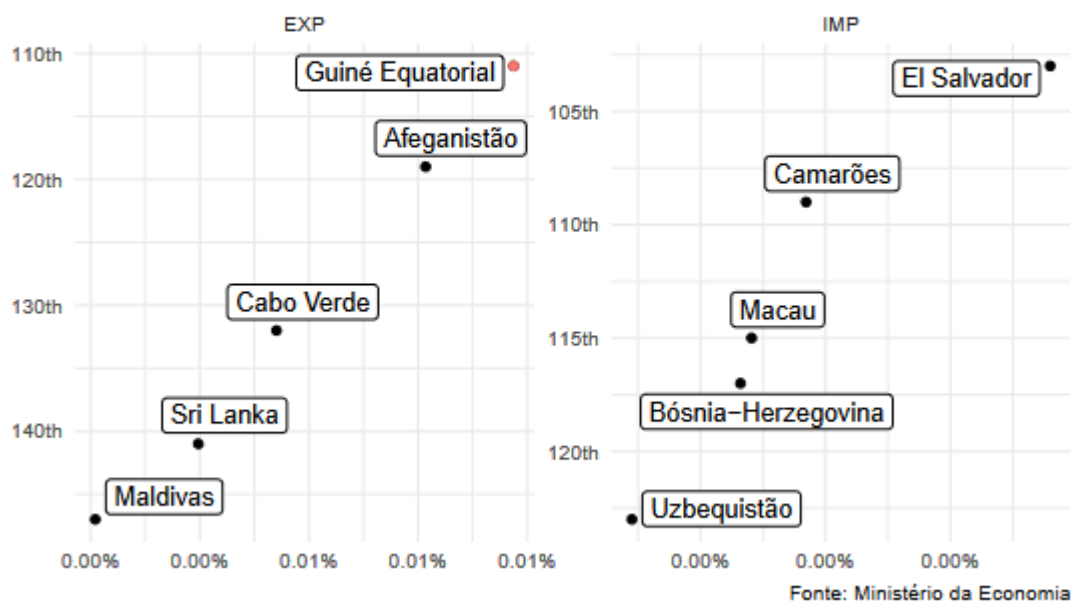
	2015	2014	2013	2012	2011
Exportações	25M (-55.30%)	56M (-10.18%)	63M (-30.68%)	91M (34.78%)	67M (41.62%)
Importações	524M (-52.487%)	1B (13.176%)	975M (415.951%)	189M (-68.007%)	591M (15.838%)
Saldo	-499M (-147.66%)	-1B (-214.78%)	-912M (-1 026.36%)	-99M (-118.81%)	-524M (-213.19%)
Corrente	550M (-52.62%)	1B (11.76%)	1B (271.33%)	280M (-57.52%)	658M (18.03%)

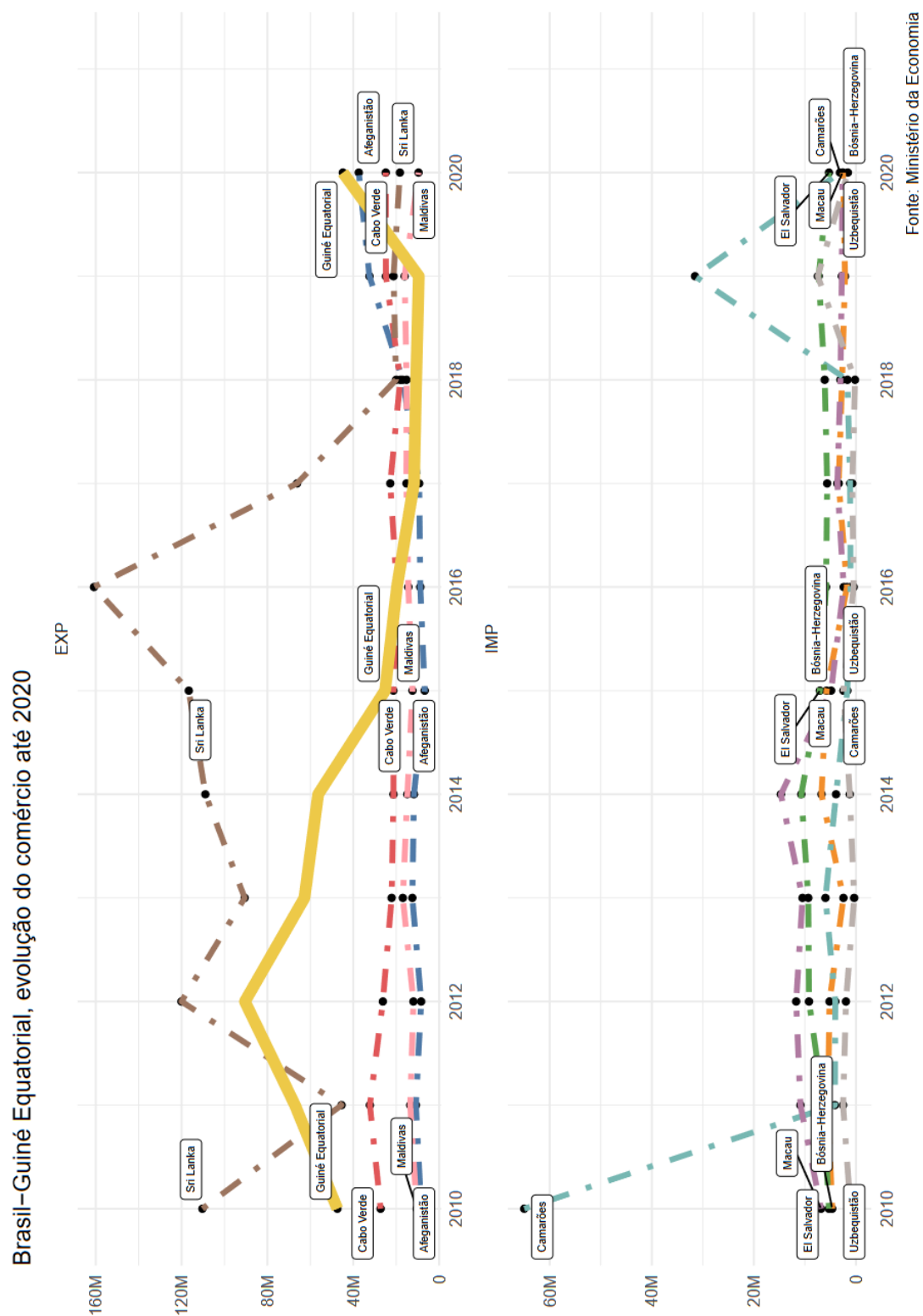
1.2 Destinos de exportações e origens de importações

Brasil-Guiné Equatorial, parceiros comerciais próximos em 2020



Brasil-Guiné Equatorial, ranking e proporção de comércio, em 2020



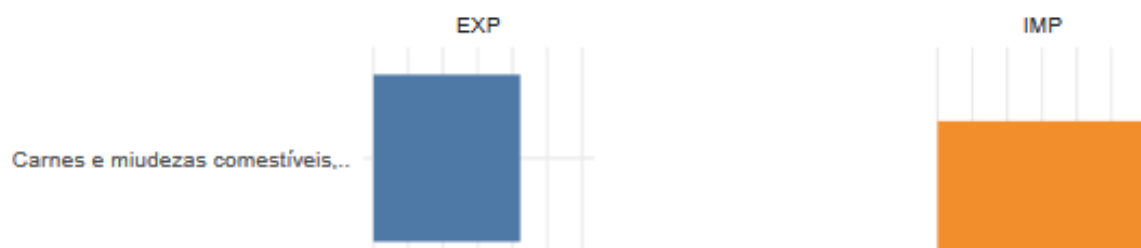


Brasil-Guiné Equatorial, Dados Comerciais

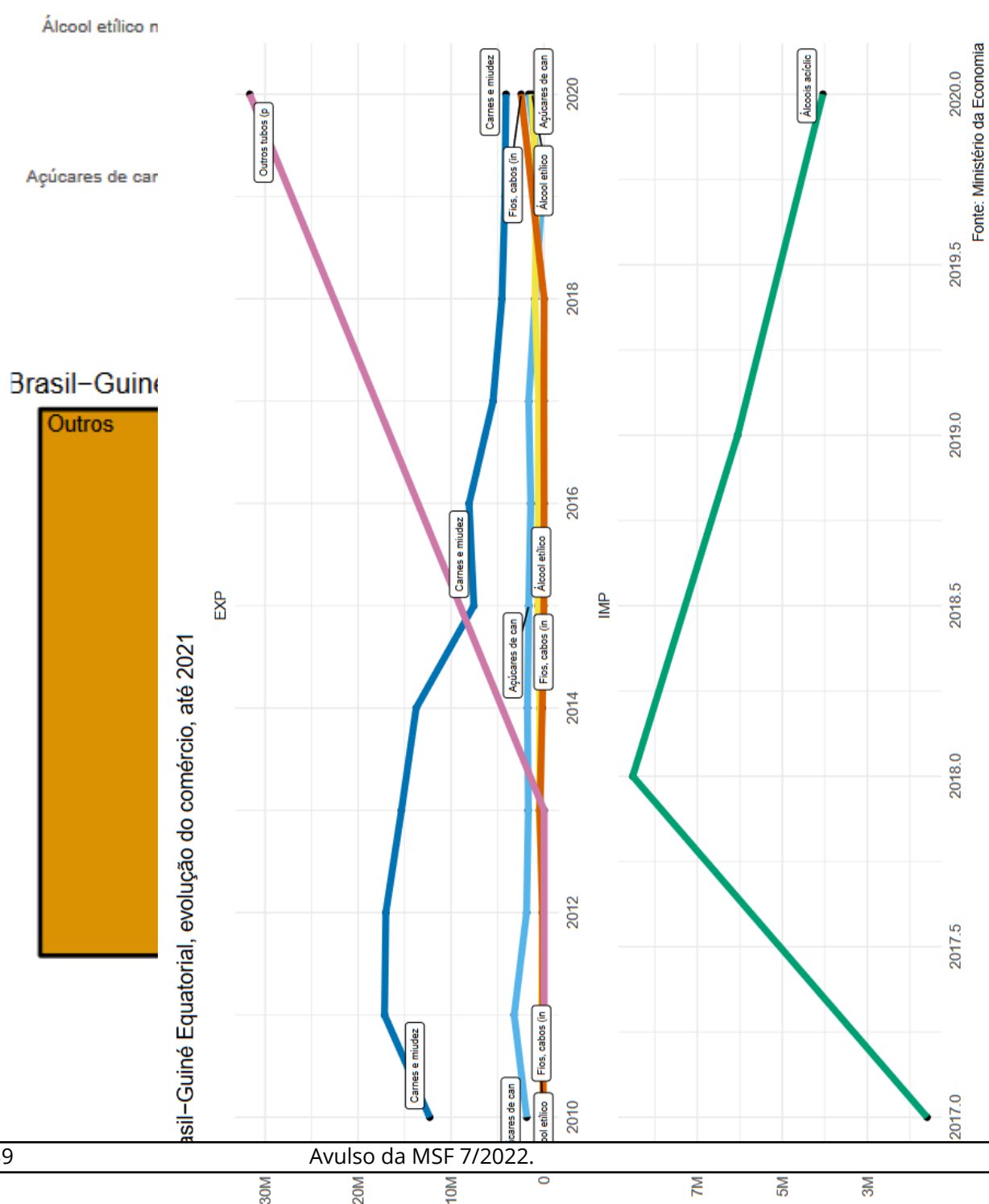
Dados Anuais				
Direção	País	Valor	Variação	Proporção
2020				
EXP	Guiné Equatorial	44.84M	372,20%	0,01%
	Afeganistão	37.43M	15,31%	0,01%
	Cabo Verde	24.86M	0,34%	0,01%
	Sri Lanka	18.27M	-14,02%	0,00%
	Maldivas	9.59M	-40,36%	0,00%
IMP	El Salvador	5.30M	-27,44%	0,00%
	Camarões	3.14M	-90,04%	0,00%
	Macau	2.66M	-4,47%	0,00%
	Bósnia-Herzegovina	2.56M	18,65%	0,00%
	Uzbequistão	1.60M	-78,60%	0,00%
2019				
EXP	Afeganistão	32.46M	91,00%	0,01%
	Cabo Verde	24.78M	36,73%	0,01%
	Sri Lanka	21.25M	6,00%	0,01%
	Maldivas	16.08M	5,98%	0,00%
	Guiné Equatorial	9.50M	-11,01%	0,00%
IMP	Camarões	31.54M	1 770,63%	0,01%
	Uzbequistão	7.48M	3 647,39%	0,00%
	El Salvador	7.30M	19,26%	0,00%
	Macau	2.78M	-8,63%	0,00%
	Bósnia-Herzegovina	2.16M	-20,86%	0,00%
2018				
EXP	Sri Lanka	20.05M	-69,73%	0,00%
	Cabo Verde	18.12M	-20,34%	0,00%
	Afeganistão	16.99M	83,20%	0,00%
	Maldivas	15.17M	-0,31%	0,00%
	Guiné Equatorial	10.67M	-8,86%	0,00%
IMP	El Salvador	6.12M	8,35%	0,00%
	Macau	3.05M	-16,51%	0,00%
	Bósnia-Herzegovina	2.73M	-19,57%	0,00%
	Camarões	1.69M	45,25%	0,00%
	Uzbequistão	199.67K	-72,45%	0,00%
2017				
EXP	Sri Lanka	66.21M	-58,83%	0,02%
	Cabo Verde	22.75M	15,24%	0,01%
	Maldivas	15.22M	6,09%	0,00%
	Guiné Equatorial	11.71M	-40,41%	0,00%
	Afeganistão	9.28M	5,62%	0,00%
IMP	El Salvador	5.65M	-3,70%	0,00%
	Macau	3.65M	51,42%	0,00%
	Bósnia-Herzegovina	3.39M	92,33%	0,00%
	Camarões	1.16M	9,56%	0,00%
	Uzbequistão	724.85K	52,26%	0,00%

1.3 Produtos comercializados

Brasil-Guiné Equatorial, pauta comercial, 2020



Brasil-Guiné Equatorial, Dados Comerciais

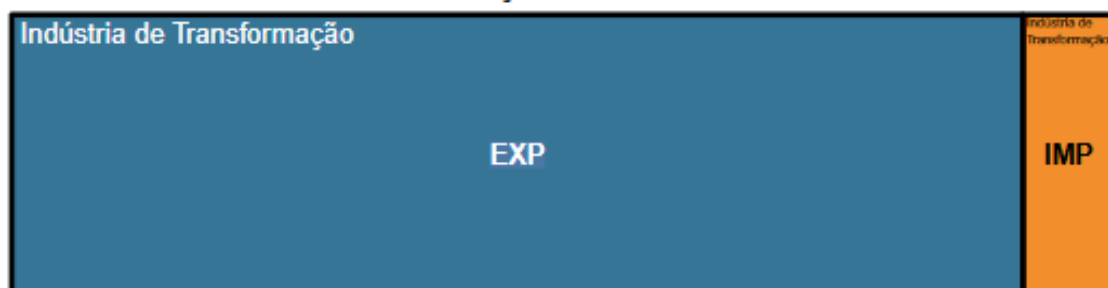


Brasil-Guiné Equatorial, Dados Comerciais

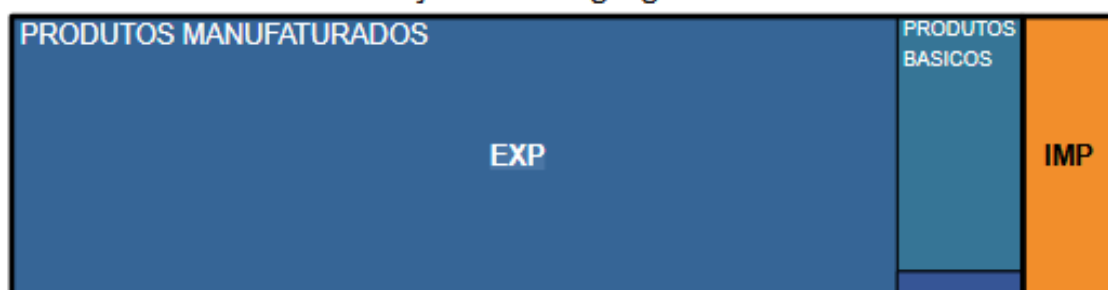
Dados Anuais						
Direção	Produto (SH4)	Código (SH4)	Valor	Vari- ação	Pro- porção	
2020	EXP	Outros tubos (por exemplo: soldados ou rebitados),...	7305	31.65M	95 901 800,0%	70,6%
		Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	4.10M	-2,9%	9,1%
		Fios, cabos (incluídos os cabos coaxiais) e outros..	8544	2.47M	1 259 891,3%	5,5%
		Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimic..	1701	1.64M	593,5%	3,7%
		Álcool etílico não desnaturado, com um teor alcoól..	2208	1.30M	61,1%	2,9%
	IMP	Álcoois acíclicos e seus derivados halogenados, su..	2905	4.05M	-33,1%	100,0%
2019	EXP	Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	4.22M	-6,9%	44,4%
		Álcool etílico não desnaturado, com um teor alcoól..	2208	808.08K	-18,0%	8,5%
		Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimic..	1701	236.72K	-75,6%	2,5%
	IMP	Álcoois acíclicos e seus derivados halogenados, su..	2905	6.05M	-29,0%	17,8%
2018	EXP	Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	4.53M	-17,4%	42,5%
		Álcool etílico não desnaturado, com um teor alcoól..	2208	985.08K	68,7%	9,2%
		Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimic..	1701	971.78K	-41,3%	9,1%
		Fios, cabos (incluídos os cabos coaxiais) e outros..	8544	196.00	-99,2%	0,0%
	IMP	Álcoois acíclicos e seus derivados halogenados, su..	2905	8.52M	433,6%	100,0%
2017	EXP	Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	5.49M	-31,9%	46,9%
		Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimic..	1701	1.66M	15,1%	14,1%
		Álcool etílico não desnaturado, com um teor alcoól..	2208	583.80K	-7,4%	5,0%
		Fios, cabos (incluídos os cabos coaxiais) e outros..	8544	25.87K	690,7%	0,2%

1.4 Classificações do Comércio

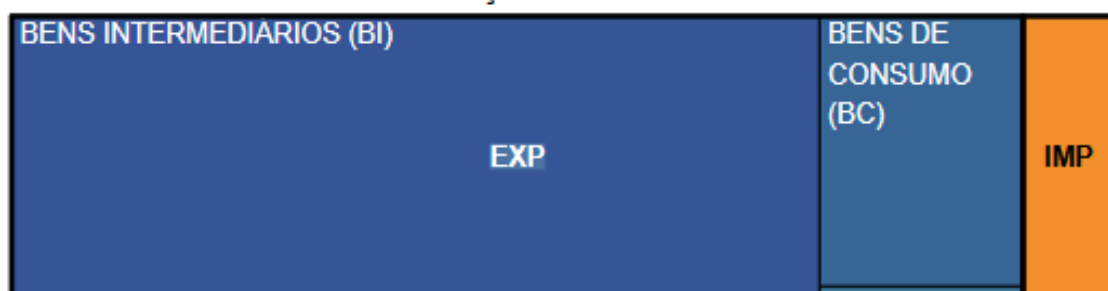
Classificação ISIC em 2020



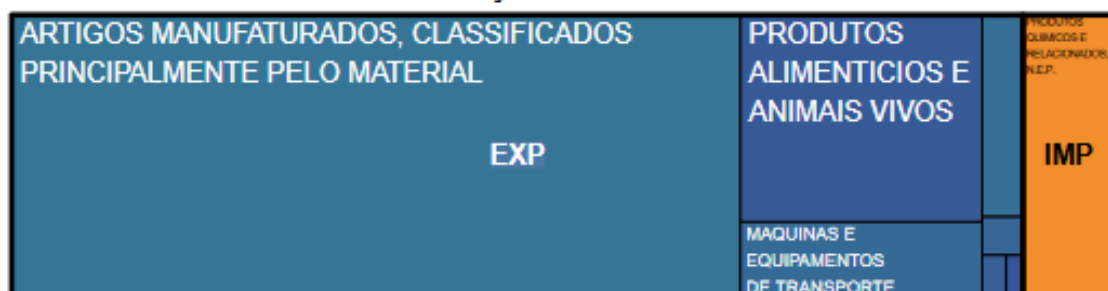
Classificação Fator Agregado em 2020



Classificação CGCE em 2020



Classificação CUCI em 2020



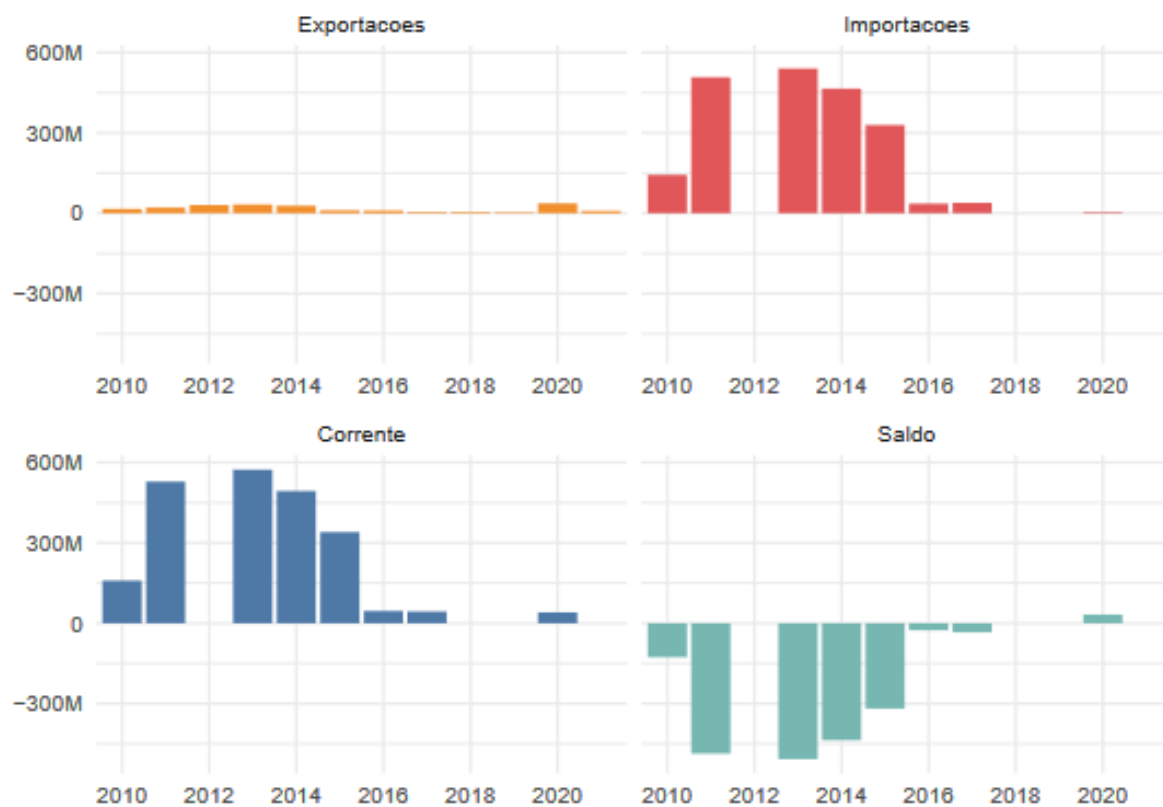
Brasil-Guiné Equatorial, Dados Comerciais

2020			
Direção	Classificação ISIC	Valor	%
EXP	Indústria de Transformação	44.8M	100,0%
	Indústria Extrativa	449.0	0,0%
IMP	Indústria de Transformação	4.0M	100,0%
Direção	Classificação Fator Agregado	Valor	%
EXP	PRODUTOS MANUFATURADOS	39.3M	87,6%
	PRODUTOS BASICOS	5.1M	11,3%
	PRODUTOS SEMIMANUFATURADOS	507.9K	1,1%
IMP	PRODUTOS MANUFATURADOS	4.0M	100,0%
Direção	Classificação CGCE	Valor	%
EXP	BENS INTERMEDIÁRIOS (BI)	35.8M	79,9%
	BENS DE CONSUMO (BC)	8.7M	19,4%
	BENS DE CAPITAL (BK)	343.2K	0,8%
IMP	BENS INTERMEDIÁRIOS (BI)	4.0M	100,0%
Direção	Classificação CUCI	Valor	%
EXP	ARTIGOS MANUFATURADOS, CLASSIFICADOS PRINCIPALMENTE PELO MATERIAL	32.3M	72,1%
	PRODUTOS ALIMENTICIOS E ANIMAIS VIVOS	7.9M	17,6%
	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	2.8M	6,3%
	BEBIDAS E TABACO	1.3M	2,9%
	MATERIAS EM BRUTO, NAO COMESTIVEIS, EXCETO COMBUSTIVEIS	246.7K	0,6%
	OBRAS DIVERSAS	152.6K	0,3%
	PRODUTOS QUIMICOS E RELACIONADOS, N.E.P.	107.3K	0,2%
IMP	PRODUTOS QUIMICOS E RELACIONADOS, N.E.P.	4.0M	100,0%

2 Dados mensais

2.1 Fluxo de Comércio

Brasil-Guiné Equatorial, Fluxo de Comércio agregado até Maio



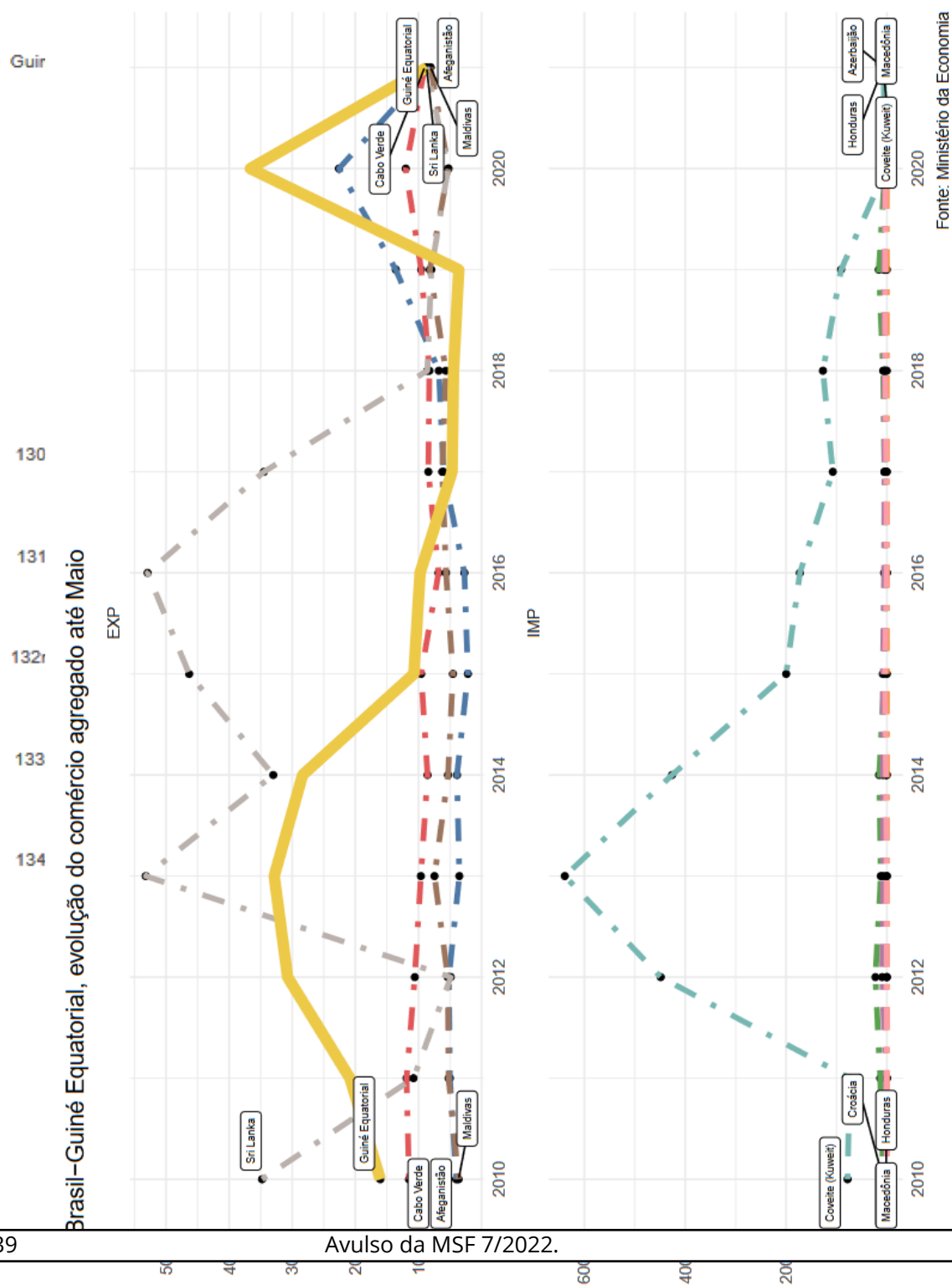
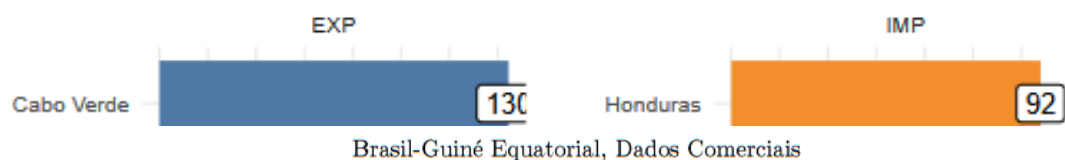
Fonte: Ministério da Economia

	2021	2020	2019	2018	2017
Exportações	9M (-76.4%)	37M (915.3%)	4M (-18.7%)	4M (-4.9%)	5M (-52.0%)
Importações	NA (NA)	4M (NA)	NA (NA)	NA (NA)	39M (8%)
Saldo	NA (NA)	33M (NA)	NA (NA)	NA (NA)	-34M (-231%)
Corrente	NA (NA)	41M (NA)	NA (NA)	NA (NA)	44M (-4.5%)

	2016	2015	2014	2013	2012
Exportações	10M (-9.2%)	11M (-62.2%)	28M (-13.7%)	33M (6.9%)	31M (47.4%)
Importações	36M (-89%)	329M (-29%)	465M (-14%)	540M (NA)	NA (NA)
Saldo	-26M (-108%)	-319M (-173%)	-437M (-186%)	-507M (NA)	NA (NA)
Corrente	46M (-86.6%)	340M (-31.1%)	493M (-13.9%)	573M (NA)	NA (NA)

2.2 Destinos de Exportações e Origens de Importações

Brasil-Guiné Equatorial, parceiros comerciais próximos
2021, agregado até Maio

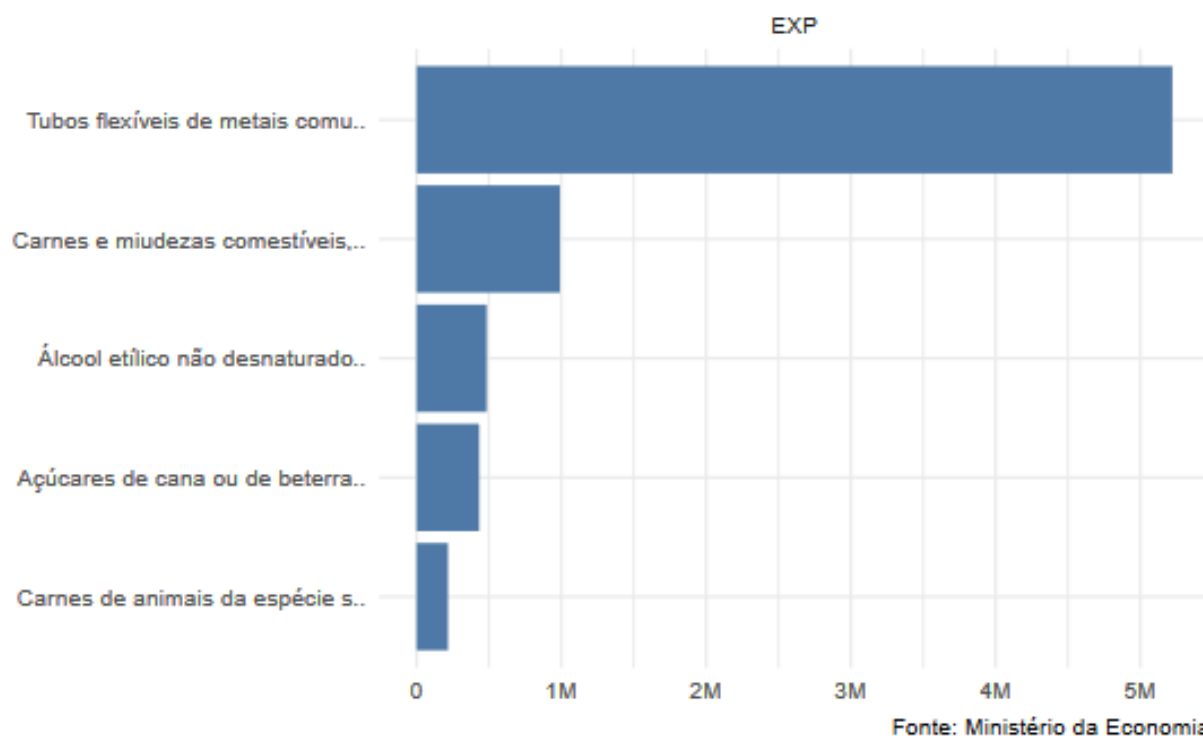


Brasil-Guiné Equatorial, Dados Comerciais

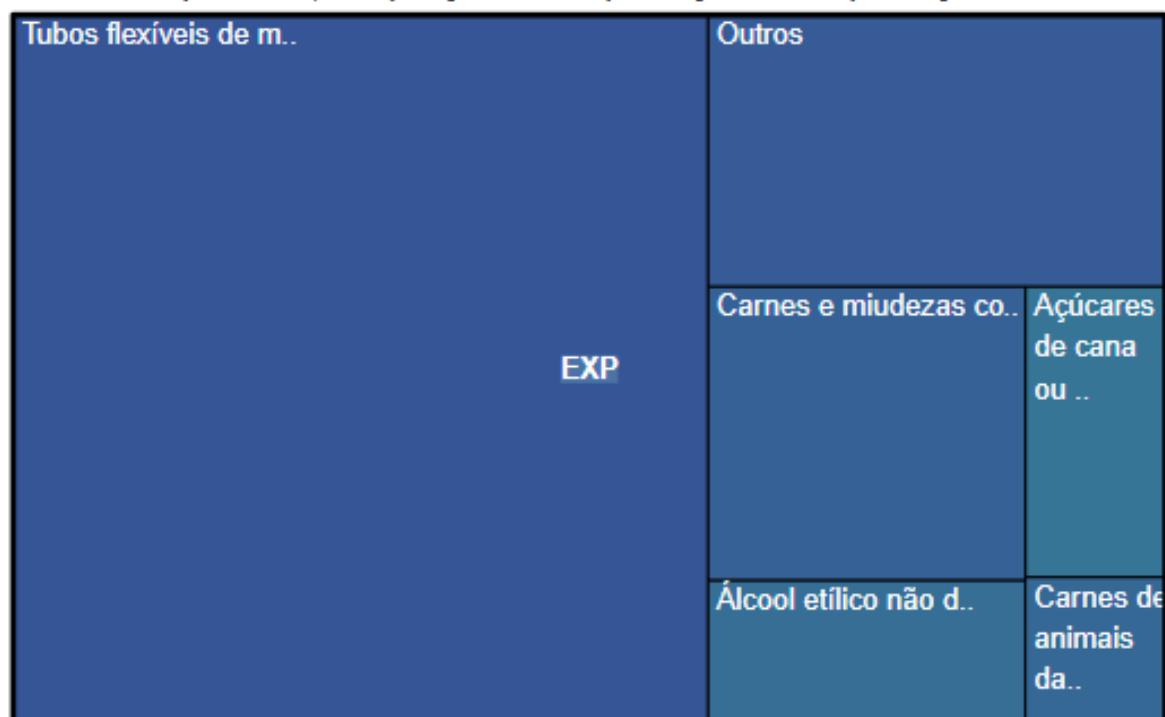
Dados Agregados até Maio					
Direção	País	Valor	Variação	Proporção	
2021	EXP	Cabo Verde	9.02M	-24,86%	0,00%
		Sri Lanka	8.69M	63,79%	0,00%
		Guiné Equatorial	8.66M	-76,38%	0,00%
		Maldivas	8.08M	54,36%	0,00%
		Afganistão	8.08M	-64,25%	0,00%
	IMP	Honduras	8.00M	72,30%	0,00%
		Azerbaijão	7.41M	1 999,54%	0,00%
		Covette (Kuwait)	7.27M	365,91%	0,00%
		Croácia	6.56M	70,65%	0,00%
		Macedônia	6.01M	163,74%	0,00%
2020	EXP	Guiné Equatorial	36.67M	915,26%	0,02%
		Afganistão	22.60M	66,40%	0,02%
		Cabo Verde	12.01M	25,53%	0,01%
		Sri Lanka	5.31M	-33,30%	0,00%
		Maldivas	5.24M	-36,12%	0,00%
	IMP	Honduras	4.64M	-17,44%	0,00%
		Croácia	3.85M	-76,06%	0,00%
		Macedônia	2.28M	-33,33%	0,00%
		Covette (Kuwait)	1.56M	-98,28%	0,00%
		Azerbaijão	352.84K	80,62%	0,00%
2019	EXP	Afganistão	13.58M	100,74%	0,01%
		Cabo Verde	9.57M	15,71%	0,01%
		Maldivas	8.20M	44,95%	0,00%
		Sri Lanka	7.96M	-7,41%	0,00%
		Guiné Equatorial	3.61M	-18,69%	0,00%
	IMP	Covette (Kuwait)	90.86M	-28,34%	0,06%
		Croácia	16.06M	117,66%	0,01%
		Honduras	5.62M	2,52%	0,00%
		Macedônia	3.42M	9,61%	0,00%
		Azerbaijão	195.35K	-33,72%	0,00%
2018	EXP	Sri Lanka	8.60M	-75,08%	0,01%
		Cabo Verde	8.27M	-1,97%	0,01%
		Afganistão	6.77M	12,13%	0,00%
		Maldivas	5.65M	-9,32%	0,00%
		Guiné Equatorial	4.44M	-4,92%	0,00%
	IMP	Covette (Kuwait)	126.80M	18,15%	0,08%
		Croácia	7.38M	60,76%	0,00%
		Honduras	5.49M	13,20%	0,00%
		Macedônia	3.12M	161,67%	0,00%
		Azerbaijão	294.73K	265,57%	0,00%

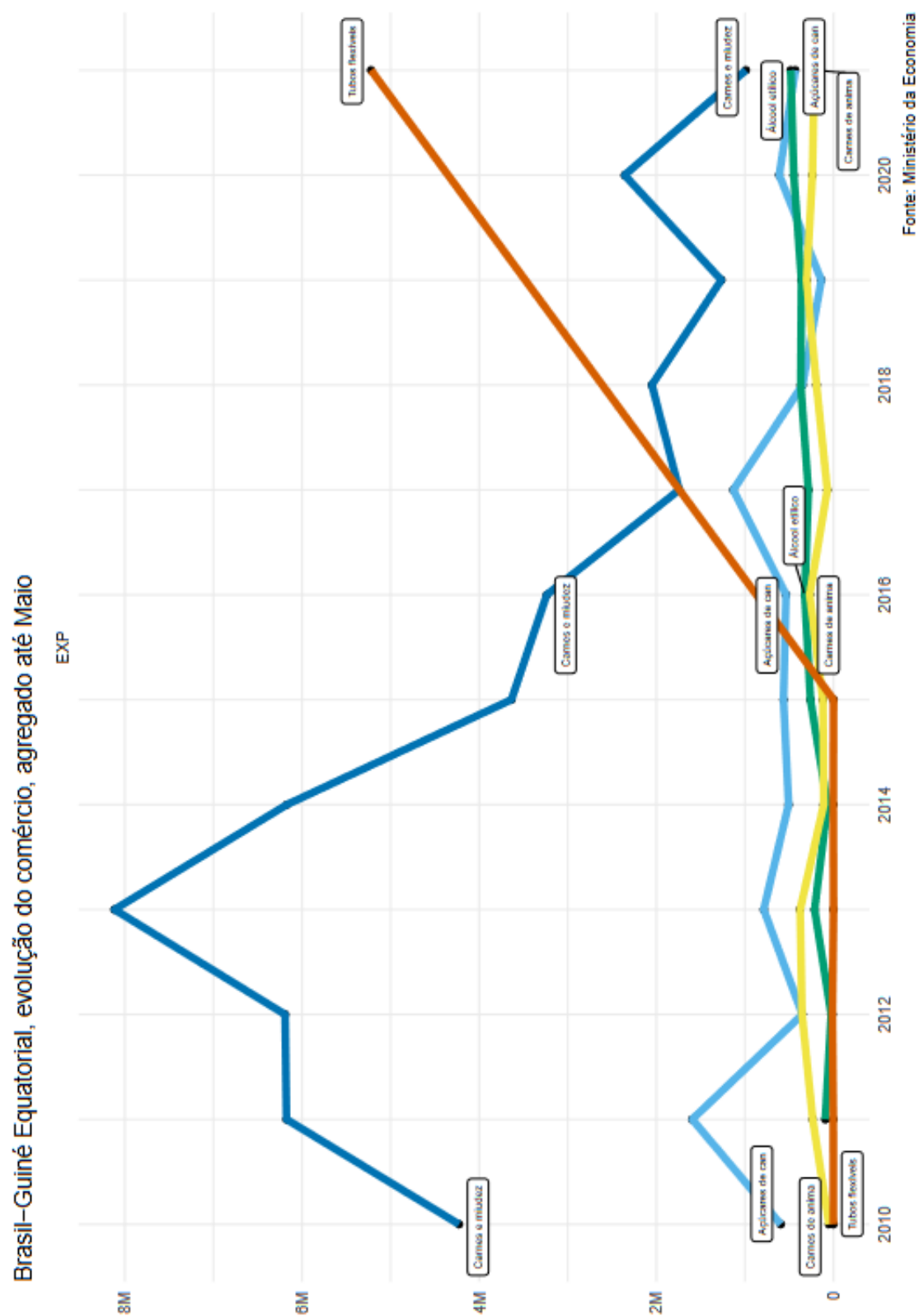
2.3 Produtos comercializados

Brasil-Guiné Equatorial, pauta comercial, 2021 até Maio



Brasil-Guiné Equatorial, Proporção de Exportações e Importações 2021 até M





Brasil-Guiné Equatorial, Dados Comerciais

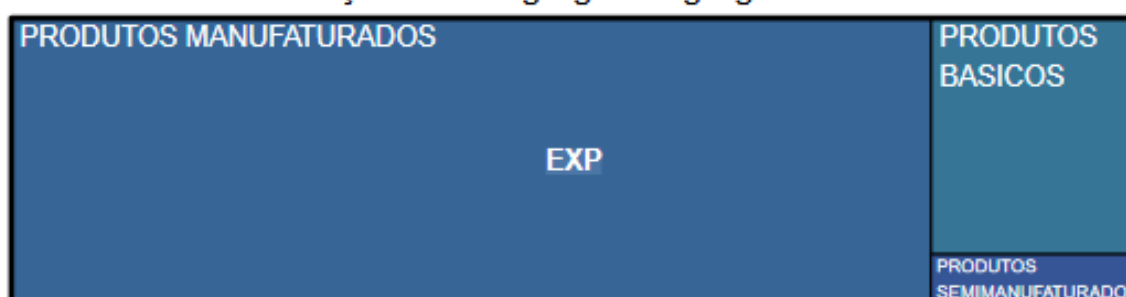
Dados Agregados até Maio						
	Direção	Produto (SH4)	Código (SH4)	Valor	Vari- ação	Pro- porção
2021	EXP	Tubos flexíveis de metais comuns, mesmo com acessó..	8307	5.22M	1 948 071,6%	60,3%
		Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	989.78K	-58,0%	11,4%
		Alcool etílico não desnaturado, com um teor alcoól..	2208	483.71K	7,8%	5,6%
		Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose químic..	1701	431.94K	-29,5%	5,0%
		Carnes de animais da espécie suína, frescas, refri..	0203	217.12K	-8,9%	2,5%
2020		Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	2.36M	86,2%	6,4%
		Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose químic..	1701	613.00K	344,0%	1,7%
		Alcool etílico não desnaturado, com um teor alcoól..	2208	448.71K	24,0%	1,2%
		Carnes de animais da espécie suína, frescas, refri..	0203	238.26K	-21,8%	0,6%
2019		Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	1.27M	-38,2%	35,1%
		Alcool etílico não desnaturado, com um teor alcoól..	2208	361.75K	-2,3%	10,0%
		Carnes de animais da espécie suína, frescas, refri..	0203	304.84K	58,3%	8,4%
		Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose químic..	1701	138.06K	-60,5%	3,8%
2018		Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	2.05M	17,7%	46,2%
		Alcool etílico não desnaturado, com um teor alcoól..	2208	370.08K	30,1%	8,3%
		Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose químic..	1701	349.59K	-69,1%	7,9%
		Carnes de animais da espécie suína, frescas, refri..	0203	192.61K	174,0%	4,3%

2.4 Classificações do Comércio

Classificação ISIC agregado até Maio



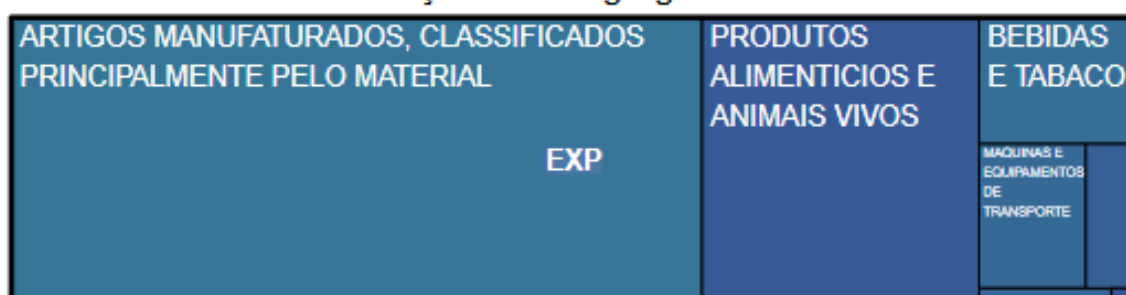
Classificação Fator Agregado agregado até Maio



Classificação CGCE agregado até Maio



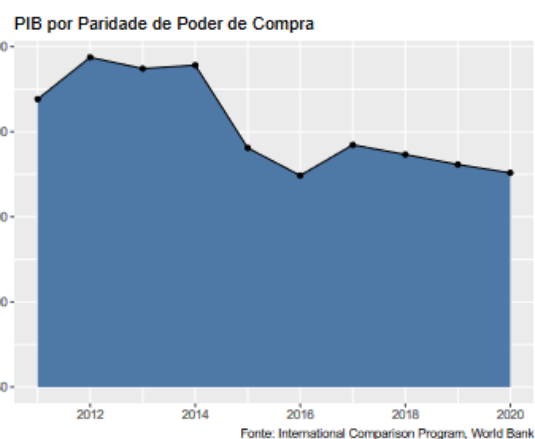
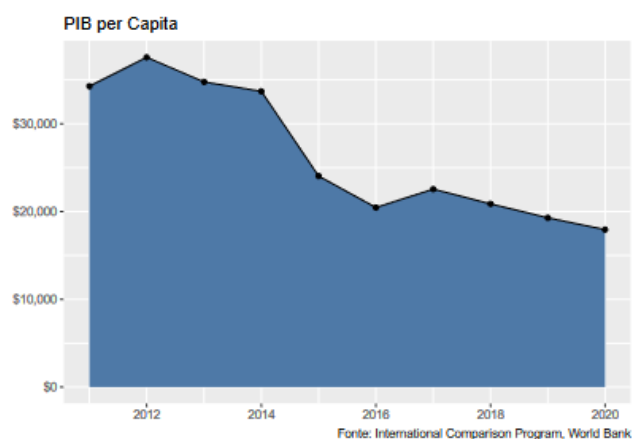
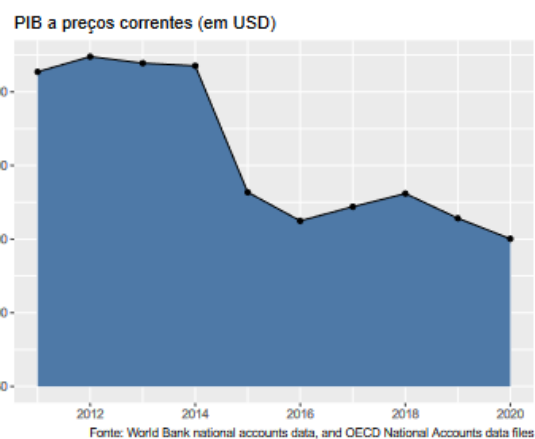
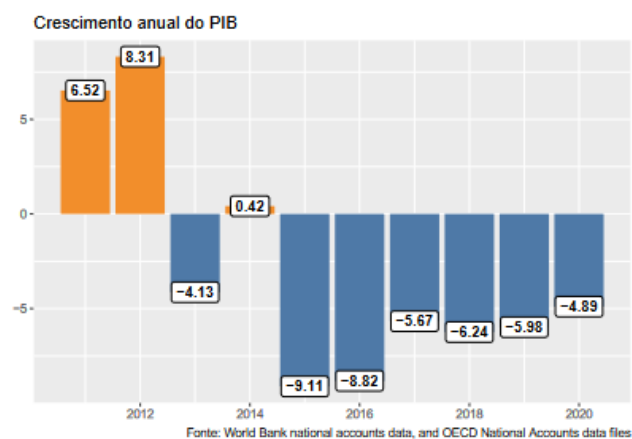
Classificação CUCI agregado até Maio



Brasil-Guiné Equatorial, Dados Comerciais

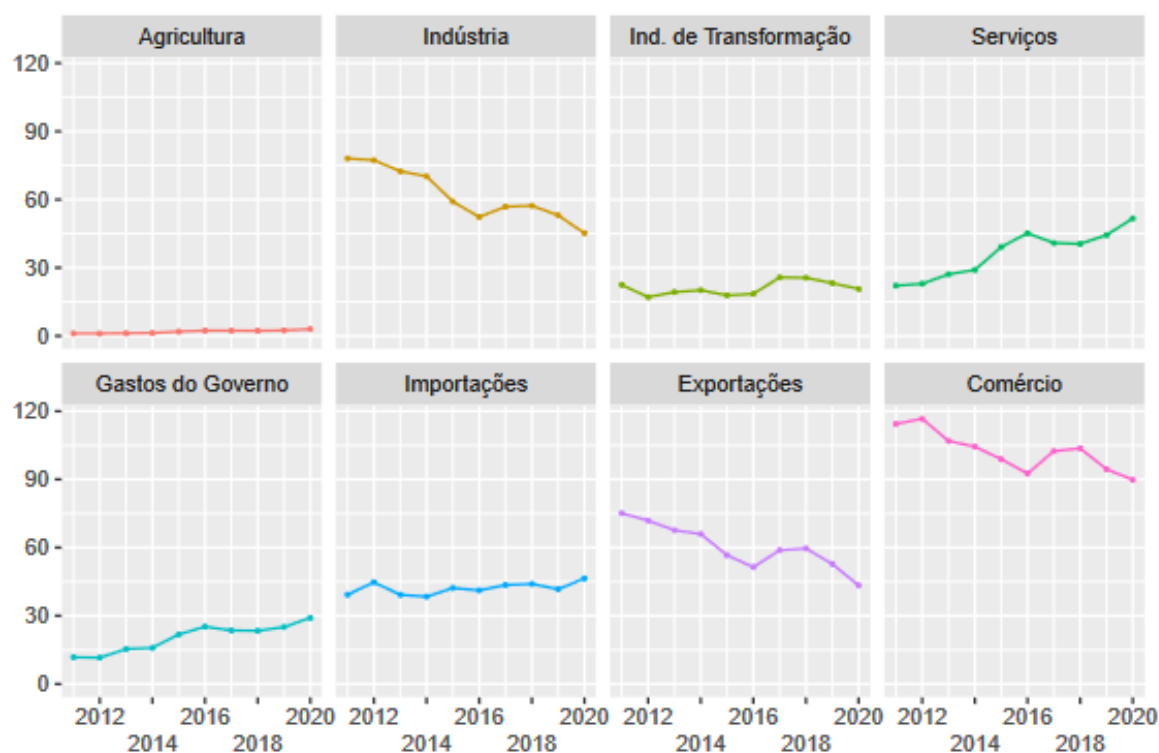
2021, agregado até Maio			
Direção	Classificação ISIC	Valor	%
EXP	Indústria de Transformação	8.7M	100,0%
Direção	Classificação Fator Agregado	Valor	%
EXP	PRODUTOS MANUFATURADOS	7.1M	81,8%
	PRODUTOS BASICOS	1.3M	15,0%
	PRODUTOS SEMIMANUFATURADOS	275.9K	3,2%
Direção	Classificação CCCE	Valor	%
EXP	BENS INTERMEDIÁRIOS (BI)	5.9M	68,2%
	BENS DE CONSUMO (BC)	2.4M	27,4%
	BENS DE CAPITAL (BK)	379.0K	4,4%
Direção	Classificação CUCI	Valor	%
EXP	ARTIGOS MANUFATURADOS, CLASSIFICADOS PRINCIPALMENTE PELO MATERIAL	5.3M	61,4%
	PRODUTOS ALIMENTICIOS E ANIMAIS VIVOS	2.1M	24,6%
	BEBIDAS E TABACO	533.4K	6,2%
	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	414.8K	4,8%
	OBRAS DIVERSAS	193.7K	2,2%
	MATERIAS EM BRUTO, NAO COMESTIVEIS, EXCETO COMBUSTIVEIS	55.4K	0,6%
	PRODUTOS QUIMICOS E RELACIONADOS, N.E.P.	10.3K	0,1%

Produto Interno Bruto



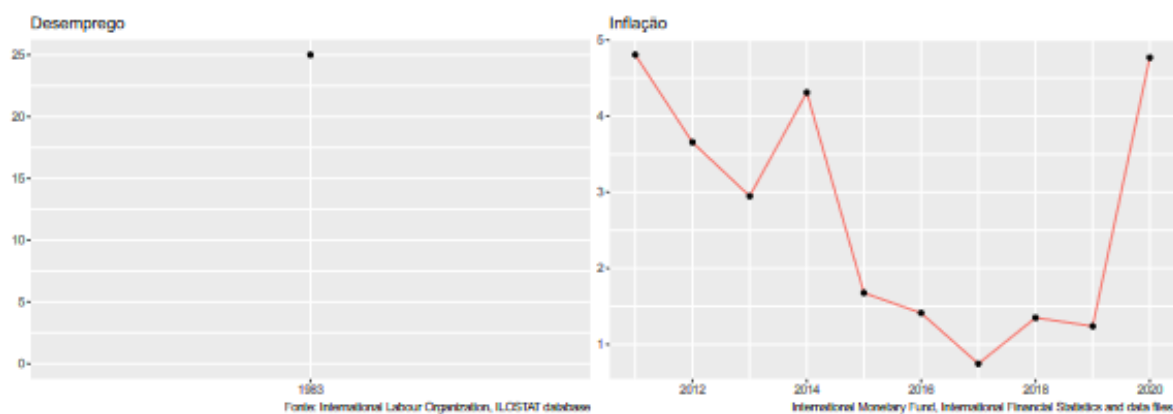
Guiné Equatorial, Indicadores Econômicos Internos

Estrutura da Economia em Proporção do PIB



Fonte: World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files

Indicadores de Inflação e Desemprego

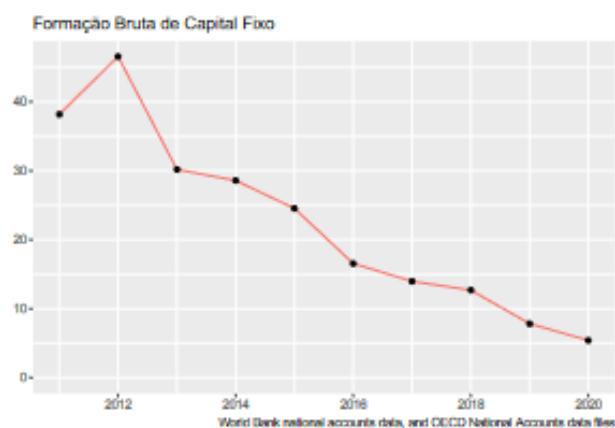


Fonte: International Labour Organization, ILOSTAT database

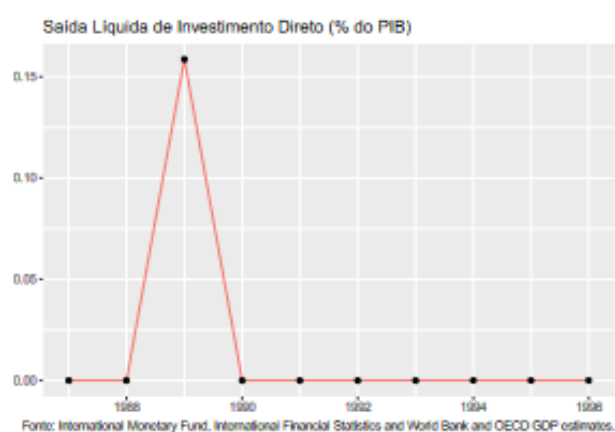
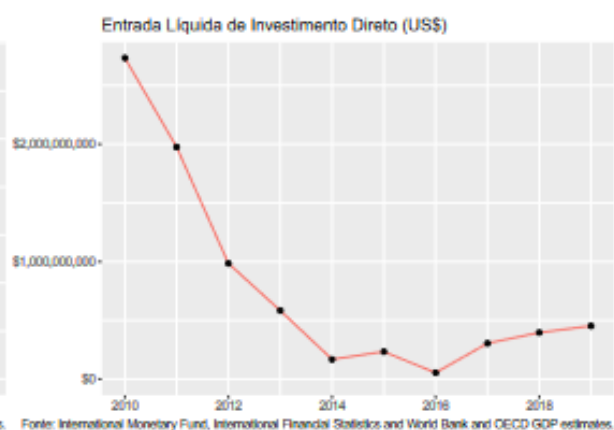
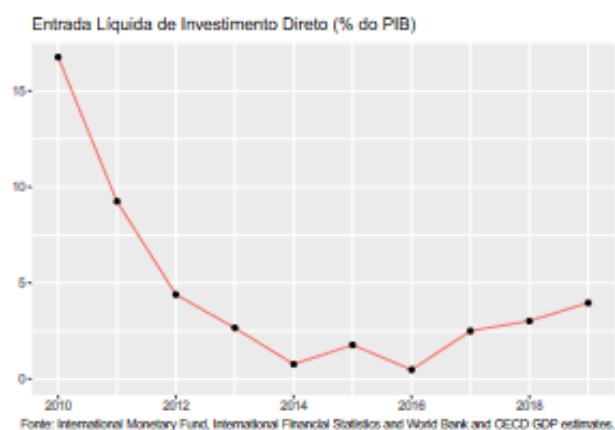
International Monetary Fund, International Financial Statistics and data files

Guiné Equatorial, Indicadores Econômicos Internos

Indicadores de Investimento

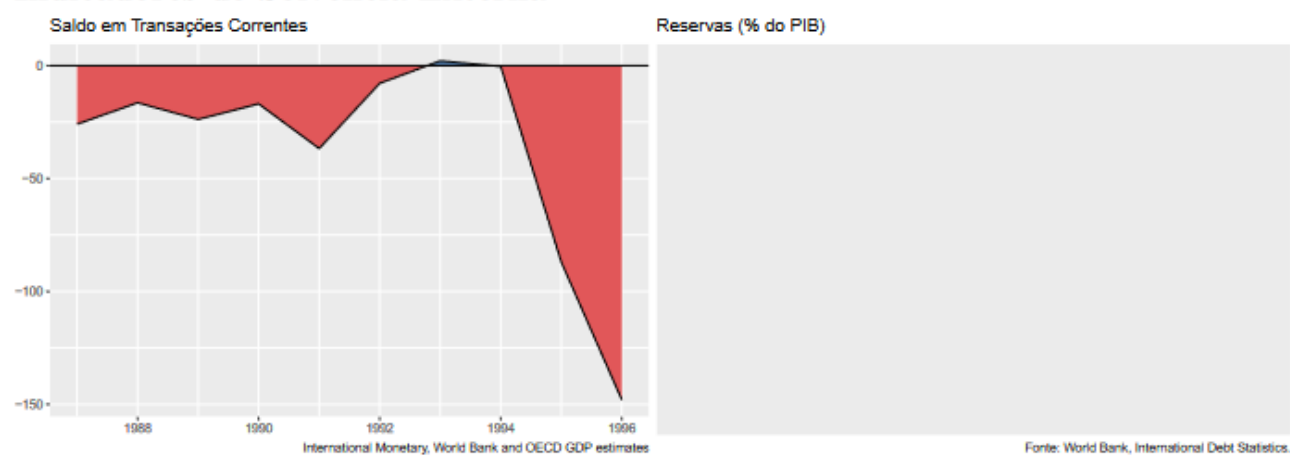


Fluxo de Investimentos



Guiné Equatorial, Indicadores Econômicos Internos

Indicadores de Solvência Externa



EMBAIXADA DO BRASIL EM MALABO**RELATÓRIO DE GESTÃO (2015 - 2021)****EMBAIXADOR EVALDO FREIRE**

A Guiné Equatorial, oficialmente República da Guiné Equatorial, situa-se na África Central. Tem fronteiras com o Gabão, São Tomé e Príncipe, Cameroun e Nigéria, sendo constituída por territórios localizados no Golfo da Guiné e na região continental africana: Mbini (antiga colônia espanhola de Rio Muni), no continente; e as ilhas de Bioko (antiga Fernando Pó), ao norte do país, situada no golfo de Biafra, e de Annobón, ao sul de São Tomé e Príncipe, bem como Corisco, Elobey Grande e Elobey Pequeno (e ilhotas adjacentes) na baía de Corisco, ao largo da costa do Gabão. Presentemente, o país mantém disputa com o Gabão junto à Corte Internacional de Justiça acerca da propriedade de minúsculas ilhas que teriam por principal ativo a perspectiva da exploração marítima de possíveis reservas petrolíferas.

2. Em 2015, o país possuía 1.222.442 habitantes, inclusive 209.611 estrangeiros, conforme dados do último censo realizado, conduzido pela empresa espanhola de consultoria e de serviços de engenharia Tecnites. Com 28.051km² e relativamente reduzido número de habitantes, o país apresenta baixa densidade populacional, traduzida por relação média de 45 pessoas por km².

3. De acordo com os dados do censo, existiam 262.157 lares na Guiné Equatorial, habitados, em média, por 4,7 pessoas. Quase 40% da população tinha menos de 14 anos, o que contribuiu para explicar a idade média do equato-guineense de apenas 20,3 anos e a respectiva expectativa de vida média de 66,4 anos.

4. Apesar da pequena extensão territorial, a Guiné Equatorial conta com extenso litoral, dispondo de uma das maiores zonas econômicas exclusivas mundiais. O país é rico em petróleo e gás, madeiras, ouro, bauxita, diamantes, tântalo, minerais raros, além de recursos pesqueiros, dentre outros. A utilização de terras pela agricultura deixa a desejar: com 4,3% de terras aráveis, apenas 10,1% dessas têm atividades agrícolas; 2,1% da produção agrícola da GE proviriam de colheitas permanentes, segundo relatório da Central Intelligence Agency (CIA). Tal constatação poderia ser contraposta ao grande potencial de desenvolvimento agrícola baseado no rico solo vulcânico de Bioko, muito favorável, em especial, à fruticultura, à cafeicultura e à cacauicultura (o cacau Sampaka, originário da ilha, é considerado um dos melhores do mundo).

5. A independência do país foi declarada no dia 12 de outubro de 1968, acordada com a Espanha, como evidenciado igualmente pela coincidência da efeméride com a celebração conjunta da data nacional espanhola e do Dia Internacional da Hispanidade. O país é o

único Estado de língua oficial espanhola em todo o continente africano, estando administrativamente dividido em 8 províncias: Ano Bom, Bioko Norte, Bioko Sul, Centro-Sul, Djibloho, Kie-Ntem, Litoral e Wele-Nzas. Na província de Djibloho, formalmente estabelecida em 2017, por reforma administrativa determinada por Obiang, está sendo construída a futura capital do país, a Ciudad de la Paz/Oyala, que teria sido inspirada no modelo de Brasília como fonte de impulsão de desenvolvimento em direção ao interior do país.

6. Desde 3 de agosto de 1979, a Guiné Equatorial é governada pelo Presidente Obiang Nguema Mbasogo. O Presidente da República é eleito por voto majoritário a cada 7 anos, tendo a última eleição presidencial ocorrido em 24 de abril de 2016. As eleições legislativas e municipais são realizadas a cada 4 anos, sendo as próximas programadas para o segundo semestre de 2022. Frequentemente emendada, a Constituição do país ("Lei Fundamental") foi promulgada em 16 de fevereiro de 2012, com base na última reforma constitucional, de 13 de novembro de 2011, a qual consagrou a possibilidade de "dois períodos consecutivos (de mandatos presidenciais), não podendo (o mandatário) apresentar-se para um terceiro mandato até que se produza a alternância", apontando, dessa forma, a partir da vigência do novo texto constitucional, para a perspectiva de que, em 2023, Obiang possa candidatar-se a novo mandato de 7 anos.

7. Igualmente integrante da Comunidade Econômica e Monetária da África Central - CEMAC e da Comunidade Econômica dos Estados da África Central - CEEAC, a Guiné Equatorial é Estado-Membro, com plenos direitos, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, desde 24 de julho de 2014. Ao ingressar na CPLP, o país comprometeu-se com a divulgação local da língua portuguesa (tornada língua oficial em 21 de julho de 2010) e com a abolição da aplicação da pena de morte, além de outros aperfeiçoamentos institucionais no contexto da cooperação entre os países da Comunidade.

8. Em seguida ao forte crescimento econômico vivenciado pela GE, a partir do começo dos anos 2000, sob a impulsão dos fartos recursos oriundos da descoberta de ricas jazidas de óleo e gás, em 1996, a Guiné Equatorial vem atravessando, desde 2014, conjuntura recessiva. Com a baixa dos preços do petróleo - responsáveis por 90% do orçamento nacional -, o PIB do país decresceu de cerca de 20 bilhões de dólares estimados no começo da recessão (correspondentes a uma renda per capita da ordem de 20 mil dólares anuais, a maior do continente africano) para aproximadamente 11 bilhões em 2020/2021 (algo em torno de 10- 11 mil dólares/pessoa).

9. A atuação do país contra a pandemia de Covid-19 tem-se pautado pela adoção, em linhas gerais, dos principais procedimentos recomendados pela OMS. Assim, a despeito das carências locais, as autoridades sanitárias têm sido elogiadas ao estimularem a imunização da população, o uso de medidas de proteção, a aquisição de vacinas e outros medicamentos específicos, bem como a implementação de práticas adequadas que

frequentemente envolvem o emprego de rígidas medidas de quarentena, inclusive o fechamento das fronteiras do país. Dessa forma, tem sido possível conviver com índices relativamente reduzidos de óbitos e contaminação da população.

10. A economia equato-guineense permanece, em grande medida, dependente do setor público. Nesse sentido, em vista da atual conjuntura recessiva, o orçamento público é forçado por demandas crescentes para enfrentar a escalada do desemprego, tendo em vista, principalmente, as necessidades de emprego da imensa maioria da população jovem do país.

11. A maioria da população é pobre, distribuída por seis grupos étnicos principais (Fangs, que correspondem a 80% dos habitantes da Guiné Equatorial; Bubis, originários da ilha de Bioko; além de Criollos Fernandinos (etnias com origem na ilha de Fernando Pó, anterior denominação de Bioko), bem como Ndowes, Anobonenses e Bisios, concentrados em outras diferentes regiões do país). O atendimento médico da rede pública hospitalar é universal, embora carente de recursos. Apesar dos esforços de desenvolvimento nacional - calcados efetivamente em bem planejados programas e estratégias de progresso -, as perspectivas de melhora da economia permanecem necessariamente dependentes de investimentos em capacitação e treinamento do capital humano do país.

12. O Brasil e os seguintes países estão atualmente presentes em Malabo por meio de embaixadas ou representações em nível de encarregatura de negócios, num total de 30: África do Sul, Angola, Cameroun, Chade, China, República do Congo, República Democrática do Congo, Costa do Marfim, Cuba, Coreia do Norte, Coreia do Sul (encarregado) Gabão, Gana, Guiné Conacri, Líbia (encarregado), Mali, Malta (encarregado), Egito, Espanha, Estados Unidos, Índia, Marrocos, Nigéria, França, Portugal (encarregado), República Centro-Africana, São Tomé e Príncipe, Turquia, Venezuela. A capital da Guiné Equatorial conta também com os consulados do Benim, do Burkina Faso e da Tunísia, bem como com representante-residente das Nações Unidas, do PNUD, do FMI, da FAO, da UNESCO, da ONU/SIDA, da OMS, da CEMAC, da Cruz Vermelha, da Agência para a Segurança da Navegação Aérea na África e Madagascar - ASECNA, do Banco de Desenvolvimento dos Estados da África Central - BDEAC, do Banco Africano de Desenvolvimento - BAD, do Observatório Africano de Ciências, Tecnologias e Inovação - OACTI, da Organização Africana de Propriedade Intelectual - OAPI.

13. As estruturas do presente pano de fundo pouco se modificaram, desde a minha chegada a Malabo, em 8 de julho de 2015. A apresentação das cópias figuradas relativas à minha missão ao então chanceler Agapito ocorreu em 17 de julho de 2015. Em 3 de setembro de 2015, apresentei minhas cartas credenciais ao presidente Obiang Nguema Mbasogo, juntamente com as cartas revocatórias de minha antecessora.

CONJUNTURA INTERNA

14. O PR Obiang Nguema Mbasogo consolidou-se no poder pelo mérito obtido ao insistir - contra opiniões "técnicas" até então prevalecentes - na continuidade das prospecções de petróleo e gás em águas territoriais nacionais. Finalmente bem-sucedidas, tais explorações acabaram resultando em recursos substantivos em grande medida canalizados para grandes obras de infraestrutura que, em consonância com bem estruturados planos estratégicos de desenvolvimento, possibilitaram sustentar o progresso econômico do país (a despeito dos frágeis níveis educacionais da população). Dessa forma, Obiang fortaleceu-se politicamente.

15. Os louros da produção de óleo e gás acabaram rendendo à Guiné Equatorial a fama de país rico, atraindo numeroso contingente de imigrantes oriundos dos demais países regionais, além de grande número de empresas estrangeiras de consultoria, de engenharia e construção civil provenientes principalmente da China, França, Itália, Bélgica, Alemanha, Portugal, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Turquia, Líbano, Egito. Têm sido frequentes as visitas de outras lideranças africanas ao PR da GE em busca de apoio financeiro, fortalecendo, assim, a legitimidade do regime decorrente do papel do presidente equato-guineense como estadista africano resultante da correspondente maior visibilidade continental angariada.

16. O forte progresso da Guiné Equatorial também atraiu o interesse das empresas brasileiras da área de infraestrutura.

17. A conjuntura política da GE é comandada pelo Partido Democrático da Guiné Equatorial (PDGE), desde sua criação, em 1986, com sucessivas e amplas vitórias eleitorais. Em 2021, o partido contou com a expressiva marca de 314.830 filiados (equivalentes a cerca de 24 % da população total do país), não deixando dúvidas, assim, sobre sua importância na cena política nacional. Tradicionalmente, o presidente promove, no começo de cada ano, em circuito nacional conhecido como "Giras", comícios políticos nas principais municipalidades. Desse modo, como pude testemunhar, Obiang tem frequentemente reiterado o bom estado de desenvolvimento e as excelentes condições de segurança e de paz da Guiné Equatorial, contrapondo tal situação à pobreza do país durante o período colonial espanhol.

18. Como parte dessa estratégia de dar destaque aos êxitos do país, poderia ser igualmente mencionada a promoção periódica de grandes eventos internacionais no país. A respeito, durante minha gestão, poderiam ser citados: i) a Cúpula Africana de Luta contra o Ebola, em 2015; ii) a IV Cúpula África-Países Árabes, em 2016; iii) o Encontro Consultivo do Comitê da União Africana de 10 Chefes de Estado e de Governo sobre a Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (C-10), em 2018; iv) o Prêmio UNESCO – Guiné Equatorial, em 2018; v) a Reunião Anual do Banco Africano de Desenvolvimento -2019; vi) a Cúpula do Gás, em 2019; vii) a semana de discussões sobre o novo Plano de

Desenvolvimento "Horizonte 2035", em 2020; viii) a realização das "Mesas de Diálogo Nacional", em 2015 e em 2018; ix) a celebração dos 50 anos de Independência da Guiné Equatorial, em 12 de outubro de 2018.

19. Até a deflagração da pandemia de Covid-19, eram bastante frequentes as viagens ao exterior do PR Obiang, geralmente em companhia da primeira dama, seja para participar de solenidades oficiais e/ou cerimônias de posse presidencial no continente africano, seja nos contextos da Assembleia Geral da ONU e de Cúpulas específicas, tais como as organizadas periodicamente entre os países africanos e a China. Mais recentemente, o Fórum África-Índia e outros eventos de cúpula continental organizados pela Rússia e a Turquia, além de países do Golfo Árabe, passariam também a frequentar os itinerários do líder equato-guineense.

20. Do mesmo modo, tendo por objetivo maior ativismo internacional, a Guiné Equatorial abriu novas embaixadas, ampliando a rede de missões diplomáticas e consulados para um total de 51 representações nacionais, com destaque, em período recente, para a inauguração das embaixadas em Ancara, em Túnis, no Cairo e em Riade. Em contrapartida, o país contou com a abertura, em 2019, da embaixada da Índia em Malabo. Não obstante, a Alemanha fechou sua representação local em 2021.

CONJUNTURA DAS RELAÇÕES BRASIL - GUINÉ EQUATORIAL

21. Brasil e Guiné Equatorial estabeleceram relações diplomáticas em 26 de maio de 1974. A Embaixada da Guiné Equatorial em Brasília foi inaugurada em 2005, tendo por correspondência a instalação da Embaixada residente do Brasil em Malabo, em 2006.

22. Ao longo de minha presença à frente do Posto, foi possível notar que as relações bilaterais estiveram nitidamente marcadas por períodos distintos, influenciados seja, i) num primeiro momento, pela forte presença de empresas brasileiras neste país e, posteriormente, pelos efeitos que estas sofreram em decorrência do paulatino declínio da bonança econômica vivida pela GE, a partir de 2014, seja ii), a partir de julho de 2014, pelas iniciativas de integração e cooperação comunitária decorrentes da integração da Guiné Equatorial na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

23. A participação da Guiné Equatorial na CPLP tem contribuído para impulsionar fortemente as relações bilaterais entre os nossos dois países. Nesse âmbito, poderia ser ressaltada inicialmente a viagem do PR Obiang a Brasília por ocasião da Cimeira da Comunidade, realizada em novembro de 2016.

24. A integração da Guiné Equatorial possibilitou igualmente a realização de diversas reuniões de coordenação entre os Estados Membros da CPLP em Malabo, com a

participação brasileira. A esse respeito, poderiam ser mencionadas as presenças de representantes brasileiros dos seguintes Ministérios: i) Justiça e Segurança Pública (XI Reunião do Conselho de Chefes de Polícia e XII Reunião do Conselho de Diretores Nacionais de Migração, Estrangeiros e Fronteiras da CPLP), em 2016; ii) Defesa (XVIII Reunião dos Ministros da Defesa da CPLP), em 2017; iii) Comunicações, em 2018; iv) dos Institutos de Estatística nacionais da CPLP, em 2019.

25. A Guiné Equatorial avaliou que sua participação na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa poderia beneficiar-se das dimensões do papel internacional e da economia do Brasil para obter melhor equilíbrio em suas relações internacionais, o que acabou resultando igualmente em fortalecimento dos laços bilaterais. Dando igualmente mostras das nossas excelentes relações bilaterais, assim, o Ministro de Assuntos Exteriores e Cooperação, Simeon Oyono Esono Angue, realizou visita a nosso País, a convite do governo brasileiro, em junho de 2018.

26. Nesse contexto, nosso País auferiu também benefícios importantes. Posso referir-me, assim, com efeito, ao invariável apoio da Guiné Equatorial às principais demandas internacionais solicitadas pelo Brasil, ao longo do período em que estive à frente do Posto. Desse modo, reagindo a nossos pleitos nas Nações Unidas, os votos da Guiné Equatorial favoreceram praticamente todos os pontos de vista e pedidos de apoio a candidaturas apresentados pelo Brasil.

27. A presença da GE na CPLP proporcionou também ressaltar as atividades da Embaixada em prol do fortalecimento local do idioma comunitário. Nesse âmbito, tão prontamente assumi, os contatos mantidos pelo Posto com a SERE e o Ministério da Educação tornaram-se fundamentais para que o Acordo de Cooperação Educacional, firmado em 2009, pudesse finalmente entrar em vigor, a partir de 2017. Dessa maneira, foi possível incluir a Guiné Equatorial no Programa Estudante Convênio - Graduação (PEC-G) a partir de 2018. Desde então, devidamente habilitados pelo exame do CELPE-BRAS, mais de 120 estudantes equato-guineenses têm estudado em universidades brasileiras. Graças à vigência do acordo, viabilizou-se igualmente a realização de negociações entre a Embaixada e a Universidade Nacional da Guiné Equatorial - sempre com o indispensável apoio do Departamento Cultural e Educacional (DCED) do Ministério das Relações Exteriores - visando ao estabelecimento de Leitorado em língua portuguesa no campus da UNG em Bata, a maior cidade do país. Presentemente, os dois países já finalizaram o processo seletivo do primeiro Leitor brasileiro, cujas atividades deverão ser, assim, iniciadas em 2022.

28. Igualmente com o propósito de expandir a divulgação local do português, a Embaixada vem periodicamente reforçando o ensino da língua no Centro de Estudos Brasileiros, mediante, em especial, iniciativas de promoção da cultura brasileira (aulas de capoeira; divulgação da música e da gastronomia brasileira; promoção do cinema brasileiro; realização de festival de filmes da CPLP; apoio à produção local de programas

audiovisuais; seleção e premiação de textos e poesias escritos por nacionais equato-guineenses; divulgação de nosso País a estudantes de escolas da capital; realização de eventos promocionais no âmbito da celebração anual do dia internacional da língua portuguesa, entre outros exemplos). Em 2018, gestões pessoais que realizei possibilitaram que se mantivesse o ensino da língua portuguesa (então, em vias de ser substituída por aulas de outro idioma) - juntamente com o estudo do espanhol, do francês, e do inglês - no Centro de Assistência à Criança da Guiné Equatorial (CANIGE), principal centro escolar do país de apoio ao menor desamparado (constituído por rede de colégios multilíngues custeados pela Primeira Dama).

29. Caberia também destacar que, igualmente em reação às iniciativas do Posto com o objetivo de fortalecer os laços de cooperação bilateral, o VPR e Encarregado da Defesa e Segurança da GE, Teodoro Nguema Obiang Mangue, visitou a 11ª. edição da LAAD Defence & Security no Rio de Janeiro, em abril de 2017.

30. Igualmente com vistas ao adensamento das relações entre o Brasil e a Guiné Equatorial, a Embaixada promoveu insistentes gestões de modo a contar com elevado nível da participação da GE no Fórum Mundial da Água, realizado em Brasília, em março de 2018. Dessa maneira, em atenção ao interesse brasileiro, o PR Obiang designou o VPR Teodoro Nguema Obiang Mangue a representar o país em companhia do Chanceler Simeon.

31. Do mesmo modo, em março de 2018 - por iniciativa do Posto que teve por origem contatos com as autoridades locais iniciados logo depois da minha chegada em 2015 -, tornou-se finalmente possível a vinda à GE de importante delegação brasileira composta por representantes do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, da ABC e dos órgãos governamentais brasileiros afetos à temática da defesa civil com vistas à finalização das negociações de acordo de cooperação na área de defesa civil com o Ministério do Interior e Corporações Locais e o Ministério de Assuntos Exteriores e Cooperação. Com base no referido acordo entre nossos dois países, seria possível implementar projeto específico de capacitação dos bombeiros equato-guineenses. A assinatura final dos documentos vem aguardando ainda por momento propício para ser celebrada.

32. Em período mais recente, poderia ser salientada a coordenação realizada pelo Posto junto à representação local da FAO – com o indispensável apoio da ABC - em prol da disponibilização de recursos de cooperação humanitária, no valor de 50 mil dólares, destinados à aquisição de alimentos à população equato-guineense vitimada pelas trágicas explosões ocorridas em Bata, em 7 de março de 2021, as quais resultaram em mais de uma centena de mortos, grande número de feridos, além da destruição de expressiva parcela da cidade.

33. Nossos esforços lograram desenvolver a cooperação bilateral no âmbito da CPLP, possibilitando a implementação de iniciativas conjuntas nos campos da saúde, da

educação, bem como, sobretudo, do aprimoramento institucional. A partir do ano passado, a maior aproximação entre o Brasil e a Guiné Equatorial acabaria sendo igualmente facilitada pelas circunstâncias difíceis que os equato-guineenses vêm enfrentando. Com efeito, levada por necessidades prementes de mitigar as consequências da recessão econômica e os reflexos da atual pandemia, ambos agravados pelas trágicas explosões ocorridas em Bata e pela debilitada situação securitária no golfo da Guiné, a GE tem, desse modo, sido levada a buscar maior diálogo com nosso País.

34. Nesse contexto, recentes iniciativas de cooperação brasileira tiveram calorosa acolhida, conforme deixariam ver os seguintes eventos: i) em agosto de 2021, a visita da fragata Independência a Malabo, a primeira embarcação da Marinha brasileira no país desde 2013, contou com a presença do Vice-Ministro da Defesa e de diversas outras altas autoridades militares da GE (além dos embaixadores dos EUA e da Espanha, dentre outros representantes diplomáticos); ii) delegação empresarial da Câmara de Comércio Afro-brasileira - AfroChamber, no último mês de novembro, foi recebida pelo PR Obiang em longa audiência. A visita empresarial possibilitou a realização pela Embaixada do Foro de Negócios Brasil-Guiné Equatorial e, dessa maneira, a efetiva retomada presencial da promoção comercial brasileira com este país, carente de visitas expressivas do setor privado brasileiro, desde 2014. A missão da AfroChamber ensejou ainda concorrida cerimônia de inauguração oficial das novas instalações da Chancelaria da Embaixada (com a presença do Vice-Chanceler da GE, empresários locais e outros representantes governamentais) com ampla divulgação do nosso País pela mídia local.

35. A visita da fragata Independência salientou a importância do apoio de nosso País à segurança do Golfo da Guiné, bem como permitiu apontar para a perspectiva de que seja fortalecida a cooperação brasileira com a Guiné Equatorial no âmbito da ZOPACAS.

CONJUNTURA ECONÔMICA

36. A economia da Guiné Equatorial é marcada particularmente pela forte participação estatal e pelo estreito relacionamento entre os setores governamental e privado. Com base nas seguintes realizações, relativas ao período 2017-2021, destacadas no último Congresso do PDGE, foi possível verificar a persistência da administração governamental em procurar atingir os objetivos estratégicos traçados nos planos de desenvolvimento nacional, apesar dos graves reveses sofridos pela economia nacional provocados pela atual conjuntura recessiva e pela pandemia:

- i) a oferta de 4.000 postos de trabalho a estudantes egressos de universidades e escolas técnicas em resposta ao crescente desemprego no país;
- ii) a modernização dos portos de Bata e Malabo;
- iii) a realização de negociações com o FMI para o refinanciamento e o apoio econômico da GE;

- iv) o estabelecimento da "janela empresarial" para facilitar a instalação de empresas;
- v) e, igualmente no âmbito das iniciativas voltadas para a melhora do clima de negócios no país, a adoção do Convênio sobre a Regulação do Centro Internacional de Acordo de Diferenças relativas a Investimentos (CIADI) e do Convênio sobre o Regulamento e a Execução das Sentenças Arbitrais Estrangeiras, conhecido também como o Convênio de Nova York, de 1958.

37. Tais iniciativas procuraram, com efeito, responder às formulações propostas pelos planos nacionais "Horizonte 2020" e por seu sucessor, a "Agenda Guiné Equatorial 2035", calcadas no desenvolvimento do empreendedorismo e do aprimoramento profissional no país. É certo, porém, que, para serem plenamente exitosas, tais iniciativas não poderão prescindir de ações prévias efetivamente voltadas à promoção da qualidade do capital humano local.

38. A Guiné Equatorial é signatária do Acordo que instituiu a Zona de Livre Comércio Continental Africana. É possível, contudo, antever dificuldades para a implementação da iniciativa pelo país, decorrentes dos diferentes estágios de desenvolvimento das economias nacionais africanas.

39. Em recente relatório, datado de dezembro de 2021, o Instituto Nacional de Estatística da Guiné Equatorial - INEGE previu o PIB da GE em FCFA 4.935.764 milhões (aproximadamente US\$ 8,23 bilhões, calculados a US\$= FCFA 600) e inflação anual em torno de 1,8%. O INEGE atribuiu esses resultados ao cenário de recessão econômica do país provocada pela baixa dos preços do petróleo e pelos efeitos da pandemia sobre a demanda mundial. A economia nacional é dependente direta do setor petrolífero, cujo peso estimado corresponde a 53% do PIB em 2021. A respeito, valeria ainda ter presente que o setor de petróleo e gás é o principal responsável por financiar os gastos públicos (correspondentes a 16% do PIB).

COMÉRCIO EXTERIOR

40. A Guiné Equatorial ainda carece de dados estatísticos econômicos de melhor qualidade. A necessidade de firmar acordo com o FMI, desenvolvida, sobretudo, a partir de 2018 (em especial, para fazer frente ao endividamento decorrente do longo período recessivo atravessado), levou o país a promover sua primeira base de dados econômicos com vistas à maior transparência de informações.

42. Desse modo, tem sido possível paulatinamente consolidar - mesmo com grande defasagem de informes pertinentes - as atividades do Instituto Nacional de Estatística da Guiné Equatorial - INEGE. Por exemplo, os dados mais recentes sobre o comércio exterior da GE divulgados pelo órgão - com data de dezembro de 2021 - ainda se referem a 2020. Naquele ano, segundo o INEGE, a Guiné Equatorial exportou bens avaliados em FCFA 1.791.320 milhões (aproximadamente US\$ 2.985,5 milhões). As compras de produtos estrangeiros atingiram o montante total de FCFA 800.833,9 milhões (cerca de US\$ 1.334,7 milhões). A balança comercial do país apresentou, assim, superávit da ordem de FCFA 990.486 milhões (cerca de US\$ 1.650,8 milhões).

43. A GE é grandemente dependente das exportações de petróleo e gás, responsáveis por 90,3 % do total exportado em 2020, seguidos de produtos químicos orgânicos (3,5%), madeiras (2,9%) e cobre e suas manufaturas (1,9%). A China (37%) foi o principal destino das vendas do país, seguida respectivamente por Espanha (13%), Portugal (12,5%), Índia (11,4%), República da Coreia (4,7%), Estados Unidos (4,7%), Chile (3,1%), Países Baixos (2,7%), Singapura (2,1%), Itália (1,9%). As exportações equato-guineenses para o Brasil, ainda sem detalhamento pelo INEGE, responderam por apenas 0,13% (cerca de US\$ 3,9 milhões) do valor total.

44. Em cenário de pouca diversificação econômica, a Guiné Equatorial importa praticamente todos os produtos. As principais compras equato-guineenses em 2020 foram embarcações (26,8%), combustíveis (15,9%), máquina e equipamentos mecânicos (9,3%), manufaturas de função, de ferro ou aço (4,9%), bebidas alcoólicas (4,8%), máquinas e equipamentos elétricos (3,5%), carnes (3,1%), veículos automotivos (2,1%), plásticos e suas manufaturas (2,0%) e fundições, ferro e aço (1,7%). Os principais fornecedores de bens para a Guiné Equatorial foram Nigéria (25,8%), Togo (15,7%), Espanha (13,6%), China (8,8%), EUA (7%), Países Baixos (3,3%), Brasil (3,2%, em 7º lugar), Reino Unido (2,9%), Turquia (2,8%), França (1,8%). As compras da GE por país ainda não aparecem detalhadas no último informe do INEGE, contudo, no tocante ao Brasil, é muito provável que continuem mantendo o perfil das importações dos últimos anos, concentradas em carnes bovina e de frangos, além de doces e bebidas alcoólicas.

OPORTUNIDADES COMERCIAIS. RECOMENDAÇÕES.

45. Com base em demandas governamentais recentemente destacadas durante a realização do Congresso Nacional Ordinário do PDGE, foi possível apontar para o eventual desenvolvimento de iniciativas de cooperação e promoção comercial entre o Brasil e a Guiné Equatorial nas áreas de i) serviços em geral; ii) construção civil; iii) engenharia; iv) equipamentos; v) capacitação profissional; vi) pesca; vii) educação; viii) saúde e medicamentos; ix) setor de segurança.

46. Tal perspectiva permitiria salientar a importância do estabelecimento de linhas aéreas e marítimas diretas entre a África e o Brasil com eventual recurso à utilização da moderna frota de aviação da companhia aérea nacional CEIBA, bem como das modernas instalações portuárias equato-guineenses, todas subutilizadas. O grande potencial existente decorrente da utilização dos modernos aeroportos e portos do país apontaria para a constituição de "hub" aéreo e marítimo voltado para o mercado da África Central.

47. Indo ao encontro dessas oportunidades, a realização de fóruns sobre as relações entre a África e o Brasil - e, em especial, entre o nosso País e a Guiné Equatorial - constitui também relevante fator de alavancagem do intercâmbio bilateral. Nesse âmbito, missões empresariais tornam-se valiosas para o fortalecimento do comércio bilateral brasileiro com a Guiné Equatorial ao facilitarem contatos diretos entre os interessados, tão valorizados pela cultura deste país, em particular, e pela africana, em geral. Discussões sobre investimentos, comércio, energia, agricultura e infraestruturas são especialmente relevantes para aprofundar o intercâmbio com a Guiné Equatorial, com base igualmente na criação do referido "hub" regional (facilitado pelo potencial dos acordos estabelecidos no âmbito da CEMAC e da CEEAC).

CONJUNTURA OPERACIONAL E ADMINISTRATIVA.

ASSISTÊNCIA CONSULAR.

48. Em abril de 2020 procedeu-se à mudança das instalações da Chancelaria para novo endereço na cidade de Malabo. Desse modo, foi possível também, com proveito da situação recessiva do mercado imobiliário local, reduzir tanto os custos de aluguel como o período da locação (dois anos) com vistas, em menor tempo, a futuras novas reduções de gastos. Dentre outros benefícios da iniciativa, pode ser sublinhada a melhor localização da nova Chancelaria, em área maior que as anteriormente ocupadas, em cômodo edifício, cercado de belo jardim e situado em avenida de fácil acesso, permitindo grande visibilidade da bandeira nacional aos transeuntes locais. A Embaixada constitui, assim, digno cartão postal do nosso País na Guiné Equatorial.

49. O Posto renovou, em novembro de 2019, também por período de dois anos, o contrato de aluguel da Residência, obtendo grande redução (quase 50%) do valor que vinha anteriormente sendo pago. A iniciativa da Embaixada para ambos os alugueis teve em conta a persistência de cenário recessivo no mercado imobiliário do país.

50. O quadro de funcionários do Posto requer atenção especial. Tornam-se necessárias medidas urgentes de treinamento dos contratados locais com vistas a resultados efetivamente adequados aos trabalhos da Embaixada.

51. A lotação do quadro de pessoal da Embaixada, nos últimos três anos, esteve muito abaixo daquela que encontrei ao assumir as atividades em Malabo, o que tem acarretado obstáculos graves ao bom desempenho do Posto. Ao longo de toda a duração da minha missão no Posto, pude contar apenas com o apoio de um diplomata em missão permanente, assim mesmo, pelo breve período de dois anos. Em geral, as lacunas de pessoal foram provisoriamente preenchidas por ATs e outros funcionários do quadro do serviço exterior, em missão temporária. Frequentemente deixaram, assim, de ser acompanhadas ou desenvolvidas adequadamente diversas atribuições naturalmente próprias da Chefia, em decorrência da concentração de demandas que vieram a recair, desse modo, sobre o Chefe do Posto.

52. A persistência dessa situação levou frequentemente à implementação de "situações de emergência" para atender, muitas vezes, necessidades de cunho meramente administrativo, as quais normalmente poderiam ter sido facilmente contornadas, caso houvesse maior disponibilidade de pessoal capacitado. Nesse contexto, urgiria a realização de cursos específicos de atualização dos funcionários, possibilitando, dessa maneira, igualmente facilitar o fluxo de serviços prestados.

53. Não obstante essas dificuldades, o Setor Consular da Embaixada desenvolve, de maneira regular, suas atividades, recebendo bom número de interessados em viajar ao Brasil com motivo de realização de negócios. Nesse âmbito, a reduzida comunidade de brasileiros residentes no país (calculados aproximadamente entre 50-100 pessoas) tem contado com efetivo apoio do Posto, sobretudo, mediante o provimento da legalização de documentos e da emissão de passaportes.

54. No contexto das severas restrições à mobilidade impostas pelo governo da GE para fazer frente ao estágio inicial da pandemia, a partir de março de 2020, valeria recordar o efetivo apoio prestado pelo Posto aos brasileiros afetados (turistas e/ou funcionários contratados de empresas locais). Desse modo, mediante coordenação junto a outras Embaixadas locais e aos Postos localizados nos países vizinhos, foi possibilitado o retorno seguro dos nossos nacionais ao País. Em um segundo momento, as articulações realizadas com os hospitais locais tornaram-se exitosas igualmente com o imprescindível apoio da SERE (Divisão de Cidadania - DCID) para a obtenção de recursos que permitiram salvar a vida e o repatriamento com segurança de um dos nossos compatriotas.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM MALABO

Candidato EMBAIXADOR LEONARDO CARVALHO MONTEIRO

PERFIL DO CANDIDATO

Leonardo Carvalho Monteiro



Nascido em 1958, em São Paulo, formou-se em Letras na Universidade Mackenzie em 1979, tendo publicado estudo sobre a obra da escritora brasileira Lígia Fagundes Telles. Ingressou na carreira diplomática em 1982 e ocupou diversas funções em Brasília, com ênfase nos setores administrativo e consular, incluindo a chefia do Núcleo de Modernização Consular. Foi promovido a Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 2015. No mesmo ano, foi agraciado com a Ordem de Rio Branco, no grau de Comendador, e com a Medalha Mérito Santos Dumont.

No exterior, adquiriu experiência sólida e diversificada, do ponto de vista geográfico e temático, ao cumprir missões em numerosos postos nas Américas, na Europa e na África. Serviu em Guatemala, Dinamarca, Paraguai, Suíça, Jordânia, Guiana Francesa (encarregado do Consulado-Geral em missão transitória), Espanha, Nova Zelândia, Polônia, Paquistão (encarregado de negócios *ad interim*), França e Indonésia (ministro-conselheiro), antes de ocupar o posto de embaixador do Brasil em Nouakchott, Mauritânia, de 2016 até o presente.

Na gestão, em andamento, à frente da representação diplomática brasileira na Mauritânia, destacam-se a inauguração de mecanismo de consultas políticas bilaterais e a negociação inicial de relevantes acordos nas áreas de defesa e de investimentos.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) ¹**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Ser reconhecido pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

MISSÃO DO POSTO

Contribuir com informações e análises sobre a situação política, social e econômica na República da Guiné Equatorial para o planejamento e a execução com excelência da Política Externa definida pelo Presidente da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão brasileiro no exterior e dialogar, em seus vários níveis, com as autoridades equato-guineenses.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

- 1) Aprofundar o diálogo político com a Guiné Equatorial.
- 2) Buscar ampliar, na medida do possível e em consonância com os interesses dos setores envolvidos no Brasil, a participação de produtos e empresas brasileiras no mercado local, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
- 3) Promover a imagem e a cultura do Brasil na Guiné Equatorial.
- 4) Prover serviços consulares de qualidade, aperfeiçoando a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
- 5) Por meio do diálogo político e da cooperação bilateral, angariar apoio da Guiné Equatorial ao fortalecimento e à reforma gradual das instituições multilaterais, de modo a refletir as realidades do mundo contemporâneo e ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
- 6) Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
- 7) Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - Promoção de comércio e investimentos;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Incrementar e diversificar o comércio bilateral, com ênfase em produtos de maior valor agregado

- *Desenvolver atividades de inteligência comercial para identificação, sempre que possível, de novos nichos de mercado tanto para produtos do agronegócio como para bens industriais e produtos da indústria de defesa.*
- *Apoiar a realização, sempre que houver interesse, de missões empresariais de lado a lado, de modo a fomentar o fluxo de comércio direto entre o Brasil e a Guiné Equatorial.*
- *Apoiar, inclusive por meio da participação brasileira em eventos, quando houver, a promoção de produtos da indústria nacional, em consulta com associações setoriais e a Apex Brasil.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de serviços de inteligência comercial e de investimento prestados pela Embaixada
- 2) Número de encontros e reuniões com empresas e investidores brasileiros e equato-guineenses
- 3) Números de eventos (seminários, “webinários”, palestras, feiras, exposições, rodadas de negócios, entre outros) organizados pela ou com a participação da Embaixada
- 4) Número de expedientes telegráficos do Posto, por ano, sobre temas de promoção de comércio e investimentos

II - Relações políticas bilaterais;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1) Acompanhar e relatar, do ponto de vista dos interesses do Brasil, a situação política, social e de segurança na Guiné Equatorial, com vistas a prover os formuladores de política externa com subsídios para tomada de decisões
 - *Produzir informações e análises sobre os principais temas de política interna e externa da Guiné Equatorial e suas possíveis implicações para a atuação internacional do Brasil.*
 - *Elaborar materiais informativos que correspondam a demandas oriundas do governo brasileiro.*
- 2) Apoiar e fortalecer o adensamento das relações bilaterais por meio da promoção de visitas oficiais, reuniões técnicas e encontros entre instituições e atores dos setores público e privado
 - *Apoiar a realização de reuniões dos mecanismos bilaterais de diálogo, com o objetivo de fortalecer a cooperação entre os dois países.*
 - *Fomentar a coordenação, o intercâmbio e a cooperação em áreas de interesse comum, como agricultura, saúde e promoção do desenvolvimento.*
 - *Apoiar a eventual realização de visitas oficiais de autoridades brasileiras à Guiné Equatorial e, quando requerido, apoiar eventual realização de visitas de autoridades equato-guineenses ao Brasil.*
- 3) Ampliar a base jurídica do relacionamento bilateral
 - *Realizar gestões junto ao governo equato-guineense, para negociação de acordos de interesse brasileiro.*
 - *Informar e analisar eventuais propostas do governo equato-guineense para a abertura de negociação de acordos bilaterais.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de telegramas produzidos pela Embaixada sobre política interna e política externa da Guiné Equatorial
- 2) Número de reuniões com representantes do governo, do parlamento, do setor privado, da academia e da sociedade civil, com vistas a colher ou compartilhar informações sobre o desenvolvimento de temas de política interna e externa da Guiné Equatorial
- 3) Número de reuniões de mecanismos diplomáticos, em formato presencial ou virtual
- 4) Número de reuniões com representantes do governo da Guiné Equatorial, para tratar da realização, dos preparativos e da agenda de reuniões e de negociação de acordos

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, incluindo gestões de candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1) Contribuir para a atuação do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas, em especial durante o mandato durante o biênio 2022-2023
 - *Manter diálogo com interlocutores relevantes, em especial representantes de alto nível do governo da Guiné Equatorial, tendo em conta, inclusive,*

integrar aquele país a Comunidade dos Estados da África Central (CEEAC) e a União Africana.

2) Ampliar o apoio a candidaturas brasileiras

- *Fazer gestões, no mais alto nível possível, com vistas a obter apoio da Guiné Equatorial a candidaturas brasileiras para cargos em organismos internacionais, para realização de eventos internacionais no Brasil e outros temas, conforme instrução da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de expedientes do Posto sobre assuntos relativos à Guiné Equatorial que sejam considerados do interesse do CSNU**
- 2) Número de notas verbais e reuniões com representantes do governo da Guiné Equatorial para realizar gestões em favor de candidaturas do Brasil em organismos multilaterais e para realização de eventos internacionais no Brasil**

IV - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Divulgar a diversidade das expressões culturais brasileiras

- *Apoiar projetos e eventos de promoção da diversidade das expressões culturais brasileiras, na medida dos recursos de que a Embaixada dispuser.*
- *Atualizar regularmente as plataformas digitais da Embaixada, com informações de utilidade para a ampliação do conhecimento sobre o Brasil na Guiné Equatorial.*

2) Intensificar a promoção da imagem do país e da marca Brasil junto ao público equato-guineense

- *Na medida dos recursos à disposição da Embaixada, realizar eventos de promoção da imagem do Brasil, inclusive conjugados com atividades de promoção comercial, em coordenação com a Apex Brasil e a área comercial do MRE, para a divulgação de produtos brasileiros.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de participações em reuniões, eventos, palestras e entrevistas para a difusão da diversidade das expressões culturais brasileiras na Guiné Equatorial**
- 2) Número de eventos realizados para promover a marca Brasil**

V - COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1) Apoiar a continuidade da participação equato-guineense em projetos de cooperação em gestão de recursos hídricos promovidos pelo Brasil**
- 2) Identificar possíveis áreas adicionais de cooperação bilateral ou multilateral nas áreas de desenvolvimento sustentável e de proteção ao meio ambiente**
 - *Verificar o interesse da Guiné Equatorial em cooperação nas áreas de desenvolvimento sustentável e ambiental.*

- *Divulgar e difundir informações sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental, inclusive nas áreas de biodiversidade e bioeconomia.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de realização de reuniões e gestões bilaterais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável durante a gestão**
- 2) Número de expedientes telegráficos do Posto sobre temas de meio ambiente e desenvolvimento sustentável por ano**

VI - Cooperação em educação, cultura, saúde e defesa;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1) Estimular o contato e a interlocução entre autoridades de defesa dos dois países, com vistas a identificar oportunidades de cooperação na área de defesa**
 - *Realizar reuniões para tratar de cooperação em defesa.*
- 2) Fomentar a cooperação educacional bilateral**
 - *Contribuir para o fortalecimento de programas existentes dedicados a apoiar projetos de mobilidade acadêmica e de pesquisa universitária;*
 - *Ampliar o número de estudantes equato-guineenses em instituições de graduação e pós-graduação brasileiras, especialmente por meio do Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G, executado pelo Ministério da Educação).*
 - *Promover o ensino de português no Centro de Estudos Brasileiros (CEB) mantido pela Embaixada.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de contatos com autoridades de defesa da Guiné Equatorial e de reuniões bilaterais em matéria de defesa durante a gestão**
- 2) Número de expedientes relacionados à área de defesa enviados pelo posto**
- 3) Número de candidatos e estudantes equato-guineenses inscritos no PEC-G**
- 4) Número de estudantes nos cursos do Centro de Estudos Brasileiros (CEB) mantido pela embaixada**

VII - Cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1) Fortalecer a cooperação técnica entre os países em projetos que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico da Guiné Equatorial**
 - *Prospectar oportunidades para o estabelecimento de projetos de cooperação técnica com a Guiné Equatorial.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões relativas a projetos de cooperação técnica com autoridades da Guiné Equatorial.**

- 2) Número de expedientes telegráficos relativos a à cooperação técnica entre Brasil e Guiné Equatorial.
- 3) Número de notas verbais relativas à cooperação técnica enviadas às autoridades equato-guineenses.

VIII - Apoio às comunidades brasileiras no exterior e atendimento consular regular.

- i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**
 - 1) Garantir a prestação eficiente do serviço consular à comunidade brasileira na Guiné Equatorial, buscando facilitar o acesso a tais serviços.
 - 2) Realizar visitas a nacionais presos na Guiné Equatorial, se os houver.
 - 3) Incrementar o uso das redes sociais do posto para fins de comunicação e informação da comunidade brasileira.
 - 4) Prestar atendimento correto a nacionais equato-guineenses e/ou estrangeiros que busquem o setor consular da Embaixada.
- ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**
 - 1) Número de documentos consulares produzidos, conforme a demanda
 - 2) Número de atendimentos consulares realizados, conforme a demanda
 - 3) Tempo de espera para a prestação dos serviços consulares
 - 4) Número de comunicações de esclarecimento preparadas para a comunidade brasileira em situações de crise ou catástrofes naturais, caso necessário
 - 5) Número de visitas a nacionais presos, quando for o caso



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

PARECER Nº , DE 2022

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 7, de 2022, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor LEONARDO CARVALHO MONTEIRO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné Equatorial.*

Relator: Senador **NELSINHO TRAD**

Vem para exame desta Comissão a indicação feita pelo Presidente da República do nome do Senhor LEONARDO CARVALHO MONTEIRO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné Equatorial.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Em observância ao Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata, que é filho de Ivan Carvalho Monteiro e Zenaide Carvalho Monteiro. Nasceu em 22 de junho de 1958, em São Paulo/SP.

No ano de 1979, concluiu o curso de Letras pela Universidade Mackenzie/SP.



SF/22936.66333-33



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

Em 1982, frequentou o Curso de Preparação à Carreira Diplomática. Em 1991, concluiu Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e, em 2013, o Curso de Altos Estudos.

Iniciou sua carreira, no ano de 1983, como Terceiro-Secretário, tornando-se, em 1987, Segundo-Secretário; e em 1997, Primeiro-Secretário. Por merecimento, em 2006, chegou a Conselheiro; e, em 2015, a Ministro de Segunda Classe, passando para o quadro especial em 2018.

Entre as funções desempenhadas pelo diplomata indicado, no Brasil e no exterior, podemos mencionar: Cônsul-Adjunto em Ciudad del Este (1988-1991); Cônsul-Adjunto em Genebra (1991-1994); Assessor e Subchefe da Direção-Geral de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a Brasileiros (1994-1997); Cônsul-Adjunto em Barcelona (1997-2000); Primeiro-Secretário na Embaixada em Wellington (2000-2003) e na Embaixada em Varsóvia (2003-2005); Subchefe Divisão de Pessoal (2005-2006); Assessor do Departamento do Serviço Exterior e Encarregado de Negócios em missão transitória na Embaixada em Islamabad (2006-2007); Assessor da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (2007-2010); Cônsul-Geral Adjunto em Paris (2010-2014); Conselheiro, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada em Jacarta (2014-2016); Embaixador comissionado da Embaixada em Nouakchott desde 2016.

Em 2015, foi condecorado com a Ordem de Rio Branco no grau de Comendador e a Medalha Mérito Santos Dumont.

Em atendimento às normas do RISF, a mensagem presidencial veio, ainda, acompanhada de documento informativo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a Guiné Equatorial.

Brasil e Guiné Equatorial mantêm relações diplomáticas desde 1974. A Embaixada da Guiné Equatorial em Brasília foi instalada em 2005, e a Embaixada do Brasil em Malabo, em 2006.

As relações bilaterais recentemente foram impulsionadas por visitas de autoridades de alto nível e também pelo ingresso da Guiné Equatorial na Comunidade de Países de Língua Portuguesa no ano de 2014.



SF/22936.66333-33



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

Desde 2005, foram assinados diversos acordos sobre Cooperação Técnica; Cooperação Educacional; Criação da Comissão Mista de Cooperação; Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático; Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço; Formação e Intercâmbio de Experiências no Âmbito Diplomático e Consular; e Cooperação em Matéria de Defesa.

De 2004 a 2014, o comércio entre o Brasil e a Guiné Equatorial experimentou importante crescimento: de USD 17 milhões, em volume total, para USD 1,1 bilhão, que foi recorde histórico. No entanto, na sequência, houve forte retração, caindo para USD 43,5 milhões em 2019, sendo que as exportações foram USD 9,5 milhões e as importações USD 34 milhões.

Em 2020, as exportações brasileiras para a Guiné Equatorial chegaram a USD 44,8 milhões e as importações caíram para USD 4 milhões. Assim, a corrente de comércio foi de USD 48,8 milhões.

Em 2021, houve nova redução das exportações para USD 15,4 milhões, sem registro de importações.

Até o ano de 2017, na pauta de importações brasileiras predominavam produtos da indústria petrolífera (óleos brutos de petróleo e gás de petróleo, em geral). Essa situação se repetiu em 2019. Já em 2018 e 2020, as importações foram exclusivamente de metanol. Em 2020, o Brasil exportou tubos de ferro e aço.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/22936.66333-33

2ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

5

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *RUBEM GUIMARÃES COAN FABRO AMARAL*

CPF.: 635.705.301-59

1967 Filho de Rubem Amaral Junior e Ivani Santana Guimarães Amaral, nasce em Montevideu, Uruguai, em 08 de janeiro (brasileiro nato de acordo com o Art. 129, alínea II, 1a Parte da Constituição de 1946)

Dados Acadêmicos:

1989 Licenciatura em História pela Universidade Clássica de Lisboa, Portugal
 1994 CPCD - IRBr
 2003 CAD - IRBr
 2011 CAE - IRBr - O fim da era Mubarak: sociedade, renovação política e esperanças de democracia. Perspectivas para as relações Brasil-Egito e a política externa brasileira para o Oriente Médio
 2012 Mestrado em Arqueologia Histórica pela Universidade de Leicester, Reino Unido

Cargos:

1994 Terceiro-secretário
 1999 Segundo-secretário
 2005 Primeiro-secretário, por merecimento
 2008 Conselheiro, por merecimento
 2014 Ministro de segunda classe, por merecimento

Funções:

1994-97 Divisão da Europa-I (DE-I), assessor
 1997-00 Consulado-geral em Rotterdam, vice-cônsul; cônsul-adjunto; encarregado do consulado-geral
 2000-02 Embaixada em Damasco, terceiro-secretário, encarregado de negócios, a.i.
 2002-05 Consulado-geral em Tóquio, cônsul-adjunto, encarregado do consulado-geral
 2005-08 Divisão de Assistência Consular (DAC), chefe interino; chefe substituto; chefe
 2006 Divisão das Comunidades Brasileiras no Exterior (DBR), chefe substituto
 2008-13 Embaixada no Cairo, ministro-conselheiro comissionado; encarregado de negócios, a.i.
 2013- 16 Embaixada em Acra, ministro-conselheiro comissionado; ministro-conselheiro; encarregado de negócios, a.i.;
 2017-18 Embaixada em Jacarta, ministro-conselheiro; Encarregado de Negócios, a.i.
 2018 Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras e de Assuntos Consulares e Jurídicos (SGEB), assessor da Subsecretária-Geral
 2018 Diretoria de Estudos Econômicos e Pesquisas (DEPES) do Ministério do Turismo, diretor
 2019-20 Coordenação-Geral de Turismo e Esporte (CGTE), coordenador-geral
 2020- Embaixada em Riade, ministro-conselheiro; encarregado de negócios, a.i.

Condecorações:

1997 Ordem do Infante D. Henrique, Portugal, Oficial
 2010 Medalha do Pacificador, Exército Brasileiro
 2011 Ordem de Rio Branco, Comendador

KARINA CARNEIRO MORAIS

Chefe, substituta, da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**REPÚBLICA DO SUDÃO****INFORMAÇÃO OSTENSIVA**

Dezembro de 2021

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República do Sudão
GENTÍLICO	Sudanês(a)
CAPITAL	Cartum
ÁREA	1 861 484 km²
POPULAÇÃO (BM, 2020)	43 849 269 milhões
LÍNGUAS OFICIAIS	Árabe (oficial); inglês (oficial); mais de 500 línguas nativas.
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islamismo (97%); cristianismo (1,5%), religiões africanas tradicionais (1,5%).
SISTEMA DE GOVERNO	República semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO	Conselho Legislativo de Transição (até a realização de eleições em 2023)
CHEFE DE ESTADO	Abdel Fattah al-Burhan (desde agosto de 2019)
CHEFE DE GOVERNO	Abdalla Hamdok (desde agosto de 2019)
MINISTRA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Mariam al-Mahdi (desde fevereiro de 2021)
PIB NOMINAL (FMI, 2021)	US\$ 34,37 bilhões
PIB PPP (FMI, 2021)	US\$ 181,71 bilhões
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	-3,6% (2020); -2,5% (2019); -2,3% (2018); 0,7% (2017); 3,5% (2016); 1,9% (2015); 4,7% (2014)
PIB PER CAPITA	US\$ 775,04 (FMI, 2021)
PIB PER CAPITA PPP	US\$ 4.100 (FMI, 2021)
IDH	0,510/170º no ranking (2019)
EXPECTATIVA DE VIDA	65,3 anos (PNUD, 2019)
ALFABETIZAÇÃO	60,7% (PNUD, 2019)
ÍNDICE DE DESEMPREGO	16,5% (PNUD, 2019)
UNIDADE MONETÁRIA	Libra sudanesa
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Ministro Mohammed El Rashed, encarregado de negócios
EMBAIXADORA EM CARTUM	Patrícia Maria Oliveira Lima (desde 17/01/2019)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ MILHÕES F.O.B) – FONTE: MDIC

BRASIL → SUDÃO	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Intercâmbio	96,8	81,9	53,8	17,3	24,8	31,47	42,7	16,7	17,8	27,6
Exportações	96,7	81,8	53,6	16,9	23,4	30,4	42,1	16,7	17,3	26,8
Importações	0,06	0,13	0,2	0,4	1,4	1,07	0,6	0,06	0,5	0,7
Saldo	50,5	97,2	100,5	96,6	81,7	53,4	16,5	16,6	16,8	26,1

APRESENTAÇÃO

Terceiro país mais extenso do continente africano, o Sudão está situado nas regiões do Sahel e do Chifre da África. Ao norte, o país faz fronteira com o Egito e a Líbia; ao oeste, com o Chade; ao sul, com o Sudão do Sul; e a leste, com a Etiópia, a Eritreia e o Mar Vermelho. Possui um dos maiores potenciais agrícolas, bem como uma das maiores reservas de ouro, do continente africano, entre outros importantes recursos naturais, como petróleo e gás.

Desde a independência (1956), o conflito entre as regiões norte e sul do país dominou a agenda sudanesa. A secessão do sul, em julho de 2011, impôs ao país dificuldades que o levaram a buscar a diversificação de sua matriz produtiva e a atração de investimentos externos. A independência do Sudão do Sul, em cujo território localizavam-se cerca de 75% das reservas de petróleo exploradas do país, resultou na perda, para Cartum, de grande parte da renda petrolífera. Esta respondia por mais da metade da receita orçamentária do estado e por cerca de 95% do valor das exportações.

Em dezembro de 2018, a grave crise econômica no país levou a demonstrações populares que exigiam a saída de Omar al-Bashir, então no poder há quase três décadas, e a redemocratização do país. Em abril de 2019, Bashir foi deposto e preso, juntamente com dezenas de seus aliados políticos, pelas Forças Armadas sudanesas. Formou-se, então, o Conselho Militar de Transição (CMT). No entanto, as manifestações populares capitaneadas por organizações da sociedade civil e partidos de oposição prosseguiram, em recusa a governo militar. Em agosto de 2019 os militares e os movimentos pró-democracia assinaram acordo de partilha de poder que resultou na formação de um governo de transição civil-militar, com previsão de encerrar suas funções em 2023, quando está prevista a realização de eleições gerais.

As relações entre Brasil e Sudão, embora recentes, têm evoluído positivamente. Investimentos brasileiros no setor agrícola, o reescalonamento da dívida sudanesa (2013) e a execução de projetos de cooperação técnica bilateral no domínio da cana-de-açúcar e do algodão são marcos dessa evolução.

PERFIS BIOGRÁFICOS**ABDEL FATTAH AL-BURHAN****Presidente do Conselho Soberano de Transição**

Abdel Fattah al-Burhan nasceu em 1960 e formou-se na Academia Militar. Serviu no exército sudanês e participou nas frentes de combate durante a guerra de Darfur e a Segunda Guerra Civil Sudanesa no Sudão do Sul. Em 2018, foi nomeado comandante das forças terrestres do Exército. Em 26 de fevereiro de 2019, foi elevado ao posto de tenente-general. Entre abril e agosto de 2019, atuou como chefe de Estado de fato do Sudão, ocupando o cargo de presidente do Conselho Militar de Transição (TMC) após a renúncia do ex-presidente Ahmed Awad Ibn Auf. Desde agosto de 2019, atua como presidente do Conselho Soberano de Transição (chefe de estado do governo de transição).

ABDALLA HAMDOK**Primeiro-Ministro**

Abdalla Hamdok nasceu em 1956. É bacharel em Ciências pela Universidade de Cartum e doutor em Estudos Econômicos pela Universidade de Manchester. De 1981 a 1987, foi funcionário sênior do Ministério das Finanças e Planejamento Econômico do Sudão. Nos anos 90, Hamdok ocupou altos cargos na Deloitte & Touche e, posteriormente, na Organização Internacional do Trabalho no Zimbábue, seguidos por vários anos no Banco Africano de Desenvolvimento, na Costa do Marfim. Foi diretor Regional para África e Oriente Médio do Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral (2003-8) e Secretário Executivo Adjunto da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África – UNECA (2011-18). Assumiu a chefia de governo de transição em 21 de agosto de 2019.

MOHAMED HAMDAN ‘HEMEDTI’ DAGALO

Vice-Presidente do Conselho Soberano de Transição



Mohamed Hamdan ‘Hemedti’ Dagalo nasceu na região de Darfur. Tornou-se líder dos *Janjaweed* durante a Guerra em Darfur, que começou em 2003. Foi nomeado brigadeiro-geral nas Forças de Apoio Rápido (*Rapid Support Forces* - RSF) pelo governo de Omar al-Bashir, cujo comando exerceu até recentemente, quando o transferiu para seu irmão. Tornou-se vice-presidente do Conselho Militar de Transição (TMC) após a queda de Bashir, em abril de 2019. Em agosto do mesmo ano, o TMC transferiu o poder para o Conselho Soberano de Transição, no qual Hemedti exerce desde então a Vice-Presidência.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Sudão estabeleceram relações diplomáticas em 1968, contudo, os longos conflitos entre o norte e o sul do país africano (1955-1972 e 1983-2005) dificultaram o estreitamento de seus laços internacionais. A paz alcançada em 2005, por meio do chamado Acordo Abrangente de Paz (AAP) entre o norte e o sul, contribuiu para acelerar o movimento de aproximação com o Brasil. O relacionamento bilateral ganhou maior impulso na década de 2000, como atestam a abertura da Embaixada do Sudão em Brasília (2004), a primeira do país na América do Sul, e a instalação da Embaixada do Brasil em Cartum (2006).

O Sudão identifica no Brasil parceiro privilegiado, capaz de contribuir para o desenvolvimento de setores-chave da economia do país, em especial a agricultura, e para a necessária diversificação da matriz produtiva sudanesa.

Desde 2010, tem-se registrado significativo número de visitas de autoridades sudanesas ao Brasil, de que são exemplo: duas visitas do então chanceler Ali Kharti (2010 e 2013); duas visitas do ministro do Petróleo Awad Al-Jaz (2011 e 2014); duas visitas do ministro da Agricultura (2013 e 2015) e uma visita do ministro das Finanças (2015). Além disso, em março de 2017, a ministra do Bem-Estar e da Seguridade Social, Mashair Ahmed Elamin Abdalla, realizou visita ao Brasil, quando manteve encontro com o então ministro Osmar Terra. Em seguimento a essa visita, o Sudão formalizou pedido de cooperação com o Centro de Excelência do Programa Mundial de Alimentos em Brasília, na área de desenvolvimento social.

Importante marco das relações bilaterais foi o estabelecimento, em 2006, do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Sudão, em cujo âmbito foram realizadas reuniões em 2006, 2007, 2009, 2011, 2017 e 2018, de forma alternada, em Brasília e em Cartum. A “revolução de dezembro”, entre 2018 e 2019, e a pandemia de 2020, contudo, dificultaram a continuidade da troca de visitas de alto nível.

Em 2020, o Brasil fez doação de USD 250 mil ao Centro de Controle de Doenças da União Africana (CDC-UA), como assistência humanitária para apoiar as ações de combate à pandemia de covid-19. Por decisão do CDC-UA, os recursos foram direcionados para a aquisição de kits de testagem para covid-19 e oferecidos ao Ministério de Saúde do Sudão em outubro daquele ano.

Cooperação técnica

O setor agrícola é identificado como prioritário pelo governo sudanês. Condições climáticas e de solo favorecem a agricultura no Sudão. A área agricultável do país, calculada em cerca de 80 milhões de hectares, é comparável à área plantada brasileira. Desse modo, o Sudão poderá desempenhar papel relevante

como fornecedor para países da África do Norte e do Golfo, em sua maioria importadores líquidos de alimentos. O governo sudanês também atribui grande relevância ao incremento da produção de biocombustíveis, como forma de diversificar sua matriz produtiva e energética.

As áreas agrícola e energética têm sido priorizadas pela cooperação técnica brasileira em benefício do Sudão, realizada ao amparo legal do Acordo de Cooperação Técnica, assinado em 11 de maio de 2005 e em vigor desde 21 de setembro de 2006. Atualmente, estão sendo implementados dois projetos de cooperação na área agrícola, voltados para a melhoria da produção sudanesa de cana-de-açúcar, iniciado em 2017 e com término previsto para 2022, e de algodão, iniciado em 2012 e com encerramento previsto para 2022. Entre as atividades de cooperação já concluídas encontram-se o treinamento de técnicos sudaneses na área de biocombustíveis (2009-2010); o compartilhamento de experiências na área eleitoral; o apoio ao referendo de secessão do sul do Sudão (2010-2011); e o treinamento de advogados sudaneses no Brasil (2010-2011).

O Sudão manifestou interesse por projetos de cooperação técnica com o Brasil nas áreas de educação profissionalizante, capacitação profissional e manejo de recursos hídricos, bem como no estabelecimento de parceria no domínio agrícola que envolva o Brasil e países do Golfo. O Sudão mantém parceria estratégica na área de segurança alimentar com esses países, que importam cerca de 78% dos alimentos que consomem.

Temas econômicos, comerciais e financeiros

O fluxo comercial do Brasil com o Sudão atingiu seu pico em 2010, quando totalizou USD 100 milhões, declinando depois de 2014, quando registrou volume de apenas USD 17,3 milhões. O intercâmbio voltou a subir nos anos seguintes, para novamente declinar em 2018, quando atingiu piso histórico de USD 16,7 milhões. Em 2019, aumentou para USD 17,8 milhões e, novamente, para USD 27,6 milhões em 2020.

Historicamente, o intercâmbio comercial é favorável ao Brasil. As exportações brasileiras, sobretudo de açúcares, respondem pela quase totalidade das trocas com o Sudão. Apesar de bastante reduzidas, as importações brasileiras chegaram a superar, em 2015 e em 2016, o patamar de US\$ 1 milhão. Plantas para perfumaria e medicina constituem os principais produtos importados pelo Brasil.

Em maio de 2013, o Senado Federal aprovou o reescalonamento da dívida oficial do Sudão com o Brasil, resultando no perdão de cerca de 90% da dívida total (US\$ 44 milhões). O valor restante foi amortizado em 12 parcelas mensais. A dívida sudanesa constituía entrave à obtenção de créditos para o financiamento de projetos implementados por empresas brasileiras. A renegociação da dívida com o Brasil e a normalização do relacionamento do Sudão com as instituições

financeiras internacionais resultaram na suspensão, em 2017, de sanções econômicas unilaterais impostas pelos EUA. A retirada do Sudão da lista de países patrocinadores do terrorismo, em dezembro de 2020, tem também o potencial de beneficiar setores produtivos brasileiros, como o de maquinário e insumos agrícolas, usinas de etanol, entre outros.

No âmbito dos investimentos, a realização da primeira missão técnica do antigo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio ao Sudão, em 2010, envolvendo BNDES e empresários, estimulou a presença de empresas brasileiras do agronegócio naquele país. Despontaram como pioneiras, na ocasião, empresas de laticínios e, principalmente, fabricantes de máquinas e implementos agrícolas. Nova frente aberta por empresas brasileiras foi iniciada pelo Arranjo Produtivo Local do Açúcar e Alcool (APLA) de Piracicaba, com a realização de missões prospectivas ao Sudão, com desdobramentos positivos, como o início dos trabalhos de prestação de serviços de consultoria agrícola brasileira para incremento da produtividade açucareira sudanesa. Empresas brasileiras do setor agropecuário também estabeleceram parcerias com companhias sudanesas, em atividades de genética animal, piscicultura e avicultura.

Em 2019, novas frentes de cooperação abriram-se entre fornecedora brasileira de equipamentos de irrigação e empresas privadas de Uberaba e Uberlândia, com vistas à troca de experiências para o aumento da produtividade da cana-de-açúcar. Também foi concluída a negociação entre consórcio açucareiro e empresa brasileira, para a produção de etanol no Sudão, a partir da batata-doce.

POLÍTICA INTERNA

A história do Sudão, desde sua independência em 1956, foi marcada, em grande medida, pelo conflito entre as regiões norte e sul do país. A origem dos conflitos encontra-se no histórico domínio exercido pelo norte, com população predominantemente de língua árabe e religião muçulmana, sobre o sul subsaariano, povoado por centenas de etnias, com predomínio de religiões cristãs e animistas.

Desde o domínio otomano, o foco da atenção dos administradores do Sudão foi a região central do país, devido à grande fertilidade da área de confluência entre os rios Nilo Branco e Azul (que tornou possível o cultivo de algodão, então principal produto agrícola de exportação). As profundas diferenças culturais entre as regiões levaram o condomínio anglo-egípcio, que passou a governar o Sudão a partir de 1898, a optar por separar formalmente a administração do sul e do norte. Em 1946, as autoridades coloniais decidiram, à revelia dos sulistas, consolidar no norte a administração do sul. A política interna sudanesa até a independência foi, assim, marcada pelo predomínio de elites islâmicas arabizadas do centro-norte do país, o que contribuiu para que as regiões sul, leste e oeste ficassem, em boa medida, excluídas da partilha de poder e riqueza dos sucessivos regimes.

Nesse contexto de profundas clivagens étnicas, políticas, culturais e econômicas entre o norte e o sul do Sudão, conformou-se cenário político conturbado, marcado por períodos de estabilidade política e de volatilidade interna.

Em 1º de janeiro de 1956, o Sudão alcançou a independência em relação ao condomínio anglo-egípcio. Antes mesmo de o país se tornar soberano, unidades sulistas do exército amotinaram-se contra sua transferência para quartéis comandados por oficiais do norte. Iniciou-se, assim, conflito que perduraria até o final dos anos 1960. Estima-se que a chamada “primeira guerra civil sudanesa” tenha resultado na morte de cerca de 500 mil pessoas.

Governo de Jaafar al-Nimeiri

Em 1969, golpe militar levou ao poder o coronel Jaafar al-Nimeiri. Naquele ano, os sul-sudaneses já controlavam a maior parte do atual Sudão do Sul. O novo governo desejava, como gesto inaugural, terminar o conflito, que consumia vidas e recursos. Em 1972, foi finalmente assinado acordo de paz com os rebeldes, então organizados sob o Movimento de Liberação do Sudão Meridional (SSLM, em inglês, precursor do Movimento Popular de Liberação do Sudão, SPLM). O acordo concedeu maior grau de autonomia à região, incorporando elementos sulistas ao sistema político e integrando os rebeldes ao exército sudanês.

No início dos anos 1980, sob pressão do norte, Nimeiri redividiu o sul em três províncias e proclamou a *sharia*, ou lei islâmica, como base do sistema legal sudanês.

A luta pelo controle dos recursos naturais, a rejeição do papel preponderante da religião islâmica no estado e a luta pela autodeterminação motivaram a retomada da guerra civil em 1983, por parte do SPLM e seu braço militar, o Exército Popular de Liberação do Sudão e seu braço político, SPLA/M no acrônimo em inglês.

Governo de Sadiq al-Mahdi

A escalada dos conflitos internos e a deterioração da situação econômica resultaram em golpe militar em 1985, com a destituição de Nimeiri e a nomeação de Sadiq al-Mahdi para a presidência do país (1986-1989). Nesse período, o exército sudanês enfraqueceu-se, o que facilitou ao SPLA/M dominar quase todo o sul do Sudão. Em 1990, os rebeldes chegaram às portas de Juba e, inclusive, em algumas regiões do norte, como o Nilo Azul e as montanhas Nuba, no Cordofão do Sul.

Governo de Omar Al-Bashir

Em meio ao conflito norte-sul, agravado por sérios problemas econômicos e sociais, Mahdi foi deposto em 1989 pelo general Omar Hassan Ahmed al-Bashir, da Frente Nacional Islâmica (NIF, em inglês), movimento islamista sunita. O novo mandatário suspendeu a Constituição e proscreeu todos os partidos políticos, exceto a NIF (o regime de partido único vigoraria até 2000). O governo Bashir promoveu amplas reformas no sistema legal e judicial do país, a fim de conformá-lo a uma determinada versão de islamismo político. Nesse período, houve confiscos de propriedades privadas e cresceu a influência do fundamentalismo islâmico, sob o comando de Hassan Al-Turabi, ideólogo da NIF. Com relação ao conflito com o sul, o novo governo lançou série de ofensivas militares, chegando a controlar boa parte do território rebelado. Entretanto, o SPLA/M e outras facções separatistas sul-sudanesas foram capazes de impor-se militarmente, reconquistando quase toda a região sul do país.

Nova Constituição foi elaborada em 1996, ano em que também foram realizadas eleições presidenciais – vencidas pelo general al-Bashir – e parlamentares. Em 1997, o governo iniciou conversações de paz com o SPLM e outros grupos rebeldes que se haviam formado no sul. Às rivalidades tradicionais, de cunho étnico e religioso, somava-se a disputa pelos dividendos do petróleo (que passaria a ser explorado em maior escala a partir de 1999).

Em 1998, a Frente Nacional Islâmica foi transformada no Partido do Congresso Nacional (NCP, em inglês), que manteve a estrutura centralizada do

Estado, mas suavizou, sobretudo no plano social, muitas das políticas da época de Turabi. A Constituição elaborada em 1996 entrou em vigor em julho de 1998, com separação de poderes e garantias de liberdade de associação, religião e pensamento. No campo econômico, o NCP passou a seguir a orientação do FMI a partir de 1997, e logrou estabilizar as contas nacionais do país. O Sudão obteve, assim, a partir de 1999, com o início da exportação em grande escala de petróleo, taxas de crescimento da ordem de 13%.

Em 1999, contudo, conflito interno no seio do NCP levou o presidente Bashir a declarar estado de emergência, dissolver o Parlamento e suspender direitos previstos na Constituição, inclusive aqueles relativos às estruturas de governo autônomo dos estados federados. Em dezembro de 2000, foram realizadas eleições gerais, boicotadas pelos partidos de oposição. Bashir reelegeu-se para novo mandato de cinco anos.

O Acordo Abrangente de Paz

Sob os auspícios da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), e com o apoio da troika formada por Estados Unidos, Reino Unido e Noruega, o processo de paz sudanês obteve progressos significativos.

O processo iniciado em 2002 culminou, em janeiro de 2005, com a assinatura do Acordo de Paz Abrangente (AAP) entre o governo do Sudão e o SPLM/A, liderado, então, por John Garang. O acordo, que abarcou todos os instrumentos anteriormente firmados, previa a convocação de eleições gerais no Sudão; a formação de Governo de Unidade Nacional; a organização de referendos sobre o status do Sul do Sudão da região fronteiriça de Abyei; a promoção de consultas populares no Cordofão do Sul e no Nilo Azul sobre a partilha de poder nesses estados; e o entendimento sobre as receitas advindas da exploração de petróleo. O AAP previa, especificamente, que as partes envidassem esforços para que a opção pela unidade fosse atrativa aos sul-sudaneses.

Desde seu reinício, em 1983, até a assinatura do AAP, em 2005, estima-se que a guerra civil sudanesa tenha resultado na morte de mais de 2 milhões de pessoas e gerado 4,5 milhões de deslocados internos e refugiados.

As eleições gerais previstas no AAP foram realizadas em abril de 2010, em clima pacífico. Pelos resultados, o presidente Bashir (NCP) foi confirmado no cargo, com 68% dos votos, e Salva Kiir (SPLM), com 93% dos votos, foi eleito presidente do governo do Sul e passou, igualmente, a ocupar o cargo de vice-presidente no Governo de Unidade Nacional. No Parlamento em Cartum, o NCP angariou 72,5% dos assentos e o SPLM, 22,3%. No novo governo, dois dos ministérios foram ocupados por representantes de Darfur, nove do SPLM e o restante por membros do NCP.

Para o SPLM, mais relevante que as eleições gerais foi o pleito para o governo do sul do Sudão, por meio do qual se constituiu instância semiautônoma na região. O interesse em participar do Governo de Unidade Nacional seria instrumental, contudo, para garantir a realização do referendo sobre o status do sul do Sudão.

Independência do Sudão do Sul

Nos termos do AAP, foi realizado, em janeiro de 2011, de forma pacífica, referendo sobre o status do sul do Sudão, cujos resultados confirmaram, por ampla maioria, o desejo dos sul-sudaneses de separar-se do norte (98,83% dos votantes optaram pela secessão).

O presidente Al-Bashir aceitou os resultados e promulgou decreto que confirmou o desfecho do referendo. Em 9 de julho de 2011, após período intermediário de seis meses, estipulado pelo próprio AAP, foi emitida a declaração formal de independência do Sudão do Sul. Salva Kiir assumiu, então, a presidência do novo país. A cerimônia de independência contou com a presença do presidente Bashir. O Sudão do Sul foi admitido como membro da ONU na semana seguinte (14/7/2011).

A secessão sul-sudanesa possuiu relevante caráter simbólico para a África. Foi o primeiro movimento endógeno de redefinição de fronteiras herdadas da era colonial ocorrido no continente, por meio do voto popular e com base em decisão mutuamente aceita.

Queda de Bashir

Sob o impacto da “Primavera Árabe” e da deterioração do quadro econômico, o presidente Bashir buscou promover paulatina abertura do regime, ao mostrar maior propensão ao diálogo. Bashir promoveu reforma ministerial, em fevereiro de 2012, e impôs medidas de restrição fiscal e de enxugamento da máquina pública, tendo em vista a perda de receitas provenientes dos recursos petrolíferos, após a independência do Sudão do Sul. Em abril de 2013, o governo anunciou anistia a todos os presos políticos e reiterou convite a todas as forças políticas para entendimento em torno de um projeto nacional, com vistas à eleição de 2015 e à elaboração de nova Constituição.

Logo no início de 2018, os preços dos alimentos básicos, dos combustíveis e serviços essenciais sofreram repentina majoração de até 300%, em razão de mudanças na taxa de câmbio oficial. O quadro econômico e social sudanês, que já se apresentava crítico desde a remoção de subsídios de produtos de primeira necessidade, ocorrida no final de 2016, foi agravado por influxo crescente de refugiados do Sudão do Sul e por surtos de cólera em diversas regiões do país, sobretudo na região meridional do país e em Darfur. Essa situação gerou

descontentamento generalizado da população. Ocorreram, em janeiro de 2018, diversas manifestações contra a carestia e escassez de alimentos básicos, na capital e no interior, tendo sido reprimidas pelo governo.

Em dezembro de 2018, a grave crise econômica no Sudão levou o presidente Omar al-Bashir, então há quase 30 anos no poder, a decretar medidas de austeridade, eliminando mais subsídios a produtos básicos. O resultante aumento adicional de preços provocou demonstrações populares, que, de início, protestavam contra a situação econômica, mas, já no final de dezembro, haviam ampliado seu escopo, passando a exigir a saída de Bashir do governo e a democratização do país. A Associação de Profissionais Sudaneses (SPA) desde cedo despontou como força organizadora das manifestações e, em janeiro de 2019, juntou-se a partidos de oposição e outras organizações da sociedade civil para formar o movimento Forças pela Liberdade e Mudança (FFC).

Em 23 de fevereiro de 2019, Bashir dissolveu os governos federal e estaduais, prendeu centenas de opositores e impôs estado de emergência. Declarou, também, que abriria mão da presidência do NCP e que deixaria em suspenso sua candidatura presidencial. Os protestos, não obstante, continuaram crescendo e chegaram ao clímax em 6 de abril de 2019, quando mais de um milhão de manifestantes acamparam diante do Complexo Militar, sede das Forças Armadas sudanesas, demandando a saída de Bashir.

Em 11 de abril de 2019, as Forças Armadas decretaram a prisão do presidente e estado de emergência por três meses. Formou-se, então, o Conselho Militar de Transição (CMT), liderado pelo general Abdel Fattah al-Burhan. As FFC, entretanto, prosseguiram com os protestos. Em 3 de junho de 2019, forças de segurança sudanesas reprimiram com violência manifestações pró-democracia, resultando na morte de mais de cem pessoas. O episódio, que ficou conhecido como “Massacre de Cartum”, levou a União Africana a suspender o Sudão, temporariamente, da organização.

Governo de transição

Em julho de 2019, o Conselho Militar de Transição e as Forças pela Liberdade e Mudança firmaram acordo político, prevendo a formação de governo de transição com representação partilhada entre militares e civis, até a realização de eleições. Em 17 de agosto de 2019, o CMT e o FFC acordaram, com a mediação da UA e do primeiro-ministro etíope Abiy Ahmed, a Declaração Constitucional, marco jurídico do período de transição. Pelos acordos, militares e civis indicariam cinco membros cada para compor o Conselho Soberano de Transição (CST). A presidência do CST seria exercida, primeiro, por um militar e, depois, por um civil, até a realização das eleições em 2023.

Em 20 de agosto de 2019, foram empossados os representantes civis e militares no Conselho Soberano de Transição, presidido pelo general Abdel Fattah al-Burhan. Em 21 de agosto, o economista Abdalla Hamdok tomou posse como primeiro-ministro. Em 3 de setembro, foi formado o governo, composto por 14 ministros, entre eles a primeira chanceler do país, Mariam al-Mahdi. O NCP, base política de Bashir, foi extinto em novembro de 2019, com confisco de todos os ativos e fundos do partido, transferidos para o tesouro nacional.

Dois dos primeiros desafios enfrentados pelo novo governo foram a persistência da crise econômica, com filas crescentes para comprar produtos como pão e combustível, e a presença do Sudão na lista de países patrocinadores de terrorismo (*States Sponsors of Terrorism* – SST) do Departamento de Estado dos Estados Unidos, problemas vistos como correlatos, em função do efeito negativo sobre as economias de países considerados patrocinadores de terrorismo, em consequência de sua quase exclusão do sistema financeiro internacional. Após negociações entre o Sudão e os EUA, o país foi enfim retirado da lista SST em dezembro de 2020. Para tal, o Sudão comprometeu-se a pagar USD 335 milhões, a título de compensação às famílias de vítimas de atos terroristas praticados pela Al Qaeda contra as embaixadas dos EUA em Nairóbi e Dar es Salam. Na frente econômica, contudo, persistiam as dificuldades.

No âmbito político, outro desafio foi incorporar ao governo de transição outras forças políticas, sobretudo das regiões mais afastadas do poder, que não participaram das negociações para sua formação. Com esse fim, foi assinado, em 3 de outubro de 2020, o Acordo de Juba para a Paz no Sudão, entre o governo de transição e a Frente Revolucionária do Sudão, que congrega cinco dos principais grupos armados das regiões de Darfur, Cordofão do Sul e Nilo Azul. O principal negociador do acordo, pelo governo sudanês, foi o vice-presidente do CST, Mohamed Dagalo (Hemedti). As negociações foram facilitadas pelos Emirados Árabes Unidos. Como consequência do Acordo de Juba, a Declaração Constitucional foi revista, de modo a permitir a incorporação de representantes destes grupos no governo de transição.

Tendo em vista que o acordo político e a Declaração Constitucional estipulavam alternância entre militar e civil na presidência do Conselho Soberano de Transição, até a realização de eleições de 2023, o general Burhan deveria transmitir a presidência do CST a um civil em novembro de 2021. Nos meses anteriores a esse prazo, contudo, registrou-se aumento da tensão entre militares e civis no interior do governo de transição. Em 21 de setembro de 2021, o governo de transição anunciou haver suprimido tentativa de golpe de estado, envolvendo militares e políticos, alegadamente, ligados ao governo de Bashir. No mês seguinte, ocorreram protestos, por um lado, favoráveis a instauração de um regime militar e, por outro, em apoio ao governo do primeiro-ministro Hamdok.

Em 25 de outubro de 2021, o presidente do Conselho Soberano de Transição, general Burhan, dissolveu o governo, decretou estado de emergência e assumiu plenos poderes. O primeiro-ministro Hamdok, integrantes do governo de transição e outros políticos foram presos. Posteriormente, Hamdok foi transferido para sua residência, onde permaneceu em prisão domiciliar. Em 11/11, foi anunciada a formação de novo Conselho Soberano. O general Burhan deu posse a si mesmo como presidente do Conselho Soberano, nomeando o general Hemedti como vice. O Conselho Soberano inclui representantes das regiões do país e militares que já compunham o dissolvido Conselho Soberano de Transição.

Em reação aos eventos de 25/10, as FFC convocaram campanha de desobediência civil e protestos, exigindo a restauração do governo de transição. Os protestos pacíficos da população foram reprimidos pelas forças de segurança sudanesas, resultando em cerca de 40 mortos, segundo associação de médicos do país.

As medidas de 25/10 foram imediatamente condenadas pela União Africana (UA) e pela a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD). Ainda em 25/10, o Conselho de Paz e Segurança da UA suspendeu temporariamente o Sudão da organização. Em 28/10, o CSNU divulgou nota à imprensa sobre a situação no país, manifestando “profunda preocupação” com o “golpe militar”; a suspensão de algumas das instituições de transição; a declaração de estado de emergência; e a prisão do primeiro-ministro, bem como de outros membros civis do governo. UE e Liga dos Estados Árabes (LEA) também condenaram a quebra da institucionalidade, bem como os países da troika (EUA, Noruega e Reino Unido). Os EUA anunciaram, ainda, a suspensão da ajuda destinada ao Sudão, de cerca de USD 700 milhões. Da mesma forma, a Alemanha anunciou a interrupção de toda a ajuda humanitária canalizada ao país. O Banco Mundial suspendeu os desembolsos de operações em curso com o Sudão, bem como a análise de novas operações.

Situação atual

Em 21/11 foi anunciado acordo político entre Burhan e Hamdok pelo qual este seria reconduzido à chefia de governo. Na manhã do dia seguinte (22/11), Hamdok foi libertado. Na tarde do mesmo dia, o acordo foi assinado com vistas a reestabelecer governo de transição. O documento, entre outras decisões, reitera a Declaração Constitucional (2019) como baliza legal para o período de transição; emenda a mesma, de modo a garantir representação política a “todos os segmentos sociais, exceto o NCP” (base de sustentação do regime de Bashir); compromete-se à criação de “governo tecnocrático civil”; mantém a data de julho de 2023 para o fim do período de transição, com transferência de poder para governo a ser eleito naquele ano; afirma a “necessidade de reestruturar” o comitê responsável por

investigar e desmontar o regime de Bashir e a possibilidade de rever as decisões adotadas pelo comitê até o momento; e determina a libertação dos presos políticos.

Os movimentos pró-democracia, representados sobretudo pelas FFC, rejeitaram o acordo entre Burhan e Hamdok, mantendo a campanha de desobediência civil e os protestos populares. Em 22/11, 12 ministros dos 17 que compunham o gabinete de Hamdok, inclusive a chanceler Mariam al-Mahdi, demitiram-se em protesto contra o acordo, classificado como um “revés” para a transição democrática.

Enquanto as reações locais ao acordo foram diversas, a comunidade internacional acolheu de forma cautelosamente positiva o novo documento. Nesse sentido, pronunciaram-se UNITAMS, IGAD, Liga Árabe, União Africana, OCI, Troika (EUA, Noruega, UK) e União Europeia; e emitiram comunicados os Ministérios das Relações Exteriores de Turquia, Arábia Saudita, Emirados Árabes, Egito, Bahrain, Kuwait, Canadá, Estados Unidos e Suíça.

POLÍTICA EXTERNA

A principal prioridade da política externa do governo de transição do Sudão tem sido romper o isolamento em que o país se encontrava durante o período de Omar al-Bashir, quando acusações de vínculos com o terrorismo internacional resultaram no afastamento dos doadores tradicionais (EUA e países europeus) e na imposição de sanções econômicas unilaterais pelos EUA. As sanções unilaterais norte-americanas agravaram o isolamento do país, ao impedir seu acesso a instituições financeiras internacionais. Assim, o Sudão passou a depender, sobretudo, de ajuda financeira obtida junta aos países do Golfo e das relações econômicas e comerciais com a China.

Em 21 de setembro 2019, o Primeiro-Ministro Hamdok empreendeu a primeira viagem, em muitos anos, de um mandatário sudanês aos Estados Unidos. Participou da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em clara indicação da disposição do governo sudanês de romper com o isolamento e buscar reinserir o país internacionalmente.

EUA

As relações do Sudão com os EUA deterioraram-se sensivelmente durante a década de 1990. Em 1993, o Departamento de Estado incluiu o Sudão na lista de países promotores de terrorismo (SST), bloqueando o acesso do país ao sistema financeiro internacional. Desde 1997, o Governo dos EUA passou também a aplicar sanções econômicas unilaterais contra o Sudão e contra cidadãos sudaneses. A inclusão do Sudão na lista SST e as sanções econômicas contra o país foram motivadas pela percepção norte-americana de que o regime de Bashir teria

franqueado o uso do território sudanês ao grupo terrorista Al Qaeda, liderado à época por Osama Bin Laden.

Em 2016, autoridades dos EUA e do Sudão iniciaram negociações, com vistas ao levantamento, ainda que parcial, das sanções unilaterais norte-americanas. Em janeiro de 2017 foi assinado decreto suspendendo parcialmente as sanções contra o Sudão, mantendo-se, contudo, as sanções contra indivíduos sudaneses. Em outubro de 2017, empresas norte-americanas foram autorizadas a exportar para o Sudão, sem linhas de financiamento. Em novembro de 2017, o então Subsecretário do Departamento de Estado, John Sullivan, esteve em Cartum para iniciar nova fase de negociações, com o objetivo de retirar o Sudão da lista SST.

A queda de Bashir e a formação do governo de transição no Sudão, em 2019, deram novo ímpeto às negociações iniciadas em novembro de 2017. O tópico mais sensível das conversas entre o Sudão e os EUA era o pagamento, pelo governo sudanês, de compensação às famílias dos cidadãos norte-americanos vitimados pelos atentados terroristas contra as Embaixadas dos EUA no Quênia e na Tanzânia, em 1998, de autoria da Al Qaeda. As partes chegaram a um acordo quanto ao valor da compensação (USD 335 milhões) em outubro de 2020. A retirada do Sudão da lista SST oficializou-se em dezembro de 2020.

Após a retirada do Sudão da lista SST, os EUA estabeleceram programa de ajuda ao país orçado em USD 700 milhões e concederam empréstimo ponte de USD 1 bilhão, para pagamento de parcelas devidas pelo país ao Banco Mundial. Os eventos políticos registrados no Sudão em 25 de outubro de 2021, contudo, levaram à suspensão da ajuda dos EUA.

Israel

No contexto do pagamento de compensação financeira às famílias das vítimas dos atentados de 1998 e da retirada do Sudão da lista SST, ocorreu a normalização de relações diplomáticas entre o país e Israel. Como outros países árabes, o Sudão rompeu relações diplomáticas com Israel em 1967, após reunião da Liga dos Estados Árabes (LEA), realizada em Cartum, em que a organização adotou resolução proclamando “não à paz com Israel, não ao reconhecimento de Israel e não às negociações com Israel”, até que este país se retirasse dos territórios ocupados no contexto da Guerra dos Seis Dias.

O anúncio da normalização de relações entre os dois países ocorreu em outubro de 2020, logo antes do anúncio dos EUA de que retiraria o Sudão da lista SST. Na ocasião, o presidente do Conselho Soberano de Transição, general Burhan, afirmou estar convencido de que a decisão, que encontrou resistência na ala civil do governo de transição, permitiria a reintegração do Sudão à comunidade internacional.

Em janeiro de 2021, o ministro de Inteligência de Israel liderou a primeira delegação oficial do governo israelense ao Sudão, com o objetivo de discutir avanços no processo de normalização entre os dois países iniciado no ano anterior, por intermédio dos Estados Unidos. No mesmo mês, o Sudão assinou a Declaração dos Acordos de Abraão, por ocasião da visita do secretário do Tesouro dos EUA, Steven Mnuchin, a Cartum. Em abril de 2021, o governo do Sudão revogou lei que proibia o país de estabelecer relações diplomáticas e comerciais com Israel.

A expectativa era de que as negociações entre Sudão e Israel culminassem na assinatura de acordo de paz entre as partes, no âmbito dos Acordos de Abraão, como aqueles recentemente firmados por Israel com o Bahrein e com os Emirados Árabes Unidos. Os desenvolvimentos recentes no Sudão, contudo, não têm contribuído para o avanço do processo negociador e a plena normalização de relações entre Sudão e Israel.

Irã e Países do Golfo

O regime de Bashir contou com apoio do Catar, da Turquia e do Irã, até 2015, quando o Sudão rompeu relações com este país. As relações com o Catar e a Turquia, por sua vez, também foram abaladas quando do início da Crise do Golfo, em 2017. Naquele momento, o Sudão ensaiou postura de neutralidade. Em consequência, as relações de Cartum com Riade e Abu Dhabi, que já eram próximas desde 2015, quando o Sudão uniu-se aos esforços de guerra da Arábia Saudita e dos EAU no Iêmen, intensificaram-se. Desde então, Riade e Abu Dhabi realizam contribuições financeiras significativas ao Sudão e investem em projetos agroindustriais no país. A queda de Bashir e o estabelecimento do governo de transição não trouxeram alterações significativas nas relações do Sudão com Arábia Saudita e EAU, que continuam próximas.

China

No contexto das sanções unilaterais norte-americanas ao Sudão, a China tornou-se importante fonte de recursos para a economia do país. Pequim constitui, atualmente, o maior parceiro comercial do Sudão, além de maior investidor estrangeiro. O país asiático investiu pesadamente na infraestrutura de escoamento do petróleo no norte sudanês. Com a secessão do Sudão do Sul, que herdou em seu território cerca de 75% das reservas petrolíferas do Sudão, passou adotar postura de equidistância no relacionamento com os dois países. Mais recentemente, além de investimentos em infraestrutura, mineração, hidrocarbonetos e construção civil, a China passou a investir em projetos agroindustriais no Sudão, especialmente nos setores de algodão e soja. Esse quadro não foi alterado com a queda de Bashir.

A mesma postura foi adotada pela China por ocasião da deposição do governo civil e na detenção do primeiro-ministro Hamdok pelo presidente do Conselho de Transição, general Abdel Fattah al-Burhan, em 25 de outubro de 2021. Nessa ocasião, a Chancelaria chinesa conclamou as partes envolvidas a “resolverem suas diferenças por meio do diálogo, com a manutenção da paz e da estabilidade”, evitando condenar o episódio.

Egito e Etiópia

Tema complexo das agendas externas de Sudão, Egito e Etiópia é a construção da Usina Hidrelétrica do Grande Renascimento Etíope (GERD). A GERD começou a ser construída em 2011 e a previsão é de que venha a ser a maior represa do continente africano e a décima no mundo, em termos de produção de eletricidade por turbinas hidráulicas. Acordos da era colonial que dão ao Egito o direito de obstar a construção de represas no Nilo e outorgam ao governo egípcio 55,5 bilhões de m³ de água fluvial não são reconhecidos pela Etiópia, que não participou das negociações. O Egito declara não ser contrário à construção da GERD pela Etiópia, mas considera “unilaterais” as medidas adotadas para seu enchimento, manifestando preocupação com o represamento do Nilo, fonte de mais de 97% dos recursos hídricos consumidos pela população egípcia.

Em 2020, proposta de acordo de diretrizes e regras para a primeira fase de enchimento da represa, auspiciada pelos EUA, foi aceita pelo Egito, mas rejeitada pela Etiópia. Desde julho de 2020, a União Africana busca mediar as negociações de acordo definitivo sobre o cronograma de enchimento da represa.

O governo de transição do Sudão vinha adotando posição próxima ao ponto de vista etíope, com os argumentos que a GERD ajudaria a controlar as enchentes no Sudão e poderia prover energia demandada pelo país. A partir de 2020, contudo, a posição sudanesa pendeu em direção ao Egito.

Além da questão da GERD, outro tópico do relacionamento entre o Sudão e a Etiópia é a disputa de fronteira no chamado triângulo de Al Fashaga. Segundo os acordos de delimitação de fronteira entre os dois países, de 1902 e 1907, quando o Sudão estava sob domínio britânico, Al Fashaga faria parte do território sudanês. A Etiópia, contudo, contesta a soberania sudanesa sobre a área em disputa, recorrendo ao argumento de que essa zona de terras férteis tem sido historicamente ocupada por agricultores etíopes. Em 2008, os dois países chegaram a um arranjo informal, pelo qual a Etiópia reconhecia a soberania sudanesa do território reclamado e o Sudão admitia o direito dos agricultores etíopes de nele se estabelecerem. No entanto, desde o início do conflito na Etiópia, opondo o governo federal ao governo regional de Tigré, em novembro de 2020, esse entendimento demonstra ter-se fragilizado. O interesse estratégico pelo território em disputa aumentou com o conflito, pois Al Fashaga faz fronteira com as regiões etíopes de

Amara e Tigré. Em dezembro de 2020, os dois países aumentaram suas presenças militares na região e têm sido registradas escaramuças entre tropas sudanesas e etíopes.

Sudão do Sul

Embora particularmente tensas no primeiro ano que se seguiu à independência do Sudão do Sul em 2011, as relações entre Cartum e Juba têm registrado processo de distensão, a partir da adoção de postura pragmática voltada à valorização do diálogo como condição essencial para a prosperidade de ambos. Desde então, os dois países obtiveram avanços nas negociações dos termos para o escoamento do petróleo sul-sudanês pelo território do Sudão e para a demarcação da fronteira comum.

A questão do escoamento do petróleo produzido no Sudão do Sul, em cujo território estão localizadas 75% das reservas de petróleo do Sudão unificado, permanece como um dos temas mais importantes da pauta bilateral. A produção sul-sudanesa de hidrocarbonetos é escoada por oleoduto sudanês e exportada por Porto Sudão. Após a independência do Sudão do Sul, o novo país passou a acumular dívidas com o Sudão, relativas ao pagamento dos serviços para o escoamento e exportação da produção de petróleo.

Em 2012, o governo sul-sudanês chegou a anunciar a interrupção da produção, por considerar abusivos os valores cobrados por Cartum para escoamento e embarque do petróleo sul-sudanês. O impasse ganhou contornos militares, mas, após alguns meses, acordaram-se tarifas para escoamento da produção de petróleo sul-sudanesa. Em 2016, após a queda global do preço do petróleo, os dois países concordaram em reduzir as taxas de trânsito do petróleo do Sudão do Sul através do oleoduto do Sudão. Assim, o acordo de 2012 foi renovado por mais três anos.

As relações entre os dois países tornaram-se mais próximas após a queda de Omar Al-Bashir. Indicadores dessa reaproximação foram a negociação e assinatura, em Juba, do Acordo para a Paz no Sudão, celebrado entre o governo de transição e grupos rebeldes sudaneses, bem como a ativa mediação de Cartum no Acordo Revitalizado sobre a Resolução do Conflito no Sudão do Sul, assinado em 2019, que pôs fim à guerra civil iniciada em 2013.

A disputa mais relevante entre Sudão e Sudão do Sul, ainda pendente de solução, refere-se à delimitação da fronteira na região de Abyei, que abriga grandes reservas petrolíferas. No âmbito das negociações do Acordo Abrangente de Paz, assinou-se o Protocolo para a Resolução do Conflito de Abyei, que concedeu à região estatuto administrativo próprio e determinou a realização de referendo local, para definir a qual país estará vinculada. A votação, contudo, foi adiada indefinidamente em razão de controvérsias quanto à participação eleitoral da

população Misserya (nômades que migram sazonalmente para a região e que possuem vínculos com o norte).

A fim de monitorar a desmilitarização da área e supervisionar a zona disputada, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) adotou a Resolução 1990 (2011), criando a Força Interina de Segurança das Nações Unidas para Abyei (UNISFA), que conta com a participação de militares brasileiros. As negociações sobre a questão de Abyei, contudo, não têm progredido, em decorrência da situação interna dos países.

ECONOMIA

A secessão do Sudão do Sul produziu diversos impactos negativos na economia do Sudão. O maior deles foi a perda da receita do petróleo, cujas reservas localizam-se majoritariamente (75%) em território sul-sudanês. As receitas do petróleo representavam mais da metade das receitas do governo e 95% das exportações do Sudão antes da secessão, após a qual o crescimento econômico do Sudão viu-se comprometido e a taxa de inflação passou a aumentar (163% em 2020).

A eclosão da guerra civil no Sudão do Sul, em 2013, e a consequente interrupção de sua produção de petróleo, penalizou ainda mais a economia sudanesa, privada das receitas do escoamento do petróleo sul-sudanês (oleoduto e exportação via Porto Sudão). A assinatura do Acordo Revitalizado sobre a Resolução do Conflito no Sudão do Sul, em 2019, pondo fim à guerra civil iniciada em 2013, abriu perspectivas para que a economia do Sudão possa voltar a se beneficiar das receitas geradas pelo escoamento da produção de petróleo sul-sudanesa.

O governo de transição do Sudão elegeu como uma de suas prioridades criar condições para que a economia sudanesa possa recuperar-se. Nesse sentido, além de reformas internas, Cartum tem buscado eliminar barreiras ao acesso do Sudão ao sistema financeiro internacional (como a retirada da lista SST, tratada acima), de modo que o país possa renegociar sua dívida e obter novos financiamentos junto ao FMI e ao Banco Mundial.

Em março de 2021, o Sudão pagou seus atrasados à Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA – Banco Mundial), após os EUA retirarem o país da lista SST, em dezembro de 2020, e concederem empréstimo ponte no valor de USD 1 bilhão para esse fim, em janeiro de 2021. Esse pagamento permitiu o reengajamento total do Sudão com o Banco Mundial, após quase 30 anos, e abriu caminho para que o país tenha acesso a novos fundos do IDA, estimados em cerca de US \$ 2 bilhões, para a redução da pobreza e recuperação econômica sustentável.

Ao liquidar as parcelas em atraso junto ao Banco Mundial, o Sudão deu passo fundamental para habilitar-se a receber alívio da dívida externa ao abrigo da Iniciativa para Países Pobres Muito Endividados (HIPC), no âmbito do Clube de Paris. Em 29 de junho de 2021, o Sudão atingiu o ponto de decisão HIPC, tornando-se assim o 38º país elegível para receber alívio da dívida ao abrigo da iniciativa. O alívio da dívida externa do Sudão, de USD 23,3 bilhões, é a maior operação da iniciativa HIPC. O país deverá beneficiar-se, ainda, de outros programas de renegociação de sua dívida, vinculados à iniciativa HIPC. Como resultado, espera-se alívio de mais de 90% da dívida externa sudanesa.

Os eventos políticos registrados no Sudão em 25 de outubro de 2021, contudo, levaram o Banco Mundial a interromper os desembolsos destinados ao Sudão.

Quanto ao comércio internacional, os principais produtos de exportação sudaneses são pérolas, sementes oleaginosas, animais vivos e combustíveis. O país importa, sobretudo, cereais, combustíveis, veículos e açúcar. Os principais destinos das exportações sudanesas são Emirados Árabes Unidos (EAU), China, Arábia Saudita, Egito e Índia. As importações sudanesas originam-se, sobretudo, de China, Rússia, Arábia Saudita, Índia e EAU.

Impactos econômicos da pandemia de Covid-19

Além da incerteza política e econômica, o Sudão tem experimentado, como outros países, o impacto social e econômico sem precedentes da pandemia de Covid-19. Segundo o Banco Mundial, o efeito econômico adverso da pandemia tem sido significativo no Sudão, incluindo aumento do preço dos alimentos básicos, crescimento do desemprego e queda das exportações. Em 2019 e 2020, o PIB do país registrou taxas negativas de crescimento (-1,3% e -1,5%, respectivamente).

Em dezembro de 2020, o Banco Mundial aprovou o projeto do Sudão de resposta emergencial à pandemia de Covid-19. O projeto alocou USD 21,9 milhões, com o objetivo de prevenir, detectar e responder à ameaça representada pelo vírus e fortalecer os sistemas nacionais de saúde pública. Em julho de 2021, financiamento adicional de USD 100,9 milhões foi aprovado, para aquisição de vacinas contra a covid-19 e fortalecimento do plano nacional de imunização.

ANEXOS

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1968	Brasil e Sudão estabelecem relações diplomáticas.
2003	Brasil recebe visita do ministro dos Transportes do Sudão.
2003	Brasil recebe visita do ministro da Educação sudanês.
2004	Sudão abre embaixada no Brasil, a primeira na América do Sul.
2005	Osman Ismail, então chanceler sudanês, participa da I Cúpula ASPA.
2005	Brasil contribui com observadores militares à UNMIS.
2005	Brasil e Sudão assinam Acordo de Cooperação Técnica.
2006	Brasil e Sudão assinam MdE de Consultas Políticas.
2006	É realizada, em Brasília, a I Reunião Bilateral de Consultas Políticas.
2006	Brasil abre embaixada residente em Cartum.
2006	Embaixador Hélio Magalhães de Mendonça apresenta credenciais.
2007	Governador de Cartum visita o Brasil e realiza programação empresarial.
2007	Subsecretário-Político II vai a Cartum para a II Reunião Bilateral de Consultas Políticas.
2008	Embaixador Omer Salih Abubakr assume a embaixada do Sudão no Brasil.
2008	Brasil recebe visita do Enviado Especial do presidente Al-Bashir, Ali Ahmed Karti.
2009	Realizada em Brasília a III Reunião Bilateral de Consultas Políticas, que contou também sessão para exame das áreas de cooperação.
2009	O então deputado Nilson Mourão realiza visita oficial ao Sudão (Cartum e Darfur), sendo recebido pelo presidente Al-Bashir.
2010	Osman Khalid Modawi, presidente da Comissão de Relações Exteriores do Parlamento do Sudão, visita o Brasil, em reciprocidade à visita realizada pelo deputado Nilson Mourão.
2010	O Brasil, em parceria com Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, participa da Feira Internacional de Cartum (fevereiro).
2010/mar	Realizada missão de prospecção da ABC a Cartum, com

	representantes do MDA, Embrapa, Fiocruz e “Olé Brasil” (março).
2010	Atendendo a pedido do governo do Sudão, o Brasil envia àquele país missão de observação eleitoral (abril).
2010	Visita ao Brasil do ministro de Negócios Estrangeiros do Sudão, Ali Karti, durante a qual foi celebrado acordo que estabelece a Comissão Mista entre os dois países (novembro).
2011	Visita do governador de Cartum ao Distrito Federal, ocasião na qual foi firmado acordo estabelecendo as duas capitais como cidades-irmãs, com cooperação nas áreas de saneamento básico, desenvolvimento agrícola, transporte, entre outras (abril).
2011	IV Reunião de Consultas Políticas Bilaterais ocorre em Cartum, e conta com presença do Subsecretário Político III, do Itamaraty, e da alta cúpula da Chancelaria sudanesa (dezembro).
2012	Visita ao Brasil do ministro do Petróleo sudanês, Awad Al-Jazz. Visita ao Brasil do presidente da Assembleia Nacional do Sudão, Sr. Ahmed Ibrahim El-Tahir (novembro).
2013	Visita do ministro da Agricultura do Sudão ao Brasil – que já havia visitado o Brasil, em 2007, na qualidade de governador de Cartum (março).
2013	Governo brasileiro anuncia perdão de 90% da dívida sudanesa. Assinatura de projeto entre a ABC e o governo sudanês na área do plantio da cana-de-açúcar (maio).
2013	Visita do ministro dos Negócios Estrangeiros do Sudão, Ali Ahmed Karti (junho).
2014	Visita ao Brasil do ministro do Petróleo sudanês, Awad Al-Jazz.
2015	Visita do ministro da Agricultura do Sudão ao Brasil
2017	Visita da ministra do Bem-Estar e da Seguridade Social, Mashair Ahmed Abdalla (março).
2017	Realizada, em Brasília, a V Reunião Bilateral de Consultas Políticas, com participação do subsecretário do ministério dos Negócios Estrangeiros do Sudão (abril).
2017	Início das atividades do projeto de cooperação técnica "Melhoramento da Produção da Cana-de-açúcar no Sudão", em parceria com a Universidade Federal de São Carlos (agosto).
2018	VI Reunião de Consultas Políticas Bilaterais ocorre em Cartum, e conta com presença do Subsecretário de África e Oriente Médio, do Itamaraty, e da alta cúpula da Chancelaria sudanesa (abril).
2020	Doação ao Ministério da Saúde sudanês de kits para testagem de

	Covid-19, adquiridos com recursos doados pelo Brasil ao Centro de Controle de Doenças da União Africana (outubro).
--	--

ATOS BILATERAIS

Título do Acordo	Celebração	Entrada em vigor	Situação
Acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República do Sudão sobre o estabelecimento de uma Comissão Mista Permanente para Cooperação	24/11/2010	24/11/2010	Vigente
Acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República do Sudão sobre isenção de visto para portadores de passaportes diplomáticos, oficiais ou de serviço (especiais)	24/11/2010	24/11/2010	Vigente
Memorandum de entendimento para o estabelecimento de Consultas Políticas	09/05/2006	09/05/2006	Vigente
Acordo de cooperação técnica	11/05/2005	21/09/2006	Vigente



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 8, DE 2022

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor RUBEM GUIMARÃES COAN FABRO AMARAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Sudão.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 51

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **RUBEM GUIMARÃES COAN FABRO AMARAL**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Sudão.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **RUBEM GUIMARÃES COAN FABRO AMARAL** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de fevereiro de 2022.

EM nº 00005/2022 MRE

Brasília, 25 de Janeiro de 2022

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **RUBEM GUIMARÃES COAN FABRO AMARAL**, ministro de segunda classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República do Sudão, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. A atual ocupante do cargo, **PATRÍCIA MARIA OLIVEIRA LIMA**, deverá ser removida no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **RUBEM GUIMARÃES COAN FABRO AMARAL** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 55/2022/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência, o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de Autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminho a essa Secretaria, Mensagem por meio da qual o Senhor Presidente da República submete, à consideração dessa Casa, o nome do Senhor **RUBEM GUIMARÃES COAN FABRO AMARAL**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o Cargo de Embaixador do Brasil na República do Sudão.

Atenciosamente,

MARIO FERNANDES

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República, Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Mario Fernandes, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República substituto**, em 15/02/2022, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3187720** e o código CRC **FC1DE6AC** no site: https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.000663/2022-38

SEI nº 3187720

EMBAIXADA DO BRASIL EM CARTUM
RELATÓRIO DE GESTÃO (2019 - 2021)
EMBAIXADORA PATRÍCIA MARIA OLIVEIRA LIMA

SUDÃO

I. Cenário Político

Os acontecimentos e eventos ao longo de 2019 ainda repercutem nos campos da política interna sudanesa, da economia do país e nas relações bilaterais priorizadas pelo Governo de transição.

2. Permito-me recordar que as manifestações de dezembro de 2018, iniciadas em Atbara, cidade próxima à capital Cartum, culminaram na deposição do ex-Presidente Omar al-Bashir, em abril de 2019, após trinta anos de gestão.

3. Afastado al-Bashir, os cidadãos celebraram a ascensão de um governo civil, que deveria coordenar a gestão pública conjuntamente com representantes militares, fórmula negociada, com vistas a permitir levar adiante o processo de redemocratização do país. O Primeiro-Ministro Abdalla Hamdok, com longa experiência de trabalho em organismos internacionais, foi, naquele momento, o nome escolhido por consenso para conduzir a difícil reinserção do Sudão na arena internacional. Para tanto, adotou como prioridades o estabelecimento da paz e a recuperação econômica do país.

4. Essas duas realidades minaram o avanço mais rápido de providências mais eficazes contra a escassez de alimentos, de combustível, de emprego e de investimentos. O PM Hamdok empreendeu viagens a países de sua vizinhança (na África e no Golfo), da Europa e da América do Norte. Nos Estados Unidos, seu principal objetivo foi a suspensão do Sudão da lista que impediu o país de receber apoio financeiro internacional e de ter acesso a facilidades para conclusão de operações de comércio internacional. No que tange à reinserção econômica sudanesa, o PM Hamdok contou igualmente com o apoio político da União Europeia e de países europeus, como, por exemplo, da Alemanha, que se mostrou aliada de peso, na pressão pela suspensão do embargo e na transferência de recursos, em espécie, para o Banco Central do Sudão.

5. A gestão financeira de Hamdok foi, indubitavelmente, coroada pela retirada do Sudão da lista SST (países que fomentam o financiamento ao terrorismo), após 27 anos de vigência da decisão unilateral norte-americana. A remoção do nome do país teve impacto positivo sobre a economia sudanesa e facilitou sua reintegração aos sistemas econômicos regional e internacional. A expectativa era a de viabilizar novos fluxos de financiamento e empréstimos para o Sudão.

6. No plano interno, o PM Hamdok obteve resposta positiva aos esforços de negociação com o Sudão do Sul, com vistas à finalização dos acordos de paz pós-2009. Ainda havia protocolos não negociados, como o de Abyei, mas questões relativas ao Cordofão e ao Nilo Azul, com a inclusão de grupos rebeldes nas rodadas de negociação, foram definidas de maneira positiva, ainda que não tenham tido ainda conclusão satisfatória. De igual forma, no que diz respeito ao Sudão do Sul, o processo de

diálogo com grupos armados, avançaram no sentido de conclusão favorável. Naquele momento, havia disposição à paz por parte de todos os atores envolvidos nas negociações, fato inédito na recente história do Sudão.

7. O governo Hamdok também avançou em temas delicados, como, por exemplo, direitos humanos, como a ampla discussão sobre a eventual entrega do ex-Presidente Bashir ao Tribunal Penal Internacional (TPI) e a revogação da lei que impunha restritiva forma de conduta às mulheres.

8. Na construção da paz e estabilização política do Sudão, importante mencionar a celebração do Acordo de paz em outubro de 2020, envolvendo o governo de transição e movimentos armados do Darfur e das Duas Áreas (Nilo Azul e Cordofão do Sul). Passo fundamental para a transição política no Sudão, o Acordo previa, dentre outros itens, um reequilíbrio das forças políticas no país, no sentido de proporcionar mais poder às regiões que estiveram marginalizadas politicamente durante trinta anos, sob o regime de al-Bashir.

9. Essa previsão não permitiu redesenhar as forças que atuam em todo o Sudão, mas apenas reacomodar tendências, sem que, necessariamente, a tomada de decisão tenha se desviado de Cartum para regiões periféricas. Vários grupos armados que assinaram o acordo de paz com o governo estão divididos e os dois movimentos mais importantes ainda não aderiram à proposta. Uma das principais razões dessa divisão prende-se ao fato de que muitos desses grupos lutaram contra o governo de al-Bashir por longo período e julgam que em muito contribuíram para seu enfraquecimento progressivo, em especial os grupos da região do Darfur e das Duas Áreas. Entretanto, essa contribuição ainda não seria integralmente reconhecida pelo governo central em Cartum, no que tange à sua incorporação ao espaço político.

10. O Acordo de Paz de Juba foi assinado, pelo lado do governo, pelo Primeiro-Ministro Abdalla Hamdok, pelo General Abdel Fattah al-Burhan, Presidente do Conselho Soberano de Transição e pelo segundo no comando do CST, General Mohamed Hamdan Dagalo, conhecido como Hemedthi. Pelos grupos armados, foi signatária a aliança denominada Frente Revolucionária do Sudão, constituída por dois grupos: a) Movimento Justiça e Equidade, liderado por Gibril Ibrahim; b) Movimento de Liberação do Povo do Sudão Norte, representado por Malik Agar; e, c) Movimento de Liberação do Povo do Sudão - Minni Minnawi, aliado incondicional de Jibril Ibrahim.

11. Ainda não se somou ao Acordo de Paz de Juba o Movimento de Libertação dos Povos do Sudão-Norte, facção liderada por Abdelaziz al-Hilu, que atua no Cordofão do Sul e em partes do Nilo Azul. De igual maneira, a facção mais importante do Movimento de Libertação do Sudão no Darfur, liderada por Abdel Wahid al-Nur (SLM-AW), também não se incorporou ao acordo. A não participação desses dois grupos ainda é considerada por muitos analistas como um sério obstáculo à concretização plena do Acordo de Paz, por se constituírem nos grupos armados mais influentes e organizados das regiões em que atuam. No que diz respeito ao líder Abdelaziz al-Hilu, a questão central para sua recusa em somar-se ao documento de Juba continua sendo a previsão de um estado laico, para o qual existe cada vez menos consenso no Sudão. Por seu turno, Abdel al-Nur não teria assinado o Acordo por esperar garantias adicionais do governo sudanês com relação a sua tribo, os Fur, maior grupo étnico do Darfur. Os Fur estavam, naquele momento, em processo de retorno à região que ocupavam originalmente no Darfur, após longo período como deslocados internos pela ação das milícias árabes dos *Janjawid*.

12. Enquanto o Acordo de Juba integrava uns e separava outros, integrantes dos grupos armados que assinaram o Acordo foram agraciados com cinco ministérios no Gabinete do então Primeiro-Ministro Hamdok e com três assentos no extinto Conselho Soberano de Transição, que passou a contar com 14 membros. De igual forma, previa-se que os grupos signatários fariam jus a 25% dos assentos no Conselho Legislativo de Transição, que nunca chegou a ser constituído.

13. Ainda nos termos do Acordo de Paz de Juba, a distribuição dos ex-combatentes poder-se-ia efetivar em diferentes contextos: integração à polícia; absorção pela Inteligência; incorporação às Forças Armadas do Sudão ou às Forças de Apoio Rápido; ou, ainda, integração à vida civil, mediante programas de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR). No entanto, devido à escassez de recursos, o Sudão vê-se diante de sérios obstáculos para a implementação do documento pactuado em Juba nos prazos previstos.

14. Marco da gestão Hamdok, a reinserção do Sudão à arena internacional foi marcada pela realização de inúmeras conferências, como as em Berlim e Paris, em 2020. Promovidas com o intuito de permitir o repasse de contribuições ao Sudão, não alcançaram os objetivos propostos, ainda que, à época, as negociações envolvendo os Emirados Árabes Unidos resultaram no compromisso, não concretizado até o momento, de investimentos emiráticos da ordem de US\$ 8 bilhões. Já o Catar anunciou, em Paris, contribuições para a paz no Darfur da ordem de US\$ 2 bilhões, enquanto a Arábia Saudita comprometeu-se com investimentos de aproximadamente US\$ 3 bilhões.

15. Estados Unidos, Emirados Árabes e Arábia Saudita contribuíram com alimentos e combustível. Os demais países, sobretudo os que fazem parte da União Europeia, optaram por contribuições específicas, sobretudo em ações voltadas para educação e capacitação de jovens e mulheres.

16. Para além das considerações de ordem financeira, permito-me recordar que o Acordo de Paz de Juba suscitou mudanças amplas, no que tange ao equilíbrio de poder. O Movimento Forças de Liberdade e Mudança (FFC), uma das principais lideranças no processo de enfrentamento ao regime de al-Bashir, perdeu influência no âmbito do governo do PM Hamdok. De igual maneira, a incorporação de facções armadas e seus representantes às instituições de transição significou desequilíbrio de forças entre civis e militares na coalizão que governava o Sudão.

17. Menção também se faz necessária à UNITAMS (Missão Integrada das Nações Unidas para a Transição no Sudão) que substituiu a UNAMID (Missão das Nações Unidas e da União Africana em Darfur), que atuou no Darfur por treze anos. Permito-me fazer referência a conversa mantida com Chefe da UNITAMS, Volker Perthes, em que me foi ressaltada a importância de a Missão buscar projetos que pudessem dar nova dimensão a seu mandato, além de promover impacto social nas comunidades periféricas do Sudão e contribuir com a criação das condições econômicas que permitissem gerar empregos e renda em favor de populações carentes. Há perspectiva é de que, com o apoio político e financeiro dos parceiros externos do Sudão, UNITAMS poderá implementar projetos voltados à construção da paz, governança e crescimento econômico.

18. De fato, o processo de transição política no Sudão foi interrompido no dia 25 de outubro, quando o General Burhan dissolveu o Conselho Soberano de Transição, em que militares e civis compartilhavam o poder decisório, alçou o General Hemedthi à condição de seu vice. Nem mesmo a recondução de Abdalla Hamdok ao posto de Primeiro-Ministro, mais de um mês após 25/10, foi suficiente para restaurar a estabilidade no país. A inviabilidade do pacto revelou-se definitivamente

com a renúncia de Hamdok em 02/01/2022, sem que tenha sido substituído até o momento. A quebra institucional resultou ainda na paralisia das atividades econômicas, com a interrupção da ajuda internacional ao país.

II. Relações bilaterais, incluindo projetos realizados

19. O ano de 2019 foi pródigo em acontecimentos para as relações bilaterais entre o Sudão e o Brasil. Vale recordar as missões de agrônomos e técnicos brasileiros ao Sudão, em projetos já implementados de cooperação na área de cana de açúcar. Novas frentes de cooperação também se abriram, com vistas à difusão de melhores práticas para o aumento da produtividade da cana. Também foi concluída, naquele ano, a negociação entre consórcio açucareiro, que reúne investimentos do Sudão e de outros países árabes, e uma empresa brasileira, para a produção de etanol, em região sudanesa, a partir da batata doce. A terceira etapa desse empreendimento foi concluída em 2021, com perspectivas de ampliação do escopo da parceria.

20. No que se refere à área social, destaca-se a implementação do projeto de cooperação intitulado “Comportamento Seguro”, voltado ao combate a violência física e psicológica contra meninas e mulheres sudanesas. A Embaixada em Cartum, com a parceria financeira do Grupo CTC, um dos mais importantes conglomerados empresariais do Sudão, com escritórios em Londres e São Paulo, trouxe para Cartum o Instituto Vanessa Ribeiro (IVR), pioneiro em oficinas práticas e teóricas sobre “Comportamento Seguro”. Originária da área de defesa pessoal, a instrutora Vanessa Ribeiro desenvolveu projeto de empoderamento e encorajamento femininos, a partir da conscientização e prevenção da violência. Atualmente, o Instituto desenvolve suas ações junto a escolas públicas da periferia de Brasília e do Recife, com o apoio de instâncias públicas e privadas do Brasil.

21. Em sua primeira edição em território sudanês, em setembro de 2019, o IVR circunscreveu-se a Cartum, em oficinas realizadas em corporações militares (polícia e Aviação Civil), empresariais (CTC; empresas de segurança), organizações internacionais (OMS, UNICEF, ONU-Mulher) e centros universitários (Universidade de Cartum e Universidade Ahfad para Mulheres). No total, foram treinadas mais de 800 mulheres e homens, em experiência inovadora na área de prevenção contra violência. O êxito da primeira visita resultou na segunda missão ao Sudão, também com o apoio financeiro do Grupo CTC e institucional da Embaixada. Em novembro do corrente ano, novas oficinas, focadas em escolas públicas e privadas, além de universidades, foram realizadas, em Cartum e nas cidades de Medani (três horas da capital) e de Sinar (cinco horas da capital). Os resultados não poderiam ser mais positivos. Somente nas duas últimas cidades, participaram dos treinamentos mais de 2.700 meninas e jovens e na Universidade Ahfad, mais de mil jovens foram contempladas nas oficinas promovidas pelo IVR.

22. A partir de 2020, iniciativa tornou-se em projeto regular, sempre com suporte financeiro do Grupo CTC. O Instituto Vanessa Ribeiro promoveria treinamentos em escolas públicas e centros universitários no Sudão, com o apoio institucional dos Ministérios da Educação, da Juventude e Esportes e do Trabalho e Desenvolvimento Social. A bem sucedida parceria na área de gênero levou a então Ministra do Trabalho e Desenvolvimento Social a convidar a Embaixada a reunião de trabalho, com vistas a discussão de projeto de parceria para a prevenção da violência contra segmento social símbolo do Sudão: as vendedoras de chá, que desenvolvem sua atividade nas ruas das principais cidades do país, e que são reconhecidamente vulneráveis a todo tipo de assédio. Infelizmente, a

pandemia de COVID e a situação política do Sudão impediram a continuação do projeto, que já mostrou sua relevância a instituições públicas e privadas sudanesas e poderá ser retomado, quando as circunstâncias permitirem.

23. Cabe ressaltar também como resultado positivo de 2019 para as relações entre Sudão e Brasil a visita do Presidente e do Vice-Presidente da Câmara Africana de Comércio. Em setembro, a visita, apoiada pela Embaixada e coordenada pela representação da FAO em Cartum, rendeu encontros com representantes empresariais e ministeriais, além de perspectiva de assinatura, em futuro próximo, de Memorando de Entendimento entre a Afrochamber e a Câmara de Comércio do Sudão. Além dos dois dirigentes da Afrochamber, também esteve em Cartum, com o propósito de explorar oportunidades de negócios *halal*, o senhor Mohammed Zoghbi, Presidente da Federação das Associações Muçulmanas do Brasil (FAMBRAS) e Cônsul Honorário do Sudão em São Paulo. Era intenção do dirigente da FAMBRAS efetuar nova visita a Cartum, com vistas a conversar com autoridades locais sobre a possibilidade de desenvolver projeto de cooperação na área de capacitação em certificação *halal*, em favor de candidatos sudaneses, a partir da experiência brasileira, reconhecida como de qualidade e credibilidade. De novo, as restrições impostas pela pandemia de COVID e a situação política do Sudão impediram os novos planos de intercâmbio e contatos.

24. Em 2021, apesar das limitações de viagem ainda vigentes em função do COVID, foi realizado workshop, em Cartum, com o apoio institucional da Embaixada e o apoio financeiro da ONG ADRA-Sudão, sobre a gestão de resíduos e seu aproveitamento, incluindo sua conversão em energia. O Sudão conta com três aterros para receber o lixo produzido por seus mais de 5 milhões de habitantes. Como resultado de conversas com o representante da ONG ADRA-Sudão foi possível viabilizar a realização de visita do especialista Sílvio Magalhães Barros a Cartum, que já desenvolveu projeto semelhante em Ruanda, no período de 29 de março a 04 de abril de 2021. Na ocasião, foi efetuada avaliação das condições de desenvolvimento de projeto que vislumbresse o aproveitamento do lixo e sua conversão em energia.

25. O projeto foi apresentado ao então Governador de Cartum, que determinou a formação de grupo técnico com vistas à elaboração de projeto de cooperação sobre gerenciamento de resíduos. A UNITAMS abraçou a ideia e incorporou o projeto a suas prioridades, em conjunto com outras organizações multilaterais e não governamentais presentes no Sudão. Em função da situação política do Sudão o projeto está em suspenso.

26. Em termos de cooperação acadêmica, foi realizado seminário virtual, entre os meses de março e julho de 2021, que buscou debater as relações culturais que unem Brasil e Sudão. O evento teve o apoio institucional da UNIFESP (Departamentos de História e Relações Internacionais) e do Instituto Federal de Brasília (IFB), além da Afrochamber, que ofereceu a plataforma para a realização do evento. O público-alvo foi constituído por Embaixadas africanas em Cartum, professores dos cursos de Relações Internacionais e História de universidades locais, integrantes da Chancelaria sudanesa (Departamento das Américas) e profissionais ligados ao UNICEF e UNESCO no Sudão. As palestras estão disponíveis na plataforma Youtube.

27. Por fim, não poderia deixar de ser mencionada importante ação concretizada no Sudão por iniciativa da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) que viabilizou a oferta de *kits* de testagem de coronavírus, com os recursos alocados pelo Governo brasileiro à União Africana. Na sede do Laboratório Nacional de Saúde Pública, a doação foi realizada em cerimônia que contou com a

participação da Dra. Shahinaz Badri, Diretora Geral do Laboratório, do Embaixador Mohamed Belaich, Representante permanente da União Africana em Cartum, e do Dr. Hameed Nuru, Representante sudanês no Programa Mundial de Alimentos. Na ocasião, a Dra. Badri muito me agradeceu pelo gesto do Governo brasileiro de apoiar o Sudão em momento tão delicado. O Brasil, graças à decisão da ABC de canalizar ajuda por intermédio da União Africana, mostrou-se, mais uma vez, pronto a cooperar, de maneira célere e eficaz.

III. Cooperação bilateral vislumbrada

28. Permito-me apresentar, a seguir, sugestão de linha de trabalho a ser seguida a depender da evolução do cenário político sudanês:

- a) convocação do Mecanismo de Consultas Políticas Bilaterais, ou de reuniões tópicas de comércio, cooperação técnica e intercâmbio cultural e acadêmico;
- b) possíveis iniciativas de cooperação no âmbito da capacitação e do aperfeiçoamento de servidores públicos sudaneses, com o apoio da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e do Instituto Federal de Brasília (IFB);
- c) implementação do Acordo entre Academias Diplomáticas;
- d) iniciativas de cooperação esportiva, em ambiente escolar, demanda apresentada pela parte sudanesa, com possível apoio de agências da ONU, como o UNICEF, e organizações regionais, como a União Africana;
- e) dar seguimento ao projeto "Comportamento Seguro", cujos bons resultados já destaquei acima;
- f) eventuais projetos de cooperação para o aperfeiçoamento do espaço urbano da capital sudanesa, incluindo planos de organização do transporte e de coleta e aproveitamento do lixo. Vale lembrar que Cartum e Brasília são cidades irmãs e que esses projetos também poderiam contar com a contribuição do governo do Distrito Federal.

29. Em termos de comércio e investimento, saliente-se que a pauta comercial poderia incluir a análise de estímulos conjuntos para o aumento do volume de exportações brasileiras de têxteis, calçados, produtos alimentícios e cosméticos para o Sudão, ao mesmo tempo em que seriam canalizadas diretamente, sem agentes intermediários, exportações sudanesas para o Brasil, incluindo, dentre outros produtos, goma arábica, hibisco, sorgo e carnes. Também poderiam ser vislumbrados, com vistas ao acesso de pequenas e médias empresas sudanesas ao comércio internacional, projetos voltados à capacitação desses empresários, que poderiam contar com a assessoria de órgãos como SEBRAE e SENAC. Tais ações teriam significativo impacto social e econômico no Sudão.

30. Vale recordar, igualmente, o interesse da Câmara Africana de Comércio de assinar Memorando de Entendimento com a Câmara Sudanesa de Comércio, o que poderá ser viabilizado, uma vez finalizado o processo de reestruturação da instituição local. A esse esforço também poderia somar-se a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, que tem sido canal importante para a promoção dos interesses do Brasil no Sudão e do Sudão no Brasil, o Cônsul Honorário do Sudão em São Paulo e a Federação das Associações Muçulmanas do Brasil, na pessoa de seu presidente o senhor Mohammed Zoghbi. Em três oportunidades, desde 2019, o senhor Zoghbi presidiu delegações de empresários brasileiros que buscaram no Sudão oportunidade para investimento na área agrícola. A esse respeito, cabe menção especial ao fato de que as referidas delegações contaram com o amplo e reconhecido conhecimento técnico do ex-Presidente da EMBRAPA, Sebastião Barbosa, profundo conhecedor do Sudão, em virtude de sua longa atuação junto à FAO e à EMBRAPA.

31. A complexidade do trabalho no Sudão, em contexto de queda do regime Bashir, transição política, conflitos tribais crescentes, protestos diários da sociedade civil, conflitos de fronteira, dentre outros temas, exigiu dedicação e atenção permanentes, além de uma ampla rede de fontes de informação. Percorrer essa jornada, em condições tão complexas, foi um privilégio e um aprendizado, além de ter sido um exercício permanente de superação pessoal. Encerrarei, pois, minha gestão à frente da Embaixada em Cartum, com a certeza de que tentei transmitir à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em Brasília, não apenas informações tempestivas sobre o país, obtidas por meio de comunicação oficial e outros contatos, mas, sobretudo, a possibilidade de elevar a presença do Brasil no Sudão de um observador engajado para um potencial *stakeholder*.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM CARTUM

Candidato RUBEM GUIMARÃES AMARAL

**Alinhado ao Planejamento Estratégico Institucional
do Ministério das Relações Exteriores
(PEI-MRE)**

PERFIL DO CANDIDATO**MINISTRO RUBEM GUIMARÃES COAN FABRO AMARAL**

O Ministro Rubem Guimarães Coan Fabro Amaral nasceu em Montevideu, Uruguai. Graduou-se em História pela Universidade Clássica de Lisboa (1989), Portugal, e possui Mestrado (MA) em Arqueologia Histórica pela Universidade de Leicester (2012), Reino Unido.

Ingressou na carreira diplomática em 1994. No Ministério das Relações Exteriores, trabalhou como assessor na Divisão de Europa (1994-1997); chefiou a Divisão de Assistência Consular (2005-2008) e a Coordenação-geral de Turismo e Esporte (2019-2020). No Ministério do Turismo, foi Diretor de Estudos Econômicos e Pesquisas (2018).

No exterior, serviu no Consulado-Geral em Roterdã, Países Baixos (1997-2000); na Embaixada em Damasco, República Árabe da Síria (2000-2002); no Consulado-Geral em Tóquio, Japão (2002-2005), na Embaixada no Cairo, República Árabe do Egito (2008-2013); na Embaixada em Acra, República de Gana (2013-2016); na Embaixada em Jacarta, República da Indonésia (2017-2018); e, desde 2020, na Embaixada em Riade, reino da Arábia Saudita, onde exerce a função de Ministro-Conselheiro. Além das missões permanentes, cumpriu também missões transitórias na Embaixada em Assunção, República do Paraguai (1994), na Embaixada em Kiev, Ucrânia (1996) e na Embaixada em Iauendê, República dos Camarões (2008).

Já recebeu as seguintes condecorações: Ordem do Rio Branco, grau de Comendador (2011); Medalha do Pacificador, Exército Brasileiro (2010); e Ordem do Infante D. Henrique, grau de cavaleiro (Portugal 1997).

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE – PEI-MRE¹

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior
3. Promover serviços consulares de qualidade
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO (Alinhado ao PEI-MRE)

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

MISSÃO DO POSTO

Contribuir com informações e análises sobre a situação política, social e econômica do Sudão para o planejamento e a execução com excelência da Política Externa definida pelo Presidente

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

- 1) Aprofundar o diálogo político com o Sudão e ampliar a participação de produtos, empresas e serviços brasileiros no mercado local, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
- 2) Promover a imagem e a cultura do Brasil no Sudão.
- 3) Prestar serviços consulares de qualidade.
- 4) Por meio do diálogo político e da cooperação bilateral, angariar apoio do Sudão para o fortalecimento e reforma gradual das instituições multilaterais, de modo a refletir as realidades do mundo contemporâneo e, desse modo, ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais
- 5) Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais
- 6) Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
- 7) Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior
- 8) Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I- PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Incrementar e diversificar o comércio bilateral, com ênfase em produtos de maior valor agregado

- *Desenvolver atividades de inteligência comercial para identificação de novos nichos de mercado tanto para produtos do agronegócio como para bens industriais e serviços*
- *Elaborar ou contratar pesquisas de mercado sobre a diversidade e a complementaridade das economias do Brasil e do Sudão*
- *Apoiar a realização de missões empresariais, de lado a lado, de modo a fomentar o fluxo de comércio direto entre o Brasil e o Sudão*
- *Manter interlocução constante com os principais importadores sudaneses de produtos brasileiros e outros atores locais relevantes.*
- *Apoiar, inclusive por meio da participação brasileira em eventos, a promoção de produtos da indústria nacional, em consulta junto a associações setoriais e à Apex Brasil.*

- *Realizar ações de divulgação da qualidade, sustentabilidade e capacidade inovadora da economia brasileira, de modo a contribuir para a promoção dos produtos e serviços brasileiros em parceria com as câmaras de comércio Árabe-Brasileira e Afro-Brasileira.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de serviços de inteligência comercial prestados pela Embaixada**
- 2) Número de encontros e reuniões com empresas, investidores e câmaras e associações de comércio**
- 3) Número de eventos (seminários, “webinários”, palestras, feiras, exposições, rodadas de negócios, entre outros) organizados pela ou com a participação da Embaixada**
- 4) Número de consultas atendidas de promoção comercial, inteligência comercial e/ou reclamação comercial, de empresas brasileiras e sudanesas, bem como de associações setoriais, federações regionais, confederações, da Apex-Brasil e outras entidades do setor privado**

II- RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1) Acompanhar e relatar, do ponto de vista dos interesses do Brasil, a situação política, social e de segurança no Sudão, com vistas a prover aos formuladores de política externa subsídios para tomada de decisões**
 - *Produzir informações e análises sobre os principais temas de política interna e externa do Sudão e suas possíveis implicações para a atuação internacional do Brasil.*
 - *Acompanhar os desdobramentos da crise política no Sudão*
 - *Acompanhar as disputas de fronteira entre o Sudão e países vizinhos*
 - *Elaborar materiais informativos que correspondam a demandas oriundas do MRE ou de outros órgãos públicos*
- 2) Manter os mecanismos diplomáticos de alto nível, como as Consultas Políticas, concomitantemente ao adensamento de visitas oficiais de lado a lado**
 - *Apoiar, na medida da estabilização de novo quadro político sudanês, a realização do mecanismo de Consultas Políticas, com o objetivo de fortalecer as relações bilaterais e a cooperação entre os dois países, bem como coordenação sobre temas multilaterais.*
 - *Apoiar, na medida da estabilização de novo quadro político sudanês, a realização de visitas oficiais de autoridades brasileiras ao Sudão.*
 - *Fomentar a coordenação, o intercâmbio e a cooperação em áreas de interesse comum, como agricultura e promoção do desenvolvimento.*
- 3) Fomentar a cooperação interparlamentar entre os dois países**
 - *Apoiar, na medida da estabilização de novo quadro político sudanês, a realização de visitas ou reuniões entre parlamentares brasileiros e sudaneses.*
 - *Apoiar, na medida da estabilização de novo quadro político sudanês, eventuais iniciativas conjuntas de parlamentares brasileiros e sudaneses.*

4) Ampliar a base jurídica do relacionamento bilateral

- *Realizar gestões junto ao governo sudanês para a negociação de acordos de interesse brasileiro.*
- *Informar e analisar propostas do governo sudanês para a abertura de negociação de acordos bilaterais.*
- *Subsidiar o diálogo com diferentes órgãos brasileiros em temas relacionados ao Sudão.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de telegramas produzidos pela Embaixada sobre política interna e política externa do Sudão**
- 2) Número de reuniões com representantes do governo, do parlamento, do setor privado, da academia e da sociedade civil, com vistas a colher ou compartilhar informações sobre o desenvolvimento de temas de política interna e externa sudanesas**
- 3) Número de reuniões de mecanismos diplomáticos, em formato presencial ou virtual**
- 4) Número de visitas de autoridades de parte a parte**
- 5) Número de reuniões com representantes do governo do Sudão, para tratar da realização, dos preparativos e da agenda de reuniões, negociação de acordos ou visitas de alto nível**
- 6) Número de acordos bilaterais concluídos durante a gestão**

III- ATUAÇÃO JUNTO A ORGANISMOS REGIONAIS OU MULTILATERAIS, INCLUINDO CANDIDATURAS, REUNIÕES OFICIAIS E PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1) Contribuir para a atuação do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas, em especial durante o mandato a ser exercido no biênio 2022-2023**
 - *Manter diálogo com interlocutores relevantes, em especial representantes do governo do Sudão, da sociedade civil sudanesa e de missões internacionais sediadas no Sudão.*
- 2) Ampliar o apoio a candidaturas brasileiras**
 - *Fazer gestões, na medida da estabilização de novo quadro político sudanês, com vistas a obter apoio do Sudão a candidaturas brasileiras para cargos em organismos internacionais, realização de eventos internacionais no Brasil e outras, conforme instruções da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões com representantes do governo do Sudão e da sociedade civil sudanesa para discutir temas de interesse do Conselho de Segurança das Nações Unidas**
- 2) Número de gestões com representantes do governo do Sudão para fazer gestões em favor de candidaturas do Brasil em organismos multilaterais**

IV- PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA, DO TURISMO E DA MARCA BRASIL

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Divulgar a diversidade das expressões culturais brasileiras

- *Propor a potenciais parceiros locais e realizar, segundo a disponibilidade orçamentário-financeira do MRE e da obtenção de patrocínios locais, projetos e eventos de promoção da diversidade das expressões culturais brasileiras, como apresentações musicais, exibição de filmes nacionais, além de eventos de divulgação de artistas e profissionais da cultura brasileiros, como artistas plásticos, cineastas, coreógrafos, dramaturgos, escritores, fotógrafos e músicos, entre outros.*
- *Organizar palestras e outros eventos públicos sobre temas da cultura brasileira, para ampliar o conhecimento do público sudanês sobre o Brasil.*
- *Promover a variante brasileira da língua portuguesa no Sudão.*
- *Atualizar regularmente os canais digitais da Embaixada, com informações de utilidade para a ampliação do conhecimento sobre o Brasil no Sudão e a divulgação de projetos e eventos culturais com temática brasileira.*

2) Intensificar a promoção da imagem do país e da marca Brasil junto ao público sudanês

- *Realizar eventos de promoção da imagem do Brasil, inclusive conjugados com atividades de promoção comercial, em coordenação com a Apex Brasil e a área comercial do MRE, para divulgação de produtos brasileiros.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões para a difusão da diversidade das expressões culturais brasileiras no Sudão
- 2) Número de eventos para a difusão da diversidade das expressões culturais brasileiras no Sudão
- 3) Número de palestras para a difusão da diversidade das expressões culturais brasileiras no Sudão
- 4) Número de entrevistas para a difusão da diversidade das expressões culturais brasileiras no Sudão
- 5) Número de eventos realizados para promover a marca Brasil

V- COOPERAÇÃO TÉCNICA E EDUCACIONAL

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1) Estimular o incremento da cooperação técnica na área de agricultura, com vistas a que se realize o imenso potencial agrícola sudanês, até o momento subaproveitado
- 2) Dar continuidade a projetos existentes e prospectar eventuais novas áreas de cooperação técnica
- 3) Promover acordos de cooperação técnica entre o Sudão e entidades de classe brasileiras como Confederação Nacional da Agricultura (CNA), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas SEBRAE e o Serviço

Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), com ênfase no treinamento do setor agrícola e fomento ao desenvolvimento de micro negócios no Sudão.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões, gestões e outras ações do Posto sobre cooperação técnica durante a gestão
- 2) Número de contatos com autoridades competentes do Sudão para fins de cooperação técnica durante a gestão

VI- COOPERAÇÃO PARA PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E COMBATE ÀS DESIGUALDADES

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1) Apoiar a realização de ações de cooperação humanitária no Sudão, em coordenação com o braço humanitário da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e com organismos internacionais, como o Programa Mundial de Alimentos (PMA)

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões, gestões e outras ações do Posto sobre cooperação humanitária durante a gestão
- 2) Número de ações de cooperação humanitária realizadas durante a gestão

VII- APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1) Garantir a prestação eficiente do serviço consular à comunidade brasileira no Sudão
- 2) Realizar visitas a nacionais presos no Sudão, a fim de prestar a assistência consular cabível

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de documentos consulares produzidos
- 2) Número de atendimentos consulares realizados
- 3) Tempo de espera para a prestação dos serviços consulares
- 4) Número de consulados itinerantes realizados
- 5) Número de comunicações de esclarecimento preparadas para a comunidade brasileira em situações de crise ou catástrofes naturais

RELATÓRIO Nº , DE 2022

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 8, de 2022 (MSG nº 51/2022), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor RUBEM GUIMARÃES COAN FABRO AMARAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Sudão.*



SF/22689.09762-58

Relatora: Senadora **NILDA GONDIM**

Vem ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do *Senhor RUBEM GUIMARÃES COAN FABRO AMARAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Sudão.*

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Dessa forma e em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou currículo do diplomata.

O Senhor Rubem Guimarães Coan Fabro Amaral, filho de Rubem Amaral Junior e Ivani Santana Guimarães Amaral, nasceu em 08 de janeiro de 1967, na cidade de Montevidéu, Uruguai (brasileiro nato de acordo com o art. 129, II, da Constituição de 1946).

Em 1989, concluiu a licenciatura em História pela Universidade Clássica de Lisboa, Portugal. No Instituto Rio Branco, o indicado frequentou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática (1994), o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (2003) e o Curso de Altos Estudos (2011), tendo defendido a tese com o seguinte título: “O fim da era Mubarak: sociedade, renovação política e esperanças de democracia. Perspectivas para as relações Brasil-Egito e a política externa brasileira para o Oriente Médio”. Ainda no plano acadêmico, concluiu mestrado em Arqueologia Histórica pela Universidade de Leicester, Reino Unido.

O indicado foi nomeado Terceiro-Secretário em 1994 e Segundo-Secretário em 1999. Chegou, por merecimento, a Primeiro-Secretário em 2005; a Conselheiro em 2008; e a Ministro de Segunda Classe em 2014.

Ao longo de sua carreira, desempenhou diversas funções, entre as quais destacamos: Cônsul-Adjunto no Consulado-Geral Tóquio (2002-05); Chefe da Divisão de Assistência Consular (2005/08); Chefe substituto da Divisão das Comunidades Brasileiras no Exterior (2006); Encarregado de negócios nas embaixadas no Cairo (2008/13), Acra (2013/16), Jacarta (2017/18); assessor da Subsecretária-Geral das Comunidades Brasileiras e de Assuntos Consulares e Jurídicos (2018); diretor da Diretoria de Estudos Econômicos e Pesquisas do Ministério do Turismo (2018); coordenador-geral na Coordenação-Geral de Turismo e Esporte (2019/20); e encarregado de negócios na embaixada em Riade (desde 2020).

Em atendimento às normas do RISF, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República do Sudão. Constam dados básicos desse país, informações acerca das relações bilaterais com o Brasil, suas políticas interna e externa, sua situação econômica, bem como relação de acordos bilaterais em vigor.

A República do Sudão ocupa território com dimensão equivalente à área dos estados do Amazonas e Tocantins somados. Trata-se do 3º maior país da África, mesmo após ter perdido 25% de sua área territorial com a secessão do Sudão do Sul em 2011. Nessa superfície vivem aproximadamente 37 milhões de habitantes. Em 2021, seu Produto Interno Bruto (PIB) nominal foi, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), de US\$ 34,37 bilhões de dólares, o que propicia um PIB *per capita* de US\$ 775,04.



Trata-se de uma república presidencialista, com 97% da população, de aproximadamente 44 milhões de pessoas, professando a religião islâmica.

Apesar de Brasil e Sudão terem estabelecido relações diplomáticas em 1968, elas adquiriram maior dinamismo neste século. Os conflitos civis entre o norte e o sul do país (1955-1972 e 1983-2005) constituíram entrave ao adensamento das relações bilaterais. O fim do conflito, em 2005, foi fator importante para o movimento de aproximação.

Em 2004, o Sudão abriu Embaixada residente em Brasília, a primeira daquele país na América do Sul. Em reciprocidade ao gesto sudanês, o Brasil estabeleceu Embaixada em Cartum no ano de 2006.

Na percepção do Itamaraty, o Sudão identifica o Brasil como parceiro privilegiado, capaz de contribuir para o desenvolvimento de setores importantes da economia do país e para a necessária diversificação de sua matriz produtiva. Também no plano bilateral, verificam-se relevantes iniciativas de cooperação nos domínios da agricultura e da energia.

O intercâmbio comercial segue sendo bastante incipiente. Ele tem oscilado bastante. Partindo de US\$ 100 milhões em 2010, caiu para US\$ 27,6 milhões em 2020. As exportações brasileiras respondem por mais de 98% desse montante. Elas estão majoritariamente centradas em açúcares (bruto e refinado). Importamos fundamentalmente plantas utilizadas em perfumaria e medicina.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

2ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

6

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *HÉLIO VITOR RAMOS FILHO*

CPF.: 512.168.097-04

ID.: 8006 MRE

1959 Filho de Hélio Vitor Ramos e Lygia Serbêto Ramos, nasce em 11 de julho de 1959, na cidade de Salvador, Bahia.

Dados Acadêmicos:

1979 Direito pela Universidade Estadual do Estado do Rio de Janeiro
 1981 CPCD, IRBr
 1989 CAD, IRBr
 2001 CAE, IRBr, 2001. Perspectivas de integração energética do Brasil com países andinos e amazônicos - um mapeamento com vistas a ações diplomáticas futuras

Cargos:

1981 Terceiro-secretário
 1986 Segundo-secretário
 1993 Primeiro-secretário
 1998 Conselheiro
 2003 Ministro de segunda classe
 2009 Ministro de primeira classe

Funções:

1981-83 Divisão de Cooperação Intelectual, Assistente
 1983-85 Gabinete do Ministro de Estado, Secretaria de Assuntos Legislativos, Assistente
 1983-84 Embaixada em Pretória, Encarregado de Negócios em missão transitória
 1985-88 Embaixada em Roma, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
 1988-91 Embaixada em Lima, Segundo-Secretário e Encarregado de Negócios
 1992-93 Departamento de Integração Latino-Americana, Coordenador Executivo
 1992 Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD - **RIO 92**), Grupo de Trabalho Nacional para a Organização da Conferência (**GTN**), Secretaria-Executiva, Assessor,
 1992 Presidência da República, Assessor Especial do Secretário do Meio Ambiente
 1992-95 Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, Assessor
 1995-99 Embaixada em Washington, Primeiro-Secretário e Conselheiro
 1999-2001 Ministério de Minas e Energia, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado, Secretário-Executivo e Ministro de Estado, interino
 2001-04 Assessoria de Relações Federativas, Chefe
 2004-06 Embaixada em Lisboa, Ministro-Conselheiro e Representante Alternativo Junto à CPLP
 2006-11 Departamento de Comunicação e Documentação, Diretor
 2011-16 Consulado-Geral em Miami, Cônsul-Geral
 2016-19 Câmara dos Deputados, Assessor Especial do Presidente da Câmara
 2019- Embaixada em Roma, Embaixador

Condecorações:

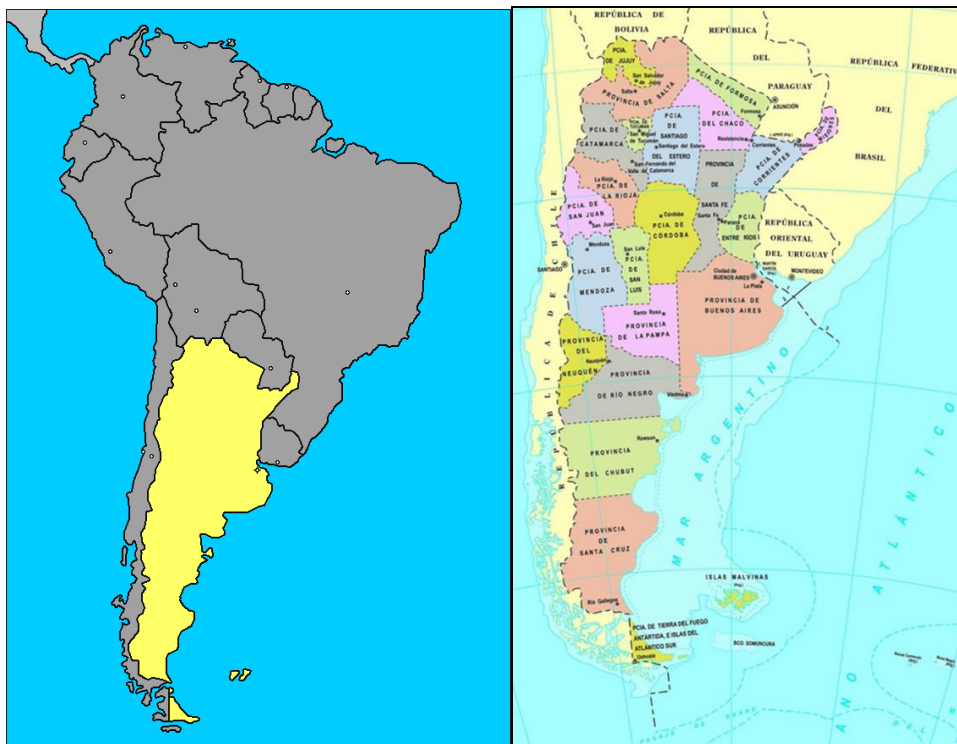
1988 Ordem ao Mérito, Cavaleiro, Itália
 1997 Medalha "Mérito Tamandaré", Marinha do Brasil, Ministério da Defesa
 2000 Ordem de Rio Branco, Comendador, Ministério das Relações Exteriores
 2001 Ordem do Mérito Renascença do Piauí, Grã-Cruz, Estado do Piauí
 2002 Ordem do Mérito Tocantins, Grã-Cruz, Estado de Tocantins
 2015. Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial, Marinha do Brasil, Ministério da Defesa

2017	Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz, Ministério das Relações Exteriores
2018	Ordem do Mérito da Defesa, Grande Oficial, Ministério da Defesa
2019	Medalha "Mérito Santos Dumont", Força Aérea Brasileira, Ministério da Defesa
2020	Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial, Força Aérea Brasileira, Ministério da Defesa
2020	Medalha "Tributo à Força Expedicionária Brasileira (FEB)", Exército Brasileiro, Ministério da Defesa
2021	Medalha "Exército Brasileiro", Exército Brasileiro, Ministério da Defesa
2022	Ordem do Mérito Militar, Grande Oficial, Exército Brasileiro, Ministério da Defesa

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ARGENTINA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2022

APRESENTAÇÃO

A colonização espanhola no território argentino iniciou-se em 1512. Em 1776, fundou-se a colônia do Vice-Reino do Rio da Prata. O processo de separação da Espanha, iniciado em maio de 1810 (Revolução de Maio), concluiu-se com a Declaração de Independência de 9 de julho de 1816. A Argentina organizou-se como federação de províncias, com a cidade de Buenos Aires como capital. Durante a segunda metade do século XX, períodos de instabilidade política e crises econômicas periódicas contiveram seu pleno desenvolvimento econômico e social.

A Argentina é o segundo maior país da América do Sul em território, e o terceiro em população. É o oitavo maior país do mundo em área territorial. A população totaliza 46,3 milhões de habitantes (FMI, 2022, estimativa), sendo a maioria de origem europeia. O país é extremamente urbanizado – 92% da população residem em áreas urbanas. A densidade demográfica é baixa (15 habitantes por km²).

A área continental da Argentina está entre a cordilheira dos Andes, a oeste, e o oceano Atlântico, a leste. Faz fronteira com Paraguai e Bolívia, ao norte, com Brasil e Uruguai, a nordeste, e com o Chile, a oeste e sul.

Na porção norte do território encontram-se as planícies do Chaco, ao longo das bacias dos rios Paraguai e Paraná; no centro, situam-se os pampas. No extremo sul, está localizada a Patagônia, constituída de paisagem exuberante, formada por florestas, geleiras e lagos. Na Argentina, há quatro tipos de clima, que variam conforme o relevo: tropical, temperado, árido e frio.

A Argentina reivindica soberania sobre as Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, que são administradas pelo Reino Unido como territórios britânicos ultramarinos. Em 1965, a ONU qualificou a disputa como problema colonial e instou as partes a negociar uma solução. Após 17 anos de negociações infrutíferas, Argentina e Reino Unido enfrentaram-se, em 1982, em conflito armado pela soberania sobre esses arquipélagos austrais. A Argentina considera as ilhas como parte integrante e indivisível de seu território e entende que estão ocupadas ilegalmente. O Brasil reconhece o direito argentino sobre esses arquipélagos. O ano de 2022 marca o aniversário de 40 anos do conflito.

PERFIL BIOGRÁFICO**ALBERTO FERNÁNDEZ**
Presidente da República

Nasceu em Buenos Aires, em 2 de abril de 1959. Formou-se em Direito pela Universidade de Buenos Aires (UBA) em 1983, ano no qual se afiliou ao Partido Justicialista (PJ). Foi Subdiretor Geral de Assuntos Jurídicos do Ministério de Economia de Raúl Alfonsín (UCR). No governo Carlos Menem (PJ), foi Superintendente de Seguros da Nação. Em 1998, foi o tesoureiro da campanha presidencial de Eduardo Duhalde. Em 2000, foi eleito legislador da cidade de Buenos Aires. Foi chefe do Gabinete de Ministros (2003-2008) nos governos de Néstor Kirchner (todo o mandato) e Cristina Fernández de Kirchner (um ano). Compôs a equipe de campanha da "Frente Renovadora" de Sergio Massa, nas eleições presidenciais de 2015. Nas eleições de outubro de 2019, foi eleito Presidente da República, em primeiro turno, pela coalizão "Frente de Todos", com 48,10% dos votos. Tomou posse como Presidente em 10 de dezembro de 2019, para um mandato de quatro anos.

RELAÇÕES BILATERAIS

A Argentina é um dos principais parceiros políticos e econômicos do Brasil. As relações bilaterais são estratégicas para a inserção do Brasil na região e no mundo. A construção de uma relação política de confiança e cooperação com a Argentina contribui para a constituição de um espaço regional de paz e de cooperação. Somadas, as capacidades de Brasil e Argentina representam cerca de dois terços do território, da população e do PIB da América do Sul.

O processo de aproximação política entre Brasil e Argentina, iniciado com a redemocratização dos dois países na década de 1980, esteve na base do projeto de integração sul-americana que levou à criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em 1991. A crescente integração econômico-comercial bilateral tem fortalecido a economia e a indústria dos dois países. O capital brasileiro está presente em diversos setores da economia argentina. A presença de capitais argentinos no Brasil também é expressiva.

O estoque de investimentos brasileiros na Argentina é estimado em US\$ 14 bilhões. São investimentos de perfil variado, com grande atuação nos setores de manufaturados, serviços, mineração, energia e siderurgia. O estoque de investimentos argentinos no Brasil ascende a US\$ 10,4 bilhões, com destaque nas áreas de engenharia e construção, agroindústria, gestão de infraestrutura (aeroportos), metalurgia e tecnologia.

O Brasil é o maior sócio comercial da Argentina, ao passo que a Argentina é o terceiro maior parceiro comercial do Brasil. A forte dinâmica comercial bilateral, marcada pelo elevado percentual de produtos de alto valor agregado, tem importantes impactos em setores estratégicos das duas economias, sobretudo na indústria. Sobressai, entre as áreas beneficiadas pela parceira bilateral, o setor automotivo, que exerce impactos diretos e indiretos sobre o conjunto da economia brasileira, em campos tão diversos como mineração, siderurgia, metalurgia, química, petróleo e gás, além do setor de serviços (engenharia, mecânica, administração, propaganda e marketing, entre outros).

O comércio bilateral experimentou forte recuperação em 2021, havendo atingido US\$ 23,8 bilhões (+45%). No período, as exportações (US\$ 11,88 bilhões; +40%) e as importações (US\$ 11,95 bilhões; +51,3%) brasileiras experimentaram forte alta. Registrou-se ligeiro déficit comercial brasileiro de US\$ 70 milhões. A política comercial argentina, em especial por meio de licenças não automáticas de importação, tem afetado sensivelmente as exportações brasileiras.

O relacionamento bilateral revela dinamismo em áreas estratégicas, como a interconexão energética, os setores nuclear, de defesa e ciência e tecnologia e a integração da infraestrutura.

Entre os diversos foros bilaterais, destacam-se: o Mecanismo de Coordenação Política; a Comissão Bilateral de Produção e Comércio; o Comitê Permanente de Política Nuclear; e o Diálogo Político-Estratégico Brasil-Argentina (mecanismo 2+2, entre ministros de Relações Exteriores e de Defesa).

Brasil e Argentina são unidos por uma linha de fronteira que se estende por 1.261 km. A política de integração fronteiriça constitui dimensão essencial da agenda de cooperação bilateral. A Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço (CODEFRO), instalada em 2011, é a mais alta instância bilateral de deliberação de políticas binacionais para a fronteira e para encaminhamento das demandas suscitadas no âmbito dos Comitês de Integração Fronteiriça Brasil-Argentina, que se reúnem periodicamente em quatro pontos da linha limítrofe dos dois países. As últimas reuniões dos Comitês de Integração Fronteiriça Brasil-Argentina foram realizadas em 2019. Suspensas durante a pandemia de Covid-19, as reuniões desses Comitês deverão ser retomadas no segundo semestre de 2022.

No plano político, as relações com a Argentina constituem pilar importante do esforço de construção de um espaço de paz e cooperação no entorno brasileiro. O governo brasileiro foi representado pelo Vice-Presidente da República na posse do Presidente Alberto Fernández, em 10 de dezembro de 2019. O Ministro de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da República Argentina, Felipe Solá, visitou Brasília em 12 de fevereiro de 2020, ocasião em que foi recebido pelo Senhor Presidente da República e pelo então Ministro Ernesto Araújo. Em 4 de março de 2020, o Deputado Sergio Massa, Presidente da Câmara dos Deputados da República Argentina, visitou Brasília, onde foi recebido pelo Senhor Presidente da República e se encontrou com os presidentes do Senado, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal.

Em 30 de novembro de 2020, os Presidentes Jair Bolsonaro e Alberto Fernández mantiveram videoconferência para celebrar os 35 anos da Declaração do Iguaçu, assinada em 1985 pelos Presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín e considerada como um marco do relacionamento bilateral. Em 16 de março de 2021, os Chanceleres Ernesto Araújo e Felipe Solá realizaram reunião por videoconferência. Em 19 de julho de 2021, o Chanceler Felipe Solá visitou o Rio de Janeiro, onde participou de cerimônia alusiva ao 30º aniversário da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), além de manter reunião bilateral com o Ministro Carlos França. Em 8 de outubro de 2021, o Chanceler argentino Santiago Cafiero realizou visita a Brasília. Em 25 de fevereiro de 2022, o senhor Secretário Geral das Relações Exteriores, Embaixador Fernando Simas Magalhães, reuniu-se com seu homólogo argentino em Buenos Aires.

Desde 13 de junho de 2022, a Argentina está representada por um Encarregado de Negócios, a.i, em Brasília. O então embaixador argentino no Brasil, Daniel Scioli, também ex-vice-presidente sob Néstor Kirchner (2003-2007) e candidato à Presidência derrotado por Mauricio Macri em 2015, foi designado para assumir o cargo de Ministro do Desenvolvimento Produtivo em seu país.

Assuntos consulares: A rede consular brasileira na Argentina é composta pelos Consulados-Gerais do Brasil em Buenos Aires, em Córdoba e em Mendoza e pelos Consulados do Brasil em Paso de los Libres e Puerto Iguazú.

O Itamaraty estima que a comunidade brasileira na Argentina alcance aproximadamente 47 mil pessoas.

Os postos consulares da região fronteira são responsáveis pela organização local dos Comitês de Integração Fronteira Brasil-Argentina. Os Comitês de Integração Fronteira Brasil-Argentina atualmente existentes são os seguintes: Foz do Iguaçu-Puerto Iguazú; Barracão/Dionísio Cerqueira-Bernardo de Irigoyen; São Borja-Santo Tomé; e Uruguiana-Paso de los Libres.

Empréstimos e financiamentos oficiais: a exposição do Fundo de Garantia à Exportação à Argentina atualmente é de US\$ 3.778.565,72, segundo dados da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABFG).

POLÍTICA INTERNA

O Estado argentino tem forma de governo representativa republicana federal, com estrutura de três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.

O presidente da República é o chefe de Estado e de Governo, eleito por voto direto, com mandato de quatro anos e direito à reeleição por um período consecutivo. Os ministros são nomeados pelo presidente. Em outubro de 2019, Alberto Fernández foi eleito presidente da República, em primeiro turno, com 48,10%, contra 40,38% do então Presidente, Mauricio Macri. O presidente tomou posse em 10 de dezembro de 2019.

O Parlamento argentino é bicameral, sendo conformado pelo Senado da Nação e pela Câmara de Deputados. Os 72 senadores (3 por província) são eleitos para mandatos de seis anos em eleição majoritária, na qual a coalizão vencedora garante as duas primeiras cadeiras; e a segunda colocada, a terceira cadeira. A vice-presidente da República ocupa também a função de presidente do Senado. A Câmara dos Deputados é composta de 257 parlamentares, eleitos por lista partidária fechada para mandatos de quatro anos, em votação proporcional.

As eleições gerais argentinas de outubro de 2019 geraram Congresso polarizado entre as alianças Frente de Todos – FdT (peronista) e "Juntos por el Cambio" - JxC (macrista). A coalizão peronista alcançou quórum próprio e maioria no Senado (39 cadeiras) e a maior bancada na Câmara (119 cadeiras), onde não detinha maioria. A coalizão opositora, por sua vez, obteve 22 cadeiras no Senado e 116 cadeiras na Câmara. Eleita vice-presidente, Cristina Kirchner assumiu a presidência do Senado.

Em 14 de novembro de 2021, foram realizadas eleições legislativas para a renovação de quase a metade da Câmara dos Deputados (127 de 257 assentos) e um terço do Senado (24 de 72 assentos). A coalizção governista perdeu as eleições em âmbito nacional e nos principais colégios eleitorais. Nacionalmente, o governo teve 33,56% dos votos, contra 41,96% da principal coalizção opositora, "Juntos por el Cambio" (JxC), do ex-presidente Mauricio Macri. O peronismo perdeu a maioria com que contava no Senado, passando de 41 para 35 assentos, ao passo que a coalizção "Juntos por el Cambio" aumentou sua participação, de 26 para 31 postos. Trata-se da primeira vez, desde o restabelecimento do regime democrático, em 1983, que o peronismo deixa de ter maioria na câmara alta argentina. A coalizção oficialista perdeu também assentos na Câmara de

Deputados, mas logrou manter-se como a maior bancada da Câmara, com 118 assentos, contra 116 de JxC e 23 de outras agremiações.

As autoridades provinciais e municipais são eleitas para mandatos de quatro anos: governadores, intendentos (prefeitos) e conselheiros (vereadores). As 23 províncias se autogovernam, possuem suas próprias constituições e poderes executivo, legislativo e judiciário, bem como polícias provinciais. A Cidade Autônoma de Buenos Aires tem regime de governo autônomo e competências legislativas e jurisdicionais.

A Corte Suprema de Justiça da Nação é o órgão máximo do Poder Judiciário. Julga recursos, em segunda e última instância, e examina a constitucionalidade das leis. A Corte Suprema é integrada por cinco magistrados, nomeados pelo presidente da República após aprovação do Senado. Os tribunais argentinos são independentes em sua função jurisdicional, estando, porém, administrativamente subordinados à Corte Suprema.

POLÍTICA EXTERNA

Em suas primeiras declarações sobre política externa, após a posse, Alberto Fernández defendeu "integração plural e global" ao mundo e o reforço do reclamo pela soberania argentina sobre as Ilhas Malvinas.

A questão das Malvinas tem recebido especial atenção do governo argentino, que vem intensificando gestões para que se reconheça a existência da disputa de soberania entre a Argentina e o Reino Unido sobre as Ilhas Malvinas, Sandwich do Sul e Geórgias do Sul.

No tocante ao relacionamento com a Venezuela, o governo argentino aderiu ao Grupo de Contato Internacional em agosto de 2020 e saiu do Grupo de Lima em março de 2021. A chancelaria argentina descredenciou a então embaixadora do governo interino de Juan Guaidó em Buenos Aires, Elisa Trotta.

Com respeito ao MERCOSUL, o governo argentino tem apontado, como objetivo, preservar as duas dimensões do bloco: como política consensual dentro da Argentina e como projeto regional de quase 30 anos de existência. O país, contudo, mantém política comercial protecionista, apesar de ter-se engajado na negociação de novos acordos comerciais extrarregionais do MERCOSUL.

Ainda no âmbito regional, a Argentina assumiu, em janeiro de 2022, a presidência da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC).

A Argentina de Alberto Fernández também estabeleceu como meta de sua política externa o reforço de vínculos com os principais sócios internacionais, incluindo o Brasil, China, Estados Unidos, Índia, México, Rússia e a União Europeia.

Nota-se que o governo argentino alimenta hoje desejo de maior aproximação com China e Rússia, ao tempo em que busca manter relacionamento correto com os Estados Unidos, fundamental para o atual processo de reestruturação da dívida externa, em especial com o FMI. A China, em especial,

exerce papel crescente na agenda externa da Argentina, como sócio comercial, investidor e provedor de reservas.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O cenário econômico argentino caracteriza-se por alta inflação (50,9% em 2021), descontrole cambial (alta do dólar, existência de câmbios paralelos) e alta taxa de pobreza (37,3% da população no segundo semestre de 2021, incluindo-se 8,2% que vivem em condições de indigência). A economia argentina também é marcada por problema crônico da dívida externa, em especial com organismos internacionais, incluindo o FMI e o Clube de Paris.

Em 2021, a economia argentina registrou crescimento de 10,3% do PIB, resultado que interrompeu três anos consecutivos de queda do PIB (-2,6% em 2018; -2,1% em 2019 e -9,9% em 2020).

De acordo com dados oficiais do Ministério de Economia da Argentina, em 2021 o setor público argentino registrou um déficit primário correspondente a 3% do PIB do país. Somando-se os gastos com pagamentos de juros da dívida pública, o déficit financeiro no ano passado alcançou 4,5% do PIB. Em 2020, ano de maior impacto da pandemia, o déficit primário havia alcançado 6,5%, e o financeiro, 8,5%.

A taxa de desemprego vem apresentando trajetória recente de queda e chegou a 7% da população economicamente ativa ao fim de 2021. Trata-se da menor taxa de desemprego desde o início da série medida pelo “Instituto Nacional de Estadística y Censos” (INDEC), em 2016.

Quanto à pobreza, os indicadores atuais mostram melhoria em comparação com o primeiro trimestre de 2021 (40,6% de pobres e 10,5% de indigentes), com o segundo semestre de 2020 (42% e 10,5%) e com o primeiro semestre de 2020 (40,9% e 10,5%). A redução da pobreza e da indigência esteve diretamente associada à recuperação econômica da Argentina em 2021. Ainda assim, os indicadores sociais referentes ao segundo semestre de 2021 não se recuperaram a ponto de igualar os níveis pré-pandemia. Os últimos registros antes da crise sanitária, relativos ao segundo semestre de 2019, haviam mostrado uma pobreza de 35,5% e indigência de 8%. Vale notar, contudo, que a linha de pobreza oficial da Argentina é mais elevada que aquela utilizada pelo Banco Mundial como referência para países de renda média-alta (US\$ 5,50 ao dia, em paridade de poder de compra). Pela métrica do Banco Mundial, a porcentagem de pobres na Argentina em 2020 (últimos dados disponíveis) era de 18,2%.

A inflação da Argentina aumentou 5,1% em maio de 2022, acumulando uma variação positiva de 29,3% nos cinco primeiros meses do ano e um incremento interanual de 60,7%. As expectativas de inflação para o ano em curso continuam crescendo. Na última pesquisa realizada em maio, analistas de mercado consultados prognosticaram inflação de 72,6% em 2022.

Em 2021, o intercâmbio comercial da Argentina atingiu US\$ 141 bilhões, com crescimento de 45% sobre 2020. As exportações alcançaram US\$ 77,9 bilhões

(+42%), enquanto as importações movimentaram US\$ 63,2 bilhões (+49,2%). O superávit comercial alcançou US\$ 14,7 bilhões, o segundo maior da série histórica.

Em agosto de 2020, a Argentina concluiu as negociações para reestruturação de sua dívida junto a seus principais credores privados (cerca de US\$ 65 bilhões). Em seguida, deu início a conversas com o FMI, a fim de negociar novo acordo em substituição ao pacote de cerca de US\$ 56 bilhões fechado durante o governo Macri. Daquele pacote, US\$ 45 bilhões foram desembolsados pelo FMI. Parte significativa dos vencimentos dessa dívida estavam previstos para o período entre 2021 e 2023, de forma que um novo acordo com o Fundo era visto como essencial para alívio das contas públicas nos próximos anos. O Brasil apoiou publicamente o pleito argentino por novo programa financeiro com o FMI.

Em junho de 2021, a Argentina alcançou acordo com o Clube de Paris, pelo qual a entidade aceitou suspender a declaração de *default* mediante compromisso do país de: i) amortizar US\$ 430 milhões (em duas parcelas iguais, em 31 de julho de 2021 e 28 de fevereiro de 2022) da dívida de US\$ 2,5 bilhões com o Clube; e ii) alcançar acordos com o FMI e com o Clube antes de março de 2022.

Em março último, o Conselho Diretor do FMI aprovou novo arranjo do tipo *Extended Fund Facility* para a Argentina, no valor de cerca US\$ 44 bilhões de dólares. O programa busca a melhora das finanças públicas e a redução da alta inflação por meio de uma estratégia que envolve a eliminação gradual do financiamento por via monetária do déficit fiscal.

O acordo prevê uma série de revisões periódicas, quando são avaliados o nível do cumprimento do acordo pela Argentina. Em 8 de junho corrente, chegou-se a acordo entre o *staff* do FMI e as autoridades argentinas com relação à primeira revisão. Avaliou-se que todas as metas foram alcançadas, e a Argentina poderá ter acesso a nova parcela no valor de cerca de US\$ 4,03 bilhões de dólares. Os objetivos anuais foram mantidos.

ANEXOS

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1816	Congresso de Tucumán proclama a independência
1852	Rosas é derrotado por coalizão de Brasil, Montevideu, Entre Rios e Corrientes
1862	Bartolomé Mitre é presidente da República unificada (até 1868)
1865	Guerra da Tríplice Aliança (com Brasil e Uruguai) contra o Paraguai (até 1870)
1916	União Cívica Radical (UCR) ascende ao poder; presidências Yrigoyen, Alvear e Yrigoyen
1943	Golpe militar do coronel Perón tem apoio de setores sindicais e dissidentes da UCR
1946	Perón ascende à presidência com ampla maioria do eleitorado
1952	Tem início segundo mandato de Perón, derrubado em 1955 por golpe militar
1955	Governo do general Aramburu restaura a hegemonia conservadora
1959	Presidências Frondizi e Illía, situação política controlada indiretamente pelo Exército
1966	General Onganía implanta ditadura, que termina com a insurreição do “Cordobazo” de 1969
1973	Perón é novamente presidente, seguido de Maria Estela Martínez e de golpe militar
1976	Governos militares (Videla, Viola e Galtieri) caracterizam-se por sangrenta repressão
1982	Derrota na Guerra das Malvinas obriga militares a deixar o poder e convocar eleições
1983	Raúl Alfonsín é o eleito presidente e toma posse em 10/12; fim da ditadura militar
1983	Alfonsín autoriza processo judicial contra os responsáveis pela repressão da ditadura
1985	Início da aproximação com Brasil; em 1988, Tratado de Integração e Cooperação
1989	Retorno do peronismo (ala direita) com vitória de Carlos Menem (reeleito em 1995)
1991	Tratado de Assunção cria o Mercosul (com Brasil, Uruguai e Paraguai)
1999	Fernando De la Rúa é eleito presidente
2001	Domingo Cavallo é nomeado “superministro”; em 01/12, decreta o “corralito” (congelamento de depósitos bancários, com limitações de saques)
2001	De la Rúa renuncia em 21/12; três presidentes em 12 dias; é decretada moratória da dívida externa
2002	Presidente Eduardo Duhalde põe fim à conversibilidade peso-dólar e faz acordo com o FMI
2002	Crise econômica deixa quase 60% da população abaixo da linha de pobreza
2003	Nestor Kirchner é eleito presidente (Menem desiste das eleições antes da

	realização do 2º turno)
2006	Conflito diplomático com o Uruguai, em razão da instalação de fábricas de celulose em território uruguaio, à margem do rio que divide os dois países
2007	Senadora Cristina Fernández de Kirchner é eleita presidente
2008	Inicia-se o conflito do governo com o setor agropecuário em torno do imposto de exportação de grãos
2008	O governo sofre sua primeira grande derrota com a derrubada da lei de “retenciones” (impostos às exportações)
2008	Governo reestatiza os fundos de pensão privados.
2009	Governo sofre grande revés em eleições legislativas (28/6)
2010	Falecimento do ex-presidente Néstor Kirchner
2011	Reeleição da presidente Cristina Kirchner (posse em 10/12)
2015	Eleição do presidente Mauricio Macri (posse em 10/12)
2019	Eleição do presidente Alberto Fernández (posse em 10/12)

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1821	O governo português, instalado no Rio de Janeiro, é o primeiro a reconhecer a independência argentina
1822	Nomeação de Antônio Manuel Correia da Câmara como cônsul e agente comercial no Prata ("Missão Correia da Câmara")
1823	O enviado argentino Valentín Gómez apresenta ao chanceler brasileiro, José Joaquim Carneiro de Campos, carta credencial assinada pelo ministro argentino de Relações Exteriores, Bernardino Rivadavia, com o reconhecimento da independência do Brasil
1825	O Congresso de Buenos Aires proclama a reintegração da Banda Oriental ao território argentino. A Argentina rompe relações com o Brasil, que declara guerra. Início da Guerra da Cisplatina
1828	Assinada, no Rio de Janeiro, Convenção de Paz que põe fim à Guerra da Cisplatina e formaliza a independência do Uruguai
1831	Antônio Cândido Ferreira é nomeado encarregado de negócios e cônsul-geral na Argentina
1833	O Brasil reconhece o direito argentino sobre as ilhas Malvinas, ocupadas pelo Reino Unido
1850	Rompimento das relações diplomáticas do Brasil com o governo argentino de Juan Manuel de Rosas
1851	Firmado, em Montevideú, Convênio para uma aliança ofensiva e defensiva contra Rosas entre Brasil, Uruguai e as províncias argentinas de Entre Ríos e Corrientes. Rosas declara guerra ao Império brasileiro
1852	Juan Manuel de Rosas é derrotado pela coalizão entre Brasil, Uruguai e as províncias argentinas de Entre Ríos e Corrientes
1856	Celebrado o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e a Argentina, que garante a livre navegação do rio da Prata
1864	Início da Guerra do Paraguai
1865	Brasil, Argentina e Uruguai assinam o Tratado da Tríplice Aliança
1870	Fim da Guerra do Paraguai
1889	Brasil e Argentina firmam Tratado de Arbitramento para a pronta solução da questão de limites pendente na região de Palmas
1889	A Argentina reconhece o regime republicano no Brasil.
1895	Arbitragem sobre a questão de Palmas. Laudo do presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, dá ganho de causa ao Brasil (19 de novembro)
1898	Firmado tratado de limites entre Brasil e Argentina, baseado no laudo arbitral de 1895
1899	O presidente da Argentina, Julio Roca, visita o Brasil. É a primeira visita oficial de um chefe de estado estrangeiro ao país
1900	O presidente do Brasil, Campos Sales, visita a Argentina. É a primeira visita, em caráter oficial, de um chefe de estado brasileiro ao exterior
1910	O presidente eleito da Argentina, Roque Sáenz Peña, realiza visita ao Brasil, a convite do Barão do Rio Branco

1915	O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Lauro Müller, visita a Argentina e assina o "Pacto do ABC", do qual também participa o Chile
1922	Elevada à categoria de embaixada a legação do Brasil em Buenos Aires
1935	O presidente do Brasil, Getúlio Vargas, viaja ao Prata e realiza visita oficial à Argentina. Brasil e Argentina fazem mediação para solução da Guerra do Chaco, entre Bolívia e Paraguai
1961	Encontro de Uruguai, entre os presidentes Jânio Quadros (Brasil) e Arturo Frondizi (Argentina), no qual se assina o Convênio de Amizade e Consulta
1969	Assinatura do Tratado da Bacia do Prata, por Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai
1972	O presidente da Argentina, Alejandro Lanusse, visita o Brasil e assina com o presidente Emílio Médici acordos bilaterais de integração física
1977	Divergências sobre a Usina de Itaipu levam ao fechamento da fronteira entre Brasil e Argentina. São iniciadas conversas trilaterais, entre Brasil, Argentina e Paraguai, para tratar da construção da usina
1979	Brasil, Argentina e Paraguai assinam o Acordo Tripartite sobre Coordenação Técnico-Operativa para o Aproveitamento Hidrelétrico de Itaipu e Corpus
1980	Visita do presidente João Baptista Figueiredo à Argentina. Desde 1935 um presidente brasileiro não visitava o país
1980	O presidente da Argentina, Jorge Videla, visita o Brasil
1981	Encontro entre os presidentes João Figueiredo e Roberto Viola na fronteira entre Brasil e Argentina, na cidade de Paso de los Libres
1982	O Brasil se mantém neutro na Guerra das Malvinas, mas reafirma que reconhece a soberania argentina sobre as ilhas
1985	Início do processo de aproximação Brasil-Argentina. "Declaração do Iguaçu" é firmada pelos presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín, na fronteira entre os dois países
1986	O presidente José Sarney realiza visita de estado à Argentina. É assinada a "Ata de Integração Brasileiro-Argentina", que estabelece o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE)
1988	Assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento
1990	Assinatura da Ata de Buenos Aires pelos presidentes Fernando Collor e Carlos Menem. Brasil e Argentina decidem conformar um mercado comum até o final de 1994
1991	Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai firmam o Tratado de Assunção para a constituição do Mercado Comum do Sul (Mercosul)
1991	Criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC)
1995	Entrada em vigor da União Aduaneira do Mercosul, com a adoção de tarifa externa comum (TEC)
1996	Visita do presidente Fernando Henrique Cardoso à Argentina
1997	Visita de estado do presidente da Argentina, Carlos Menem, ao Brasil. Formalização da Aliança Estratégica entre Brasil e Argentina
2004	Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Néstor Kirchner assinam a Ata de

2007	Adoção do Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral Brasil-Argentina (MICBA) (dezembro)
2015	Visita do presidente eleito da República Argentina, Mauricio Macri, ao Brasil (4 de dezembro). É sua primeira visita ao exterior após as eleições
2015	Visita da presidente Dilma Rousseff à Argentina, por ocasião da cerimônia de posse do presidente da Argentina, Mauricio Macri (10 de dezembro)
2016	Visita do presidente Michel Temer à Argentina (3 de outubro)
2017	Visita do presidente Mauricio Macri ao Brasil (7 de fevereiro)
2019	Visita do presidente Mauricio Macri ao Brasil (16 de janeiro)
2019	Visita do presidente Jair Bolsonaro à Argentina (6 de junho)
2020	Visita do chanceler Felipe Solá ao Brasil (12 de fevereiro)
2020	Videoconferência entre o presidente Jair Bolsonaro e o presidente Alberto Fernández, por ocasião dos 35 anos da Declaração do Iguaçu (30 de novembro)
2021	Videoconferência entre o chanceleres Ernesto Araújo e Felipe Solá (16 de março)
2021	Visita do chanceler Felipe Solá ao Brasil (19 de julho de 2021)
2021	Visita do chanceler Santiago Cafiero ao Brasil (8 de outubro de 2021).

ACORDOS BILATERAIS			
Título	Data de celebração	Data de entrada em vigor	Publicação
Convenção Preliminar de Paz.	27/08/1828	04/10/1828	Não consta
Tratado de Amizade, Comércio e Navegação.	07/03/1856	25/06/1856	14/07/1856
Convenção sobre Navegação Fluvial.	20/11/1857	20/07/1858	Não consta
Tratado de Limites.	06/10/1898	26/05/1900	31/05/1900
Tratado de Arbitramento Geral.	07/09/1905	05/12/1908	01/10/1908
Protocolo sobre Cartas Rogatórias, Complementar ao Acordo de 14/02/1880.	16/09/1912	08/01/1957	21/03/1957
Convenção Complementar de Limites.	27/12/1927	09/07/1941	16/07/1941
Convênio para Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia.	10/10/1933	21/05/1934	26/06/1934
Convênio para o Fomento do Turismo.	10/10/1933	21/05/1934	26/06/1934
Acordo para Permuta de Publicações.	10/10/1933	21/05/1934	26/06/1934
Convênio sobre Legalização de Manifestos de Carga.	23/01/1940	08/04/1941	10/05/1941
Acordo sobre Transportes Aéreos	02/06/1948	29/11/1966	04/07/1967

Título	Data de celebração	Data de entrada em vigor	Publicação
Regulares.			
Tratado de Extradicação.	15/11/1961	07/06/1968	15/07/1968
Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita.	15/11/1961	07/06/1968	15/07/1968
Convênio sobre Coprodução Cinematográfica.	25/01/1968	26/11/1981	18/11/1981
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda.	17/05/1980	01/01/1983	23/12/1982
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica.	17/05/1980	18/08/1982	10/09/1982
Tratado para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos Compartilhados dos Trechos Limítrofes do Rio Uruguai e de seu Afluente o Rio Peperi-Guaçu.	17/05/1980	01/06/1983	30/06/1983
Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e a Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear	17/05/1980	20/10/1983	09/11/1983
Acordo sobre Sanidade Animal em Áreas de Fronteira.	17/05/1980	01/06/1983	30/06/1983
Acordo de Previdência Social	20/08/1980	18/11/1982	10/12/1982
Acordo sobre Transportes Marítimos.	15/08/1985	05/02/1990	07/03/1990
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, de 17/05/80, sobre Informática.	22/01/1987	22/02/1987	04/03/1987
Acordo de Coprodução Cinematográfica.	18/04/1988	25/07/1995	10/05/1999
Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento.	29/11/1988	23/08/1989	25/09/1989
Acordo para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Uruguai, entre as cidades de São Borja e Santo Tomé.	22/08/1989	20/04/1990	06/05/1991
Tratado para o Estabelecimento de um Estatuto das Empresas Binacionais Brasileiro-Argentinas.	06/07/1990	27/06/1992	30/07/1992
Protocolo Adicional ao Acordo para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Uruguai, entre as cidades de São Borja e Santo Tomé.	06/07/1990	30/06/1993	11/08/1998
Acordo sobre o Exercício de	20/08/1991	10/02/1993	26/02/1993

Título	Data de celebração	Data de entrada em vigor	Publicação
Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico.			
Acordo de Cooperação para a Prevenção do Uso Indevido e Combate ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas.	26/05/1993	09/10/1995	20/11/1995
Acordo sobre Facilitação de Atividades Empresariais.	15/02/1996	10/11/1999	12/01/1999
Acordo de Cooperação Técnica.	09/04/1996	25/08/1999	14/10/1999
Acordo sobre Cooperação em Matéria Ambiental.	09/04/1996	18/03/1998	13/05/1998
Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia Espaciais.	09/04/1996	18/02/1998	13/05/1998
Acordo sobre Transporte Fluvial Transversal Fronteiriço de Passageiros, Veículos e Cargas.	27/04/1997	26/10/2002	06/11/2002
Acordo para o Funcionamento do Centro Único de Fronteira São Borja-Santo Tomé.	10/11/1997	28/03/2000	18/05/2000
Acordo para a Criação da Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço (CODEFRO).	10/11/1997	05/05/1999	02/06/1999
Acordo de Integração Cultural.	10/11/1997	15/06/2000	24/07/2000
Convênio de Cooperação Educativa.	10/11/1997	15/06/2000	24/07/2000
Acordo sobre a Isenção de Vistos.	09/12/1997	22/04/2000	26/04/2000
Tratado sobre a Transferência de Presos.	11/09/1998	25/06/2001	24/07/2001
Protocolo sobre Circulação de Produtos Alimentícios.	25/11/1999	09/06/2006	Em tramitação na Argentina
Acordo para a Viabilização da Construção e Operação de Novas Travessias Rodoviárias sobre o Rio Uruguai.	15/12/2000	06/10/2003	18/02/2004
Acordo para o Provimento de Capacidade Espacial.	08/05/2001	23/03/2004	29/06/2004
Protocolo adicional ao Acordo-Quadro de Cooperação em Aplicações Pacíficas da Ciência e Tecnologia Espaciais Relativo à Concessão de	14/08/2001	27/11/2003	Em tramitação na Argentina

Título	Data de celebração	Data de entrada em vigor	Publicação
Equipamentos para a Cooperação Espacial.			
Acordo Relativo ao Intercâmbio de Estagiários.	14/08/2001	23/06/2009	Em processo de ratificação pelas Partes
Acordo sobre Cooperação entre suas Academias Diplomáticas.	02/12/2002	23/12/2005	20/12/2005
Acordo de Cooperação para Combate ao Tráfico de Aeronaves Supostamente Envolvidas em Atividades Ilícitas Internacionais.	09/12/2002	25/07/2006	16/10/2006
Acordo para o Estabelecimento de um Mecanismo de Cooperação Comercial.	30/11/2005	02/02/2010	02/02/2010
Acordo para Concessão de Permanência a Detentores de Vistos Temporários ou a Turistas.	30/11/2005	27/11/2008	13/01/2009
Acordo Quadro de Cooperação em Matéria de Defesa.	30/11/2005	20/04/2007	20/04/2007
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica na Área da Tecnologia Militar.	30/11/2005	10/09/2008	28/11/2008
Acordo de Facilitação Turística.	18/11/2009	18/12/2009	19/11/2009
Acordo para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Rio Peperi-Guaçu, entre as Cidades de Paraíso, Brasil, e San Pedro, Argentina.	31/01/2011	01/10/2014	29/03/2016
Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Bioenergia, Incluindo Biocombustíveis	31/01/2011	17/07/2015	Em tramitação na Argentina
Ajuste Complementar ao Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, para a Prestação de Serviços de Assistência de Emergência e Cooperação em Defesa Civil	07/02/2017		Em tramitação no Congresso Nacional
Protocolo de Emenda à Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	21/07/2017	29/07/2018	28/08/2018
Adendo, por Troca de Notas, ao Memorando de Entendimento sobre Cooperação Consular e Políticas para Comunidades Emigradas	12/07/2018	16/07/2018	20/07/2018

Título	Data de celebração	Data de entrada em vigor	Publicação
Tratado de Extradicação	16/01/2019		Em tramitação no Congresso Nacional
Memorando de Entendimento sobre cooperação na área de bioenergia, incluindo biocombustíveis	06/06/2019	06/06/2019	17/07/2019
Acordo para a Prorrogação do Contrato Internacional de Concessão da Ponte Internacional São Borja-Santo Tomé e Infraestruturas Conexas	19/07/2021	19/07/2021	18/08/2021

Dados básicos

	Argentina	Brasil
Nome oficial	República Argentina	República Federativa do Brasil
Idioma oficial	Espanhol	Português
População	46,3 milhões (FMI)	213,4 milhões (IBGE)
Área	2,796 milhões km ²	8,516 milhões km ²
PIB nominal (FMI, 2022)	US\$ 464,28 bilhões	US\$ 1,83 trilhão
PIB <i>per capita</i> (FMI, 2022)	US\$ 12,19 mil	US\$ 8,57 mil
Crescimento do PIB (FMI)	4% (2022, est); 10,2 (2021); 9,9% (2020); -2% (2019)	0,8 (2022, est); 4,6% (2021, est.); -3,9% (2020); 1,2% (2019)
IDH (PNUD, 2020)	0,845 (46º posição)	0,765 (84ª posição)
Índice de alfabetização (PNUD, 2020)	99,0%	93,2%
Expectativa de vida (PNUD, 2020)	76,7 anos	75,9 anos

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões)

BRASIL-ARGENTINA	2019	2020	2021
Intercâmbio total	20.276	16.385,8	23.827,4
Exportações	9.723	8.488,7	11.878,5
Importações	10.552	7.897,1	11.948,9
Saldo	-828	591,6	-70,4

* Principais produtos da pauta comercial (2021)

- **Exportações:** automóveis de passageiros, 11%; partes e acessórios de veículos, 9,6%; minérios de ferro e seus concentrados, 5,5%.
- **Importações:** veículos para transporte de mercadoria, 20%; automóveis de passageiros, 12%; trigo, 12%; energia elétrica, 8,9%.

Encarregado de Negócios da Argentina no Brasil: Pablo de Angelis.

Embaixador do Brasil na Argentina: Reinaldo Salgado.



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 67, DE 2022

(n° 352/2022, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei n° 11.440, de 2006, o nome do Senhor HÉLIO VITOR RAMOS FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 352

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **HÉLIO VITOR RAMOS FILHO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **HÉLIO VITOR RAMOS FILHO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 7 de julho de 2022.

EM nº 00119/2022 MRE

Brasília, 4 de Julho de 2022

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **HÉLIO VITOR RAMOS FILHO**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil em Buenos Aires, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **REINALDO JOSÉ DE ALMEIDA SALGADO**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **HÉLIO VITOR RAMOS FILHO** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 372/2022/SG/PR/SG/PR

Brasília, 8 de julho de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de Autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminho a essa Secretaria, Mensagem por meio da qual o Senhor Presidente da República **submete** à consideração dessa Casa, o nome do Senhor **HÉLIO VITOR RAMOS FILHO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para **exercer** o Cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina.

Atenciosamente,

MARIO FERNANDES

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República, Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Mario Fernandes, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República substituto**, em 08/07/2022, às 18:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3488486** e o código CRC **899945BE** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.005712/2022-29

SEI nº 3488486

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 -- Telefone: (61)3411-1447



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

RELATÓRIO Nº , DE 2022

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 67, de 2022, da Presidência da República (nº 352/2022, na origem), que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor HÉLIO VITOR RAMOS FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina.*

Relator: Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Chega ao exame desta Comissão a indicação feita pelo Presidente da República do nome do Senhor HÉLIO VITOR RAMOS FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Cumprindo exigência regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata. Também foram juntados o Relatório de Gestão do Chefe de Posto ao final da missão (em atendimento ao item IV do art. 383, do Regimento Interno e à Decisão do

Brasília:

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centro
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidioamin@senado.leg.br



SF/22315.31234-39



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Plenário da CRE, de 14/05/2015) e o Planejamento Estratégico para o posto de destino (Ato nº 1/2021-CRE, aprovado em 06/07/2021).

O indicado é filho de Hélio Vitor Ramos e Lygia Serbêto Ramos, e nasceu em 11 de julho de 1959, em Salvador, Bahia. Em 1979, concluiu o curso de Direito na Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

No Instituto Rio Branco, concluiu os Cursos de Preparação à Carreira Diplomática (1981), o Curso de Aperfeiçoamento dos Diplomatas (1989) e o Curso de Altos Estudos (2001), ocasião em que defendeu a tese “Perspectivas de integração energética do Brasil com países andinos e amazônicos com vistas a ações diplomáticas futuras”.

Iniciou sua carreira em 1981, como Terceiro-Secretário. Em 1986, tornou-se Segundo-Secretário; em 1993, chegou a Primeiro-Secretário; em 1998, a Conselheiro; em 2003, a Ministro de Segunda Classe. E em 2009, a Ministro de Primeira Classe.

No Brasil, o diplomata exerceu os cargos de Coordenador Executivo do Departamento de Integração Latino-Americana (de 1992 a 1993); assessor na Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior (entre 1993 e 1995); Chefe de Gabinete do Ministro de Estado e Secretário-Executivo no Ministério das Minas e Energia (entre 1999 e 2001); Chefe da Assessoria de Relações Federativas (de 2001 a 2004); Diretor do Departamento de Comunicações e Documentação (de 2006 a 2011); e Assessor Especial do Presidente da Câmara dos Deputados (de 2016 a 2019).

No exterior, serviu como Encarregado de Negócios na Embaixada em Pretória (de 1983 a 1984); Segundo-Secretário e Encarregado de Negócios na Embaixada em Lima (de 1988 a 1991); Primeiro-Secretário e Conselheiro na Embaixada em Washington (de 1995 a 1999); Ministro-Conselheiro e Representante Alterno junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) na Embaixada em Lisboa (de 2004 a 2006); Cônsul-Geral no Consulado-Geral em Miami (de 2011 a 2016); e Embaixador em Roma, de 2019 até o presente.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Em sua profícua carreira, o diplomata fez jus a numerosas e distinguidas condecorações.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República Argentina.

A Argentina é o segundo maior país da América do Sul em território, e o terceiro em população. É o oitavo maior país do mundo em área territorial. A população totaliza 46,3 milhões de habitantes (FMI, 2022, estimativa), sendo a maioria de origem europeia. O país é extremamente urbanizado – 92% da população residem em áreas urbanas. A densidade demográfica é baixa (15 habitantes por km²).

A Argentina é um dos principais parceiros políticos e econômicos do Brasil. As relações bilaterais são estratégicas para a inserção do Brasil na região e no mundo. A construção de uma relação política de confiança e cooperação com a Argentina contribui para a constituição de um espaço regional de paz e de cooperação. Somadas, as capacidades de Brasil e Argentina representam cerca de dois terços do território, da população e do Produto Interno Bruto (PIB) da América do Sul.

O estoque de investimentos brasileiros na Argentina é estimado em US\$ 14 bilhões. São investimentos de perfil variado, com grande presença nos setores de manufaturados, serviços, mineração, energia e siderurgia. O estoque de investimentos argentinos no Brasil ascende a US\$ 10,4 bilhões, com destaque nas áreas de engenharia e construção, agroindústria, gestão de infraestrutura (aeroportos), metalurgia e tecnologia.

O Brasil é o maior parceiro comercial da Argentina, ao passo que a Argentina é o nosso terceiro maior parceiro. A forte dinâmica comercial bilateral, marcada pelo elevado percentual de produtos de alto valor agregado, tem importante impacto em setores estratégicos das duas economias sobretudo na indústria. Sobressai, entre as áreas beneficiadas pela parceira, o setor automotivo, que exerce impactos diretos e indiretos sobre o





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

conjunto da economia brasileira, em campos tão diversos como mineração, siderurgia, metalurgia, química, petróleo e gás, além do setor de serviços (engenharia, mecânica, administração, propaganda e marketing, entre outros).

O comércio bilateral experimentou forte recuperação em 2021, tendo atingido US\$ 23,8 bilhões (+45%). No período, as exportações (US\$ 11,88 bilhões; +40%) e as importações (US\$ 11,95 bilhões; +51,3%) brasileiras experimentaram forte alta. Registrou-se ligeiro déficit comercial brasileiro de US\$ 70 milhões. No ponto, percebe-se que a política comercial argentina, em especial por meio de licenças não automáticas de importação, tem afetado sensivelmente as exportações brasileiras.

O relacionamento bilateral revela dinamismo em áreas estratégicas, como a interconexão energética, os setores nuclear, de defesa e ciência e tecnologia e a integração da infraestrutura.

A rede consular brasileira na Argentina é composta pelos Consulados-Gerais do Brasil em Buenos Aires, em Córdoba e em Mendoza e pelos Consulados do Brasil em Paso de los Libres e Puerto Iguazú. O Itamaraty estima que a comunidade brasileira na Argentina alcance aproximadamente 47 mil pessoas.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório. Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

Brasília:

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centro
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidiaoamin@senado.leg.br



SF/22315.31234-39



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**



SF/22315.31234-39

Brasília:

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

E-mail: sen.esperidioamin@senado.leg.br

Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centro
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100